



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

LUCIANA MEIRE DA SILVA

**O Brasil Rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de
1910 a 1930**

Marília, 2013

LUCIANA MEIRE DA SILVA

**O Brasil Rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de
1910 a 1930**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Câmpus de Marília/SP como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais sob orientação da Professora Dra Célia Aparecida Ferreira Tolentino.

Marília, 2013

Silva, Luciana Meire da
S586b O Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato nas
décadas de 1910 a 1930 / Luciana Meire da Silva – Marília,
2013.
178 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.
Bibliografia: f. 173-178
Orientador: Celia Ferreira Tolentino.

1. Sociologia rural. 2. Lobato, Monteiro, 1882-1948. 3.
Literatura e sociedade. I. Autor. II. Título.

CDD 301.35

Banca Examinadora

Prof. Dra. Celia Ferreira Tolentino

Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília

Prof. Dr. Alexandro Henrique Paixão

Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Aluísio Schumacher

Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília

Prof. Dr. Anderson Ricardo Trevisan

Universidade de São Paulo

Prof. Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”

Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos sociologicamente as obras de Monteiro Lobato, publicadas nas décadas de 1910 a 1930, como fontes importantes de interpretações das particularidades e especificidades da sociedade rural brasileira. Entendemos que Monteiro Lobato não se propôs a ser “sociólogo” como Alberto Torres, Oliveira Viana, entre outros, mas, nossa análise buscou em suas historietas, contos e crônicas uma “sociologia” do Brasil rural das décadas de 1910 a 1930. Embora o pensamento de Monteiro Lobato seja considerado regionalista, entendemos que em seus escritos há uma preocupação com o país como um todo. De modo que a civilização do café e a região do Vale do Paraíba podem ser paradigmáticas para pensar a Nação. Nesta tese tentamos demonstrar que Monteiro Lobato elaborou um projeto de país e o rural ocuparia um lugar importante nessa ideia de nação futura, o que nos faz pensá-lo como um importante intelectual da sociedade brasileira, defensor da modernização nos moldes racionais de aproveitamento das riquezas e dos recursos naturais. Monteiro Lobato, em seus escritos, trava intensos debates com a intelectualidade e o público leitor dos jornais, livros e revistas, e faz importantes referências ao contexto ideológico abrangente dos finais do século XIX e início do XX, como observamos neste trabalho. Atento ao contexto, imerso na conjuntura imediata, não hesita em fazer muitas e intensas revisões das suas ideias, num movimento que chamamos de pendular. Concluímos que foi um intelectual de uma longa época de transição e nela tentou enxergar saídas e caminhos a partir dos seus diagnósticos às vezes lúcidos, às vezes, polêmicos, que poucas vezes coincidia com pensamento dominante do seu tempo.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro, Brasil rural, Monteiro Lobato.

ABSTRACT

This research is aimed at analyzing, in a social view, the work of Monteiro Lobato published from the 1910's to the 1930's, as source of important interpretations of the peculiarities and specificities of the Brazilian rural society. It is understood that Monteiro Lobato was not intended to be a "sociologist" such as Alberto Torres and Oliveira Viana, among others, but our research analyzed in his stories, short stories and chronicles some "sociology" of the rural Brazil from the 1910's to the 1930's. Although Lobato's thinking is considered regionalist, we understand that in his work there is a concern about the country as a whole, so the civilization of coffee and the region of Vale do Paraíba can be a paradigm to think about the Nation. In the present work, it is intended to demonstrate that Monteiro Lobato elaborated a project of country, and the rural state would occupy an important rank in this idea of future nation, which lead us to consider him as a prominent intellectual in the Brazilian society, defender of the modernization in the national models of better use of natural resources. In his work, Monteiro Lobato engages in intensive debates with intellectual groups and newspaper, books and magazines readers, while makes important references to the comprehensive ideological context in the late 19th and early 20th, as herein observed. Alert to the context, absorbed into the immediate scenario, he did not hesitate to make several intense reviews of his ideas in a moment called pendulum. We concluded he was an intellectual of a long transition period, who tried to find exits and ways out from his diagnosis, sometimes clear or controversial, for a few times coincident to the dominant current thought.

Keywords: Brazilian social thinking, rural Brazil, Monteiro Lobato

AGRADECIMENTOS

Serei sempre grata a Celia Tolentino que generosamente me orientou, com competência e zelo, fez as críticas necessárias e incentivou nos momentos difíceis, sempre com dedicação e carinho.

Ao corpo docente do Departamento de Pós Graduação em Ciências Sociais da UNESP de Marília pelo apoio dado aos alunos.

Aos funcionários do Departamento de Pós Graduação da Faculdade, sempre prestativos e atenciosos em todos os momentos que precisei dos seus serviços.

Aos funcionários da biblioteca da faculdade. A Sylvia e Renato, do escritório de pesquisa da FFC/UNESP, que ajudaram muito: muito obrigada.

Aos amigos que estiveram ao meu lado e me apoiaram: Ana Maria, Cauê, Dinarci Stoppa, Elaine, Elisangela, Evelyn, Éder, Edvânia, Gilda, Laís, Luana, Maria Eliza, Micheli, Milca, Patrícia, Raquel, Raimunda, Renata e Roberto.

Aos meus pais que me incentivaram e ajudaram nas dificuldades.

Agradeço a FAPESP, financiadora dessa pesquisa, a ela o meu reconhecimento pela política de apoio aos pesquisadores.

SUMÁRIO

Introdução: Monteiro Lobato como pensador social do Brasil rural	10
Capítulo I: O Brasil rural é sinônimo de atraso e decadência escritos da década de 1900	22
1 - Cidades mortas e as elites rurais derrocadas	23
2 – Monteiro Lobato leitor de Euclides da Cunha	43
Capítulo II: O caboclo como sinônimo de atraso e decadência escritos de 1914 a 1918	56
1 - Ecos da escrita de Euclides da Cunha em “Velha Praga” e “Urupês”	57
2 - Monteiro Lobato gestava o Jeca Tatu há anos	62
3 - Euclides da Cunha, Manuel Bomfim e outros: ecos em “Velha Praga” e “Urupês”	67
4 - Rui Barbosa é o “pai” do Jeca	80
5 - “O Jeca não <i>é</i> assim – <i>está</i> assim”	93
Capítulo III: O Brasil rural dividido entre a modorra e o progresso escritos da década de 1920	102
1 - Monteiro Lobato e o Patriarcalismo	103
2 - Trabalho, mão de obra imigrante e crises para a identidade nacional	127
3 - O café no Oeste paulista	140
Capítulo IV - O lugar do rural no processo de desenvolvimento industrial	151
V - Considerações finais	167

MONTEIRO LOBATO COMO PENSADOR SOCIAL DO BRASIL

Nossa proposta é a análise sociológica do Brasil rural nos textos escritos por Monteiro Lobato (1882 – 1948) para o leitor adulto, todos publicados entre as décadas de 1910 a 1930. Quando iniciamos essa pesquisa tínhamos em mente analisar a presença e particularidade do rural no seu projeto de Nação, com base na sua crítica ao “atraso” do país e nas alternativas propostas para o “progresso” da sociedade brasileira e a especificidade do pensamento social de Monteiro Lobato que, embora, seja caracterizado como regionalista, demonstra uma preocupação com o País como um todo. Analisamos o rural brasileiro como tema fundamental na questão da modernidade / modernização como projeto de construção nacional. Apresentamos as questões sobre o rural em Monteiro Lobato e o diálogo da obra com o momento intelectual e histórico brasileiro das décadas 1900 a 1930.

Monteiro Lobato traz para o público leitor a sua interpretação das idiossincrasias do desenvolvimento capitalista brasileiro. Ele não se propôs a ser um “sociólogo” como Alberto Torres, Oliveira Viana, Fernando Azevedo, Gilberto Freyre entre outros, foi nossa análise que buscou em seus contos e artigos uma “sociologia” do Brasil rural nos anos de 1900 a 1930.

No primeiro capítulo da tese, intitulado “O Brasil rural como sinônimo de atraso e decadência escritos da década de 1900”, analisamos *Cidades Mortas*, livro publicado pela primeira vez em 1919 e que reúne uma série de contos escritos entre 1900 e 1906. Nele, Lobato critica as especificidades do rural brasileiro, vendo-o como decadente e sem perspectivas de ser reabilitado porque, segundo entende, caíra em profunda exaustão. Nos contos ambientados na região valparaibana, as imagens elaboradas para falar da decadência são trágicas e mórbidas, a ideia de rural aparece em oposição ao urbano. O rural significa a lassidão, a vida da aldeia com seus costumes e sociabilidade calçados na comunidade, no viver colonial, nas ruas desertas, vida simplória dos homens pobres com a sua expressão religiosa, no ritmo da natureza e em oposição ao urbano, cujo modelo é a rica cidade de Ribeirão Preto, no Oeste paulista. Ali, ao contrário do Vale do Paraíba, haveria os resultados espantosos advindos das colheitas do café, a via férrea, os bordéis de luxo, champanhas e mulheres “da vida”, “todas francesas e caras”. Nesta outra ponta, também está a cidade de São Paulo com sua dinâmica social baseada na agitação caracterizada pelo comércio dos mascates, o ir e vir

dos autos pelas ruas, o trabalho dos imigrantes. Lobato reclama uma dinâmica laboral e urbana para as “cidades mortas” do Vale. Estas continuariam presas às lembranças do passado de glória e escondidas nos grotões escuros, a viver das “últimas gotas do café”. Critica a velha elite cafeicultora decadentista por seus desperdícios, absenteísmo e falta de racionalidade no trato com as lavouras e pelas reclamações de protecionismo governamental. Para Lobato, os palácios mortos, e em ruínas, das “cidades mortas” são a imagem da decadência e permanecem, atestando um tempo pretérito de riquezas e este, não voltará mais.

A julgar pelas imagens tétricas desenhadas pelo escritor para descrever esta era de decadência na região valparaibana, podemos concordar com Ana Luiza dos Reis Bedê (2007) quando afirma haver em Lobato influências dos literatos decadentes do fim do século. Apesar da forte ideia de decadência, tal como proposta por Arthur Herman (1999) no livro *A ideia de decadência na história ocidental*, esta não deixa de ser contraposta, como ressalta o autor, pelo conceito de progresso e é pertinente essa perspectiva do pensamento moderno nos primeiros escritos lobatianos. É interessante notar em *Cidades Mortas* o contraponto feito com a região ascendente e próspera do Oeste Paulista. Nos escritos deste período aparece uma estrutura de pensamento denominada por nós de pendular, isto é, dialoga com a decadência ao mesmo tempo vislumbra uma ruptura, a partir da ideia de progresso sinalizada na economia rural próspera, mas também na nova forma urbana, observada na região de Ribeirão Preto. Neste progresso haveria outra forma de civilização e, para Monteiro Lobato, incluiria o papel desempenhado pela ciência e aparato tecnológico, aplicados ao progresso da vida material, também a emancipação econômica resultante do livre comércio e da posse da propriedade. Segundo Herman (1999), esses são os pilares do pensamento global moderno e, como veremos, Lobato ao escrever nas primeiras décadas do século XX, só poderia estabelecer um diálogo peculiar com essas ideias, pois os aspectos do “livre comércio e emancipação econômica” ainda não dispensavam por parte do fazendeiro de café o protecionismo governamental e as heranças da escravidão presentes nas relações de mando patriarcais. Se o patriarcalismo do Vale do Paraíba parece ter um destino funesto, aquele prenunciado na “região nova” é a medida de progresso possível para o contraponto do nosso escritor.

Nos contos “Cidades Mortas” e “Velha Praga” identificamos um diálogo com Euclides da Cunha nos artigos escritos por ele e denominados “Entre Ruínas” e “Fazedores de Desertos”. Monteiro Lobato escreve “Cidades Mortas” em 1906 e “Velha

Praga” em 1914, e Euclides escreve seus artigos em 1901. Eles trabalham as mesmas temáticas, falam da grandeza e decadência do café na região valparaibana, ambos criticam os fazendeiros e os caboclos pelas queimadas e produção do deserto por causa das práticas predatórias da lavoura. A problemática do meio¹ é a preocupação central no pensamento dos autores, para eles a terra é decadente do ponto de vista agrônomo, mas também seria decadente o homem habitante dessas terras. Chamamos atenção para os olhares: Monteiro Lobato com a pretensão de uma literatura nos moldes científicos, de observação e explicação causal dos fatos, constrói uma narrativa com tom pessoal nas suas análises, nelas ressoam os desejos e anseios da elite cafeicultora e também o esforço persistente e reiterado de compreender as grandes questões nacionais e impulsionar as condições para a modernização da sociedade brasileira. Em Euclides da Cunha sobressai o esforço do olhar científico aprimorado e distanciado, ainda quando incorre em posicionamentos pessoais. Os dois autores chegam à conclusão de que o Vale do Paraíba caíra em decadência profunda e, por não conseguir assimilar as descobertas da ciência para os cuidados da lavoura, estaria para todo sempre morto e enterrado no seu fracasso econômico rural.

No pensamento dos autores, há a observação da decadência e a proposta para a sua superação através da aplicação da racionalidade técnica e da assimilação dos conhecimentos científicos. Para ambos, os povos e as nações atrasadas em relação à marcha da civilização, entendida como uma sociedade controlada e organizada para a conquista do progresso através da ciência e da tecnologia, estariam fadados ao desaparecimento.

¹Renato Ortiz (2006) em uma breve consideração sobre a “problemática do meio” no pensamento social brasileiro afirma a influência de Buckle nas construções teóricas de Euclides da Cunha: “Uma interpretação do atraso brasileiro, corrente entre os intelectuais da época, é a do historiador inglês Buckle. Ao procurar analisar a realidade brasileira em contraposição à civilização europeia, Buckle retoma as perspectivas de outros autores que buscavam entender a evolução histórica do homem. Basicamente, o que se propunha era vincular o desenvolvimento das civilizações a alguns fatores como calor, umidade, fertilidade da terra, sistema fluvial. Em princípio, teríamos que todas as civilizações teriam evoluído a partir desses elementos de base. Surge porém a pergunta: se o Brasil contém esses elementos fundamentais, qual a razão da inexistência de uma civilização nesta parte do mundo? A resposta, pueril, mas convincente para o momento, era simples: por causa dos ventos alísios. Segue-se toda uma argumentação climatológica que procura justificar o atraso brasileiro através deste elemento conjuntural, os ventos alísios. Resulta dessa interpretação um quadro acentuadamente pessimista do Brasil, onde a natureza suplanta o homem, a cultura europeia tem dificuldades de se enraizar, o que determinaria o estágio ainda bárbaro em que permanece o conjunto da população brasileira. (ORTIZ, 2006: 17 e 18)

No capítulo II, observamos que em 1911 Monteiro Lobato deixa o cargo de promotor público² na Cidade de Areias para tornar-se fazendeiro, pois herda uma propriedade de quase dois mil alqueires do avô, o Visconde de Tremembé. Na administração da fazenda passa a ter um contato estreito com os agregados do lugar e, antes de escrever os artigos “Velha Praga” e “Urupês”, em outubro de 1914, gestava as ideias sobre o homem pobre rural desde 1911, como podemos ver através das cartas escritas a Godofredo Rangel, nas quais expõe suas ideias ainda embrionárias sobre o caboclo “queimador do mato”. Nos artigos “Velha Praga” e “Urupês” Monteiro Lobato escreve sobre o caipira, inaugura a sua crítica à interpretação da realidade oposta as correntes românticas e ufanistas elogiosas do homem pobre rural. Em “Urupês” Monteiro Lobato cria o personagem Jeca Tatu, ele expressa o seu entendimento das qualidades do caboclo nacional: feio, bruto, ignorante, preguiçoso, incapaz de compreender os sentidos da pátria e de produzir qualquer tipo de produto vendável no mercado, pois apenas apanha da natureza o derramado pelo mato, vota sempre no governo e observa de cócoras os acontecimentos políticos mais importantes da nação. Lobato faz a relação da cultura com a raça e conclui: o Jeca Tatu é “incapaz de evolução” e é “impenetrável ao progresso” porque pertence a uma raça degenerada e cheia de atavismos, sem aptidões para o trabalho disciplinado³. Lobato compara a mão-de-obra nacional com a do imigrante, este sim apto para ocupar o lugar de destaque na representação da nacionalidade porque tem a disciplina do trabalho e ele é considerado uma raça superior porque não é degenerada por “misturas nefastas”.

Em sua leitura sobre nossa gente e na criação do personagem Jeca Tatu, Monteiro Lobato revela uma compreensão específica da realidade nacional daquele

² Segundo Cavaleiro (1955): “Em maio de 1907, o Doutor José Bento Monteiro Lobato chega a Areias, a fim de assumir o cargo de Promotor Público da Comarca. Viagem penosa em lombo de cavalo, pois a estrada de ferro passava em Queluz e não havia outro meio de transporte. Essas duas léguas de estrada, subindo e descendo morros, requeriam nada menos de quatro horas de viagem. Estropiado e empoeirado, o jovem promotor aportou em Areias, e logo ao primeiro contato com a cidade teve um choque, misto de perplexidade e de assombro: “Areias Rangel! Isto dá um livro à Euclides. Areias, tipo da ex cidade, de majestade decaída. A população de Areias de hoje, vive do que Areias foi. Fogem da anemia do presente por uma eterna imersão no passado”. O desalento é ainda maior nas cartas que escreve à noiva. O lugar é muito pior do que pensara; felizmente ali estava por pouquíssimo tempo; logo o mandariam para a zona da terra roxa, onde havia movimento e dinheiro”. (CAVALHEIRO, 1955: 104)

³ Segundo Roberto Ventura (1991): “A proclamada inferioridade das raças não-brancas, a crítica de Gobineau à miscigenação e a previsão de esterilidade dos mestiços por Agassiz colocavam um dilema para a elite brasileira, que oscilava entre o liberalismo e o racismo, entre o pressuposto liberal da igualdade formal e o princípio racista da desigualdade inata entre os homens. A questão étnica se tornou central, no Brasil, em termos de implantação do liberalismo e do trabalho assalariado. O racismo científico foi adotado, de forma quase unânime, a partir de 1880, enviesando os ideários liberais, ao refrear suas tendências igualitárias e democratizantes a dar argumentos para estruturas sociais e políticas autoritárias. (VENTURA: 1991, p. 58)

momento, pois era muito comum entre a intelectualidade nacional o reconhecimento da inferioridade do caboclo brasileiro, visto como medíocre, fora do sistema político, sem educação, sem força física e sem aptidões para o trabalho organizado, sem condições, portanto de contribuir para o progresso material da nação. Em contraposição às levas de imigrantes vistos pela elite como melhores trabalhadores, mais fortes, dispostos e detentores de conhecimentos e técnicas de produtividade, pois já viviam na Europa sob as regras do trabalho burguês organizado e disciplinado, valores mais compatíveis com um país de pretensões modernas. Uma das razões do sucesso perante o público leitor do personagem Jeca Tatu está vinculada a esta questão: Lobato criou uma identidade para este sujeito ausente de conceito na sociedade brasileira, e esta categoria até aqui inominada passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do caboclo criada por Lobato, na forma de caricatura, atendia a busca de uma parcela do país para pensar a si mesma. De um lado uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam: éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Monteiro Lobato cria um nome para este sujeito e o seu conceito unifica os vários significados e essas ideias foram de ampla aceitação, divulgação e circulação em todo o país.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1990), no contexto dos debates ideológicos para pensar o Brasil, nos primórdios da República existiu o pensamento dos intelectuais cientificistas. Influenciados por doutrinas “evolucionistas assentados sobre a desigualdade das raças, estes são extremamente pessimistas em relação ao destino do país, pois a miscigenação teria comprometido os alicerces da nação”. Ao criar o personagem Jeca Tatu, Lobato dialoga com as teorias cientificistas sobre a influência da raça no desenvolvimento das sociedades humanas:

O Brasil, filho de pais inferiores ...destituídos desses caracteres fortíssimos que imprimem ... um cunho inconfundível em certos indivíduos, como acontece com o alemão, com o inglês, cresceu tristemente ... dando como resultado um tipo imprestável, incapaz de continuar a se desenvolver sem o concurso vivificador do sangue de alguma raça original ... (LOBATO, “A todo transe”. In: *Literatura do Minarete*, p. 110. O artigo foi escrito por Lobato em 1903)

Em 1914, Monteiro Lobato e os intelectuais da época atribuíam ao caboclo nacional a responsabilidade pelo atraso e decadência do rural brasileiro. Em 1918, na sua nova leitura sobre o caboclo no artigo “Jeca Tatu – A Ressurreição”, Monteiro

Lobato muda suas considerações, defende outra proposição e o vê doente e não mais preguiçoso e parasita da nação. Elogia a população rural vendo-a com capacidades de resistir bravamente às moléstias e às péssimas condições sanitárias e de higiene existentes no meio rural, e se essa população rural fosse curada o Brasil ocuparia o devido lugar entre as nações mais desenvolvidas. Com base nas ideias sanitaristas, Lobato se rende à proposta de inserção das populações “sertanejas” ao projeto de modernização do país. Em 1914 o Jeca Tatu era e estereótipo do atraso, em 1918, passa a ser a medida da nacionalidade. Em carta a Godofredo Rangel, em dezembro de 1917, Lobato escreve: “Estou convencido de que o Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país”. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 160)

O caboclo, recuperado de suas doenças, passa a ser visto como um agente social responsável por profundas mudanças na sociedade brasileira. Lobato considera o caboclo como força de trabalho e *capital humano* gerador de riquezas para a prosperidade da nação. As medidas civilizatórias defendidas por Lobato para o desenvolvimento econômico do Brasil passavam pelo saneamento rural, a preservação da saúde, o “equilíbrio alimentar”, educação do trabalhador rural, aquisição de novas tecnologias como o telefone, telescópio, o caminhão *Ford* e produção de alimentos. Um pensamento defensor da “vocação agrícola” do país, pois a produção rural como fator de acumulação de riquezas teria um papel fundamental no processo de civilização da sociedade brasileira. Defende a reabilitação da lavoura com produtividade em larga escala, nos moldes empresariais, mas com uma estrutura de mando e poder baseada no coronelismo e no latifúndio, dessa vez, produtivo. Talvez, para Lobato, o Brasil não conseguiria alcançar a tão almejada modernidade porque nas suas relações sociais e políticas continuaria sob os efeitos conservadores do sistema patriarcal. Como observaremos, há um esforço na busca pela modernização, ao mesmo tempo, um forte condicionamento social e histórico, pois Lobato escreve em um contexto específico da República Velha, nos seus primórdios se caracteriza como uma economia predominantemente agrária, dirigida por mentalidades conservadoras, na qual o poder político está concentrado nas mãos das oligarquias cafeicultoras. Simultaneamente é possível ver e sentir as transformações advindas com o processo de urbanização e industrialização, as exigências de racionalização da vida social a partir do “mundo do trabalho” e novas ideias invadem o país e alimentam o ideário intelectual. Na busca pela implantação de processos científicos para a civilização da sociedade como ação

organizadora e disciplinadora Lobato encontra respaldo nas ideias sanitaristas, mas também nas elaborações de Henry Ford e, na sua concepção, Ford apresenta a proposta para aniquilar de vez a pobreza humana da face da terra através de valores como: disciplina, valorização do trabalho e do trabalhador e racionalização da produção.

Em 1917, cansado de ser fazendeiro e de lutar para reerguer a fazenda Buquira, herdada do seu avô, ele a vende. Feito isto, muda-se para a cidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, escreve a Rangel: “Para fazer alguma coisa, resolvi tornar-me editor. Começo publicando os contos do Valdomiro Silveira ...” (LOBATO, 1964: 151) Em 1918, comprou a Revista do Brasil e editou⁴ muitos volumes. Segundo Cavalheiro (1955):

A princípio os volumes surgem sob a chancela da “Revista do Brasil”. A editora funcionava na mesma sala da redação, com o mesmo pessoal, agora acrescido de um rapazinho de 19 anos, de nome Otales Marcondes Ferreira, que ali chegara para cuidar da escrita. “Tenho esperanças, escreve Lobato a Rangel, de que desta brincadeira da

⁴ Sobre o mercado editorial no Brasil nessa época, Cavalheiro (1955) afirma: “Convém recordar que até então não tínhamos tido verdadeiramente um editor nacional. Éramos um País sem leitores e sem oficinas tipográficas e os raros escritores que conseguiam aparecer, mandavam seus originais para Portugal. O Garnier, Briguier, Garraux e outras casas francesas que imprimiam suas edições em Paris, estavam, no fim do século, em decadência, seus lançamentos se espaçavam cada vez mais. Existia Francisco Alves, especializado, porém em obras didáticas. Esporadicamente publicava um ou outro medalhão, em geral membro da Academia Brasileira de Letras. Sem a possibilidade de se imprimirem, os intelectuais se retraíam, caindo a produção brasileira em estado de lastimável pasmaceira. / É quando surge Monteiro Lobato. Tendo impresso por sua conta, nas oficinas d’ “O Estado de São Paulo”, mil exemplares de “Urupês”, verificara, ao ter os volumes prontos para venda, que em todo o território nacional existiam somente trinta e poucas casas capazes de receber o livro. Não era possível, por tão poucos canais, o escoamento daquilo que se lhe afigurava um despropósito de volumes. Dirige-se então ao Departamento dos Correios, solicita uma agenda e constata a existência de mil e tantas agências postais espalhadas pelo Brasil. Escreve delicada carta-circular a cada agente, pedindo a indicação de firmas ou casas que pudessem receber certa mercadoria chamada “livro”. Com surpresa recebe resposta de quase todas as localidades. De posse de nomes e endereços assim obtidos, procura entrar em contato com os possíveis clientes, escrevendo-lhes longa circular, portadora de original proposta: “Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisas vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada “livro”? Va. Sa. não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro, batata, querosene ou bacalhau. E como V. Sa. receberá esse artigo em consignação, não perderá coisa alguma no que propomos. Se vender os tais “livros”, terá uma comissão de 30%; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com o porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa. / Quase todos toparam, e Lobato passou dos trinta e poucos vendedores anteriores, que eram as livrarias, para mil e tantos postos de vendas, entre os quais havia lojas de ferragens, farmácias, bazares, bancas de jornais, papelarias. O comércio de livros, que modorrava numa rotina galega, ganha impulso insuspeitado. As edições, que antes não ultrapassavam 400 ou 500 exemplares, e assim mesmo muito espaçadas, pulam imediatamente para três mil exemplares, e começam a surgir quatro, cinco, seis e até mais livros por mês. / “Isto é o melhor negócio que existe!” exclama Lobato, entusiasmado diante dos primeiros resultados. “Dizem que o Brasil não lê! Uma ova! A questão é saber levar a edição até o nariz do leitor, aqui, ou em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, no Acre, na Paraíba, onde quer que ele esteja, sequioso por leituras ... Livro cheirado é livro comprado, e quem compra lê. Se o Brasil não lia é porque os velhos editores, na maior parte da santa terrinha, limitavam-se a inumar os volumes nas poeirentas prateleiras das suas próprias livrarias, e quem quisesse que tome o trem, ou o navio, e vá ao Rio comprá-los. Umas bestas! O Brasil está louco por leituras. Só os editores é que não sabiam disso! ...” (CAVALHEIRO, 1955: 193 – 94)

“Revista do Brasil” me saía uma boa casa editora”. As esperanças se transformaram rapidamente em realidade. Em março de 1919 a oficina está funcionando, e a firma registrada na Junta Comercial: “Monteiro Lobato & Cia.”. (CAVALHEIRO, 1955: 195)

Segundo Cavalheiro (1955), Monteiro Lobato teve grande êxito nas suas atividades como empreendedor do mercado editorial e “em meados de 1920, a organização está bem estruturada, com não pequeno acervo de edições” (CAVALHEIRO, 1955: 196). Na década de 1920, na nova fase, dedica-se exclusivamente à carreira literária. Talvez pudéssemos dizer que Monteiro Lobato publica *Negrinha* (1920), *A Onda Verde* (1921), na empolgação das vendagens porque nessa época, tudo o que ele publica se vende⁵. Verifica-se também o interesse em veicular ideias para despertar o público leitor e acender polêmicas. A sua trajetória intelectual é marcada pela atitude de retomar velhos temas já debatidos à luz de novos contextos históricos e ideológicos.

No capítulo III denominado “O Brasil rural dividido entre a modorra e o progresso: escritos da década de 1920”, no item “Monteiro Lobato e o patriarcalismo”, apresentamos o pensamento do autor no contexto das ideias válidas entre alguns intelectuais sobre o patriarcalismo na década de 1910. Monteiro Lobato retoma o debate dessa década em 1920⁶, uma afirmação do seu modo de pensar pendular, pois retoma

⁵ Cavalheiro afirma: “Na verdade, a editora de Monteiro Lobato não deitara apenas sombra às concorrentes. Abafara-as inteiramente. Tomara conta do mercado. O catálogo de 1924 espelha o impulso tomado, diz bem um número de variedade de livros com que o escritor, afoitamente, inundara o Brasil. Poesias de Alfonsus de Guimarães, Vicente de Carvalho, Menotti Del Picchia, Ricardo Gonçalves, Cleómenes Campos, Francisca Júlia, Paulo Setúbal, Maria Eugênia Celso, Rosalina Coelho Lisboa, Ribeiro Couto, Medeiros e Albuquerque, Cesídio Ambrogi, Osvaldo Orico. Contos de Ribeiro Couto, Roque Callage, Álvaro Moreira, Léo Vaz, Carvalho Ramos, Valdomiro Silveira, Godofredo Rangel, Humberto de Campos, Gustavo Barroso, Cornélio Pires. Romances de Manoel Antonio de Almeida, Rodolfo Teófilo, Léo Vaz, Hilário Tácito, Oswaldo de Andrade, Carlos Dias Fernandes, Mário Sette, José Antonio Nogueira, Godofredo Rangel, Veiga Miranda, Paulo Setúbal, Lima Barreto, Menotti Del Picchia, Júlio Ribeiro, Visconde de Taunay, Manuel Galvez, Canto e Melo, Afonso Schmidt, Coelho Neto. Obras de filologia de João Ribeiro, Assis Cintra, Agenor Silveira. Livros de sociólogos como Oliveira Viana, Sampaio Doria, ou Ingenieros. Ensaio e estudos de autores da importância de Graça Aranha, Nestor Vitor, Martim Francisco, Alcides Maia, Miguel Osório de Almeida, Gilberto Amado, Almqüio Dinis, Amadeu Amaral, Fábio Luz, Artur Mota, João Pinto da Silva, SudMennucci. Livros técnicos, de Medicina, Higiene, Veterinária, Contabilidade, Gastronomia, Educação Física, Engenharia. História, Política e Viagens, com autores do porte de Paulo Prado, Saint Hilaire, Hans Staden, Rodolfo Teófilo, Adolfo de Freitas. Psiquismo e Ocultismo, Direito e livros didáticos, enfim não houve campo no terreno editorial em que a “Monteiro Lobato & Cia” a princípio, e a “Cia Gráfica-Editora Monteiro Lobato” depois, não tivessem feito incursões. (CAVALHEIRO, 1955: 199 – 200)

⁶ Segundo Skidmore (2003) na década de 1920 a economia brasileira não é mais tão dependente do setor agrário, apesar do país depender das exportações de café. Essa década é marcada pela diversificação da economia: “Embora a economia brasileira saísse dos anos de guerra com inflação alta, ela demonstrou ser notavelmente elástica na década de 1920. O país ainda dependia pesadamente das exportações de café, como antes da Primeira Guerra Mundial, mas, felizmente, os preços mundiais para as exportações brasileiras começaram a subir em 1923 e haviam mais do que dobrado em torno de 1925, nível esse que se manteve com apenas um ligeiro declínio até a crise de 1929. Esses preços elevados possibilitaram ao

velhos temas a luz de novos contextos. Ele suscita questões perturbadoras sobre a característica do desenvolvimento brasileiro. O país passara por um processo de profundas transformações como a Abolição da escravatura, a nova exploração do trabalho, agora livre e logo após a proclamação da República, sem a incorporação da mão de obra negra e liberta ao mercado de trabalho. Em “Negrinha”, conto publicado pela primeira vez em 1920, no livro⁷ de mesmo nome, apresenta uma sociedade rural com a predominância do patriarcalismo. O Brasil convive com as consequências da transição do trabalho escravo para o livre e também da Proclamação da República. Monteiro Lobato critica os mandos e desmandos da proprietária de terras e cafeicultora, D. Inácia, praticados contra a menina “Negrinha” uma criança filha de mãe escrava. O conto é ambientado na passagem do trabalho escravo para o livre. Lobato retoma uma crítica feita na década de 1910 aos fazendeiros valparaibanos. Eles exerciam o patriarcalismo na forma de exigências de atenção governamental aos negócios cafeeiros e as várias lamúrias pelos protecionismos e cargos públicos. A crítica ao patriarcalismo no conto “Negrinha” se apresenta em outros termos: é uma denúncia dos maus tratos da elite proprietária contra os descendentes de escravos. Nesse conto objurga o rural passadista e escravocrata e o poder nefasto da elite proprietária nas relações com seus ex escravos. Ao mesmo tempo não critica a escravidão como instituição e nem a estrutura política social inviabilizadora da inserção dos ex escravos ao mercado de trabalho em expansão. No conto “O jardineiro Timóteo”, denuncia a exclusão do negro do projeto de modernização social e político promovido pela nova família de fazendeiros. Eles chegam à fazenda, ansiosos por modernização. Assim tudo transformam, porém a

Brasil aumentar suas exportações em 150% entre 1922 e 1929, período no qual a indústria brasileira foi capaz de duplicar suas importações de bens de capital (o elemento essencial para a industrialização subsequente). O que esses dados nos dizem é que o Brasil estava usando boa parte de seus ganhos com a exportação para financiar as importações necessárias à industrialização. Em outras palavras, o Brasil estava diversificando sua economia afastando-se da dependência da agricultura”. (SKDIMORE, 2003: 141)

⁷*Negrinha* foi publicado pela primeira vez em 1920, essa edição continha os contos: *Negrinha*, *Fitas da Vida*, *O drama da geadá*, *O Bugio moqueado*, *O jardineiro Timóteo* e *O colocador de pronomes*. Segundo Alice Mitika Koshima nos anos 20: “... as atenções centrais de Monteiro Lobato nessa época estavam voltadas para assuntos empresariais. Questões do tipo: “se vale mais a pena lançar livros inteiros” a quatro mil-réis, ou “meio livro” a 2\$500, eram resolvidas experimentalmente por Monteiro Lobato com o lançamento de “um verdadeiro filhote de livro – *Negrinha*”. (KOSHIAMA, 2006: 81) Na segunda edição foram acrescentados contos e formam o conjunto de 22 narrativas: *Negrinha*, *As fitas da vida*, *O drama da geadá*, *O Bugio moqueado*, *O jardineiro Timóteo*, *O fisco*, *Os negros*, *Barba Azul*, *O colocador de pronomes*, *Uma história de mil anos*, *Os pequeninos*, *A facada imortal*, *A policetemia de Dona Lindoca*, *Duas cavalgadas*, *O bom marido*, *Marabá*, *Fatia de Vida*, *A morte do Camicego*, *"Quero ajudar o Brasil"*, *Sorte grande*, *Dona Expedita* e *Herdeiro de si mesmo*.

estrutura fundiária permanece a mesma e a casa grande como referência do poder patriarcal é reformada com objetos e materiais modernos. Com estes textos publicados, talvez tivesse a intenção de incomodar as velhas elites cafeeiras sobre o problema da violência contra o negro, resquícios da mentalidade escravocrata e a não inserção dessa mão de obra⁸ ao mercado de trabalho em ascensão no Brasil⁹. Talvez pudéssemos dizer que Lobato tira esses contos da gaveta e os publica no contexto da década de 1920.

Nesse contexto do debate nacional está Lima Barreto (1881 – 1922), escritor de “Os Bruzundangas”, livro publicado em 1917: uma sátira crítica à República do Café. Ele observa e critica os custos dessa cultura para os cofres públicos, critica o patriarcalismo, na forma dos mandos e desmandos dos coronéis, o latifúndio improdutivo e os pobres onerados através da cobrança de impostos e taxas dispendiosas. Expusemos o pensamento de Hugo de Carvalho Ramos (1895 – 1921) no conto “Gente Ordinária” de 1917. Ele critica as espoliações sofridas pelos pobres uma consequência do patriarcalismo severo e autoritário. E também Coelho Neto (1864 – 1934), no texto “Póvoa Feudal”, explicita a vida de misérias e maus tratos vivenciados pelos negros remanescentes da escravidão no interior do patriarcalismo, apesar de não criticar a mesma como instituição.

No artigo “As fitas da vida”, escrito em 1917, e publicado no livro *Negrinha* em 1920, Lobato apresenta, com entusiasmo, a prosperidade rural da região do Oeste Paulista construída pela mão de obra estrangeira e pelos fazendeiros destemidos e empreendedores. As ações desbravadoras dos agentes civilizatórios mudam a paisagem inóspita da região através do trabalho disciplinado e incansável. A economia agrária

⁸ Uma curiosidade reveladora da ambiguidade na sua forma de pensar, pois no conto “As fitas da vida” quando retoma o tema da imigração, ele a defende por considerar os imigrantes italianos mais preparados para os trabalhos nas lavouras e na indústria e não tem um projeto de defesa da incorporação dos negros ao mercado de trabalho no Brasil.

⁹ Segundo Skidmore (2003) o ano de 1922 foi marcado pelo ingresso do Brasil no movimento modernista. São Paulo foi a cidade escolhida para sede das manifestações modernistas. “Não foi por acaso que o novo movimento iria primeiro aparecer na cidade brasileira cujo progresso material melhor a autorizava a reivindicar o título de ‘moderna’”. (...) “Essa revolta artística era alimentada também por uma nova atitude em relação aos afro-brasileiros. O começo da República havia sido dominado pelo dogma do “branqueamento” – uma crença da elite que aceitava a superioridade “científica” dos brancos (conforme pregado nos círculos eruditos dos EUA e da Europa) e supunha que, no decorrer do século seguinte, o Brasil praticamente “alvejaría” o elemento não branco. Paralelamente a isso havia a concepção de que o africano *de per si* (como na arte e religião afro-brasileiras) era primitivo e bárbaro. A Semana de Arte Moderna deu o seu grito de resistência contra o racismo e os preconceitos que vigoravam contra os negros na sociedade brasileira”. (SKIDMORE, 2003: 147- 48) Como vemos Lobato parece ter se adiantado em relação aos modernistas, denunciou em 1920 os maus tratos e preconceitos da elite cafeeira em relação aos negros remanescentes da escravidão. Pode até ser que ele tenha escrito esse conto antes de 1920.

próspera, para o autor, seria o caminho para o desenvolvimento da nação. Segundo Skidmore (2003), na década de 1920 a economia brasileira se diversifica e não depende tanto do setor agrário. Entretanto o café ainda é o “carro chefe” das exportações brasileiras com preços vantajosos para o equilíbrio da balança de pagamentos. Com os valores adquiridos pelas vendas no mercado exterior, o Brasil compra e paga os produtos importados tão necessários à sua industrialização. Talvez, por esse motivo Lobato retoma o debate sinalizado na década de 1910. Ele vê a importância do café como produto gerador da acumulação de capital para o progresso material da nação. Apesar de apresentar algumas ressalvas como veremos mais adiante.

Como mostramos anteriormente, Lobato se revela um grande leitor de Euclides da Cunha (1866 – 1909). Neste caso, observamos Euclides e suas ideias sobre a imigração para compará-las com as de Lobato. Os dois autores fazem a defesa da entrada dos imigrantes. Na visão de ambos, os imigrantes contribuem com o trabalho disciplinado e racionalizado para o progresso da nação. Ideias diferentes das de Silvio Romero e Alberto Torres (1865 – 1917), defensores da incorporação do “elemento nacional” ao mercado de trabalho.

No conto “A onda verde”, publicado em 1921 no livro¹⁰ de mesmo nome, Monteiro Lobato desenvolve a sua visão sobre a “onda verde” dos cafezais como grandiosas plantações invasoras e derramadas pelas grandes extensões de terras roxas e férteis da região Oeste, com o grilo sempre à frente. Lobato denuncia as características do desenvolvimento capitalista brasileiro baseado na violência e exclusão dos mais pobres ao acesso à terra e a vigência de condições inadequadas de trabalho. Também apresenta uma crítica ao novo fazendeiro negligente com a lavoura e os amadorismos, em muitos casos apresentados na maneira de pedirem empréstimos aos bancos para financiamento da agricultura e, no entanto, na hora da prestação de contas, não tinham nada para receber, todo o ganho ficava para os credores. Crítica também o governo na cobrança de impostos pesados as atividades da agricultura. Na década de 20, também predomina no pensamento de Lobato a forma pendular. Isto é, ele dialoga com a decadência porque viu o declínio do café na região do Vale do Paraíba, e o “progresso nômade” causador de paralisias irreversíveis, ao mesmo tempo vislumbra uma ruptura,

¹⁰A *Onda Verde* publicado pela primeira vez em 1921, contém vários artigos e contos, são eles: A onda verde, O “grilo”, A lua córnea, O incompreendido, Veteranos do Paraguai, Os eucaliptos, Os tangarás, O pai da guerra, “Homo Sapiens”, Luvras, Dramas de crueldade, Dialeto Caipira, Os livros fundamentais, Condes, Uruguaiana, O dicionário brasileiro, O 22 de “Marajó”, A arte americana.

a partir da ideia de progresso sinalizada na economia cafeeira próspera da região Oeste do estado de São Paulo.

No capítulo IV, adentramos a década de 1930, quando Monteiro Lobato faz a crítica do processo de desenvolvimento da cafeicultura em São Paulo no novo contexto das suas ideias de defesa da industrialização. Sobressai a sua forma de pensar pendular, pois retoma a questão do Brasil rural e defende o desenvolvimento agrário baseado em educação e condições tecnológicas e industriais para a superação do atraso. Nessa década, o Brasil passa por transformações radicais e segundo Bosi (1987), “a Revolução de 1930 põe fim à hegemonia da burguesia do café¹¹” (BOSI, 1987: 112). Conforme Cavalheiro (1955) Monteiro Lobato “passara quatro anos e alguns meses” nos Estados Unidos. Quando volta ao Brasil ele compara o atraso nacional com o desenvolvimento da nação norte-americana, e passa a exigir uma condição industrializada para a nação. Defende não só a industrialização, mas também a mudança de mentalidade do brasileiro. Tem esperanças do Brasil urbano e rural aprender com as lições de prosperidade dadas pelos norte-americanos. Inventivos e inovadores incorporaram a máquina ao sistema produtivo e por esse motivo a economia rural passava por crises de superprodução, condição bem diferente do Brasil, pois amargava precárias dificuldades na economia rural. Para Lobato a civilização conquistada por São Paulo através da cafeicultura não perduraria por muito tempo se não fosse cultivada através da educação técnica e industrial e aplicação desses conhecimentos científicos nos processos de trabalho com a agricultura. Ele critica as ações do governo nascido com a Revolução de 1930, pois sobretaxou a produção cafeeira: “A Ditadura agravou sobretudo o velho erro da República Velha de taxar a produção. Taxar quer dizer embaraçar, restringir a liberdade da produção, inferiorizá-la, pô-la em posição subalterna na luta com a similar de outros povos”. (LOBATO, *Prefácios e Entrevistas*, 1964: 105)

¹¹ Segundo Bosi (1987) “... o reajuste, obtido após um doloroso processo de gestação – marcado pela Revolução de 1932, a Ação Integralista, a liquidação do tenentismo como movimento autônomo, a Aliança Nacional Libertadora e a tentativa insurrecional de 1935 – significa uma guinada importante no processo histórico brasileiro. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe operária é a condição do populismo; a perda do comando político pelo centro dominante, associada à nova forma de Estado, possibilita, a longo prazo, o desenvolvimento industrial, no marco do compromisso; as Forças Armadas tornam-se um fator decisivo como sustentáculo de um Estado que ganha maior autonomia, em relação ao conjunto da sociedade. (BOSI, 1987: 113)

Capítulo I

O BRASIL RURAL É SINÔNIMO DE ATRASO E DECADÊNCIA ESCRITOS DA DÉCADA DE 1900

[...] pois vim ver se Areias existia e fiquei. Areias, Rangel! Isto dá um livro a Euclides (e, por falar, Euclides passou uns tempos aqui, ocupando exatamente o quarto que é o meu). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi. Fogem da anemia do presente por meio duma eterna imersão no passado. Há casos, há crimes estupendos do período da passada grandeza. Um capitão-mór que passou 80 anos a juntar moedas de ouro – patacões. Um dia a varíola o apanha – e da cama, morre não morre, todo postulas, assiste ao saque. A “escravatura” roubou-lhe tudo. O processo, o júri, a condenação dos negros ... Impossível dar uma ideia do drama em simples carta a galope. Talvez eu te conte no minarete.

Monteiro Lobato (A Barca de Gleyre volume I, 1964:167)

1. *Cidades Mortas* e as elites rurais derrocadas

Entre os aspectos mais significativos da Primeira República, constituintes das mais reveladoras preocupações da literatura de Monteiro Lobato nas décadas de 1900 e 1910, figuram a decadência da agricultura cafeeira na região do Vale do Paraíba e a sua migração para o Oeste Paulista, pois no final do século XIX a lavoura cafeeira valparaibana perde sua hegemonia de região predominantemente cafeeicultora para a produção da região do Oeste do estado de São Paulo. Transição vista e vivida por Lobato como filho de uma família oligárquica cafeeira¹² na região do Vale do Paraíba, é tema recorrente em *Cidades Mortas*, uma coletânea de textos escritos entre 1900 e 1910 e publicada somente no ano de 1919. Neste livro, Monteiro Lobato recria literariamente fatos e glórias passadas da produção rural cafeeira de forma saudosa. Diferentemente da nostalgia romântica, porém, sua expectativa, a princípio, não parece ser a volta a esse passado rural e, sim, a sua superação. Lobato chama a atenção do leitor para o triste estado de declínio e decadência da região agrária valparaibana.

Monteiro Lobato traz para o leitor o rural valparaibano visto por ele como atrasado e decadente, elabora sua interpretação da transição histórica da agricultura cafeeira da região. Segundo pensa Lobato, a pujança de ontem do Vale do Paraíba teria migrado para o Oeste Paulista através do “progresso nômade”.

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: o nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles de uma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 21)

Monteiro Lobato termina o curso de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas no largo São Francisco, na capital paulista em dezembro de 1904. No mesmo ano retorna

¹²Conforme Sergio Miceli (2001), no livro *Intelectuais à brasileira* José Bento Monteiro Lobato foi “Filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, teve a educação esmerada que em geral recebiam os jovens dessa fração da classe dominante. A morte de seu pai ocorre no momento em que cursava os preparatórios então exigidos para matrícula no curso superior. Como para seu avô, o visconde de Tremembé, não houvesse outro caminho possível a não ser torná-lo um bacharel, nem mesmo lhe permitiria tentar o ingresso na Escola de Belas-Artes ou na Escola de Engenharia, as duas outras alternativas entre as quais podia se dar ao luxo de hesitar um herdeiro de quase 2 mil alqueires. (...) (MICELI, 2001: 98)

para Taubaté, sua terra natal, e segundo Cavaleiro (1955) “Taubaté era então o que ainda hoje continua a ser: a cidade mais importante do Vale do Paraíba. Bancos, escolas, fábricas, jornais, bandas de música, hipódromo, teatros, movimentam o núcleo urbano. Em derredor, em terras do município, grandes propriedades agrícolas”. (CAVALHEIRO, 1955: 93) Mas Lobato sente-se um exilado, acaba de chegar da “libérrima vida estudantina de São Paulo” e a cidade valparaibana lhe parece uma “aldeia sonolenta”, ele escreve uma carta ao amigo Godofredo Rangel sobre suas primeiras impressões das “cidades mortas”, o viver rural e seus costumes, agora percebidos pelos olhos do ex-estudante de Direito:

Aqui no exílio a modorra é um mal ambiente que derruba até os mais fortes. Exílio, Rangel, pura verdade! Saltar da libérrima vida estudantina de São Paulo e vir cair neste convencionalismo de aldeia, com trabalhos forçados ... Sinto-me rodeado de conspiradores; todos tramam o meu achatamento. Tudo quanto mais prezávamos – o nosso individualismo, etc. é crime de lesaldeia, de que o vigário, os parentes e as mais ‘pessoas gradas’ nos querem curar. Ideal é fazer de nós mais uma ‘pessoa grada’, mais um ‘cidadão prestante’. É arredondarmos como um pedregulho, lixar-nos todas as arestas! Um homem aqui só fica ‘grado’ quando se confunde com todos os outros e é irmão do Santíssimo Sacramento (LOBATO, *A Barca de Gleyre I*, 1964, 11ª edição: 84 e 85)

Lobato constrói a ideia de rural em oposição ao urbano, o rural é visto por ele como exílio, letargia responsável por derrubar os ânimos das pessoas mais fortes e, neste caso, não é rural só de agrário, embora também o fosse. É rural no sentido de um modo de viver pautado pela ética da convivência e das relações sociais da comunidade, “com trabalhos forçados”, onde, particularmente, o individualismo e a não religiosidade são “pecados de lesa aldeia” como diz. Ao observar o viver rural e suas tradições o ponto de vista do nosso autor se revela urbano, letrado e com pretensões cosmopolitas, ligado à ideia do tempo como um fator de trabalho, produção e acumulação de riquezas. Em carta ao amigo Godofredo Rangel, ele confessa a sua indisposição para participar das missas e dos eventos comemorativos do lugar. Como consequência os parentes o pressionam, o vigário pergunta por ele, os amigos da família exigem a sua presença e ele se sente incomodado e constrangido no papel de “cidadão prestante”. Em contraste com esse modo de vida, com suas convenções e sociabilidade com apreço pela comunidade, estaria a sua vivência acadêmica advinda das salas de aula e também no pátio da faculdade de Direito localizada no Largo São Francisco, nas “repúblicas”, nos cafés, um estilo de vida pautado pela convivência com os amigos estudantes, pela

liberdade de ir ou não a determinados lugares. Conforme Cavalheiro (1955), após o término das aulas, os estudantes se encontravam nos cafés onde continuavam os debates iniciados dentro das salas de aula. Muitas vezes eram críticas sobre a caducidade e arcaísmos de autores utilizados por seus mestres. Esses eram alguns dos aspectos da vida na capital paulista onde a “boemia literária”¹³ ocupava lugar de destaque entre os estudantes.

Comparadas à cidade de São Paulo e seus 240.000 habitantes, seu projeto modernizador inspirado na *Belle Époque*¹⁴ europeia e capitaneado pelo prefeito Antônio da Silva Prado, “ex-conselheiro do Império, fazendeiro, industrial e influente paulista, que permaneceu no cargo até 1911 – ano em que é inaugurado o Teatro Municipal” (COSTA e SCHWARCZ, 2000: 34 e 35), as cidadezinhas do Vale do Paraíba parecem viver em outro tempo, como observaria em outra carta a Rangel, em abril de 1907, na qual, além do exílio, reforça a ideia de um viver atrasado e provinciano caracterizado pelas atividades religiosas, com as procissões atravancando as ruas e a quebra do silêncio tão característico daquelas paragens. Com o amigo falaria da “feiura” dos habitantes do lugar revelando um olhar decadentista sobre os homens e mulheres pobres rurais, ridicularizando as suas características físicas e sociais:

... uma lástima sem nome o que me acontece, o que acontece a este teu amigo exilado neste lugar provinciano onde a Semana Santa assume foros de Panateneia e o padre Valois é ouvido como outro Bossuet. /

¹³ Conforme escreve Azevedo, Camargos e Sacchetta (1997) “Mas era para além dos muros da academia que Lobato vivenciava, com um círculo de amigos – nem todos egressos do Largo de São Francisco, embora profundamente ligados por “misteriosa afinidade mental” -, o lado mais emocionante e poético da sua existência. No Cenáculo, como se autodesignavam, “o poeta chamava-se Ricardito, o filósofo Albino, o diletante Cândido, a alma Raul, o talento Rangel, o jornalista Tito, o orador Lino, mais tarde entrou um espírita, Júlio, e um místico, Nogueira”. Lobato recorda o primeiro encontro do grupo, em 1902, ainda no quarto de Cândido Negreiros, à Rua do Paredão. Deslumbramento. “Foi a noite dos projetos grandiosos, essa. O Cenáculo ia reformar o mundo, modificar as leis do universo. Uma arte nova ia surgir, uma ciência e uma filosofia inéditas”. (AZEVEDO, CAMARGOS e SACCHETTA, 1997: 34)

¹⁴ Segundo Nicolau Sevcenko (1999): “A situação era realmente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumular-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais. Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, São Paulo e os Estados do Sul, Espírito Santo, e o *hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte até Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão-de-obra”. (SEVCENKO, 1999: 27)

Enquanto te escrevo, o foguete e a música atroam os ares, espantam os silfos invisíveis, matam a tiros de pólvora e guinchos de latão essa incomparável música chamada Silêncio. E passa uma bandeira vermelha, chamada o Divino, com fitas pendentes que vão recebendo os beijos de todas as beatas; e corre a salva do Divino para pingamento de níqueis. O Divino é um passarinho amarelo na ponta de um pau. Tudo África, neste século de Ruskin e do *arbor-day*. / Há uma semana que estou preso em casa porque lá fora a semana é santa. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito consumo de aguinhas e fumaças cheirosas, e litanias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catiungenta e suada. Sovacos ambulantes. A *cohue*, Rangel; a *cohue*, Rangel. A carapinha assanhada, a venta larga “fuzilando”, o coronel, o chale das mulheres, o chapéu-duro e a roupa preta das “pessoas gradadas”. Rangel, Rangel ... Os olhos cansam-se de feiuras semoventes, Que *urbs*, estas nossas!. As casas são caixões com buracos quadrados. E nem sequer os velhos beirais: inventaram agora o horror da platibanda. Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens, há macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia. / A Plebe, só ela, com seu *fatras* democrático e religioso, a expluir vulgaridade e chateza. (LOBATO, *A Barca de Gleyre I*, 1964, 11ª edição: 157 e 158)

Na construção da sua crítica estabelece a relação com o evolucionismo: os habitantes do Vale do Paraíba seriam seres envolvidos na escala hierárquica das raças. As mulheres eram vistas como “macacas” e “macaquinhas” e os homens como “macacões”. E Lobato vingava-se da “feiura” desses habitantes e das suas manifestações de religiosidades “lendo Nietzsche, lendo Goncourt, lendo até Kant e Hartmann”.

Em contraposição à sua ideia de rural como sinônimo de atraso, a construção do urbano feita por Lobato é vinculado a um determinado conceito de progresso, entendido como modernização ligada ao dinamismo das cidades urbanizadas. No conto *Cidades Mortas* escreve:

Até o ar é próprio; não vibram nele fonfons de auto nem cornetas de bicicletas nem campainhas de carroça nem pregões de italianos nem *ten-tens* de sorveteiros, nem *plás-plás* de mascates sírios. Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas na torre da igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam o céu. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 23, grifos do autor)

A sua representação do urbano é caracterizada pela agitação e movimento das vias públicas e seus rumores, elementos vinculados aos signos do mundo moderno e traduzem o dinamismo do trabalho a todo vapor na zona urbana, entendida como a cidade de São Paulo e também as cidades da nascente região cafeeira do Oeste

Paulista: o barulho dos autos traduz a liberdade dos indivíduos se locomoverem com certa velocidade pelas ruas, e as “cornetas de bicicletas”, “campainhas de carroça”, “pregões de italianos”, “*tem-tens* de sorveteiros” e “*plás-plás* de mascates sírios” sugerem a valorização da dinâmica social promovida pelo trabalho dos imigrantes. Essa mão-de-obra livre e assalariada é incorporada pelo comércio e nascente indústria nacional. O trabalho autônomo realizado pelos imigrantes estrangeiros é valorizado por Lobato como forma de emancipação econômica. Também o Oeste Paulista congrega mão-de-obra estrangeira e prospera a olhos vistos. Em contraposição, há uma vida colonial rural silenciosa, sonolenta e atrasada no Vale do Paraíba, sem a agitação urbana e sem a velocidade características da dinâmica social do trabalho, cujo silêncio só é quebrado quando o sino da igreja toca, as andorinhas chilreiam e os raros carros de boi passam. “O cincerro de tropas raras” indica as tropas de outrora carregadas de mantimentos não passam mais por ali e, sem a circulação de dinheiro, não haveria grande circulação de mercadorias. O canto das baitacas no cruzar o céu é a consagração do viver rural pacato. Monteiro Lobato reclama uma dinâmica social urbana e laboral, relacionadas à sua ideia de progresso, inexistente nas cidades mortas do Vale do Paraíba, identificadas com a decadência e a irracionalidade. Um olhar pautado pela sua formação jurídica vivenciada na cidade de importante expressão econômica e cultural como São Paulo e também pela dinâmica dos negócios de sua família da qual é herdeiro.

No mesmo livro *Cidades Mortas*, há o conto “A vida em Oblivion”. Nele, mais uma vez, o autor observa a marcha do progresso e do desenvolvimento urbano das cidades como São Paulo em contraposição à atrofia e decadência rural da cidade fictícia de Oblivion. Ao nomear a cidade literária como um sinônimo de esquecimento (do latim *oblivione*, esquecer), o autor sugere mais uma das cidades mortas do Vale do Paraíba. Esta não conseguiria acompanhar o desenvolvimento e nem o progresso e, na marcha da civilização, permaneceria como um soldado fraco e solitário, plantado à margem do caminho, com o olhar posto no passado:

A cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados na nuvem de poeira erguida além. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 25)

Lobato observa o desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro, a região rural do Vale do Paraíba enfraquecera na batalha do desenvolvimento capitalista e ficara para trás em contraposição a outras cidades dinâmicas: “Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe à fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por intermédio de humilde ramalzinho”. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 25)

A civilização desviada da região sob o olhar urbano e ilustrado é retratada através do telégrafo facilitador da comunicação com o mundo e todas as outras possibilidades dela advindas e das estradas de ferro, no processo civilizatório da era cafeeira elas contribuía para o escoamento do café para o mercado de consumo interno e externo. A velocidade sobre os trilhos diminuía o isolamento entre as zonas rurais e urbanas e abriam novos caminhos para a acumulação capitalista brasileira e consequentes investimentos em outros setores da economia nacional. A dinâmica de trabalho produtivo representada pela região próspera do Oeste Paulista e da cidade de São Paulo é a referência de progresso material para Lobato nesse momento. Essa é a civilização inexistente na cidade de Oblivion, ao contrário, o rural decadente se sobressai como a imagem de uma “vovó entrevada, sem netos”, estéril, decaída na margem do caminho e sem esperanças de reverso dessa situação, ela chora as saudades do passado de glória. Uma vida rural vivenciada de maneira parasitária em um lugar distante, situado na depressão profunda entre as montanhas de relevo fortemente desnivelado e de difícil acesso e, por esse motivo, não é um lugar lembrado nem frequentado pelas pessoas: “O mundo esqueceu Oblivion, rica e lépida no passado, como os homens esquecem a atriz famosa tão logo se lhe desbota a mocidade. E sua vida de vovó entrevada, sem netos, sem esperança, é humilde e quieta como a do urupê escondido no sombrio dos grotões”. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 25)

A civilização, o progresso e a urbanização esqueceram Oblivion e esse foi o saldo: abandono, isolamento, atraso e esquecimento. Oblivion era uma cidade humilde e quieta como o “urupê escondido no sombrio dos grotões”, vivia nas trevas do silêncio, da incivilidade, da vida acanhada, da aldeia com suas convenções sociais, da falta de individualismo e individuação. No pensamento de Lobato verifica-se um profundo sentimento de decadência, pois o rural do Vale do Paraíba não poderia mais ser salvo, porque caíra em estágio de deterioração e exaustão irremediáveis.

Monteiro Lobato viveu a transição histórica da economia agrária do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista na condição de filho de uma família oligárquica cafeeira muito próspera nessa região nos negócios cafeeiros, Segundo Campos (1986):

No final do século XIX, a família de Monteiro Lobato, enriquecida em consequência da primeira expansão do café, já não podia ser considerada rica. Assim, as relações sociais herdadas por Monteiro Lobato certamente foram bem mais importantes do que a fazenda Buquira, que recebeu em 1911, com a morte do avô. (CAMPOS, 1986: 4)

Lobato vê a decadência da economia rural como sinônimo do viver mórbido da elite cafeeicultora, no passado se considerava imbatível, eterna e sólida como atestam os “soberbos casarões apalaçados”. Um passado de grandeza econômica, mas também de ostentação e luxo, de poderio senhorial sobre criados, funcionários, sacerdotes e escravos. Um poderio calcado no *status* social e econômico e que, na verve do escritor, teria ruído, tanto o poder patriarcal quanto o “lugar social” dessa elite, pois vê a ruína no símbolo pretérito de poder:

Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial – o carro de boi. / Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 22)

Para o escritor, a “morte” do *status* social dessa elite estaria materializada na paisagem – segundo se percebe nos seus escritos – desolada e mortiça da região do Vale do Paraíba. A julgar pelas imagens tétricas desenhadas pelo escritor para descrever esta ‘era de decadência’, podemos concordar com Ana Luiza dos Reis Bedê (2007) quando afirma haver em Lobato influências intelectuais dos literatos decadentistas do fim do século¹⁵. A ideia de decadência, tal como proposta por Arthur Herman (1999) no livro *A ideia de decadência na história ocidental*, não deixa de ser contraposta pela ideia de progresso e parece interessante pensar essa perspectiva nos escritos do primeiro Lobato.

¹⁵ A autora Ana Luiza Reis Bedê (2007) analisa a influência exercida por Guy de Maupassant no pensamento de Monteiro Lobato e pergunta: “Por que Lobato queria contos que tivessem dramas ou que deixassem entrever dramas? Talvez uma das razões seja o seu anti-romantismo. [...] o criador de Jeca Tatu revelou-se um dos mais acirrados críticos da visão idealizada dos índios nos romances de José de Alencar e dos caboclos nos contos de Bernardo Guimarães. Deste último afirmou, em “Oblivion” de “Cidades Mortas”, que lê-lo “era [...] ir para a roça adjetivada por menina de Sião”. (BEDÊ, 2007: 137)

Os escritos de *Cidades Mortas* têm como contraponto a região ascendente e próspera do Oeste Paulista. Nos escritos deste período aparece uma estrutura de pensamento que escolhemos denominar de pendular, isto é, dialoga com a decadência ao mesmo tempo vislumbra uma ruptura, a partir da ideia de progresso sinalizada na economia próspera, e também na nova forma urbana observada na região de Ribeirão Preto. Neste progresso haveria outra forma de civilização e, para Monteiro Lobato, inclui o papel desempenhado pela ciência e aparato tecnológico aplicado para o progresso da vida material, também a emancipação econômica resultante do livre comércio e da posse da propriedade. Segundo Herman (1999), esses são os pilares do pensamento global moderno e, como veremos mais adiante, Monteiro Lobato ao escrever na década de 1900 e 1910, só poderia estabelecer um diálogo peculiar com essas ideias, pois os aspectos do “livre comércio e emancipação econômica” ainda não dispensavam por parte do fazendeiro de café o protecionismo governamental¹⁶ e as heranças da escravidão presentes nas relações de mando patriarcais. Se o patriarcalismo do Vale do Paraíba parecia ter um destino funesto, aquele prenunciado na “região nova” era a medida de progresso possível para o contraponto do nosso escritor.

São irônicos os dizeres de Lobato sobre a “dinâmica social” das famílias perdedoras, apesar de serem ramos novos descendentes de famílias tradicionais, amargavam um viver decrépito e mórbido:

Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes, mortijas de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa à força de goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros, *crayons*, figurando efígies de capitães-mores de barba em colar. Há sobre os aparadores Luis XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas nem se guardam os nomes dos enquadrados – e por tudo se agruma o bolor rancido da velhice. / São os palácios mortos da cidade morta. / Avultam em número, nas ruas centrais, casas sem janelas; só portas, três e quatro: antigos armazéns hoje fechados, porque o comércio desertou também. Em certa praça vazia, vestígios vagos de “monumento” de vulto: o antigo teatro – um teatro onde já ressoou a voz da Rosina Stolze, da Candiani ... (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 22)

O olhar capta a grandeza do passado. A prosperidade dos resultados obtidos com a produção cafeeira era responsável por conferir *status*, posição social e política, riqueza econômica e o financiamento das expressões culturais refinadas de origem europeia. Em

¹⁶Como veremos mais adiante.

carta endereçada a Godofredo Rangel, no dia 18 de janeiro de 1907, Monteiro Lobato se mostra fascinado com as novas possibilidades do nascente Oeste Paulista, representado como o lugar de novos “costumes, hábitos e ideias”, diferente do clima mórbido do Vale.

Monteiro Lobato contrapõe as características da cultura da cidade de São Paulo representação do progresso através do urbanismo cosmopolita e da dinâmica social do trabalho com o progresso da nova região próspera do Oeste Paulista. Dessa nova região, elogia os elementos criticados ao falar da decadência do Vale do Paraíba causada principalmente pela forma como os fazendeiros desperdiçaram as riquezas através do consumo irracional. Muitos foram viver tempos em Paris ou mandavam os filhos desperdiçadores das fortunas da família nos cabarés, na boemia, na boa vida e no apreço pela cultura dos bordéis, sem preocupação de investir na lavoura para perpetuar a produtividade e a solidez da economia agrária. No entanto, ao ver o fazendeiro do Vale como responsável pela derrocada, pois fortunas foram gastas de forma irracional pelos seus filhos esbanjadores, elogia e entende como progresso a mesma forma de esnobismo e ostentação dos cafeicultores do Oeste Paulista¹⁷.

Um exemplo de pensamento contraposto às críticas à elite cafeeira de Monteiro Lobato é Paulo Prado, em 1925 escreve *Paulística* e reclama a estirpe empreendedora, afirma a superioridade do cafeicultor paulista considerada uma raça de nobres, brancos portugueses e não se cansavam de exaltar e honrar a sua própria ascendência, à frente da economia agro exportadora e na condição de elite aristocrática. Diferente, portanto, do restante da população do país, pobre, miscigenada por raças múltiplas e de resultado duvidoso. Porém, essa “raça de fortes” perdia sua característica de elite agrária

¹⁷ Em perspectiva comparativa ao pensamento de Monteiro Lobato sobre a decadência da elite cafeeira, citamos o estudo de Oliveira Viana¹⁷ *Populações Meridionais no Brasil* publicado originalmente em 1918, período diferente da crítica de Monteiro Lobato, “Cidades Mortas” é escrito em 1906, mas importante para entendermos a sua visão da elite agrária brasileira. Nesse livro, ao falar das populações rurais, mais precisamente do fazendeiro patriarcal, proprietário de terras, escravos e agregados, Oliveira Viana o descreve como “poderosa aristocracia rural” e constitui o elemento ariano da nacionalidade, uma raça superior porque preserva a característica do povo português, brava gente cheia de qualidades, características adaptadas ao meio rural brasileiro. Oliveira Viana enaltece os conquistadores portugueses considerados poderosos e senhores do governo da nação. Ele fala da classe proprietária rural como uma raça de descendência portuguesa moralmente superior e preparada para ensinar hábitos e costumes ao povo brasileiro, diferentemente dos caipiras e matutos, denominados por ele de a “plebe rural”, “classes inferiores” formadas através do casamento de uma mulher com vários homens, dessa forma os laços familiares seriam solúveis e instáveis, enfraquecedores do poder do pai, e contribuiria para a propensão de falhas morais na sociedade. A moral autoritária e austera é presença marcante no pensamento de Oliveira Viana, ela contribuiria para a coesão social, uma marca pertencente à aristocracia rural. (VIANA, 1973: 51) Gilberto Freyre também elogia a aristocracia senhorial no livro *Casa Grande e Senzala*.

dominante com a chegada dos imigrantes, internos e externos, para o trabalho na indústria, no comércio e no campo, essa energia laboral e empreendedora ofusca o viver social e tradicional dessa elite, pois permanece inerte e desolada diante das mudanças ocorridas:

A aristocracia rural era o último reduto do tipo ancestral, degenera, se extingue e se transforma no industrialismo cosmopolita, e sem laço íntimo e profundo que a liga ao solo – na sua vida social e na sua vida política – estrangeira na própria terra, assiste inerte e desolada à formação de uma nova raça, que ainda não tem nome, e que será o futuro habitante de São Paulo. A onda imigratória – imigrante de outros países, imigrantes do próprio Brasil – inunda os campos e colinas do planalto, que não mais protege a serra rude e hostil. (PRADO, 1927: 39)

Ao contrário dos escritos de Paulo Prado em 1925, nosso escritor em 1906 não lamenta a perda de uma “estirpe heroica e nobre”, tampouco o patriarcalismo centralizador como condutor da nação e guia político da vida nacional como pensará Oliveira Vianna no seu *Populações Meridionais no Brasil*, de 1918. Lobato ironiza a tragédia da elite perdedora e alardeadora da sua superioridade e do orgulho de pertencer às famílias de “quatrocentões” da nobreza portuguesa, arruinaram-se por falta de racionalidade e adaptação às novas exigências da exploração capitalista.

No conto “Vidinha Ociosa”, publicado no livro *Cidades Mortas*, Lobato critica, além da pasmaceira, a falta de racionalidade e planejamento da elite cafeicultora do Vale do Paraíba, ele a denomina de conservadora, passadista, tradicional, colonial e monarquista. Como o Jeca Tatu de “Velha Praga” e “Urupês”, o “velho fazendeiro engorovinhado” é severamente criticado por Lobato como alguém preguiçoso no pensar, perspectiva contrária ao pensamento de Paulo Prado:

O velho Torquato dá relevo a que conta à força de imagens engraçadas ou apólogos. Ontem explicava o mal da nossa raça: *preguiça de pensar*. E restringindo o asserto à classe agrícola: / - Se o governo agarrasse um cento de fazendeiros dos mais ilustres e os trancasse nesta sala, com cem machados naquele canto e uma floresta virgem ali adiante; e se naquele quarto pusesse uma mesa com papel, pena e tinta, e lhes dissesse: “Ou vocês *pensam* meia hora naquele papel ou botam abaixo aquela mata”, daí a cinco minutos *cento e um* machados pipocavam nas perobas!... (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 33)

No conto “Café! Café!” escrito em 1900 e publicado em *Cidades Mortas*, Lobato volta a questionar a mentalidade tacanha, medíocre e obsessiva dos fazendeiros da região, segundo ele, foram incapazes de pensar para além da cafeicultura e por isso

levaram o Vale à bancarrota. Na perspectiva de progresso, o reverso dessa moeda para Lobato seria a diversificação¹⁸ da agricultura com produtos tão rentáveis como o café.

Lobato sugere os fazendeiros como velhos retrógrados, formados numa cultura colonial e arcaica – a escola de Ganimedes – com pouca chance de incorporar novidades científicas. A “cabeça do major” seria provinciana e fundada nos conhecimentos mais empíricos e estreitos do trabalho repetitivo e rotineiro da vida do campo: “meteram a foice na capoeira, fincaram os paus da cerca, apuraram os esteios da morada, cobriram-na de sapé; e lentamente, à medida que vinham entrando, compelidas pela vara de marmelo e a rija palmatória do feroz pedagogo, foram erigindo a casa mental do nosso herói”. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 160) Assim, nosso fazendeiro seria incapaz de absorver os novos conhecimentos mais específicos e técnicos, pois refratário, sempre resistia ao novo. Ele era um elemento do Brasil rural atrasado e Lobato desejava vê-lo suprimido da vida nacional. As suas ideias, costumes, tradições, experiências e crenças já não tinham mais lugar nesse novo tempo.

No período em que Lobato escreve, o Brasil passa por uma mudança histórica importante, principalmente no concernente à exploração das atividades agrárias exigentes de atitudes planejadas dos agricultores. Lobato como pensador social capta a dinâmica dessa mudança em curso e acusa o fazendeiro retrógrado de não acompanhar o

¹⁸ Segundo Stein (1961), em 1861 as autoridades provinciais fizeram circular “o relatório de um cômulo brasileiro aconselhando intensificação da cultura algodoeira”. “Esforços para quebrar o círculo de ferro da monocultura cafeeira, à base do braço escravo, que, depois de comprado, “palmilha o caminho para o cemitério”, tomaram a forma de sugestões para que se cultivassem produtos variados e usassem máquinas de beneficiar café. (...) Naquele mesmo ano a Câmara de Vassouras declarava que a dependência exclusiva em que se achavam os brasileiros da produção cafeeira para obterem recursos era perigosa já que a mata virgem escasseava e “com os nossos atuais métodos culturais (não mudaram nada nos vinte anos seguintes) o café ...só produz bem em terreno virgem”.” (STEIN, 1961: 277)

Sonia Regina de Mendonça (1997) elabora estudo sobre o ruralismo na República Velha e sobre o movimento de diversificação da lavoura nos finais do século XIX e início do XX a autora afirma: “Três podem ser os tipos de agentes detectados à testa do movimento diversificador. O primeiro, representado por elementos com formação técnica, oriundos de áreas cafeeiras *decadentes*, via no *policultivo* a saída para os problemas regionais: dentro ou fora do aparelho de Estado, serviriam eles de estímulo para a conscientização de seus contemporâneos em torno da questão e de incentivo para a ação pública em prol de múltiplos produtos. O segundo tipo, consistia nos políticos profissionais em busca do resgate da prosperidade das áreas onde tinham suas bases de poder, tratando de definir instrumentos tarifários e fiscais capazes de darem suporte, juntamente com o apoio federal, à diversificação. Finalmente, encontram-se os membros da fração hegemônica ligada às áreas cafeeiras mais prósperas, porém preocupados em estabelecer alternativas de anteparo contra futuras flutuações do mercado, como era o caso de alguns grandes fazendeiros paulistas. Diversamente dos dois primeiros, estes últimos, longe de visualizarem substitutivos a uma cultura principal ameaçada, pretendiam fomentar novos produtos de modo a superestimar o desempenho de seu complexo agroexportador e não frear sua *decadência*”. (MENDONÇA, 1997: 27 e 28)

ritmo das transformações, compara o que entende ser a inércia do fazendeiro perdedor com a inércia do caboclo:

Depois, no começo da vida prática, como administrador da fazenda paterna, novas ideias e novos conhecimentos, filhos da experiência, tiveram guarida na choça daquele cérebro, crescendo-o de mais uns puxados ou telheirinhos. Juízos sobre o governo, apreciações sobre suas Majestades, conceitos transmitidos por pais de famílias e coronéis da Guarda Nacional, ideias religiosas embutidas pelo roliço padre Pimenta, oráculo da família, receitas para quebrantos, a trezama toda moral e intelectual da sua psíquica de matuto ricoço, por lá se arrumou com o tempo, apesar do acanhamento da choça e das dependências. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 160)

Na construção de sua crítica à decadência, Lobato ridiculariza a vida intelectual e moral dos fazendeiros chamando-a de tacanha, empedrada para o raciocínio lógico, assim como era lógico – na perspectiva de Lobato – variar o cultivo e este parecia impossível de ser percebido e assimilado pelo seu personagem.

No final do conto “Café! Café!” a crítica ao rural como sinônimo de atraso transparece na imagem do fazendeiro enlouquecido e de todo nu o olhar desvairado voltado ao cafezal. Para Lobato, o agrário, representado pelas terras do Vale e seus fazendeiros com a obsessão pela monocultura cafeeira, perdera a possibilidade de ressurgir no cenário nacional como centro da economia. O apego ao café não era só uma questão de mentalidade como o escritor entende, talvez fosse o percebido no calor da hora, mas também significava a crença do fazendeiro paulista do Vale no Governo, como seu aliado em qualquer circunstância, garantidor da sua permanência. Essa permanência – nas ideias petrificadas e nos casarões apalaçados feitos para a “eternidade” –, e jamais perderia a fidalguia era calçada – como mostra o texto de Carone – nas políticas protecionistas governamentais:

A política financeira de Campos Salles leva o pânico ao café: até então, o câmbio baixo compensa o descrente preço internacional. Agora, de 1898 a 1906, abre-se a época de reclamações maciças. É fastidiosa a sua enumeração: Marcator preconiza, em 1898, a destruição de 20% da produção, o que equivale a 1 ou 2 milhões de sacas, para equilíbrio entre produção e consumo; esta ideia fará fortuna, sendo, mais tarde, defendida por Vicente de Carvalho e, depois, pelo Governo Provisório de 1930; no ano seguinte, o senador Alfredo Elis reivindica auxílio ao lavrador e medidas externas para incentivar o consumo. Na Câmara são apresentados projetos (1900) de auxílio pecuniário aos lavradores. Em 1901, no Congresso de lavradores paulistas, estes e os comissários de Santos insistem para que outros Estados eliminem parte da safra. A Secretaria da Fazenda

do Estado de São Paulo retoma o tema do monopólio estadual. A primeira medida concreta é a proibição pelo governo paulista, de novas plantações e replantas, pelo prazo de 5 anos (1902). Depois, entre 1902 e 1903, Quintino Bocaiúva e Alfredo Elis pedem preço mínimo para o produto; reúnem-se em São Paulo e Belo Horizonte o congresso cafeicultor, onde os lavradores clamam pela melhoria de preços, por empréstimos à lavoura etc. movimentos semelhantes repetem-se até 1905. (CARONE, 1970: 39)

Acostumado a ter o país ao seu serviço, o fazendeiro não tinha intenção – e razão – de mudar sua lógica de mandatário nas exigências feitas para satisfação dos seus interesses, pois acreditava nunca seria perdedor na história. Membro da elite perdedora valparaibana, Lobato vivencia os prejuízos em primeira mão e, por isso, não tinha motivos para crer nesta eternidade.

Lobato demonstra sua perspectiva positivista/evolucionista na afirmação de que as sociedades e os povos sem possibilidade de conquistar o progresso material estavam fadados ao esquecimento e desaparecimento¹⁹. Na marcha para a civilização, somente os mais fortes e aptos sobreviveriam. Para ele, a elite decadentista não conseguira se adaptar às exigências capitalistas dos novos tempos e por isso estava morta e enterrada, não viabilizaria os progressos da ciência e das novas tecnologias, nem a emancipação econômica advindas da livre iniciativa da produção e do comércio. Conforme Herman (1999) a ideia de decadência no pensamento moderno, por ser uma busca pela compreensão do tempo, “é, por conseguinte, a ideia de progresso”, portanto em Lobato as elites derrocadas e atrasadas por não acompanharem a marcha do progresso foram suplantadas pelo fazendeiro visto por ele como modernizador da região do Oeste paulista.

Lobato vivencia a crise dos baixos preços do café e verifica, segundo a crença dos cafeicultores monarquistas, um dos motivos da decadência agrária do Vale teriam sido as políticas monetárias de exportação do governo, pois não valorizava o produto interno, apesar das condições climáticas e produtivas favoráveis ao plantio. Os fazendeiros reclamavam do governo uma política protecionista para o café e a criação de bancos regionais para a gestão dos negócios cafeeiros²⁰, pois ajudaria na elevação

¹⁹ Característica que como veremos mais adiante também está presente no pensamento de Euclides da Cunha.

²⁰ “E os cafeicultores brasileiros, apesar de disporem de uma Caixa de Conversão, uma reserva de fundo ouro particular que, teoricamente, garantiria as operações financeiras mais urgentes, também foram vítimas da situação de desequilíbrio financeiro. Instituída em 1906, por pressão dos cafelistas, a Caixa de Conversão era constituída por depósitos de moedas de ouro provenientes das exportações e cambiáveis

dos preços e a sua preservação. E Lobato critica com certa ironia a frustração e as reclamações dos cafeicultores por motivo da queda dos preços e desvalorização do produto no mercado:

E o velho major recaiu em cisma profunda. A colheita não prometia pouco: florada magnífica, tempo ajuizado, sem ventanias nem geadas. Mas os preços, os preços! Uma infâmia! Café a seis mil réis, onde se viu isso? E ele que anos atrás vendera-o a trinta! E este governo, santo Deus, que não protege a lavoura, que não cria bancos regionais, que não obriga o estrangeiro a pagar o precioso grão a peso de ouro! / E depois não queriam que ele fosse monarquista... Havia de ser, havia de detestar a república porque era ela a causa de tamanha calamidade, ela com seu Campos Sales de bobagem. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 159)

Lobato ironiza a mentalidade antiquada dos fazendeiros monarquistas, defensores da volta das políticas monetárias protecionistas para os negócios do café, tempos em que o setor econômico brasileiro era baseado no plantio e comercialização desse produto para a exportação e o trabalho escravo era a base de tal economia. Os “novos tempos” republicanos exigiam novas condutas e práticas dos fazendeiros, muitos não se adaptaram as novas exigências e Lobato, na aspiração pelo progresso, defendia um liberalismo econômico no sentido de deixar o mercado ditar as regras por si mesmo, sem as intervenções governamentais exigidas pelos fazendeiros monarquistas, exigências essas soavam retrógradas para Monteiro Lobato e favoreciam a estagnação do progresso da nação, cabíveis apenas na época imperial escravocrata. Lobato, defensor da liberdade individual na gerência dos negócios econômicos, se posiciona contra as ingerências coercitivas do poder estatal, pois poderiam atrapalhar as livres iniciativas empreendedoras e criariam barreiras para o avanço do progresso, e critica, de maneira irônica, o desejo dos favores protecionistas do governo:

E depois não queriam que ele fosse monarquista ... Havia de ser, havia de detestar a república porque era ela a causa de tanta calamidade, ela com seu Campos Sales de bobagem. Que tempos! Pois até o Chiquinho Alves, um menino que ele vira em fraldas de camisa brincando na rua, não estava agora na chapa oficial para deputado? Que tempos!... (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 159)

por bilhetes ao portador no valor de quinze dinheiros esterlinos por mil-réis. Pelas normas da Caixa, o ouro armazenado não podia ser usado para nenhum fim que não fosse a troca pelos bilhetes ao portador emitidos. Acontece que o governo federal, necessitado de fundo ouro para garantir as emissões de papel-moeda, apropriou-se do ouro da Caixa de Conversão. Com o decréscimo das exportações de café os cafeicultores enfrentavam o problema de financiar suas operações, mas em agosto de 1914 mesmo essas reservas-ouro acumuladas na Caixa de Conversão tornaram-se inacessíveis, pois o governo, alegando situação de guerra, paralisou a troca de ouro pelos bilhetes ao portador emitidos”. (KOSHIYAMA, 2006: 61)

Ainda nesta perspectiva, da fração da elite se transformar ou perecer, tem o conto intitulado “O Comprador de Fazendas”, do livro *Urupês*, no qual o quadro crítico do rural brasileiro é ilustrado através da imagem da fazenda decaída, onde “os cafezais em vara” estão minguados, os cavalos cheios de piolhos e os porcos, escapados da morte, vagam magros e famintos pelo terreiro. As saúvas com ferrões devoradores estariam por toda a parte a devastar os capins e um dia dariam lugar aos içás que viriam com a mesma fúria destruidora. As pragas tomaram conta da lavoura e a falta de iniciativa para o trabalho racional do fazendeiro e sua família eram os responsáveis pela decadência da fazenda. Tudo estava arruinado na propriedade: os caminhos, as cercas quebradas, as casas dos agregados caíam de tão velhas e a imagem da casa senhorial era pura desolação, não havia dinheiro para as reformas porque o fazendeiro estava cheio de dívidas e a fazenda hipotecada.

No conto “O luzeiro Agrícola”, escrito em 1910, publicado em 1916 na revista paulistana *A vida Moderna* e no livro *Cidades Mortas* em 1919, Lobato propõe uma saída para a irracionalidade dos fazendeiros e expõe uma solução possível para o problema da monocultura cafeeira através de lições pedagógicas, estas poderiam ser aplicadas à sociedade como um todo. No conto, algumas lideranças são convidadas a participar de um curso sobre práticas agrícolas. Como podemos notar, um detalhe chama atenção no texto: dentre os muitos representantes da sociedade convidados, apenas um era “fazendeiro”, uma sugestão: Lobato parecia não acreditar na possibilidade de “restauração” dessa elite, pois diante das possibilidades de novas práticas, dificilmente este setor seria adepto com real interesse. No conto, Lobato sugere a importância de um conhecimento utilitário e pragmático voltado para a lavoura produtiva. Valoriza o ensino técnico como forma de aprendizado de práticas agrícolas exequíveis para a nação, defende a incorporação de técnicas aliadas à ciência e organização hierárquica e disciplinada nos procedimentos com o trabalho na lavoura para a conquista do progresso, porém ao colocar na boca do personagem Sizenando sobre a máquina agrícola como a verdadeira alavanca do progresso, sem nenhum fazendeiro para ouvir, pois o que ali comparece perdeu as terras, Lobato parece dizer não havia mais quem escutasse tal discurso, a velha reclamação do autor aos fazendeiros com “ouvidos moucos” e emperrados em velhas rotinas desinteressados em novas ideias:

Sizenando recebeu ordem de ir desatolar a vigésima região do atascal da rotina. Aquela gente ainda vivia em pleno período da pedra lascada do café; era mister tangê-la à estação áurea da policultura, da avicultura, da sericultura, da criação de canários hamburgueses etc., preluzia no discurso do ministro. / Chegado à sede do distrito, com séquito numeroso e abundante farragem mecânica, Sizenando distribuiu convites para inauguração dum curso prático. Escolheu para campo de demonstração um “rapador” a um quilômetro da cidade, e lá, no dia emprazado, reuniu os convivas. Veio o prefeito municipal, o porteiro da Câmara, o coletor federal, o promotor público, três jornalistas, quatro professores, o diretor do grupo escolar com a meninada, o vigário da paróquia, o fiscal da iluminação pública, o zelador do cemitério, o carcereiro, dois guarda-chaves da Central, cinco inspetores de quarteirão, o delegado, o cabo do destacamento – e *um* fazendeiro recém-despojado da sua propriedade por dívidas. A turma docente e os bois do arado formavam grupo à parte. / Sizenando trepou a um cupim e pronunciou breve alocução alusiva à personalidade sobreexcelente do ministro e ao papel dos novos métodos racionais na agricultura moderna. / - O novo método, meus senhores, é baseado na ciência pura. Vem dos laboratórios de braços dados à química. Começarei pela demonstração do arado, ou charrua, a pedra angular de todo o progresso agrícola. Senhor Primeiro Arador, arado para a frente! / Despegou-se da turma um capataz, que empurrou para perto do cupim tribucínio um belo arado de disco. Rodearam-no os circunstantes, como a um animal raro. / - Eis, meus senhores, um arado de disco. Esta parte se chama cabo; esta é a roda, serve para rodar; estas rodela são dos discos, servem para sulcar a terra; este ferrinho é a manivela graduadora; este pauzinho é o balancim. Aqui se atrelam os bois e cá toma assento o condutor. / A assistência abria a boca. / - Vejamo-lo agora em ação. Senhor Primeiro Condutor de Primeira Classe, atrelar! / Adiantou-se da turma um carreiro e tangeu os bois para a máquina, jungindo-os à canga. Os assistentes riram-se. Acharam imensa graça no Tomé Pichorra, que nunca fora senão o Tomé Pichorra, carreiro, transformado em Primeiro Condutor de Primeira Classe! Era de primeiríssima. / - Senhor Primeiro Arador, arar! / O Primeiro Arador saltou à boleia e empunhou as manivelas. O Primeiro Condutor aguilhoou a junta de bois. / - ‘amo, Bordado, Puxa, Malhado! / Os dois caracus moveram-se pesadamente. A terra, sulcada pelo ferro, abriu-se em leivas. Sizenando exultou. / Vejam senhores que maravilha! Faz o trabalho de vinte homens, além de que deixa a terra desatada, com grande receptividade para a meteorização atmosférica – o que equivale a um adubamento copioso. / Este pedacinho encantou sobremodo ao zelador do cemitério, o qual não conteve um sincero *Muito bem!*. / ... / A segunda constituiu no destorroamento e no gradeamento da terra, feitos com o mesmo luxuoso aparato. Havia Primeiro e Segundo Destorroador, Primeiro e Segundo Gradeador. Um mimo de hierarquia! / Ao terminar o serviço, a banda zabumbou um tanguinho. / A terceira parte foi absorvida pelo plantio de cebolas, batatas, alho, alfafa e outras salvasões nacionais. / - Os senhores verão – concluiu Sizenando – que maravilhosa messe vai brotar, farta, deste torrão sáfaro e ingrato só porque aplicamos sumariamente os processos modernos da cultura racional, os quais centuplicam a produção e diminuem o trabalho. A máquina agrícola é a verdadeira alavanca do progresso! (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 130 a 132)

No final do conto “O luzeiro Agrícola” os resultados alcançados com o investimento no curso prático foram um fiasco:

Meses mais tarde precedeu-se à colheita. As cebolas haviam apodrecido na terra, devido às chuvas; os alhos vieram sem dentes, devido ao sol; as batatas não foram por diante, devido às vaquinhas; as outras “policulturas” negaram fogo devido à saúva, à quenquém, à geada, a isto e mais aquilo. / Não obstante, seguiu para o Rio um soporoso relatório de trezentas páginas onde Capistrano, entre outras maravilhas, notava: “Os resultados práticos do nosso método demonstrativo *in loco* têm sido verdadeiramente assombrosos! Os lavradores acodem em massa às lições, aplaudem-nos com delírio e, de volta às suas terras, lançam-se com furor à cultura poli, em tão boa hora lembrada pelo claro espírito de V. Excia. O Senhor Ministro pode felicitar-me de ter aberto de par em par as portas da idade de ouro da agricultura nacional”. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 132-33)

Em arroubos de determinismo climático, Lobato demonstra em sua crítica não acreditar nas condições climáticas de um país quente e úmido como o Brasil, nem nas reações dos fazendeiros desinteressados nas melhorias, nem na “gerência” do governo à frente das propostas de modernização da agricultura, pois nem às saúvas e às pragas da lavoura dava jeito. Nesse momento, Lobato não vê uma saída política para a crise da lavoura, o próprio governo se atrapalhava nas suas investidas, os famosos relatórios emitidos pelo Ministério da Agricultura, para efetivação e acompanhamento dos investimentos agrários, mentiam os resultados, uma característica clara de farsa, e tudo ficava por isso mesmo.

Lobato defende uma modernização agrária para o país compreendida como a melhoria das terras através do adubo, a diversificação das culturas, avicultura, sericultura, o ensino técnico agrícola para aprendizado de práticas exequíveis para a nação, a máquina agrícola, a técnica aliada à ciência, a hierarquia e organização disciplinada dos trabalhos na lavoura, todos esses elementos compõem a crítica baseada na razão positiva de Lobato. Ao reclamar das características predadoras do desenvolvimento brasileiro, observa além do “progresso cigano” causador de áreas desertas e infrutíferas, outros fatores contribuíram para a decadência do Vale do Paraíba: a falta de um tratamento adequado e racional para o solo e a saída dos “homens fortes aptos para o trabalho” foram em busca de um lugar onde pudessem exercer sua atividade profissional. Segundo ele, a fertilidade natural do solo pode levar ao desenvolvimento consistente, mas esse fato não acontece porque: “... mal a uberdade se

esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes aptos para o trabalho”. (LOBATO, 1995: 21)

Segundo Lobato no artigo “A nossa doença”²¹ publicado pela primeira vez na Revista do Brasil em 1918, na primeira edição de número 25, o método de trabalho utilizado pela agricultura brasileira se baseava nas práticas aborígenes extrativistas “simples caça à fertilidade nativa da terra virgem”. Essa prática empobrecia o solo e zonas, antes férteis e ricas, se transformavam em desertos irrecuperáveis e modorrentos. O “crescimento” capitalista do Brasil se mostrava “impulsivo” através de “uma prosperidade fogo de palha” não se consolidava de fato, pois o lavrador era o destruidor das camadas férteis da terra:

A agricultura pela moda aborígene, simples caça à fertilidade nativa da terra virgem, subsiste no Brasil como um tabu. O lavrador é um caçador de azoto que de machado ao ombro e isqueiro na mão caminha devorando matas. Acompanha-o uma prosperidade fogo de palha. Brotam da terra cidades. Rompem vilas. Abrem-se fazendas. Rasgam-se estradas. Constroem-se vias férreas. Direis: o País enriqueceu; entraram para a economia nacional tantos prédios, tantas pontes, tantos núcleos urbanos, tantos quilômetros de estradas; isso representa criação de riqueza, é capital acumulado pelo trabalho; é progresso econômico. Ilusão! De fato assim é em todos os países do mundo. Aqui não. Essa riqueza depois de criada extingue-se. As cidades morrem; os prédios se desvalorizam; o casario imenso das fazendas e todas as benfeitorias acessórias entram por zero nas avaliações; as estradas esburacam-se ao léu; as vias férreas viram desengonçado mambembe a vapor em perpétuo regime de *déficits*, tênias parasitárias da região; o povo, descaído de tono vital, apodrece ao marasmo sorno dos cocainômanos. A riqueza, anos antes – no tempo do azoto – representada por aquele núcleo urbano ou rural vê-se praticamente cancelada do ativo pela preposição de sinal que nega. / Por que é assim? Porque a terra sorvada “cansou”, e em vez de curar da sua recomposição consoante a prática universal, nós, levados pela tara aimoré do sangue, abandonamo-la com todas as benfeitorias criadas para ir repetir diante o mesmo *fiat*. (LOBATO, 1959: 206 a 208)

É importante chamarmos a atenção para a proposição iluminista e pragmática de Lobato, em coro com os “ilustrados” e os “ruralistas estudados” seus contemporâneos, no sentido da busca na ciência para o fundamento do progresso e conseqüente superação da decadência, do atraso econômico e social da Nação. Segundo Mendonça, esses ruralistas defendiam uma “regeneração agrícola para o país” emitiam suas

²¹O artigo utilizado nessa pesquisa está publicado no livro *Conferências, artigos e crônicas* de 1959.

considerações sobre a crise e “auto-intitulando-se guias paladinos da classe agrícola” (MENDONÇA, 1993: 26). Ainda segundo a mesma autora, devido o estado da crise agrícola nos primeiros anos da República, o fio condutor dos debates ruralistas do período foi a “modernização da agricultura e a maximização da produtividade dos empreendimentos agrários”. (MENDONÇA, 1993: 26)

Lobato trabalha a ideia de um estado de coisas a superar na nação rural, mas ainda não tem definido no horizonte qualquer novidade surpreendente. Como podemos ver, há uma preocupação de certa forma modernizante, mas, ao mesmo tempo, um forte condicionamento social legitimador da lógica da sociedade rural brasileira nos primeiros anos da República, responsável pela decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba. Por isso, ao terminar o texto *Cidades Mortas* Lobato elogia o café – o “Átila café” destruidor da uberdade do solo – na sua forma assumida no Oeste Paulista:

Outras vezes o viajante lobriga ao longe, rente ao caminho, uma ave branca pousada no topo dum espeque. Aproxima-se devagar ao chouto rítmico do cavalo; a ave esquisita não dá sinais de vida: permanece imóvel. Chega-se inda mais, franze a testa, apura a vista. Não é ave, é um objeto de louça ... / O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios telegráficos ... E lá ficará ele, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que a ruína consuma o rijo poste de ‘candeia’ ao qual o amarraram um dia – *no tempo feliz que Ribeirão Preto era ali ...* (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 24, grifos nossos).

O rural valparaibano é paradigma criado por Lobato para pensar a nação e seus problemas sociais, surge uma nação decadente, atrasada economicamente, com processos de trabalho e produção rudimentares, mas busca a superação desse atraso através de uma elite ilustrada defensora do progresso por meio de técnicas racionais e científicas. O “outro” rural ligado à ideia de Monteiro Lobato sobre o progresso é o do Oeste Paulista e representa capacidade de realizar uma trajetória diferente da do Vale do Paraíba. Marcada pela mão-de-obra livre²² e assalariada viabilizadora segundo Viotti da

²² Sobre a transição do trabalho escravo para o livre, Viotti da Costa observa: “Igualmente importantes na transição do trabalho servil para o livre foram os progressivos aperfeiçoamentos introduzidos no processo de beneficiamento do café e fabrico do açúcar. Acarretaram o aumento da produtividade e criaram novas condições de trabalho. Os progressos foram mínimos na lavoura, isto é, no cultivo, propriamente dito, que continuou a ser feito segundo a rotina da queimada e da enxada. No setor da industrialização do produto houve, entretanto, muitas transformações. Nas áreas cafeeiras passou-se dos terreiros de terra para os de tijolo ou de macadame, dos pilões e monjolos para as máquinas de beneficiar café, amplamente usadas no Oeste Paulista já na segunda metade do século. O significado dessas transformações pode ser mais bem

Costa (1998), do desenvolvimento de um mercado de consumo, construção de estradas de ferro²³ e uma nova dinâmica produtiva baseada na fertilidade da terra roxa.

Em carta endereçada a Godofredo Rangel, no dia 18 de janeiro de 1907, cheio de sonhos, Monteiro Lobato se mostra fascinado com as novas possibilidades de consumo e de riquezas na nascente região do Oeste Paulista, apresentada como o lugar de novos “costumes, hábitos e ideias”:

(...) O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em São Paulo e no Oeste, corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o café criou – São Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda a região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente. / Em Ribeirão a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhões de arrobas – coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schimidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. ... (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 153)

O novo rural é representado por Lobato através do desenvolvimento da cafeicultura na região do Oeste paulista e as grandes possibilidades dela advindas como, por exemplo, as cidades crescidas da noite para o dia: São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara e Piracicaba. Lobato passeia de trem pela região e vê com bons olhos as atitudes empreendedoras dos fazendeiros investidores nas terras do Oeste e a ideia de Lobato sobre o rural na nova região não é de toda motivada apenas pelo entusiasmo, pois, como observa o autor Sergio Silva (1981), os fazendeiros à frente na marcha para Oeste seriam homens com características empreendedoras não apenas do setor agrário, mas se destacariam em diversos outros setores econômicos e financeiros como estradas de ferro, bancos, casas de exportação, participam em cargos representativos da nação no âmbito estadual e federal.

compreendido quando pensamos que, nas máquinas de pilões, cada mão-de-obra realizava em uma hora tanto quanto um monjolo em cada dia”. (VIOTTI DA COSTA, 1998: 315 e 316)

Citamos também o trabalho de Therezinha de Castro (1982) *História da Civilização Brasileira* que afirma: “Se o café republicano vai apresentar grande *surto em quantidade*, com melhoria no preparo e beneficiamento do produto (máquinas para a lavagem e descortização dos grãos), no que diz respeito à cultura propriamente dita, ou seja, tratamento do solo, planta e seleção de variedades, continuaram os imigrantes com os mesmos processos agrícolas do passado escravo. O absenteísmo do fazendeiro, ou seja, a sua constante ausência das fazendas, que começou a se fazer sentir já no fim do Império, com suas viagens constantes à Europa, vai ser a causa principal desse relaxamento na zona agrícola”. (CASTRO, 1982: 361 e 362)

²³ Odilon Nogueira de Matos no livro *Café e ferrovias* (1990) desenvolveu importante estudo sobre a relação entre cafeicultura e estradas de ferro.

O novo rural como sinônimo de prosperidade material é concebido por Lobato a partir das grandes colheitas de café realizadas na cidade de Ribeirão Preto. Ele fica maravilhado com os números financeiros auferidos e na mesma carta sinaliza o desejo de ir morar por lá, motivado apenas pelo gosto da “aventura” de ganhar dinheiro, sem a permanência, apenas para constatar efetivamente as novas promessas de prosperidade da “nova terra”:

Lá ninguém *mora*; apenas *estaciona* para ganhar dinheiro. Esse meu longo passeio de 3.453 quilômetros de via férrea buliu muito com as minhas ideias. Tenho que estacionar lá também, Rangel. Estou apertando minhas cunhas para ser nomeado para Ribeirão ou coisa equivalente. [...] (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 154)

Mas a felicidade vislumbrada por Lobato com as novas possibilidades de riqueza e prosperidade no Oeste também será cigana, como o progresso das terras do Vale, fato ainda não percebido por Lobato nesse momento da sua escrita. Nos seus dizeres sobre a prosperidade da cafeicultura no Oeste Paulista, Monteiro Lobato confirma a mesma ética de desperdícios criticada por ele ao se mostrar empolgado com a importação de “champanha” e a vinda de “mulheres da vida”, “estrangeiras e caras”. “Lá ninguém mora apenas estaciona para ganhar dinheiro” a fala de Lobato revela o “estilo cigano de ser” e dá a entender que quando conquistadas as riquezas, a mudança viria e esta é a confirmação da ética da aventura e falta de consistência e permanência do “progresso cigano” e “nômade” e impossibilitam a criação de raízes para o desenvolvimento sólido. Essa singularidade da cafeicultura do Vale do Paraíba vista como decadência, e a sua migração para o Oeste do Estado de São Paulo, vista como progresso, foi pensada e, mais, foi buscada por Lobato como uma condição de nossa experiência e existência histórica nos primeiros anos da década de 1910.

2 Monteiro Lobato leitor de Euclides da Cunha

É importante anotarmos: Monteiro Lobato lia Euclides da Cunha. Da cidade de Areias, em junho de 1909, Lobato escreveu uma carta a Godofredo Rangel na qual revelou sua admiração à linguagem desenvolvida por Euclides na obra *Os Sertões*, e deixou pistas para pensarmos a própria influência da escrita euclidiana nos seus textos

futuros. Lobato observou a “desgraça” da vulgaridade da língua portuguesa e o seu apreço pela linguagem culta e aprimorada, elementos esses componentes da linguagem do autor de *Os sertões*:

Rangel ... Euclides da Cunha foi um grande leitor de léxicos. Nos Sertões eu notei como ele fugia à vulgaridade sem cair no abstruso, por meio do emprego de palavras que o jornalismo não estafou (porque a cachamorra que achata todas as palavras da língua é sempre o jornalismo). Em vez de prematuro, *imaturus*. *Implexus* por complexo, etc. Uma variação dos prefixos habituais da imprensa – e a frase fica mais fina, toda petulante de distinção. A desgraça em tudo é a vulgaridade – o “toda-gente”. / Estou lendo e marcando as palavras úteis para o meu caso, os sentidos figurados aproveitáveis nesta “nossa” literatura, etc. Ainda estou no “A” e já tenho belos achados. É um verdadeiro mariscar de peneira. Deves fazer a mesma coisa, e depois trocamos as notas. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 241)

Como veremos mais adiante, fica clara a influência de Euclides da Cunha sobre as formas de pensar e o estilo de Monteiro Lobato. Da cidade de Taubaté Lobato escreve outra carta a Rangel, em setembro de 1911, e nela explicita ao amigo os pormenores do estilo euclidiano de escrita:

Volto ao Euclides. Estive a lê-lo e pareceu-me que a sóbria e vigorosa beleza do seu estilo vem de não estar cancerado de nenhum dos cancros do estilo de toda gente – estilo que o jornalismo apurou até o ponto-de-bala acadêmico, tornando-o untuoso, arredondado e impessoal. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 312 a 314)

Em outubro de 1909, da cidade de Areias, Lobato reconhece a impressão científica na maneira de Euclides elaborar suas ideias e manifesta sua admiração as suas “inovações”. Ainda escrevendo a Rangel:

... A floresta deste país de florestas que é o Brasil nunca foi pintada, nem interpretada! Não temos nada *d’après* e *nature* em matéria de mata. Tudo é imaginado e tratado com receitas, com frases feitas – e sem ciência nenhuma. O grande triunfo de Euclides foi meter um pouco de ciência na literatura. Os papuas arregalaram o olho! ...” (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 280)

Veremos a constatação dos dizeres de Lobato no empenho de pensar os problemas agrários do Vale do Paraíba. Apesar de pretender um estilo próprio e impessoal, Lobato, em alguma proporção, segue nas veredas abertas por Euclides da Cunha nos temas trabalhados e o interesse em elaborar uma literatura nos moldes científicos. Neste sentido, não podemos deixar de observar no conto “Cidades Mortas”,

escrito em 1906, ressoam influências dos artigos “Fazedores de Deserto”²⁴ e “Entre Ruínas”, de Euclides da Cunha, escritos em 1901. Talvez pudéssemos dizer, nesse primeiro momento, Monteiro Lobato “imitava” o verbo euclidiano, a começar pelo título, a linguagem e o significado da expressão “cidades mortas” muito próxima dos títulos dos artigos de Euclides da Cunha.

Para explicar a decadência do agrário da região do Vale do Paraíba, os dois autores se voltam para o passado de riquezas e prosperidade em contraposição com o presente decadente. Chamamos atenção para as imagens construídas por Monteiro Lobato, elas são bem parecidas com as imagens surgidas da construção de Euclides da Cunha, com a diferença que na construção euclidiana o olhar é mediado por aquilo que o autor de *Os Sertões* entende como ciência²⁵. Como observa Santana (2000), a visão de mundo de Euclides é norteada pelo “determinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo social”, observados na relação feita por ele entre o clima e a adaptabilidade do homem, e os seus escritos são tributários “da tradição dos viajantes naturalistas e cientistas” do século XIX. Monteiro Lobato se baseia nos conceitos desenvolvidos por Euclides da Cunha, mas nos seus escritos observam-se novos elementos, como tentaremos demonstrar.

²⁴ Conforme nota do editor esse artigo de Euclides da Cunha foi publicado pela primeira vez no jornal **O Estado de São Paulo**, SP, no dia 21 de outubro de 1901, data anterior ao texto *Cidades Mortas* escrito por Monteiro Lobato em 1906, e demonstra que Lobato leu o artigo e este o influenciou na elaboração de seu escrito. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 181)

²⁵ Sobre o cientificismo de Euclides da Cunha o pesquisador J. C. B. de Santana (2000) escreveu um artigo intitulado “Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência”, no qual “através da análise dos “ensaios amazônicos”, dos relatórios técnicos, da correspondência pessoal e das anotações de leituras, o que inclui uma caderneta ainda inédita” Santana buscou entender as mediações feitas por Euclides da Cunha, entre suas observações e a leitura intensa da produção de naturalistas e cientistas especializados sobre a Amazônia, vista por ele como a região cujo conhecimento demarcaria o fecho da história natural. Na sua pesquisa, Santana afirma: “Assim como já acontecera com os artigos que antecederam a sua ida para o sertão de Canudos, Euclides da Cunha escreveu sobre a Amazônia antes de conhecê-la *in situ*. Mais uma vez, fez-se acompanhar de autores/autoridades diversos, que passam por Humbolt, Agassiz, Bates, Chandless, Tavares Bastos e outros, demonstrando um esforço de leitura que o levou a tecer considerações sobre o meio físico, o homem e a cultura daquela região./ Os textos escritos por Euclides da Cunha, antes da sua ida até a Amazônia, e que têm-na como tema, expressam a predominância da visão de mundo norteada pelo determinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo geográfico, evolucionismo e darwinismo social, que podem ser identificados nas relações entre o clima e a adaptabilidade do homem, nas ideias sobre o “isolamento étnico” como elemento de preservação e formação das “raças”, ou no emprego de “palavras-chave”, como “aplicação dos princípios transformistas às sociedades”, “seleção natural dos fortes” e “concorrência vital entre os povos”. (Antonio Filho Fadel David, 1995 *apud* Santana, J. C. B. de.) “Novamente estavam em pauta os modelos do cientificismo que tanto impregnara *Os Sertões*”. SANTANA, J. C. B. de. “Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência”. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. VI (suplemento) 901 – 917, Setembro, 2000: 904)

No artigo “Fazedores de Deserto”, Euclides da Cunha critica veementemente a crise agrária na região do Vale do Paraíba, e entende o que a produziu foi o ataque à terra de forma irracional, por parte dos aborígenes, dos bandeirantes, dos sertanejos e dos fazendeiros, prática de queimadas das matas, devastadora e a deixara estéril e degradada, com a argila árida revolvida a céu aberto: “tais selvatiquezas atravessaram toda a nossa história”. Euclides critica a agricultura extensiva, pois não permitia períodos de descanso às terras, para reposição do húmus tonificante, era uma atividade predadora ao meio ambiente produtora de infertilidade e irracional porque se constituía em um entrave ao progresso nacional.

O mesmo sistema de culturas largamente extensivas, porém, e as lavouras parasitárias arrancando todos os princípios vitais da terra sem lhe restituir um único, foram, pouco a pouco, remodelando-lhe as paragens mais férteis, transmudando-as e amaninhando-as. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 182)

Para Euclides, essa atividade descontrolada e irracional da “lavoura parasitária”, tira da terra os seus “princípios vitais” sem investimentos para a sua restituição, expressão da barbárie da vida nacional caracterizada pelo plantio extensivo e extrativista, visto como um “traço demolidor” observado nas práticas destrutivas dos antepassados e se perpetuava no presente com persistência. Esse estado de barbárie poderia ser facilmente revertido pela assimilação das descobertas da ciência e das novas tecnologias criadas pela indústria moderna e das quais Euclides da Cunha é defensor enfático, porque os recursos científicos e tecnológicos devolveriam ao solo os nutrientes perdidos:

Notemos apenas que pouco a alteraram as belas criações da indústria moderna, os progressos rápidos da biologia e da química, fornecendo-nos todos os recursos para que se multipliquem as energias do solo. Deixamo-los, de um modo geral, de parte. Persistimos na tendência primitiva e bárbara, plantando e talando. E prolongamos ao nosso tempo esse longo traço demolidor, que vimos no passado. / Demos-lhe mesmo novas feições, consoante novas exigências. / E o que observa quem segue, hoje, pelas estradas do oeste paulista? Depara, de momento em momento, perlongando as linhas férreas, com desmedidas rumas de madeira em achas ou em toros, aglomeradas em volumes consideráveis de centenares de ésteres, progredindo, intervaladas de Jundiaí ao extremo de todos os ramais. / São o combustível único das locomotivas. Iludimos a crise financeira e o preço alto do carvão-de-pedra atacando em cheio a economia da terra, e diluindo cada dia no fumo das caldeiras alguns hectares da nossa flora. / Deste modo – reincidentes no erro – à inconveniência provada das lavouras ultra-extensivas e ao cautério vivo das queimas, aditamos

o desnudamento rápido das derrubadas em grande escala. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 183)

Euclides através do método de observação, análise dos fatos e a sua relação causal, uma estrutura de pensamento baseada no positivismo, antevê a derrocada do combustível da locomotiva movida a carvão e o problema do desmatamento e da infertilidade do solo nas terras da região do Oeste Paulista. Quem viajava pela via férrea notava, ao lado dela, montões de árvores centenárias derrubadas e empilhadas à espera da chegada do momento de alimentarem a caldeira dos trens. A atividade de derrubada das árvores “em grande escala”, vista como ação predatória à natureza, traria um custo muito caro à Nação, pois seria fonte de infertilidade e de encarecimento do único combustível à disposição. Euclides da Cunha apontava desde já os recursos explorados de maneira irracional, seu futuro esgotamento e a falta de assimilação da ciência e da tecnologia nos processos de trabalho e produção agrária. Na perspectiva evolucionista euclidiana os povos impossibilitados de conquistarem o progresso técnico e científico estavam fadados ao desaparecimento, o estágio civilizatório do Brasil era inferior ao estágio alcançado pelos países europeus.

Em “Cidades Mortas”, ao fazer a crítica aos fazendeiros do passado por não trabalharam de forma adequada o solo para neste perdurar na produção dos frutos valiosos, e gerar assim riquezas importantes para a nação, Lobato reclama a falta de visão moderna do nosso proprietário de terras. Reclama ainda, como Euclides, do caráter predatório da exploração da agricultura cafeeira, quando emigra, deixa um rastro de devastação e atraso:

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caquexia, uma verdade, que é um desconsolo, ressurte de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, refluí com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas. / A uberdade nativa do solo é o fator que o condiciona. Mas a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas. / Em São Paulo temos perfeito exemplo disso na depressão profunda que entorpece boa parte do chamado Norte. / Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. / Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 21)

Pode-se dizer Euclides ressoa nas palavras e na forma da escrita deste “primeiro” Lobato. Mais adiante, em sua perspectiva literária, certo ressentimento de classe decadente aparece como elemento mais visível que a constatação com base na observação acurada. Além disso, se adivinha na escrita de Lobato um rezingar pela grandeza perdida, sentimentos inexistentes na literatura de Euclides.

No artigo “Entre as Ruínas”, Euclides chama a atenção para o estado de decadência e pobreza da região do Vale do Paraíba, ela se destacara no passado como “o cenário predileto da nossa história”. Observa no presente a região se compõe de “traços expressivos de grandezas decaídas”, um lugar desabrigado e pobre. Euclides reclama da devastação da natureza expressão do apogeu do café, porque os pés do precioso grão estão lá: “cafezais de 80 anos, ralos e ressequidos”. Os antigos caminhos percorridos pelos escravos na lida com os cafezais atestam as “grandezas decaídas”, as moradias humildes e esparsas são a imagem do declínio, e os morros desnudos de vegetações, vitimados pelos desmatamentos, com as correntezas das águas das chuvas se enfraquecem porque o solo é levado pelas águas, provoca os desmoronamentos das encostas, processo que acelera o empobrecimento do solo. Nota, ainda, a monotonia do horizonte descampado sem a exuberante natureza:

Quem saltar em qualquer das estações da Central no trecho paulista, a partir de Cachoeira, entra quase de improviso em lugares que lhe não recordam mais as bordas pinturescas do Paraíba. / A terra, uma terra antiga cortada pela estrada real três vezes secular que ia do Rio a São Paulo, vai tornando-se cada vez mais desabrigada e pobre. Tumultuando em colinas desnudas, de flancos entorroados; afundando em pequenos vales sem encantos, onde se rebalçam pauis frechados de tábuas; desatando-se, planas arenosas e limpas – nada mais revela da opulência incomparável que por três séculos, da expedição de Glimmer aos dias da Independência, fez do vale do grande rio, alteado num socalco de cordilheiras e recamado de matas exuberando floração ridente, o cenário predileto da nossa história. / Por mais incurioso que seja o visitante, ao romper aquelas veredas em torcicolos, vai sendo invadido pela tristeza daqueles ermos desolados. E deparando de momento em momento as cruces sucessivas que a espaços aparecem às margens do caminho, tem a impressão de calcar um antigo chão de batalhas esterilizado e revolto pela marcha dos exércitos ... / É uma sugestão empolgante. / Ressaltam, a cada passo, expressivos traços de grandezas decaídas. / Os morros escavados, por onde trepa teimosamente uma flora tolhiça, de cafezais de 80 anos, ralos e ressequidos, mas revelando os alinhamentos primitivos; cintados ainda pela faixa pardo-avermelhada dos carregadores tortuosos, por onde subiam, outrora, as turmas dos escravos; tendo ainda pelos topos, à ourela dos velhos valos divisórios, extensos renques de bambuzais; e ao viés das encostas, salteadamente, branqueando nas macegas, as

vivendas humildes por ali esparsas, a esmo, dão quase um traço bíblico às paisagens. Sem mais a vestidura protetora das matas, destruídas na faina brutal das derribadas, desagregam-se, escoriados dos enxurros, solapados pelas torrentes, tombando aos pedaços nas “corridas da terra” depois das chuvas torrenciais, a expõem agora, nos barrancos a prumo, em acervos de blocos, a rígida ossamenta de pedra desvendada, ou alevantam-se despídos e estéreis, revestidos de restolhos pardos, no horizonte monótono, que abreviam entre as encostas íngremes ... (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 185)

É interessante notar no texto de Euclides da Cunha a questão agrícola, da ausência da preservação do solo e proteção da natureza, fatos explicativos da decadência. Não há uma referência à política econômica, às disputas pela proteção do governo. Há uma questão natural e esta levará o grande Vale do Paraíba a fenecer, por falta de um cuidado racional da terra e das suas riquezas naturais.

Lobato, também faz a crítica ao uso irracional das riquezas naturais, responsabiliza os fazendeiros e suas práticas pela esterilidade da terra e decadência do Vale, sugere que eles sejam os “fazedores de deserto”:

No campo não é menor a desolação. Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o Café, como um Átila. Toda a seiva foi bebida e, sob forma de grão ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nem uma onça permaneceu ali, empregada em restaurar o torrão. Transfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se tranfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação europeia por mão de herdeiros dissipados. / À mãe fecunda que o produziu nada coube; por isso, ressentida, vinga-se agora, enclausurando-se numa esterilidade feroz. E o deserto retoma as posições perdidas. / Raro é o casebre de palha que fumega e entremostra em redor o quartelzinho de cana, a rocinha de mandioca. Na mor parte os escassíssimos existentes, descolmados pelas ventanias, esburaquentos, afestoam-se do melão de São Caetano – a hera rústica das nossas ruínas. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 23-4)

E, de certo modo, neste texto, e outros sucessivos, Lobato percebe o mesmo que Euclides da Cunha, “na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova”, o Oeste Paulista poderia sofrer do mesmo prejuízo do Vale do Paraíba se não aplicasse novas formas de tratamento com a terra. Observe-se, no entanto, a estrutura e o andamento do texto é muito semelhante a do autor de *Os sertões*.

Euclides da Cunha diferencia o homem pobre rural do Vale do Paraíba considerado por ele um “caipira desfibrado”, do “caboclo rijo e mateiro das ocupações

bandeirantes” no estado de São Paulo e a ruína e o deserto observados na terra está presente também no homem pobre rural, pois Euclides o vê como um “decaído”:

As estradas são ermas. De longe em longe um caminhante. Mas é também um decaído. Não é daqueles caboclos rijos e mateiros, que abriram neste vale as picadas atrevidas das “bandeiras”. O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heroica, saúda-nos com uma humildade revoltante esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivos, como se víssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruína da terra. / Seguimos. / Em vários trechos cerradões trançados, guardando ainda no afogado das embaúbas e dos tabocais alguns raros pés de café de remotas culturas em abandono, desdobram-se inextricáveis na lenta reconquista do solo, num ressurgimento da floresta primitiva. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 185)

No pensamento de Euclides da Cunha sobre o Brasil rural está presente o embate entre passado e presente, o passado é atestado no presente através dos pés de café em deploráveis ruínas, uma decadência presente no homem habitante dessas terras e tem o respaldo teórico baseado no determinismo biológico dos estágios evolutivos, o homem e a terra foram cheios de força, saúde e bravuras, na época das bandeiras, com o passar do tempo tornaram-se decaídos e desfibrados na sua força. O homem visto como um “decaído” e “desfibrado” quer dizer que Euclides não acredita na miscigenação para constituição da nacionalidade, porque o caboclo valparaibano era um produto da mistura de várias raças e isto o tornava um ser fraco e degenerado “sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heroica”, Euclides o via como uma ruína maior que a da terra. Ao estabelecer a relação entre a cultura e a raça, esses “decaídos” seriam incapazes de contribuir satisfatoriamente para a modernização da nação.

Também para Lobato há o aspecto da decadência tanto na terra quanto no homem seu habitante, o caboclo “incapaz de fecundar a terra” surge no conto “Cidades Mortas” como o “incapaz” de migrar, adaptado perfeitamente à terra estéril e decadente, vivia das últimas gotas do café, escondido nos grotões do Vale. A condição social dos pobres rurais apontada por Lobato seria de miséria por causa do mínimo possuído para a sua sobrevivência, permaneceriam na opilação, no vício do álcool e no desânimo sem chances de superação. Os caboclos compreendidos talvez como “verdadeiros vegetais de carne” e comparados aos “urupês” estão em *Cidades Mortas* e se parecem com o caboclo descrito em “Velha Praga” e “Urupês”, artigos escritos em 1914 analisados mais adiante.

As fazendas são Escórias de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a casa-grande, senzalas vazias e terreiros de pedra com viçosas guanxumas nos interstícios. O dono está ausente. Mora no Rio, em São Paulo, na Europa. Cafezais extintos. Agregados dispersos. Subsistem unicamente, como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam – fauna cadavérica de última fase a roer os derradeiros capões de café escondidos nos grotões. / - Aqui foi o Breves. Colhia oitenta mil arrobas! ... / A gente olha assombrada na direção que o dedo cicerone aponta. Nada mais! ... A mesma morraria nua, a mesma saúva, o mesmo sapé de sempre. De banda a banda, o deserto – o tremendo deserto que o Átila Café criou. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 24)

Já no texto de Em Euclides da Cunha, a questão da dinâmica social do passado é ilustrada, pela correria e a pressa produzidas nos afazeres e cuidados com o café e os retornos proporcionados por ele:

A estrada vara-os entre espinheirais e barrancos, tendo, não raro, ladeando-a longo tempo, extensos lanços desmoronados de velhos muros de taipa dos sítios florescentes noutra tempo. / Destes, alguns permanecem ainda animados. Mas sem a azáfama antiga, sem o mourejar febril das colheitas fartas, sem os rechinos festivos dos engenhos, sem o bulício álaçre e estonteador das moendas ruidosas, nos velhos tempos, quando por aquelas encostas ondulavam e subiam lentamente à melopéia das cantigas africanas – dezenas de dorsos luzidios rebrilhando ao sol – os cordões desenvolvidos dos eitos. / Os demais, num decair contínuo, mal avultam nos terreiros desertos. Vão sendo, lento e lento, afogados na constrição do matagal que se lhe aperta em roda e cobre-lhe as plantações, e invade-lhes as pastagens, até atingi-los e suplantá-los, penetrando-os pelas portas e janelas; enraizando-se nas suas paredes de barro e disjungindo-lhas e derribando-lhas à maneira de uma reação formidável e surda da natureza contra os que outrora, ali, aplicaram no seu seio, torturando-a, o cáustico fulgurante das queimadas. / Outros ainda surgem, de improviso, no bolear dos cerros, à meia encosta dos pendores, com a imagem perfeita de uns desgraçados castelos, sem barbacães e sem torres, gizados por essa arquitetura terrivelmente chata em que se esmeravam os nossos avós de há dois séculos. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 185 e 186)

Atentamos para os termos utilizados por Euclides ao colocar em relevo a natureza como formidável e grandiosa²⁶ e ela ressurgir por todos os cantos e recantos contra as depredações dos trabalhadores daquelas paragens. Ao contrário da natureza exuberante, os homens são descritos como frágeis, decaídos, depredadores, “os fazedores de desertos” e sem o “desempeno dos titãs”. Uma estrutura de pensamento

²⁶ Luciana Murari (2002) desenvolveu tese de doutorado sobre a temática da representação da natureza no pensamento social e na literatura no final do século XIX e início do XX.

presente nos primeiros escritos de Monteiro Lobato, principalmente nos artigos “Velha Praga” e “Urupês” nos quais a natureza é descrita como magnífica e o homem um destruidor deplorável, “piolho da terra”, “a quantidade negativa” da nação e através de práticas impróprias produz desertos irrecuperáveis.

Segundo o pensamento de Euclides da Cunha, na vivenda quadrangular e ampla onde as senzalas estão vazias para todo o sempre o agregado não pára. Não existe uma ligação dele com aquelas terras e por isso ele as abandona. O abandono é uma das causas da destruição. A mobilidade do homem pobre rural é observada por Euclides, diferentemente de Lobato no conto “Cidades Mortas” o vê perfeitamente adaptado à decadência do Vale do Paraíba. Em “Velha Praga” e “Urupês” Monteiro Lobato reclama da mobilidade do caboclo fugitivo das fazendas para não se adaptar à disciplina de trabalho dos “novos tempos”, também porque não tem ligação com aquelas terras, desprovido de propriedade nada lhe pertence. No artigo “Fazedores de Desertos” de Euclides da Cunha, lê-se:

Mas jazem para todo o sempre vazias, até que as destrua o absoluto abandono. Porque o caipira crenteiro, por menos célere que siga e por mais que o fustiguem os aguaceiros e os ventos, não pára as suas portas. / Segue, desabaladamente, sem desfitar as esporas dos flancos do cavalo, fazendo o “pelo-sinal”, e fugindo ... (CUNHA, *Obra Completa*. Volume I, 1966: 186)

Euclides considera o caipira um simplório, crédulo em abusões absurdas, dono de um olhar sinistro e mal-assombrado, cheio de visões fantasmagóricas sobre aquelas paragens desertas, repleto de temores ele foge com rapidez. Temores justificados no viajante com a visão do amplo salão deserto do casarão em ruínas onde outrora fervilhavam as festas e reuniões senhoriais e no terreiro as danças e manifestações culturais dos escravos:

E quem, curioso e incrédulo, as procura, justifica-lhes os temores. / Aproxima-se do largo portão desquiciado, de umbrais vacilantes, ou tensos; desapeia e avança pelos terreiros de pedra, arruinados; galga a velha escadaria, pulando sobre os degraus que faltam; e estaca no patamar, em cima, diante da porta, escancarada, da entrada, abrindo para o amplo salão deserto. Penetra-o. / Contempla, de relance, as molduras esborcinadas das paredes, e o teto onde adivinha resquícius de frisos dourados na cimalha de estuque. Enfia pelo longo corredor afogado no bafio angulhento do ambiente imóvel, para o qual se abrem as portas de outros repartimentos desertos, onde chiam e revoam desequilibradamente centenas de morcegos tontos. Chega à sala de jantar, deserta ... / E naquela quietude sinistra, se não o amedrontam os ecos dos próprios passos, longos, reboantes, morrendo

vagarosamente na habitação vazia, comove-o, irresistível, a visão retrospectiva dos belos tempos em que a vivenda senhoril pompeava triunfalmente no centro dos cafezais floridos. / Então era o tropear ruidoso das cavalgadas que chegavam; a longa escadaria onde rolavam saudações joviais, risos felizes, subidas e descidas tumultuárias entre os estrépitos argentinos das esporas; o vasto salão referto de convivas; a velha sala ornada para os banquetes ricos; e à noite as janelas resplandecendo, abertas para a escuridão e para o silêncio, golfando claridades e a cadência das danças, enquanto fora, no terreiro limpo, ao brilho das fogueiras, turbilhionava o *samba* dos cativos ao toar, melancólico e bruto, dos caxambus monótonos. (CUNHA, *Obra Completa*. Volume I, 1966: 186 e 187)

Ideias e linguagens semelhantes as de Euclides estão em Monteiro Lobato, sobre os salões vazios dos palácios em ruínas afirma:

Pelos salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagarteado de fendas, esboroa a força de goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros antigos, crayons, figurando efígies de capitães-mores de barba em colar. Há sobre os aparadores Luís XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se acendem as velas nem se guardam os nomes dos enquadrados – e por tudo se agruma o bolor rancido da velhice. (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 22)

Lobato, à semelhança de Euclides da Cunha, termina o conto, com o viajante deixando aquelas paragens mórbidas e sem perspectivas de restauração, isto porque entende que o Vale não incorporara a razão técnica científica na condução dos trabalhos com a agricultura. Mas, Lobato aponta como saída o progresso nas novas terras do Oeste paulista:

Outras vezes o viajante lobra ao longe, rente ao caminho, uma ave branca pousada no topo dum espeque. Aproxima-se devagar ao chouto rítmico do cavalo; a ave esquisita não dá sinais de vida: permanece imóvel. Chega-se inda mais, franze a testa, apura a vista. Não é ave, é um objeto de louça ... O progresso cigano, quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios telegráficos ... E lá ficará ele, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que a ruína consuma o rijo poste de “candeia” ao qual o amarraram um dia – no tempo feliz em que Ribeirão Preto era ali ... (LOBATO, *Cidades Mortas*, 1995: 24)

Euclides da Cunha termina o artigo “Entre as Ruínas” com o viajante deixando a “vivenda malsinada com uma emoção maior que a dos recoveiros: vai como quem foge”. Na sua fuga rompe dentro de um matagal e vê apenas os restos de um jardim abandonado, um pomar decaído sem frutos e não voltará mais para aquele lugar

malsinado. O destaque é para as imagens mórbidas sem possibilidade de recuperação e o sentimento dele é o das “crenças ingênuas dos caipiras”:

Não voltará mais: segue pelos caminhos em torcicolos, torneja outros morros escavados, atravessa outras fazendas antigas, divisa outras vivendas desertas, depara outros caminhantes taciturnos; e ao encontrar, de momento a momento, intermináveis, como se andasse pelas avenidas de um velhíssimo cemitério – as mesmas “santa-cruzes” à orla dos caminhos, sente-se, sem o querer, invadido pelas crenças ingênuas dos caipiras. (CUNHA, *Obra Completa*. Volume I, 1966: 187)

Euclides da Cunha não vê perspectivas para a ressurreição daquele lugar, as imagens são do abandono e a permanência da fatalidade da decadência e, já observamos, pode ser explicada através do raciocínio do determinismo social, no qual as sociedades ou civilizações, assim como os organismos biológicos, nasciam, cresciam e morriam. O Vale cumprira seu papel de civilização cafeeira, tivera o seu momento de grandeza e prosperidade, mas caíra em profunda e irreversível degenerescência. A crítica da permanência da decadência a partir das imagens mórbidas estava relacionada também à precariedade dos métodos de manejo da terra e da lavoura. Euclides da Cunha não poderia acreditar na perpetuação de uma civilização cafeeira na qual os processos com os trabalhos eram precários e não conseguira incorporar as inovações da ciência e da técnica para a obtenção da prosperidade material. Assim, para Euclides, a região do Vale do Paraíba está extinta e enterrada: “Justifica-se, ao menos, como se, de fato, por ali vagassem, na calada dos ermos, todas as sombras de um *povo que morreu, errantes, sobre uma natureza em ruínas*”. (CUNHA, *Obra Completa*. Volume I, 1966: 187, grifos nossos) A mesma perspectiva moribunda passará o texto de Monteiro Lobato.

Durante a sua vida, Euclides da Cunha foi um defensor do progresso científico, técnico e material, sempre manifestou entusiasmo com o desenvolvimento da civilização e acreditava nos povos seguidores da sua marcha. Ao contrário, ele via os procedimentos predatórios e considerados errados utilizadas na produção cafeeira como contradições da racionalidade positiva de domínio da natureza através da técnica, a irracionalidade produzira desertos e decadência irreversíveis²⁷. Isto porque, na

²⁷ Segundo Nicolau Sevcenko (1999) “O dado mais característico e saliente da maneira pela qual Euclides encarava a cena social de seus dias era a sua convicção – compartilhada com os mais lúcidos dentre os seus confrades de letras – de que assistia a um completo espetáculo de inversão de valores e de papéis no interior da sociedade. A República, tão promissora, nas suas origens, de uma civilização técnica e moralmente elevada, havia se transformado no “paraíso dos medíocres”. Servindo-se da linguagem do transformismo, a doutrina de Gumplowicz, ele detectava já no novo regime os “sintomas mórbidos de

perspectiva positivista/evolucionista de Euclides da Cunha os povos e as nações atrasados em relação ao progresso técnico e material, estavam fatalmente condenados ao desaparecimento e superação definitiva. Ele traduz essa forma de pensar através das metáforas da morte, do velhíssimo cemitério, dos cafezais raquíticos, das fazendas, dos pomares e jardins abandonados. Uma civilização decaída em oposição à natureza grandiosa. Esta reage dominando espaços antes desertos e o caboclo valparaibano, espécie baldia, restou dessa decadência, mas não vai se adaptar ao progresso dos novos tempos, como a exigência de disciplina e organização nos trabalhos com a lavoura.

uma política agitada, expressa no triunfo das mediocridades e na preferencia dos atributos inferiores, já de exagerado mando, já de subserviência revoltante (...), é uma seleção natural invertida: a sobrevivência dos menos aptos, a evolução retrograda dos aleijões, a extinção em toda a linha das belas qualidades de caráter, trasmudadas numa incompatibilidade à vida, e a vitória estrepitosa dos fracos sobre os fortes incompreendidos ... Imaginai o darwinismo pelo avesso aplicado à história ...””. (SEVCENCKO: 1999, 146)

Capítulo II

O CABOCLO COMO SINÔNIMO DE ATRASO E DECADÊNCIA

ESCRITOS DE 1914 A 1918

Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. / Ei-lo que vem falar ao patrão. Entrou, saudou. Seu primeiro movimento após prender entre os lábios a palha de milho, sacar o rolete de fumo e disparar a cusparada d'esguicho, é sentar-se jeitosamente sobre os calcanhares. Só então destrava a língua e a inteligência. / - “Não vê que ... ”/ De pé ou sentado, as ideias se lhe entramam, a língua emperra e não há de dizer coisa com coisa. / De noite, na choça de palha, acocora-se em frente ao fogo para “aqueotá-lo”, imitado da mulher e da prole. / Para comer, negociar uma barganha, ingerir um café, tostar um cabo de foice, fazê-lo em outra posição será desastre infalível. Há de ser de cócoras. / Nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cócoras, como um faquir do Bramaputra, que vigia os cachinhos de brejaúva ou o feixe de três palmitos. / Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! / Jeca mercador, Jeca lavrador, Jeca filósofo...

Monteiro Lobato (Urupês, 1997: 168)

1. Ecos da escrita de Euclides da Cunha em “Urupês” e “Velha Praga”

Monteiro Lobato escreve o artigo “Velha Praga” em outubro de 1914. Nessa época é fazendeiro da propriedade Buquira herdada do avô o Visconde de Tremembé. Envia o artigo para a seção de “Queixas e Reclamações” do jornal O Estado de São Paulo no qual demonstra preocupação com as queimadas na serra da Mantiqueira localizada no Vale do Paraíba e, como um “luzeiro que vem do sertão”, propõe-se a trazer para o público os detalhes de uma calamidade. De maneira irônica, critica as pessoas moradoras nas cidades porque ignoram a “devastação” ocorrida na região rural valparaibana por estarem mais preocupadas com o conflito da Primeira Guerra Mundial e não com as perdas financeiras da lavoura nacional. Na sua crítica, faz o problema do Vale do Paraíba tornar-se um problema nacional a partir de um veículo de comunicação de grande circulação na época. Compara a tragédia nacional das queimadas com a destruição provocada pelo conflito mundial na Europa:

Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos “vons” alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros. / Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico. / Em agosto, por força do excessivo prolongamento do inverno, “von Fogo” lambeu montes e vales, sem um momento de tréguas, durante o mês inteiro. / Vieram em começos de setembro chuvinhas de apagar poeira e, breve, novo “verão de sol” se estirou por outubro adentro, dando azo a que se torrasse tudo quanto escapara à sanha de agosto. / A serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado aqui e acolá de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo o mais é crepe negro. / À hora em que escrevemos, fins de outubro, chove. Mas que chuva cainha! Que miséria d’água! Enquanto caem do céu pingos homeopáticos, medidos a conta-gotas, o fogo, amortecido mas não dominado, amoita-se insidioso nas piúcas²⁸, a fumegar imperceptivelmente, pronto para rebentar em chamas mal se limpe o céu e o sol lhe dê a mão. / Preocupa à nossa gente civilizada o conhecer em quanto fica na Europa por dia, em francos e cêntimos, um soldado em guerra; mas ninguém cuida de calcular os prejuízos de toda sorte advindos de uma assombrosa queima destas. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 159 e 160)

²⁸ Nota do Editor: Tocos semicarbonizados.

O artigo de Euclides da Cunha denominado “Fazedores de Desertos” publicado no livro *Contrastes e Confrontos* também foi veiculado no jornal O Estado de São Paulo e foi escrito a partir de vários telegramas e cartas recebidas pela redação do jornal para explicitar as reclamações dos leitores com o problema da mudança no clima causada pelas queimadas das matas na região do Vale do Paraíba.

Nesse artigo, Euclides da Cunha critica as práticas incendiárias dos velhos sertanejos e dos colonizadores entendidos como fazendeiros. Estas, segundo o autor, provocavam mudanças climáticas desfavoráveis ao plantio do café na região do Vale do Paraíba e a consequente decadência da terra. Segundo observa, as estações do ano, tão bem definidas em tempos passados que permitiam aos “velhos sertanejos” fazerem previsões “ingênuas” sobre o tempo, teriam sido desorganizadas no presente. O notável são as consequências: o solo empobrecido, os ares esfumaçados e o sol causticante:

É natural que todos os dias chegue do interior um telegrama alarmante denunciando o recrudescer do verão bravio que se aproxima. Sem mais o antigo ritmo, tão propício às culturas, o clima de São Paulo vai mudando. / Não o conhecem mais os velhos sertanejos afeiçoados à passada harmonia de uma natureza exuberante, derivando na intercadência firme das estações, de modo a permitir-lhes fáceis previsões sobre o tempo. / As suas regras ingênuas enfeixadas em alguns ditados que tinham, às vezes, rigorismo de leis, falham-lhes, hoje, em toda a linha: passam-lhes, estéreis, as luas novas trovejadas; diluem-se-lhes como fumaradas secas as nuvens que ao entardecer abarream os horizontes; varem-lhes as ventanias súbitas a poeira líquida das neblinas que se adensam de manhã, pelo topo dos outeiros; e em plena primavera, agora, sob o alastreamento das soalheiras fortes, o aspecto de suas plantações, esfolhadas e esfolharadas, principia a ser desanimador revelando, antes do estilo franco, esse período máximo a vida vegetativa que, nos países quentes, estão no desequilíbrio entre a evaporação intensa pelas folhas e a absorção escassa, e cada vez menor, pelas raízes. Toda vegetação estiva; e esgota-se, desfalecida, precisamente na quadra em que as primeiras chuvas e as primeiras descargas elétricas, já lhe deviam ter, no mesmo passo, dissolvido os princípios nutritivos do solo e desdobrado, na mais interessante das reações, os que se disseminam profusamente pelos ares. (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 181)

Para Euclides, em “Fazedores de Desertos”, o quadro apresentado para os aventureiros em viagem pelo interior é lastimável, porque o clima quente secou a vegetação e a imagem observada é de desolação, mas entende o fenômeno como perfeitamente natural explicado pelo determinismo climático e geográfico. “Nem é admissível que ante ele se surpreendam os nossos lavradores, primeiras vítimas dessa anomalia climática”. Para o autor, além das anomalias climáticas, a persistência em

métodos incorretos e impróprios para o manejo com a lavoura são os produtores das calamidades das destruições da natureza, “faltou outros empreendimentos”. Ele fala de um problema da devastação das matas na região valparaibana como se fosse um problema nacional. “Temos sido um agente geológico, nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia”. Esse “Temos sido” pode ser apreendido como sendo os nativos, os bandeirantes, colonizadores, entendidos como os fazendeiros e sertanejos do Vale do Paraíba, agentes vistos como nefastos porque provocaram a devastação irreversível da natureza. A história revelou as práticas irracionais e devastadoras:

Foi a princípio um mau ensinamento do aborígene. Na agricultura do selvagem era instrumento preeminente o fogo. Entalhadas as árvores pelos cortantes *dgis* de diorito, e encoivarados os ramos, alastravam-lhes por cima as caïtaras crepitantes e devastadoras. Inscreviam, depois, em cercas de troncos carbonizados a área em cinzas onde fora a mata vicejante; e cultivavam-na. Renovavam o mesmo processo na estação seguinte, até que, exaurida, aquela mancha de terra fosse abandonada em caapuera, jazendo dali por diante para todo sempre estéril, porque as famílias vegetais, renovadas no terreno calcinado, eram sempre de tipos arbustivos diversos das da selva primitiva. / O selvagem prosseguia abrindo novas roças, novas derribadas, novas queimas e novos círculos de estragos; novas capoeiras maninhas, vegetando tolhiças, inaptas para reagir contra os elementos, agravando cada vez mais os rigores do próprio clima que as flagelava – e entretecia de carrascais, afogadas em macegas, espelhando, aqui, o fáceis adoentado da *caatanduva* sinistra, além a braveza convulsiva das caatingas. / Veio depois o colonizador e copiou o processo. Agravou-o ainda com se aliar ao sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. / Afogada nos recessos de uma flora que lhe abreviava as vistas e sombreava as tocaias do tapuia, dilacerou-a, golpeando-a de chamas, para desvendar os horizontes e destacar, bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam balizando a rota das bandeiras. Atacaram a terra nas explorações mineiras a céu aberto; esterilizaram-na com o lastro das grupiarias; retalharam-na a pontações de alvião; degradaram-na com as torrentes revoltas; e deixaram, ao cabo, aqui, ali, por toda a banda, para sempre áridas avermelhando nos ermos com o vivo colorido da argila revolvida, as *catas* vazias e tristonhas com o seu aspecto sugestivo de grandes cidades em ruínas ... (CUNHA, *Obra Completa*, volume I, 1966: 182)

Em Euclides a origem da crise social na região do Vale do Paraíba está no passado e o presente se apresenta como exaurido na sua força. Segundo a dicotomia barbárie *versus* civilização, presente na forma de pensar evolucionista de Euclides da Cunha, ainda estávamos no estágio da barbárie. Esta pode ser traduzida através das atitudes irracionais de devastação das matas e posteriores queimadas “a esmo”. O autor

revela as possibilidades de superação dessa crise e do estágio da barbárie ao afirmar que a sociedade poderia incorporar processos de trabalho racionais. No seu pensamento está a defesa da construção de uma ordem racional para os procedimentos com o trabalho na lavoura, para a obtenção do progresso material, uma questão cara ao positivismo e que está presente também no pensamento de Monteiro Lobato.

O princípio norteador da observação/dedução de Euclides da Cunha, apesar do estilo empolado, pedante, através da retórica elaborada e empenhada em conquistar padrões de rigor comparáveis aos da física ou biologia, estabelece a lei de causa e efeito utilizada pelas ciências naturais, ainda quando incorre em opiniões involuntárias. Elabora juízos de valores, por exemplo, quando julga como “mau ensinamento” as ações do aborígene de devastação do solo passadas aos colonizadores, um juízo de valor afinado com o modo de pensar evolucionista. Neste caso, se o aborígene era imbuído deste modo de pensar porque era primitivo, o bandeirante o utilizara porque era ganancioso. O bandeirante, em outro estágio mental, só poderia voltar ao método do índio por ganância e não por não conhecer outros sistemas de exploração. O positivismo e a ciência animam o critério do pensamento e a redação de Euclides e era urgente para a nação em construção incorporar as inovações da técnica e da ciência para o seu ingresso no progresso, os países com ausência da ciência e da tecnologia, estavam fadados ao desaparecimento.

Em “Velha Praga”, identificamos na leitura de Monteiro Lobato o mesmo andamento e pontos de contato muito claros vistos em “Fazedores de deserto”:

... As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para o pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro delas, a esta ou aquela “situação” agrícola. / Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente, no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma ... / É peculiar de agosto, e típica, esta desastrosa queima de matas; nunca, porém, assumiu tamanha violência, nem alcançou tal extensão, como neste tortíssimo 1914 que, benza-o Deus, parece aparentado de perto como o célebre ano 1000 de macabra memória. Tudo nele culmina, vai logo às do cabo, sem conta nem medida. As queimas não fugiram à regra. / Razão sobeja para, desta feita, encararmos a sério o problema. Do contrário, a Mantiqueira será em pouco tempo toda um sapezeiro sem fim, erisepelado de samambaias – esses dois términos à uberdade das

terras montanhosas. / Qual a causa da renitente calamidade?
(LOBATO, *Urupês*, 1997: 160)

Como já observamos, há a advertência da crise agrária e as consequências agrônômicas prejudiciais para as plantações, mas, no entanto, em Lobato existe um responsável por essa calamidade nacional: não mais o velho fazendeiro, criticado no conto “Cidades Mortas”, mas o caboclo:

É mister um rodeio para chegar lá. A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriigo decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da ‘pelada’, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decreptude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias – seu orgulho e grandeza, para, em achincalhe crescente, cair em capoeira, passar desta à humildade da vassourinha e, descendo sempre, encruar definitivamente na desdita do sapezeiro – sua tortura e vergonha. / Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 161)

Em Euclides da Cunha há o entendimento das queimadas como obras dos sertanejos do Vale e, para chegar a essa conclusão, ele retoma o passado histórico e entende essa prática como parte do cotidiano nos manejos agrícolas dos indígenas, eles passaram essa tradição aos colonizadores bandeirantes e, por sua vez, ensinaram aos sertanejos. Uma prática utilizada há séculos e relacionada à ideia de barbárie entendida como processos rudimentares e precários na lida com a terra. Para Euclides os aborígenes, os bandeirantes, colonizadores, entendidos como os fazendeiros cafeicultores e os sertanejos da região valparaibana foram os responsáveis pela destruição, diferentemente de Monteiro Lobato, pois atribuiria esta responsabilidade exclusivamente ao homem pobre rural. Atribuindo a ele a sua própria decadência, a do proprietário de terras sofredor com as crises na lavoura cafeeira. O olhar crítico de Monteiro Lobato está voltado para o presente, para as condições imediatas do ocorrido, o calor da hora proporciona o tom da sua crítica, como observará nossa análise em relação ao Jeca Tatu, a personificação do homem pobre rural em Lobato.

2. Monteiro Lobato gestava o Jeca Tatu há anos

Em abril de 1911, Lobato herda do avô muitas propriedades, como terrenos, casas e entre elas uma fazenda chamada Buquira com quase dois mil alqueires de terra e escreve a Godofredo Rangel a seguinte carta na qual conta sobre a morte do avô, a herança e a sua desistência do cargo de promotor público na cidade de Areias²⁹, para assumir a administração da fazenda na cidade de Taubaté, na região do Vale do Paraíba:

Tua carta chegou-me ao voltar eu da missa de 7º dia da morte de meu avô. Faleceu a 27 de ruptura de aneurisma, como se previa. Um grande homem, o meu avô e grande amigo meu. Esse fato vem mudar minha vida. Já não volto para Areias – abandono a carreira. E com pesar. Aqueles dias lá passados, sem serviço como promotor, todo entregue ao mais absoluto borboleteio mental, ora em caça de coisas no Camilo, ora a ler e anotar o Aulete ou a traduzir artigos do *Weekly Times*, ou a tentar um conto, ou a ler um livro novo – tudo isso, dentro da nossa eterna troca de conversa escrita, é coisa de deixar saudades, pois não. Minha vida agora vai ser a de “proprietário”. Em estudante eu *tinha* uma cama, uma cadeira de balanço, uma canastra e uma agulha – minhas propriedades paravam nisso. Essa agulha me fora dada aqui, certa vez, por uma velhinha de nome Nh’Ana Rosa. Conservei-a toda vida espetada na gola e com ela preguei todos os meus botões caídos. Chegou a entortar de tanto uso, a coitadinha. Pois hás de crer Rangel, que logo que me casei a primeira coisa que Purezinha fez foi perder a minha agulha histórica e tão amiga? Conservei-a comigo, na gola, oito anos! Depois que me casei assumi mais propriedades – mulher, filhos, a responsabilidade de pai de família. E agora vou ser proprietário de coisas – casas, terras, fazendas. Mas a “nossa agulha” será conservada e continuaremos *quand même* a costurar as nossas secretas literatices. / Isso é raro e bom, Rangel. A mim me descansa da materialidade da vida e a você garante uma opinião sincera nesse mundo de opiniões malandras. Ainda não sei que rumo vou tomar. O mais provável é ir viver naquela fazenda onde escrevi o hediondo *Os Lambeferas*. O lugar tem a calma propícia às letras – embora, dada a mostra as produza péssimas. Produzirá melhor, feijão e milho. E lá me hás de visitar um dia, você, dona Bar e a prole. Prometido? (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 299/300)

²⁹ Lobato recebeu a nomeação para o cargo de Promotor Público na cidade de Areias em março de 1907 devido à influência de seu avô, o Visconde de Tremembé, junto ao político paulista General Francisco Glicério ministro e senador do governo Deodoro da Fonseca. Sobre a conquista da promotoria, em carta ao amigo Rangel datada em abril de 1907, Lobato escreveu: “O meu atraso epistolar tem origem na “cavação de promotoria” em que me empenhei em fevereiro e só agora, 4 de março, consegui levar a efeito, com derrota de um exército de candidatos. Estou nomeado promotor público da comarca de Areias, que deve ser nalgum lugar. Mais reverência, portanto, amigo, quando escreveres ao Lobato. Exijo DD. no envelope. Sou o DD. Promotor Público de Areias, cidade que positivamente há de existir. Cento e tantos candidatos para esse ossinho – informou-me o próprio secretário Washington Luis (com “s” – ele faz questão). Foi trunfo decisivo uma carta de meu avô ao general Glicério. ...” (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 158-59)

Desde novembro de 1911 a ideia de escrever sobre o caboclo estava entranhada em Lobato. Escreveu, nessa data, para Rangel sobre a possibilidade de criar literatura sobre o “caboclo queimador de mato”, “sempre a correr da civilização”, “o barba rala”, “um livro de piraquaras”. Na opinião do empreendedor Monteiro Lobato, o “rural brasileiro” era um tema nacional de máxima importância, ainda “virgem”, inexplorado pelos escritores, mas, segundo sua opinião, se fosse explorado, poderia render bons resultados a quem se esmerasse no assunto. Lobato expõe sua admiração à literatura construída sob o molde científico/positivista de observação e descrição dos fatos e o compromisso com a verdade:

Uma das vantagens do romancista brasileiro é poder lidar só com virgindades. Nenhum tema nosso tem “barriga suja”. A literatura faz *pendant* com a lavoura; ambas só lidam com matas virgens, terras virgens. Tudo está por fazer. Aqui em S. Paulo, quanto elemento de primeira ordem à espera dos Balzacs e Zolas, pedreiros que saibam assentar tijolos! A Terra Roxa, o caboclo queimador de mato, o bandoleiro *avant coureur* da civilização representada pelo colono italiano: o bandoleiro espanta o “barba-rala” e permite que o calabrês se fixe na terra grilada; a invasão italiana nas cidades – o Braz, e Bom Retiro; a fusão das raças nas camadas baixas – e na alta; o norte de São Paulo invadido pela decadência do Estado do Rio e a migração dos fortes para o Oeste ... / ... / Um livro de piraquaras, entremeado de lendas ribeirinhas (como a do Minhocão do Paraíba, comparável a Serpente do Mar dos velhos marujos: ouvia-a contar em Queluz), a atmosfera ambiente, o cheiro da água doce, dos guapés apodrecidos; e o marasmo da vida, o sol parado das 2 horas, com cigarras, com a lombeira, com a menina estudando piano – batendo no piano uma escala de Czerni ... (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 317)

Em fevereiro de 1912, Lobato como fazendeiro revela certa empolgação com a rotina das atividades agrícolas desempenhadas desde a morte do avô, explana sua admiração por raças puras, chega até a comprar e a criar galinhas de raça e contratar um avicultor grego para realização dos trabalhos, demonstrativos do seu esforço em diversificar as atividades, pois a fazenda tinha mais de cinco mil pés de café, mas a monocultura ia de mal a pior e a crise não tardaria a bater na sua porta. Ele se esforça em reerguer a fazenda investe em outros empreendimentos além da cafeicultura. Lobato parece ter colocado na prática os ensinamentos dados para a classe de fazendeiros nos seus escritos de 1900 e 1906:

... E eu cá a criar galinhas e porcos. Minha academia vai ser a Sociedade Nacional de Agricultura. / Por falar em galinhas: estou de avicultor novo, um grego legítimo, contratado no Rio. É da ilha de Tinos e recém-chegou do Acre. Para valorizar minhas Leghornes dou-

o como descendente bastardo de Homero. Purezinha vive a perguntar-lhe como é em grego isto e aquilo, e vai formando vocabulário. E como o Lino me promete um lote de Orpingtons pretas da preciosa criação de luxo do Pedro Toledo, Ministro da Agricultura, veja que produtos vou obter: aves aristocratas, ministeriais, de bom pedigree inglês e criadas por um neto de Homero – talvez um Atrida! Em tempo te mandarei um casal da maravilha, para que assombres Minas com o requinte. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 325 e 326)

Envolvido nas rotinas dos trabalhos na fazenda, na mesma carta, mais uma vez, Lobato externa a Rangel a ideia de escrever sobre o “caboclo como um piolho da terra”. Conforme o tempo passa, essa ideia literária ganha força, talvez até por não acreditar mais na sua “vocação” como fazendeiro, pois perdia fôlego a cada dia mesmo com tanto esforço a fazenda era dispendiosa demais. Como observa Cavalheiro (1955), a área era localizada em uma região íngreme e distante da cidade, as estradas eram ruins e de difícil acesso, obstáculos às atividades rurais, exigia muito trabalho para poucos resultados.

Nessa carta, Lobato revela o seu projeto de crítica à realidade brasileira, ele não seria calcado nos modelos teóricos e conteúdos europeus, pois pretendia uma literatura nacional genuína. Na carta escrita por Lobato em novembro de 1911, um ano antes, falava com admiração do método de “literatura científica” de Balzac e Zola. Este como expoente do naturalismo na literatura abordava nas suas criações literárias uma análise “experimental e científica do ser humano”, combinando diferentes teorias como darwinismo, evolucionismo e determinismo científico. Tal tipo de análise revela o gosto de Lobato por essa corrente interpretativa³⁰:

Já te expus a minha teoria do caboclo, como piolho da terra, o *Porrigo decalvans* das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influencia europeia. Muito possível que te vendo impresso n’*O Paiz*, a Inveja, essa fecunda espóra, me force a escrevê-lo. Se não sair, será mais um casulo que seca sem dar borboleta. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 326 e 327)

E em abril de 1912, da Fazenda escrevera a Rangel: “Vou ver se consigo escrever um conto, o *Porrigo decalvans*, em que considerarei o caboclo um piolho da terra, uma praga da terra. Mas não garanto coisa nenhuma. A vida de fazenda é

³⁰ A autora Ana Luiza Reis Bedê (2007) escreveu uma obra sobre as influências dos literatos franceses nos escritos lobatianos em *A Barca de Gleyre*.

absorvente; pouco lazer me sobra para pensar em coisas alheias à faina”. (LOBATO, 1964: 327)

Da sua Fazenda escreve a Rangel em setembro de 1912 sobre o prazer de criar galinhas de raça, porcos, cavalos e a sua dificuldade nos relacionamentos com os caboclos da roça, feita de forma indireta através do “administrador”. No entanto, declara, por causa de um desentendimento com o empregado “o coloca para correr” e assume a liderança com os “agregados”. Ele revela como vê o homem pobre rural: um ser “involuído”, “intermediário entre o macaco e o homem”, “a melhor coisa da nossa terra”, um ser analfabeto e simples:

A maior delícia da minha vida de roça aqui é justamente lidar com pintos, com perús, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com essa insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do “administrador”, a ponte de ligação. E o caboclo ainda é a melhor coisa da nossa terra, porque analfabeto, simples, muito mais próximo do avô Pitecantropo do que os que usam dragonas ou cartola, e se dão ao luxo de ter ideias na cabeça, em vez de honestíssimos piolhos. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 332)

Quando Lobato escreve a Rangel, em outubro de 1914, sobre as suas ideias a respeito do caboclo, elas estão mais assentadas e claras. Desta forma, ele preocupa-se em observá-lo e estudá-lo desde o seu nascimento. Compara seu comportamento, considerado por ele, desorganizado e predador da natureza, ao do italiano disciplinado, organizado e próspero. Aqui se observa a tese de Herman (1999) na forma pendular do pensamento de Lobato, pois dialoga com a decadência na observação da vida precária do caboclo ao mesmo tempo vislumbra uma ruptura a partir da ideia de progresso simbolizado pelas possibilidades advindas com a imigração italiana, louva a sua forma de organização e trabalho, pois contribuiria para a “cura” da terra:

Não sei como vai ser essa obra. Talvez romance. Talvez uma série de contos e coisas com uma ideia central. Nessa obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-de-galinha, ou como no pombo o piolho-de-pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro – espécies incapazes de viver em outros meios. O caboclo, piolho-de-serra, também é incapaz de outra piolhagem que não a da serra. Já te escrevi sobre isto; e se a ideia volta e insiste, é que de fato está se gestando bem vivinha e será parida no tempo próprio. / Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem – “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas deste ano a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêmea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de

superstições por dentro. Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Vê-lo virar menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mato, matar com a picapau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sitio onde nasceu, até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha a paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas. Contar a obra de pilhagem e de depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. Havia uma gameleira colossal perto da choça, árvore centenária – uma pura catedral. Pois ele derruba-a com “três dias de machado” – atorou-a e dela extrai ...uma gamelinha de dois palmos de diâmetros para os semicípios da mulher! Também extraiu da gameleira morta um pilãozinho de moer sal. Como aproveitou a gameleira, assim aproveita a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. E assim por diante. Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhora-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho, afugentado, vai parasitar um chão virgem mais adiante. / Como você vê, não é fantasia nem carocha. É uma coisa que está aí e ninguém vê por causa do tal prisma. Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto – e que até o Ricardo romantizou tão lindo: Cisma o caboclo à porta da cabana ... / Eu vou contar o que ele cisma. A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso um deles se atreve e faz uma “entrada”, a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e ele, por comodidade, entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela. O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, a Julia Lopes, uma fazenda na serra para que a administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca ... Em vez de índio, caboclo. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume I, 1964: 363 e 364)

A indisposição de Lobato com os camaradas, somada às queimadas do mês de setembro e outubro, os problemas com as perdas na produção cafeeira, a indagação do “ser brasileiro”, a sua ojeriza ao estilo “romântico” de literatura e o desejo de acender polêmicas junto ao público leitor e intelectual, tudo contribui para Lobato escrever os artigos “Velha Praga” e “Urupês”. Por fim, em novembro de 1914, Lobato desenvolve suas ideias sobre o caipira nacional, o “piolho de galinha”. Nessa época, depois de “tocar” alguns agregados de suas terras, considerados por ele incendiários, escreve o artigo “Velha Praga” para a seção de “Queixas e Reclamações” do jornal **O Estado de**

São Paulo. Nesse ele expressa sua preocupação com as práticas predatórias no Vale do Paraíba.

3. **Euclides da Cunha, Manuel Bomfim e outros: ecos em “Velha Praga” e “Urupês”**

Em “Velha Praga”, Lobato critica as queimadas, pois as considera um processo rudimentar favorável à destruição das “velhas camadas de húmus”. Semelhante crítica está presente no pensamento de Manoel Bomfim escritor de *América Latina Males de origem*, 1905. Antes de Monteiro Lobato, o autor já denuncia as práticas irracionais, provocadoras de danos irreversíveis nos processos de trabalho nas lavouras:

Não perdem de vista, os homens sensatos, a riqueza, a prosperidade material: pensem, então, nas ferozes devastações dos nossos bosques e matas, tão úteis à vida; pensem no que se tem perdido, irremediavelmente perdido, da uberdade do nosso solo, nos incêndios bárbaros que a ignorância da nossa lavoura acende todos os dias, desde quatro séculos, por sobre milhares de léguas quadradas de terras, que, férteis e virgens ontem, férteis desse húmus que aí se acumula desde as primeiras eras da vida, estão hoje convertidas em campos ásperos, *agrestes*, nus, que só muito trabalho e muita ciência poderão restituir à cultura! ... (BOMFIM, 1993: 335)

Para Bomfim, as devastações ocorridas com as queimadas são consequências da ignorância e falta de conhecimentos de técnicas científicas e racionais. A solução para tal calamidade nacional seria o investimento em conhecimentos e aplicação destes nos trabalhos com a agricultura.

Alberto Torres é considerado por alguns estudiosos um dos precursores do pensamento agrário brasileiro, ele escreveu o livro *O Problema Nacional Brasileiro – Introdução a um programa de organização nacional*, cuja primeira impressão é de 1914 e segunda é de 1933. Ao falar dos problemas agrários brasileiros, na primeira década do século XX, as suas afirmações são muito parecidas com as de Monteiro Lobato. Alberto Torres escreve:

No Brasil, o ressecamento das terras e do ar, as secas periódicas, cada vez mais prolongadas, a alteração e irregularidade das estações – fato ordinário em vastíssimas regiões do território, e já patente em outras onde foram outrora abundantes as águas, manifestando-se no atraso

das primaveras, relegadas, com quase certo sacrifício das sementeiras, para o começo do estio, na quase esterilização das pastagens e falta de forragens, durante longo período do ano, fruto principal das nossas devastações e da política colonial que temos feito – já se manifesta aos próprios olhos distraídos das afortunadas populações das grandes cidades, com as crises da “falta d’água”, de ano para ano mais penosas. (TORRES, 1933: 42)

Na mesma perspectiva de Manuel Bomfim e Alberto Torres, Monteiro Lobato observa no artigo “Velha Praga”, “os sais preciosos”, necessários para a saúde da lavoura, são levados pelas águas da chuva. Os incêndios contribuem para a ocorrência de destruições ecológicas como a morte das “aves silvestres” e as “extensões de matas lindas” eram “reduzidas a carvão”. Ele reclama das mudanças ocorridas no clima e o consequente aumento da temperatura responsável pelos períodos de crescente seca, “o possível advento de pragas insetiformes” e o gado morto pela falta dos pastos queimados. Nesse momento, Lobato está preocupado com a produção rural brasileira, a “valorização da propriedade”, a organização do trabalho e a utilização racional dos recursos naturais, valores esses sintonizados com a sua ideia de progresso material. O autor também critica os desastres ecológicos e agronômicos provocados pelas queimadas e responsabiliza o caboclo por essa tragédia, pois o vê como ignorante em relação a métodos racionais no trato com a terra:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra peculiar ao solo brasileiro como o Argas o é aos galinheiros ou o ‘sarcopites mutans’ à perna das aves domésticas. Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do ‘Porriigo decalvans’, o parasita do couro cabeludo produtor da ‘pelada’, pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua descalvada. ... (LOBATO, *Urupês*, 1997: 161)

Ao criticar o caboclo pelas práticas irracionais, considera-o a síntese da decadência e o responsável pelo atraso nacional, nesse momento, Lobato critica o indivíduo, não faz uma análise estrutural da sociedade brasileira. A questão política, econômica e social não é discutida. Ele não traz para o debate nacional o porquê da expropriação econômica e cultural da camada dos homens pobres rurais. Mesmo quando se dirige ao indivíduo, sua crítica é marcada por ideias preconceituosas, considera-o uma raça inferior, degenerada e subserviente, fadada ao fracasso e ao atraso. Lobato estabelece a relação entre raça e cultura e vê o caboclo como um piolho parasita da terra e desta forma inútil para a nação:

... Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira

dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 161)

Lobato não via saída para o atraso e decadência da vida do caboclo. Em contraposição ao imigrante valorizado por sua disciplina e permanência no trabalho. Por vir de uma cultura civilizada, dessa forma, contribuiria para a conquista do progresso e do desenvolvimento capitalista brasileiro. Lobato desenvolve seu raciocínio a partir da visão evolucionista darwinista da sociedade: a sobrevivência do mais forte e apto. A cultura dos fracos e inadaptados seria suplantada pela cultura do mais forte. Haveria esperanças para a superação da decadência a partir do progresso vislumbrado, principalmente, com o grande número de imigrantes chegados para o trabalho nas lavouras e indústrias.

Um exemplo marcante do pensamento social brasileiro de defesa da imigração é Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões: Campanha de Canudos* escrita entre 1896 e 1902, publicada neste último ano. Na nota preliminar, ele expõe a ideia desenvolvida no livro “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”. Na mesma perspectiva de Monteiro Lobato (lembramos que Lobato escreve depois de Euclides) aponta para um fatalismo na sua crítica ao homem pobre rural considerado uma raça inferior em comparação com o imigrante europeu tido como civilizado e, portanto, mais afeito ao progresso dos novos tempos:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras. Destinadas a próximo ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. / O jagunço destemeroso, o “tabaréu” ingênuo e o “caipira” simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 1963: 3)

Euclides da Cunha vê o caipira nacional como retardatário na marcha da história em comparação com os povos mais desenvolvidos e civilizados da Europa e América do Norte. Estabelece a relação entre raça e cultura e antecipa o esmagamento da cultura caipira. Ele a considera uma raça fraca, instável e subdesenvolvida. Segundo a

perspectiva evolucionista/positivista, os povos atrasados em relação ao desenvolvimento tecnológico e industrial estavam fadados ao desaparecimento. Na sua interpretação da formação social brasileira, visualiza a possibilidade do desaparecimento da cultura caipira por ser insignificante e simplória, já em estado de extinção. O caipira e sua cultura tradicional não estariam preparados para concorrerem materialmente com as correntes migratórias vindas da Europa e se intensificavam no país. Ele seria suplantado pela marcha do progresso.

O autor defende a imigração porque esta traria contribuições econômicas e materiais ao processo civilizador da nação. No artigo intitulado *Nativismo Provisório* publicado no livro *Contrastes e Confrontos*, Euclides da Cunha declara os benefícios da onda migratória, esfaceladora da cultura sertaneja, os imigrantes eram vistos como trabalhadores aptos, organizados, disciplinados e infatigáveis para o trabalho. Seu estilo de vida baseado em um estágio avançado e civilizado de desenvolvimento seria exemplo para os brasileiros pobres rurais considerados pela elite como inaptos e incapazes. Através do processo social de adaptação e assimilação, os imigrantes, aos poucos, deixariam suas influências benéficas, principalmente a “moral cosmopolita” e as influências artísticas na cultura brasileira, porque esta assimilaria os valores europeus tidos como superiores.

Semelhantes aspirações euclidianas permeiam a perspectiva de Monteiro Lobato. Em sua crítica ao homem pobre rural estabelece uma clara divisão entre decadência e progresso. Os agregados rurais pertenceriam à primeira por seu estilo de vida nômade, ser predador da natureza e viver com o mínimo necessário para a sua sobrevivência, sem se preocupar com o excedente para o mercado, para as necessidades capitalistas do país. Ele é a “quantidade negativa” da vida agrária da nação assim como o agrário da região do Vale do Paraíba, a sua elite cafeeicultora decadente, todos eles compunham o cenário nacional atrasado e não poderiam mais ser restaurados. A cada um deles, Lobato atribui responsabilidade e parcelas de culpa pelo atraso da nação.

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. Dando para passar fome, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 164)

Outra característica observada e criticada por Lobato é a fragilidade e a instabilidade da vida do homem pobre. Sempre em trânsito, quando a terra perdia seus nutrientes, ele se mudava de sítio e ficava à mercê de um grande proprietário garantidor da terra para o trabalho e sustento, seu e de sua família, e a qualquer momento aquele poderia “tocá-lo” de sua propriedade. Ao compará-lo com o imigrante italiano, Lobato observa neste a tradição europeia do vínculo com a terra e sua permanência nos trabalhos com a lavoura, valores econômicos importantes para o progresso. Sob esse ponto de vista, a condição de agregado é perigosa ao fazendeiro proprietário, pois o caboclo é nômade e o fazendeiro é o responsável pelas perdas na produtividade e pelos prejuízos financeiros ao aceitar esse indivíduo e sua família em suas terras. Lobato não se pergunta o porquê da vida em movimento do agregado rural e o seu despego com a terra. No seu significado social e econômico, característica da cultura caipira, mas o responsabiliza, chama-o de preguiçoso, porque nem um pé de laranja plantou naqueles arredores.

O conceito de progresso para Lobato era antagônico ao estado de decadência. Ele compreendia a ideia do ser humano viver em equilíbrio e em harmonia com a natureza. Seu controle e sua exploração seriam realizados de forma planejada, através da ciência e da técnica, elementos ausentes no agregado. A terra e a natureza não seriam destruídas e depois abandonadas, com outros novos ciclos de repetição e destruição e abandono, mas sim cultivadas e conservadas pelo homem como um bem precioso capaz de produzir frutos permanentes para o progresso material da nação:

Quando se exaure a terra, o agregado muda de sítio. No lugar, ficam a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará a sua estada ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jeca Tatu e outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 164)

A rusticidade do viver do caipira não escaparia a Monteiro Lobato na construção do Jeca Tatu e renderia a ideia do caboclo sersemelhante a um fungo da terra, tal o nível elementar vivido na satisfação de suas necessidades. Lobato critica de forma cruel as atitudes vistas por ele como depredadoras do homem pobre rural, na satisfação da necessidade de ter sua casa, destrói a natureza junto com sua mulher, a “sarcopta” fêmea, o filho no seu ventre “outro ao peito, outro de sete anos à ourela as saia – este já

de pitinho na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho –, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio”. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 162) Para Lobato, todos esses ingredientes representam a decadência e o atraso da vida do homem pobre rural e são entraves ao sonhado progresso da nação. O caboclo era visto como alguém à margem da produtividade econômica do país: “Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós”. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 162)

No final do século XIX, Monteiro Lobato assiste à transição do trabalho escravo para o livre. Presencia a chegada de trabalhadores imigrantes. Eles trazem consigo a disciplina capitalista do trabalho, aspecto revelador da indisciplina do trabalhador nacional. Lobato escreve sobre o Jeca Tatu numa época na qual está em questão uma nova ordem: a organização do trabalho racional através da mão-de-obra estrangeira e a nova forma de produção agrícola, assentada em bases capitalistas. Lobato demonstra através de sua literatura, a conjuntura histórico social nos últimos anos do Império e início da República, em evidência na época, o “problema” da mão-de-obra nacional. O olhar depreciativo da elite sobre os homens pobres foi construído com base em uma “moderna concepção de tempo”, aos poucos erigida na sociedade brasileira e contraposta ao “tempo da natureza”, “assistemático”, vivenciado pelos homens pobres rurais, forros e escravos. Tempo esse com uma dinâmica diferente do tempo capitalista: linear, disciplinado e contabilizado.

Quando Lobato escreve sobre o caboclo, ainda persiste na sociedade nacional, como uma herança do escravismo a má reputação do trabalho, principalmente do manual. Este não fazia parte do mundo dos brancos e sim dos negros, o branco é adepto do “não fazer”. Como vemos nos textos de Lobato, esse “não fazer” é atribuído ao mínimo fazer necessário do caboclo. Este não se integra ao trabalho racional como o estrangeiro.

Monteiro Lobato está inserido no contexto onde a elite considera o caboclo uma fatalidade para a nação. Em “Urupês”, artigo escrito e publicado pela primeira vez em 1914 no jornal O Estado de São Paulo e depois no livro de mesmo nome, Lobato segue a mesma linha de crítica de “Velha Praga” e continua a tratar sobre o homem pobre rural, considerado por ele “um selvagem”, “feio e bruto”, um ser desinteressante e

incapaz de qualquer reação contra a estagnação e contra o atraso de sua vida econômico, social e cultural. Em oposição às correntes ufanistas enaltecidas das qualidades do sertanejo, Lobato vem “com as curetas da ciência” tirar o véu de ilusões³¹.

Nesse artigo Lobato cria o Jeca Tatu³². Ele deixa claro não acreditar na capacidade criadora, laboral e produtiva dos homens pobres rurais, porque considera mínimo o esforço realizado por eles e não se enquadra nas novas exigências da economia de mercado e na organização burguesa do trabalho:

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha. / Bem ponderado, a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. Mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jeca não mudará de vida. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 170-71)

Lobato observa a decadência vivida pelo caboclo. Baseado em teorias racistas e positivistas o considera uma raça inferior, biologicamente inadaptável ao trabalho e incapaz de efetuar qualquer atividade produtiva. Ele não planta uma roça nos seus arredores, nem árvores frutíferas, nem flores, nenhum sinalizador de permanência nas terras. Ele revela uma apatia, resultado de uma herança de raça inferior e miscigenada e por causa de todas essas características negativas, ele era visto como um obstáculo ao desenvolvimento econômico da nação agrária. O mundo habitado pelo homem pobre rural era desorganizado, improdutivo, e indisciplinado. Essas características trariam

³¹ Gilberto Freyre (1981) fez avaliação sobre a “vulcânica presença” de Lobato “na cultura e na vida nacional”, há cem anos do dia em que ele nasceu. Nas palavras de Freyre: “Em Urupês surge um escritor brasileiro de um novo tipo, quer pelas atitudes de crítico social, quer pela expressão, pela frase, pela forma, pela retórica: sua argumentação e sua persuasão através de palavras que sugerem gestos”. (FREYRE, 1981: 156)

³² Sobre a origem do nome Jeca Tatu escreve Azevedo, Carmem Lucia de. Camargos, Marcia. E Sacchetta, Vladimir: “‘Uma Velha Praga’ foi a faísca que faria alastrar o fogo da revolta lobatiana. Pouco mais de um mês depois ele publica outro artigo, “Urupês”, de 23 de dezembro, fixando o personagem-símbolo não só da sua obra, mas de toda uma fase da literatura brasileira: Jeca Tatu. Batizou-o assim devido a reminiscências de vinte anos antes, em torno de uma velhinha chamada Gertrudes, moradora de um rancho à beira da estrada da Fazenda Paraíso, cujo neto, Jeca, reunia todas as características inerentes ao personagem: “bichinho feio, magruço, arisco, desconfiado, sem jeito de gente”. A princípio pretendia dar-lhe o sobrenome “peroba”, mas como não soara bem, decide substituí-lo por Tatu, inspirado nas reclamações que seu capataz vinha fazendo sobre os estragos causados pelo animal nas roças de milho”. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 1997: 58)

como resultado a miséria, garantia apenas do mínimo necessário para passar fome ele e a sua família.

Na sua obra *Os Sertões* e nos vários artigos escritos e publicados no jornal O Estado de São Paulo, Euclides da Cunha elaborou considerações sobre o povo brasileiro. Podemos chamar a atenção à ideia do cruzamento das raças considerado pelo autor prejudicial e fatal para a nação. Baseado no ideário evolucionista, o autor vê a estrutura social a partir de uma hierarquia compreendida entre raças inferiores e superiores. No cruzamento das raças diferentes, a miscigenação era vista como algo negativo, porque as características manifestas seriam as das raças inferiores:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante às conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O índio-europeu, o negro e o brasíleo-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades prementes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos históricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas fundidas num organismo isolado. ... E o mestiço, -mulato, mameluco ou cafuzo – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. (CUNHA, 1963: 90)

Para Euclides da Cunha, na concorrência entre os povos civilizados, para o Brasil era perigoso competir com os mestiços, pois eles eram considerados intrusos, instáveis e anômalos, sem características próprias. Por ser uma “raça fraca” subordinada ao destino e direção dos mais fortes. Os mestiços eram considerados um retrocesso para a cultura nacional:

É que nessa concorrência admirável dos povos, envolvendo todos em luta sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes. A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. É a tendência instintiva a uma situação de equilíbrio. As leis naturais pelo próprio jogo parecem extinguir, e pouco e pouco, o produto anômalo que as viola, afogando-o nas próprias fontes geradoras. O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da

fronte escurecida; o mameluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-o, ferozmente, sobre as cabildas aterradas ... (CUNHA, 1963: 91)

Euclides da Cunha elabora a descrição do sertanejo como uma personalidade forte e fraca ao mesmo tempo em contraposição ao mestiço do litoral considerado raquítico, exausto e neurastênico. Aponta para uma característica de plasticidade do sertanejo, pois a fraqueza, a preguiça e a debilidade seriam apenas aparentes. Bastaria um incidente para a “transmutação” acontecer e dar lugar a um homem forte e equilibrado nas suas atitudes e posturas:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. / A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. / É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável. / É o homem permanentemente fatigado. / Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude. / Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude. / Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias. / Este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja – caracterizado sempre pela intercadência

impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas. (CUNHA, 1963: 94 e 95)

Euclides da Cunha faz a descrição do sertanejo em quem duas características se opõem. A sua aparência de cansaço, preguiça e apatia – um sujeito canhestro e desengonçado – dá lugar a um homem possante, desassombrado e forte, cheio de agilidades extraordinárias. Um mesmo personagem possui características depreciadoras e ao mesmo tempo enaltecidas. Talvez o sertanejo revelasse a busca constante de Euclides pelo progresso brasileiro, a civilização representada pelas nações mais desenvolvidas era o alvo a ser conquistado pelo Brasil. As condições de miséria e pobreza do povo, habitantes das regiões interioranas, representavam uma visão desesperançada na busca pelo desenvolvimento da nação. Ela traduzia um estilo de vida calçado na irracionalidade e nas tradições. Isso era visto como obstáculos para a conquista da civilização cujo modelo era as nações mais desenvolvidas da Europa. As populações das regiões interioranas do Brasil, os chamados caboclos, sofreram de uma caracterização depreciadora por parte de uma parcela da elite intelectual, generalizada para toda a população do Brasil e contraposta à visão tida da população urbana e letrada.

Apesar de Euclides da Cunha defender ideias que consideravam a mestiçagem prejudicial para o progresso material e cultural da nação e preconizar o desaparecimento da cultura da população mestiça, ele elogia o sertanejo e a sua ação no meio em que vive. Em 1902, antes de Monteiro Lobato, que escreve em 1914, Euclides chama a atenção para a vida de miséria e pobreza das populações rurais e essa miséria não é responsabilidade dos homens pobres e sim dos políticos desatentos com os interesses da população pobre. Sua crítica é direcionada às elites do país, diferentemente de Lobato, pois responsabiliza o caboclo pela sua condição de pobreza, miséria e raça inferior.

A ideia da miscigenação como prejudicial para a composição da nação também está em Manoel Bomfim, no livro *A América Latina Males de Origem*, publicado em 1905. Nos seus dizeres, Bomfim considera os mestiços e caboclos com muitas características ruins e negativas, mas diferentemente de Monteiro Lobato e Euclides da Cunha baseados em teorias racistas e biologicamente deterministas, Bomfim atribui às características negativas à falta da educação social, para ele, “a massa geral da população” era ignorante, sem desejos e disposta à servidão. Sua principal característica seria a decadência pela exploração dos políticos corruptos. O parasitismo, observado

nas nações ibéricas com seu assalto às riquezas das nações latino americanas, estava presente nas atitudes dos governos inescrupulosos:

A massa geral da população, formada e nutrida por essa cultura intensiva da ignorância e da servidão, não tem estímulos, nem desejos, nem necessidades definidas, acima dos apetites da baixa animalidade; ignora tudo, não sabe trabalhar, não vê beleza nem interesse no trabalho, nada a convida a isto; inteiramente nula para o progresso, é facilmente aproveitada pela caudilhagem nas más aventuras e assaltos políticos. As classes dirigentes, herdeiras diretas, continuadoras indefectíveis das tradições governamentais, políticas e sociais do Estado-metrópole, parecem incapazes de vencer o peso dessa herança; e tudo o que o parasitismo peninsular incrustou no caráter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o indivíduo, qualquer que seja o seu ponto de partida e o seu programa, o traço ibérico lá está – o conservantismo, a ausência de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem instintivo e inconsciente, pois que é herdado. De longe em longe, surge um espírito capaz de ação eficaz – é uma miragem perdida no deserto; e a sociedade continua a arrastar-se ao sabor dos que a dirigem. Assistidos, reconfortados por estes, os elementos refratários, remanescentes do passado parasitário, revivem, proliferam, doutrinam, orientam; e a nova pátria não chega nunca a ser uma pátria, senão a ex-colônia, que se prolonga pelo Estado independente, contra todas as leis da evolução, sufocando o progresso, presa a mil preconceitos, peiada pela ignorância sob o conservantismo. (BOMFIM, 1993: 327)

Lobato traz no seu pensamento a preocupação com o “problema” da miscigenação. Como pensar uma nação caipira e miscigenada no sangue e na cultura? Lobato constrói o Jeca Tatu, protótipo do homem pobre rural brasileiro e revela não acreditar na raça miscigenada, para ele esta seria “incapaz de evolução, impenetrável ao progresso”. Ela vegetaria de cócoras em uma época de mudanças significativas na sociedade brasileira. A libertação da escravatura, a passagem do Império para a República, a vinda dos imigrantes para os trabalhos nas lavouras e indústria nascente, o processo de urbanização das cidades, as exigências de racionalidade para o trabalho na agricultura, para o autor, em todos esses grandes eventos o caboclo não emite reação, não responde aos chamados, ele resiste ao progresso dos novos tempos e continua a “vegetar de cócoras”, “encoscorado em uma rotina de pedra, recua para não adaptar-se”, ele era visto como alheio aos acontecimentos mais significativos da sociedade.

Lobato, em 1914, lança primeiro o artigo “Velha Praga” e logo em seguida “Urupês” no jornal O Estado de São Paulo. Como dizem alguns estudiosos, suas ideias “explodiram como bomba” no meio intelectual, alimentou os debates jornalísticos. Sobre os resultados da divulgação e aceitação das suas opiniões, Lobato escreve uma carta a Rangel em 16 de janeiro de 1915, da cidade de Caçapava, para dizer sobre sua admiração com a repercussão inesperada dos seus artigos no cenário intelectual e entre o público leitor dos jornais:

(...) A *Velha Praga* não cessa a peregrinação. Já foi transcrita em sessenta jornais, conforme me informa o Sinesio Passos, redator dum jornal de Guaratinguetá. Acho muito, e se o consigno é para frisar a ignorância em que andamos de nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho. (LOBATO, *A Barca de Gleyre*, volume II, 1964: 10)

Sobre as críticas favoráveis feitas ao seu artigo “Urupês” em que criou o personagem Jeca Tatu, Lobato escreve ao amigo Rangel, carta em 12.02.1915:

(...) Mas estive em S. Paulo três dias e todos me falaram da minha literatura com certo calor, achando que eu sou coisas. Ouvi os elogios de pé atrás, como sempre. Quem na cara não elogia? O que vale é o cochicho às costas. Pinheiro é amigo e me ficou atrás do quadro, como Apeles, para pegar o que de mim dizem pelas costas. Contou-me que na sala do Nestor, no Estado, houve uma seria discussão sobre aquele artigo *Urupês*, na qual poucos concordaram comigo totalmente, mas todos foram unânimes em que sou “novo de forma” e uma “revelação”. Será Rangel, que com tão pequena amostra se possa chegar a esse veredito? E disse mais o Pinheiro que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado, que eu imitava o Fialho. A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes. E disso resultou que o Estado vai pagar-me os artigos a 25 mil réis, logo que a folha volte à normalização financeira e se refaça dum desfalque de 150 contos que lá deu o velho gerente – foi o que ouvi. (LOBATO, *A Barca de Gleyre* I, 1964: 20)

Segundo Tristão de Athayde (1982), em 1914 “realmente explodiu a primeira bomba lobatiana”. Com o artigo “Velha Praga”, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, Lobato começou a demonstrar o que vinha pela frente. Para Athayde, Monteiro Lobato acabou com o “neo-ufanismo nativista”, lançado em 1904 por Euclides da Cunha na sua famosa sentença: “o sertanejo é antes de tudo um forte”. Lobato respondeu a esse “neo-romantismo” com um “neo-nacionalismo” através da criação da figura do Jeca Tatu, o caipira de “cócoras”, comparado aos “urupês”, ou seja, aos cogumelos do mato. Como pensador social, o questionamento de Lobato, segundo

Athayde, uma “nova visão do Brasil, que esse escaldado nacionalismo vinha apresentar”. Athayde escreve:

Pela primeira vez, em nossa história literária, um livro conseguia fazer um movimento político-social alastrar-se pelo país inteiro. Depois de ‘Urupês’ veio ‘Cidades Mortas’, ‘Idéias de Jeca Tatu’, ‘Onda Verde’ e muitos outros. O obscuro filho de Taubaté e simples colaborador do ‘Minarete’ de Pinda, tornou-se, de um momento para outro, um símbolo. O símbolo de nosso realismo nativista, não apenas como escritor regionalista das ribeiras do Paraíba, mas como expressão da brasilidade intelectual moderna. (*apud* DANTAS, 1982: 47)

Segundo Agripino Grieco (1981), a caricatura do Jeca Tatu converteu-se em “símbolo verdade” do homem rústico:

Jeca Tatu, caricatura admirável, fixou-se no repertório dos nossos tipos grotescos, e, justo ou injusto (tanto pode o talento), converteu-se em criatura simbólica. Fosse embora visível o ritmo deformador, aí, para muitos, estava a verdadeira fisionomia do nosso homem rústico, emergindo da verdadeira atmosfera provinciana. E o fato é que o ironista, tantos e tão característicos eram os seus dons vivificadores, fazia com que se lhe perdoassem facilmente os erros de sociólogo. A inverdade histórica diluía-se na bonomia sarcástica do prosador, no seu amor perverso à terra natal, na doçura, se se pode dizer assim, ácida das suas melhores páginas. Sentia-se que realmente havia, diante do leitor, um ficcionista robusto e novo, e era difícil deixar de aplaudir. Aplaudia-se, em particular, o bom humor com que ele, em presença de figuras burlescas, as suas prediletas, armava o seu cavalete de pintor de homens e captava os tipos da região, movimentando-os bem e dando-lhes frases e gestos típicos, desses que definem caracteres. Um senso muito agudo e muito ativo do pitoresco, felizes notações de ambientes e atitudes. (GRIECO, 1981: 187)

Foram de ampla divulgação as ideias de Monteiro Lobato sobre o Jeca Tatu em 1914 e nos anos posteriores quando os seus artigos foram publicados em forma de livro. Podemos afirmar uma das razões do sucesso perante o público leitor do personagem Jeca Tatu está vinculada a esta questão: Lobato conferia identidade a este sujeito ausente de conceito na sociedade. Esta categoria, até aqui inominada, passa a ser vista, percebida, discutida e entendida no contexto da economia nacional. Essa identidade do homem pobre rural criada por Lobato na forma de caricatura atendia a uma necessidade ideológica de uma parte do país tinha para refletir de si mesmo. De um lado, uma elite intelectual dizia que o Brasil era feito de caboclos fortes e rijos, de outro, intelectuais afirmavam que éramos um país vitimado por uma raça de depauperados e degenerados sem nome. Quando José de Souza Martins observou em 1978 que o homem pobre rural

era inominado, um sujeito ausente de conceito, ele parecia fazer referência ao pensamento social político e letrado no Brasil:

Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário de um lado, e alheio, de outro. (MARTINS, 1983: 25)

Nenhuma identidade, pois, no sentido inclusive da unificação, isto é, da não diversidade, reuniu mais as características do homem pobre rural do que a caricatura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato. Ele ganhou um nome combinado com as aspirações de uma parcela da elite pensante sobre o homem pobre rural: atrasado, indisciplinado, fora do progresso material da nação, subserviente, sem estímulos, decadente, indesejável na participação da vida política da nação. A sua expressão foi considerada mínima e desprezível no conjunto da economia brasileira, “sem uma posição econômica e social definida e fixa”, e vai esperar até os anos 50/60 para voltar a ter lugar na vida social.

4. Rui Barbosa é o “pai” do Jeca

Em 1914, tanto Monteiro Lobato como os intelectuais da época atribuíam ao caipira nacional a responsabilidade pelo atraso e decadência do rural brasileiro. Em 1918, na sua nova leitura sobre o caboclo, Monteiro Lobato muda suas considerações, defende outra proposição e o vê como doente e não mais como preguiçoso. Em carta a Godofredo Rangel, em dezembro de 1917, Lobato escreveu: “Estou convencido de que o Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país”. (LOBATO: *A Barca de Gleyre* volume II, 1964: 160) Elogia a população rural vendo-a com capacidades de resistir bravamente às moléstias e às péssimas condições sanitárias e de higiene. No artigo intitulado “Um fato”, publicado no livro *Problema Vital*, em 1919, Lobato afirma: “O

caipira não “é” assim. “Está” assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 285) Nessa nova fase, Lobato se rende à proposta de inserção das populações sertanejas ao projeto de modernização do país³³. Vale apresentarmos o pedido de desculpas de Lobato ao Jeca Tatu quando saiu a primeira edição do livro *Urupês*, em 26 de junho de 1918:

E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivo de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas? (LOBATO, *Urupês*, 1918: 4)

Três meses depois, na 2ª edição de *Urupês* publicada em setembro de 1918, em cujo prefácio explicava a origem de “Velha Praga” e “Urupês”:

Esgotada num mês a primeira edição deste livro, sai agora a segunda, aumentada, revista e com vários pronomes recolocados pelo Sr. Adalgiso Pereira, excelente amigo que ainda enriqueceu de numerosas vírgulas, aspas, hífen e outras miudezas cuja ausência empobrecia o original. E para ela entra mais uma, como direi? – o gênero é inclassificável – uma “indignação”: “Velha praga”. E também o artigo “Urupês”. Explica-se. “Velha praga” é a verdadeira mãe deste livro, e não seria justo separar a mãe do filho. / Foi assim o caso. Em 1914, nos primeiros meses da guerra, o autor não passava de humilde lavrador, incrustado na serra da Mantiqueira. Terrível ano de seca foi aquele! O fogo lavrou durante dois meses a fio, com fúria infernal. O céu toldado, o ar espesso, o crepitar permanente das matas em chama, a fumarada invadindo a casa, os olhos a arderem ... / Um fim de mundo. / E sempre notícias más, a toda hora. / - Rebentou outro fogo no Varjão! – vinha dizer um agregado ... / mas se ia aquele, vinha outro: / - Patrão, o Trábiju está queimando! / - Então, já seis? / - É verdade. Há o fogo do Teixeira, o fogo do Maneta, o fogo do Jeca ... / - Fogo *signés!* ... Que patifes! Mas não de pagar. Denuncio-os todos à polícia. / O capataz sorriu. / - Não vale a pena. São eleitores do governo; o patrão não arranja nada. / - Mas não haverá ao menos um incendiário opositor que possa pagar o pato? / - Não vê! Caboclo é ali firme no governo justamente p’r’amor do fogo. / Tinha razão o homem. Eram todos do governo. E o eleitor da roça, em paga da fidelidade partidária, goza-se do direito de queimar o mato alheio. Impossibilitado de agir contra eles por meio da justiça, o pobre fazendeiro limitou-se a “tocar” alguns que eram seus agregados e ... a “vir pela imprensa”. Escreveu e mandou para as “Queixas e Reclamações” d’O *Estado de S. Paulo*, a tal catilinária mãe dos “Urupês”. Esse jornal, publicando-o fora da seção de queixas,

³³O autor Gilberto Hochman (1998) no livro *A Era do Saneamento* afirma que “A segunda fase do movimento sanitário – décadas de 1910 e 1920 – teria como característica fundamental a ênfase no saneamento rural, em especial o combate a três endemias rurais (ancilostomíase, malária e mal de Chagas), a partir da descoberta dos *seriões*, dos seus habitantes abandonados e doentes e da possibilidade de curá-los e de integrá-los à comunidade nacional”. (HOCHMAN, 1998: 60 e 61) Sobre as origens das políticas de saúde no Brasil ver COSTA (1985).

estimulou o fazendeiro a reincidir. Reincidiu. E quando deu acordo de si, virara o que os noticiaristas gravemente chamam um “homem de letras”. / Ora aí está como as coisas se arrumam, e como, por obra e graça de meia dúzia de Neros de pé-no-chão, entra a correr mundo mais um livro. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 157/58)

Em 1918, Rui Barbosa se candidata a presidente do Brasil e percorre o país para fazer campanha política. Em junho do mesmo ano, Monteiro Lobato enviou para Rui Barbosa a primeira edição do livro *Urupês*. Em 1919, depois de ser derrotado nas urnas por Epiácio Pessoa, Rui Barbosa³⁴ participa de uma conferência política no Teatro Lírico do Rio de Janeiro e no seu discurso apresenta como a grande questão social brasileira o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, famoso pelos artigos “Velha Praga” e “Urupês” publicados no jornal O Estado de São Paulo, em outubro de 1914. Monteiro Lobato, nessa época, já vendera a fazenda e possuía a Revista do Brasil³⁵ e a Editora Revista do Brasil e faz às pressas mais uma edição de *Urupês*, pois o fato de Rui Barbosa citá-lo na conferência foi a sua consagração e reconhecimento definitivo como escritor do Jeca Tatu:

Conheceis, porventura, o Jeca Tatu do *Urupês* de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, ‘entre as formadoras da nossa nacionalidade’ se perpetua, ‘a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso? (BARBOSA, 1919: 3)

Segundo Cavalheiro (1955), em 1919, Rui Barbosa acirrou o debate nacional, acendeu os ânimos intelectuais do pensamento político social letrado a respeito do

³⁴ Conforme Barros e Machado (2006) “Em seus discursos, Rui Barbosa mostrou como se encontravam a sociedade e a política no Brasil, destacando a corrupção política e o descaso dos políticos com as questões sociais como um entrave à modernização da sociedade brasileira. Denunciava também a exploração a que o povo estava submetido e as péssimas condições de trabalho e de vida. Alertava para a falta de regulamentação do trabalho nas fábricas e para as revoluções e as transformações ocorridas em vários países como uma ameaça ao capitalismo”. (BARROS & MACHADO: *A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa*, In: Maringá, vol. 8, no. 1, p. 81, 2006)

³⁵ Para Enio Passiani (2003) Monteiro Lobato ao verificar o sucesso que seus livros fizeram nas livrarias de todo o país deseja tornar-se editor e “a oportunidade não tarda a chegar. No mesmo ano do lançamento de seu primeiro livro, Lobato é convidado a dirigir a “Revista do Brasil”, contudo, em lugar da direção, propõe a compra da revista, concretizada em junho de 1918. A “Revista do Brasil” já gozava de prestígio antes de ser adquirida por Lobato, pois contava com vários intelectuais renomados dentre seus colaboradores; porém era deficitária. Sob o controle de Lobato, a revista não só vai manter tal prestígio e sua linha editorial (o nacionalismo), como vai sair do vermelho. As habilidades estratégicas de marketing elaboradas por Lobato aumentam consideravelmente o número de assinaturas da revista e salvam-na da falência”. (PASSIANI, 2003: 75) Segundo Luca (1999) Monteiro Lobato chegou à falência do mensário em 1925. (LUCA, 1999: 61) Sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato ver também a tese de doutorado de BIGNOTTO (2007).

homem pobre rural como a grande questão social brasileira, através do personagem Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato em 1914:

Com o prestígio de seu verbo, Rui retirava o Jeca das páginas de “Urupês” para a arena política, onde as paixões são mais suscetíveis de explosões, e as repercussões bem mais profundas. Nas tribunas da Câmara e do Senado, oposicionistas e governistas discutiram em altos berros a veracidade do quadro traçado por Monteiro Lobato. O deputado Ildefonso Albano revelou então ao Brasil o oposto do Jeca, o bravo “domador do deserto”, o intrépido “desbravador da Amazônia”, o Mané Xiquexique, “rocha viva da nacionalidade”. Mané era em tudo o oposto do Jeca. Enquanto nas veias do Jeca corre, “ao que parece”, sangue degenerado, herdou Xiquexique as qualidades nobres e viris dos Tabajaras, dos Jenipapos, dos Cariris, dos Potiguaras e dos Apinajés. Enquanto, diz ele, Jeca acorçado em sua toca, com o olhar embaciado e pálpebras preguiçosamente semicerradas, mal enxerga a vereda estreita e coberta de mato, que vai ter à estrada, os horizontes do Mané Xiquexique não têm limites; com seu olhar vivo, de longo alcance, ele campeia livre pelos vastos sertões. Mané é um colosso como lavrador, um portento como vaqueiro, coisa nunca vista como jangadeiro ou seringueiro. E que dizer de suas inúmeras outras habilidades? “Inteligente e ladino, rapidamente ele apreende o que vê e o que lhe ensinam”. Seu criador não lhe enxerga defeitos de espécie alguma: abatido pela seca ou saturado de quinino, é sempre o mesmo Mané Xiquexique, nobre, ativo, e progressista. Se a natureza fosse vencível, ele, o bravo Mané, a venceria facilmente! (CAVALHEIRO, 1955: 168 e 169)

A construção da caricatura do Jeca Tatu por Monteiro Lobato foi tão forte e contribuiu para enfraquecer as outras representações do homem pobre rural, surgidas antes e depois destas publicações, tanto a de 1914, quanto a de 1918, já no livro *Urupês*. Apesar de Rui Barbosa ter feito referência ao Jeca Tatu como um problema social de importância, também fez uma crítica severa ao ponto de vista da elite brasileira que via o homem pobre rural através da síntese criada por Monteiro Lobato enquanto um ser cheio de fatalismos e preguiça, estéril, subserviente e sem condições de reagir contra as “farsanterias” dos dominadores:

Mas a impressão do leitor que nesse símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa de seu meio, nos pincelou consciente ou inconscientemente, *a síntese que tem da concepção da nossa nacionalidade os homens que a exploram*. Se os pecos mandachuvas deste sertão mal roçado, que se chama Brasil, o considerassem habitado, realmente, de uma raça de homens, evidentemente não teriam a petulância de o governar por meio de farsanterias... havemos de supor que o vezo de se encontrarem com um país de resignação ilimitada terna indiferença os acostumou a verem nos seus conterrâneos a caboclada lerdança e tardonha da família do herói dos Urupês. A raça despatriada e lorda, que vegeta, como os

lagartos ao sol, na madraçaria e lombeira dos campos descultivados ... Eis o que eles enxergam, o que eles têm por averiguado, o que os seus atos dão por líquido, no povo brasileiro: uma ralé semi-animal e semi-humana de escravos de nascença, concebidos, gerados para a obediência ... uma raça cujo cérebro ainda se não sabe se é de banana ou de mamão, para se empapar de tudo o que lhe embutam; uma raça cujo coração ainda não se estudou se é de cortiça, ou de borracha, para não guardar massa de nada que o contunda ... (BARBOSA, 1919: 173 grifos nossos)

A crítica do pensador à elite, exploradora dos homens pobres rurais, serviu menos à elite e deu mais visibilidade ao livro *Urupês*. Athayde (1982) observa no livro *Vozes do Tempo de Lobato* quando Rui Barbosa, em 1919, adotou o Jeca Tatu como o tipo do anti-herói brasileiro, o livro *Urupês* chegou a trinta ou quarenta mil exemplares vendidos em um só ano.

Em 1919, quando Rui Barbosa lança o Jeca Tatu no debate político social e este se torna assunto de grande repercussão nacional, Monteiro Lobato está em outra discussão, o que anima o pensamento do nosso autor são os conhecimentos sanitaristas, estes seriam suficientes para tirar o caboclo de sua condição de atraso e decadência. Se em 1914 o caipira é considerado pelo autor como resultado de uma herança de raça inferior, é porque Lobato está influenciado pelas ideias positivistas em vigor entre a intelectualidade brasileira no início do século. A *intelligentsia* do período entende o povo brasileiro como uma sub-raça, incapaz, portanto, de se desenvolver culturalmente. Entretanto, como observa Campos (1986), a partir de 1915 começa uma reflexão baseada em teorias afastadas do fatalismo manifesto pela ideia de “raças inferiores”. Deste modo, em 1918, quando retoma o tema do homem pobre rural no texto “Jeca Tatu – A Ressurreição”, publicado no livro *Problema Vital* (1919), Lobato revê suas considerações tão negativas e depreciativas, e migra da interpretação racial para a sanitarista – a recuperação da decadência da nação estaria nas ações higienizadoras e restauração da saúde das populações rurais. O caboclo passa a ser visto como um agente social responsável por profundas mudanças na sociedade brasileira e a ser valorizado como *capital humano* com potencial para gerar riquezas para a prosperidade da nação. Segundo o autor Claudio Bertolli Filho (2006):

A necessidade urgente de atualizar a economia e a sociedade – escravistas, até pouco antes – com o mundo capitalista mais avançado favoreceu a redefinição dos trabalhadores brasileiros como *capital humano*. Essa ideia tinha por base o reconhecimento de que as funções produtivas são a fonte geradora da riqueza das nações. Assim, a capacitação física e intelectual dos operários e dos camponeses seria o

caminho indicado para alterar a história do país, considerado no exterior como “região bárbara”. Era preciso sintonizá-lo com a sociedade então rotulada de “civilizada” e que tinha como modelo as nações mais ricas do mundo. / Nesse contexto, a medicina assumiu o papel de guia do Estado para assuntos sanitários, comprometendo-se a garantir a melhoria da saúde individual e coletiva e, por extensão, a defesa do projeto de modernização do país. (BERTOLLI FILHO, 2006: 12, grifos do autor)

Como aponta Bertolli Filho, observamos que a medicina como guia dos “paladinos da nação” também influenciou o pensamento do nosso autor um pouco antes de Rui Barbosa o trazer ao público com o Jeca Tatu da sua primeira concepção racista e preconceituosa, o estereótipo do homem pobre rural elaborado como a “Velha Praga”, “o urumbeva”, o “parasita da terra”, um ser considerado “inútil” para a vida produtiva da nação. Esse fato é de importância no pensamento social brasileiro da década de 1920, pois, quando Rui resgata *Urupês*, Lobato já se baseava em novos pressupostos e a mesma realidade adquiria outra “verdade” com o artigo “Jeca Tatu – a Ressurreição”. Qual a explicação para a mudança de rumo do autor? Entendemos que o sanitarismo elucidava a mudança de direção de Monteiro Lobato, cujo pensamento, já dissemos, é pendular e está em constante movimento. Se Lobato já havia mudado de ideia sobre o homem pobre rural, porque ele mesmo republicou *Urupês* em tantas reedições, com tiragem superior a quarenta mil livros, todos vendidos em um ano? É evidente, Lobato foi motivado por questões financeiras, mas, não só, também para polemizar, fazer circular as ideias e esbrasear o debate nacional com as questões que estavam na ordem do dia entre a intelectualidade brasileira.

Inserido no contexto dos debates nacionalistas da Primeira República e sempre preocupado com as questões sociais primordiais brasileiras, mergulhado no “espírito” do seu tempo, Lobato denuncia, nos vários artigos³⁶ publicados no livro *Problema Vital* (1919), as péssimas condições sanitárias das regiões rurais brasileiras, olha para o rural e o vê com necessidades fundamentais ainda por serem atendidas: boa alimentação, moradia decente, organização da esfera do trabalho, higienização e alfabetização³⁷,

³⁶ Os artigos publicados no livro *Problema Vital* também foram publicados no jornal O Estado de São Paulo e na Revista do Brasil de ampla divulgação nacional.

³⁷ Segundo o autor Jorge Nagle (1976) no livro *Educação e Sociedade na Primeira República*: “A década dos vinte herdou do decênio anterior, a bandeira de luta contra o analfabetismo. Os dados levantados pelo recenseamento de 1920, as discussões e os estudos resultantes da conferência sobre o ensino primário de 1921 e o constrangimento que dominou o ambiente espiritual de 1922, quando, ao mesmo tempo que se procurava comemorar o primeiro centenário da independência, pesava sobre a Nação uma quota de 80% de analfabetos – conforme os cálculos da época – transformaram o analfabetismo na grande vergonha do

todas poderiam ser superadas através de recursos científicos sanitários, só assim o homem pobre rural conquistaria o seu lugar de importância junto a outros povos já reconhecidos como civilizados e com a cura das suas mazelas o Brasil entraria no estágio de nação civilizada.

No já citado artigo intitulado “Um fato”, publicado em *Problema Vital*, Lobato fala do trabalho realizado pelos frades agricultores na cidade de Taubaté, “terras que foram de seu pai, na antiga Fazenda ‘Paraíso’” (CAVALHEIRO, 1955: 188). Os frades trapistas chegaram à região do Vale do Paraíba vindos da França e construíram uma propriedade produtiva e rentável. Mas, antes do empreendimento se concretizar, eles se depararam com o problema da falta de mão-de-obra para a os trabalhos na lavoura. A primeira realização, a título de experiência, foi investir no potencial humano: alimentaram bem um caipira, tido como preguiçoso e indolente, deram-lhe uma casa higiênica e o curaram de suas enfermidades. Segundo Monteiro Lobato, o resultado de tal investimento foi surpreendente:

Das carcaças opiladas onde morrinhava a indolência do pobre Jeca Tatu, saiu, pelo equilíbrio alimentar, um homem resistente; pela cura das mazelas, um homem ativo; pela noção do relativo conforto, um homem sedentário, que “parava” na fazenda e criava amor à faina agrícola. / As faculdades cerebrais beneficiando-se logo com os reflexos da saúde, foi possível ensinar-lhes as mil coisas necessárias a um bom operário; foi possível discipliná-los; foi possível adaptá-los ao maquinário agrícola. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 283 e 284)

Para Lobato, este exemplo foi marcante e digno de ser seguido pelas autoridades brasileiras para a resolução do problema da mão-de-obra para o mercado de trabalho e em parte da higiene e saúde da população pobre rural. Para o autor, a riqueza da nação só poderia vir dessas atitudes de regeneração. Ele escreve que o Jeca “não ‘é’ assim. ‘Está’ assim”:

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. / mas é um homem em estado latente. / Possui dentro de si grande riqueza em forças. / Mas força em estado de possibilidade. / E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, caquetizam o corpo e atrofiam o espírito. / O caipira não “é” assim. “Está” assim. / Curado,

século, no máximo ultraje de um povo que vive a querer ingressar na rota da “moderna civilização”. (NAGLE, 1976: 112 e 113)

recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 285)

Mas, não é apenas a política sanitaria inspiradora do pensamento de Monteiro Lobato sobre a recuperação do homem pobre rural. Como lembra Enid Yatsuda Frederico (1997), o movimento intelectual de repensar as teorias racistas importadas da Europa e a questão da incorporação das “raças inferiores” ao mundo do trabalho foram ingredientes importantes nessa sua nova leitura sobre o caboclo:

A retomada do tema do Jeca impunha-se pela necessidade de repensar as teorias racistas importadas da Europa e pela modernização das relações de trabalho que obrigava ao enquadramento das “raças inferiores” à economia de mercado. (FREDERICO, 1997: 227)

Yatsuda Frederico entende a proposta de Monteiro Lobato como progressista se analisada na perspectiva do pensamento da época:

... é uma proposta progressista se levarmos em conta as outras soluções apresentadas para a superação do nosso atraso: alguns, como Fernando de Azevedo, propunham a ginástica, o exercício físico, para que chegássemos a uma compleição como o do europeu; outros, como Bilac, o serviço militar obrigatório etc. etc. (FREDERICO, 1997: 228)

Em um dos seus artigos, Lobato elogiou Arthur Neiva e seus feitos em benefício da saúde e higiene do país no atendimento prestado às populações rurais. Tal artigo intitula-se “Arthur Neiva” e foi publicado em 1918 no livro *Opiniões*:

Arthur Neiva completou sua obra dotando São Paulo dum Código Sanitário Rural que é novidade não só para o Brasil como para toda a América do Sul. Visa atender às populações do campo, largada até aqui na maior miséria física e moral, os benefícios que a higiene deu às cidades, estabelecendo medidas profiláticas contra as endemias, contra a invasão dos indesejáveis e contra a má habitação que as fazendas proporcionam aos trabalhadores. Novidade absoluta foi o código no começo recebido com desagrado e até revolta. Hoje, melhor compreendido, está aceito e vai sendo aplicado em escala cada vez maior. Muitas fazendas já se remodelaram e instigam as outras a fazerem o mesmo. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 175)

Monteiro Lobato fica satisfeito com os efeitos provocados pela sua campanha para o saneamento, e “os poderes públicos, embora negando a realidade dos dados estatísticos, começam a se mexer” (p. 188) e uma dessas atitudes acertadas é o convite recebido por ele de Artur Neiva para orientar a campanha do saneamento no estado de São Paulo.

Lobato engajou-se nas campanhas sanitaristas, acompanhou o médico Arthur Neiva seu amigo em expedições pelas cidades do litoral do estado de São Paulo. Para Lobato a situação deplorável observada em Iguape onde tudo era modorra e “marasmo senil” por causa das doenças da população rural, era a condição do País inteiro com raríssimas exceções. E Lobato via que o trabalho realizado em São Paulo pelo sanitarista Artur Neiva poderia ser estendido para todo o território nacional, mas era necessária mudança de mentalidade e também leis realmente cumpridas para tal empreendimento dar certo.

Em 1919, Lobato elogia a ação de Osvaldo Cruz e os cientistas fundadores de Manguinhos, laboratório construído para estudos dos problemas sanitários das populações do interior. Segundo Lobato, foram os cientistas brasileiros, através das pesquisas de campo e das análises *in loco*, reveladores dos nossos homens pobres rurais doentes. Para Lobato, esses estudiosos, munidos da ciência, retrataram a verdade sobre o Brasil, não os políticos bacharéis, nem os intelectuais ufanistas, nem os literatos românticos: “Retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenhar o quadro clínico do ancilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 233) Com esta nova perspectiva, novos pedidos de desculpas são direcionadas ao Jeca no *Prefácio* da quarta edição de *Urupês*, já publicada pela Editora da Revista do Brasil, em 1919:

Eu ignorava que eras assim, meu caro Jeca, por motivo de doenças tremendas. Está provada que tens no sangue e nas tripas todo um jardim zoológico da pior espécie. É essa bicharia cruel que te faz papudo, feio, molenga inerte. Tens culpa disso? Claro que não. Assim, é com piedade infinita que te encara hoje o ignorantão que outrora só via em ti mamparra e ruindade. Perdoa-me, pois, pobre opilado, e crê no que te digo ao ouvido: *és tu isso sem tirar uma vírgula, mas ainda és a melhor coisa dessa terra*. Os outros, os que falam francês, dançam o tango, fumam havanas e, senhores de tudo, te mantêm nessa Geena infernal para que possam a seu favor viver vida folgada à custa do teu trabalho, esses, meu caro Jeca Tatu, esses têm na alma todas as verminoses que tens no corpo. Doente por doente, antes como tu, doente só do corpo ... (LOBATO, *Urupês*, 4ª edição, 1919, grifos nossos)

Para Lobato o “déficit econômico” vivenciado pelo país era decorrente “do déficit da saúde”, por isso a solução para o atraso e a miséria do rural brasileiro só aconteceria com investimentos de verbas, por parte da elite governante, em ciência, higiene e assistência às populações pobres rurais “Dote-se o laboratório com metade das

verbas gastas em subvenção de jornais, e Butantã salvará o país inteiro da infecção palustre” (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 251). Segundo Lobato havia exemplos na história de países vencedores das mesmas misérias brasileiras porque tiveram boa vontade e investiram na recuperação de suas populações rurais:

O quinto país do mundo em tamanho a cair aos pedaços, de verminosa lazeira, vendo, ao norte, o maravilhoso surto americano, e ao sul, a pujante floração argentina. E, para suprema vergonha e desdouro eterno do nome brasileiro, com a consciência de que desmedrou arrastado por males evitáveis ou de fácil cura. Males de que todos os países de mesologia semelhante se libertaram pela profilaxia inteligente, com lentidão uns, com rapidez fulgurante outros. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 257)

Para Lobato a reforma sanitária encampada por Carlos Chagas, Arthur Neiva, Miguel Pereira, Belisário Pena e outros discípulos de Oswaldo Cruz contribuiria para o país entrar na era do progresso. Em um dos seus artigos, intitulado “As grandes possibilidades dos países quentes”, publicado no livro *Problema Vital*, Lobato defende os efeitos da higienização:

O nosso estado de profunda degenerescência física e decadência moral provém exclusivamente disso: desaparecimento de defesa higiênica. / O nosso povo, transplante europeu feito em época de magros conhecimentos científicos, foi assaltado pela micro-vida tropical, e verminando intensamente sem que nunca percebesse a extensão da mazela. Só agora se fez o diagnóstico seguro da doença, e surge uma orientação científica para solução do problema da nossa nacionalidade, ameaçada de desbarato pelo acúmulo excessivo de males curáveis, evitáveis, e jamais curados ou evitados – porque sempre ignorados, quando não criminosamente negados. Desfeitos todos os véus da ilusão, livres para sempre da mentira ditirâmbica, o caminho está desembaraçado para a cruzada salvadora. / Sanear o país deve ser, pois a obsessão de todos os momentos. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 318)

A bandeira de Lobato nesse momento é a defesa do homem pobre rural, que, assim como os imigrantes, deveria receber assistência dos poderes públicos: “Os colonos estrangeiros merecem tudo dos governos e fazendeiros. Dão-lhes patronatos e casas boas, de telha e reboco. Entretanto, negam-no ao pobre patrício, decaído em grande parte pelo criminoso abandono em que o deixamos”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 318) Se alguns anos antes, quando publicara “Velha Praga” e “Urupês” o autor entendia o atraso e a estagnação do país era obra exclusiva do homem pobre rural, agora ele mudava de foco. No artigo “Primeiro passo”, escrevia:

A esta hora milhões de verdadeiros patriotas lá estão no eito, porejantes de suor, na faina da limpa e do plantio. Febrentos de maleita, exaustos pelo amarelão, espezinados pelo ácaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça. Estão “fazendo” patriotismo, embora desconheçam a palavra pátria. / Deles sai o café, pedra básica do nosso alicerce econômico, deles saem as manadas de gado, deles saem a borracha, o fumo, o cacau e tudo mais que, exportado, transeito em ouro, vai encher os bolsos e regalar a vida dos que “falam” patriotismo. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 270)

Em *Urupês* Jeca Tatu não produzia nada, apenas apanhava da natureza o que esta derramava pelo mato, era o *porrigo descavans*, e reduzia a terra a deserto: “Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive” (LOBATO, *Urupês*, 1997: 170). Nesse primeiro momento de sua criação, que vai até 1918, com *Urupês*, entendemos que o ponto de vista do Lobato sobre o trabalhador brasileiro estava condicionado por dois fatores preponderantes: a perspectiva racial sobre a formação da população brasileira e o imperativo de atualização das formas de controle e dominação sobre os trabalhadores livres e pobres no âmbito da organização do trabalho. A mudança de olhar muda a verdade dos mesmos fatos, pois em 1919, os homens pobres rurais passam a ser produtores por excelência e, “porejantes de suor”, estão “na faina da limpa e do plantio”. Jeca é a antítese dos dominadores da política, é o verdadeiro produtor contra os políticos, pois da produção só conhecem o ouro e o regalo da vida. Talvez pudéssemos pensar a crítica de Rui Barbosa à nossa elite política, quando do comentário sobre o Jeca Tatu, não passa despercebida a Monteiro Lobato. O elogio à primeira vista comportava a crítica bem construída no subtexto do pensador. E, se escapa aos contemporâneos, não escapa a Lobato e, nestas novas edições e nos seus novos escritos, de 1919, mostra parentesco com o pensamento de Rui Barbosa sobre nossas elites políticas.

Em 1914, Lobato escrevia em *Urupês* sobre a casa de sapé do caipira com um tom de ironia e sarcasmo evidentes. Nas suas observações, a preguiça do Jeca Tatu o impedia de fazer pequenos reparos na sua casa e o caboclo era o responsável pela miséria vivida por ele:

Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe. / Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao

João-de-barro. Pura biboca de bosquímano. Móvel, nenhuma. A cama é uma espigada esteira de peri posta sobre o chão batido. / Às vezes se dá ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes. Três pernas permitem equilíbrio; inútil, portanto, meter a quarta, o que ainda o obrigaria a nivelar o chão. Para que assentos, se a natureza os dotou de sólidos, rachados calcanhares sobre os quais se sentam? / Nenhum talher. Não é a munheca um talher completo – colher, garfo e faca a um tempo? / No mais, umas cuias, gamelinhas, um pote esbeçado, a pichorra e a panela de feijão. / Nada de armários ou baús. A roupa guarda-a no corpo. Só tem dois aparelhos; um que traz no uso e outro na lavagem. / Os mantimentos apaiola nos cantos da casa. / Inventou um cipó preso à cumeeira, de gancho na ponta e um disco de lata no alto: ali pendura o toucinho, a salvo dos gatos e ratos. / Da parede pende a espingarda pica-pau, o polvarinho de chifre, o São Benedito defumado, o rabo de tatu e as palmas bentas de queimar durante as fortes trovoadas. Servem de gaveta os buracos da parede. / Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para que? Vive-se bem sem isso. / Se pelotas de barro caem, abrindo seteiras na parede, Jeca não se move a repô-las. Ficam pelo resto da vida os buracos abertos, a entremostrarem nergas de céu. / Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jeca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante ... / Remendo ... Para quê? Se uma casa dura dez anos e faltam “apenas” nove para que ele abandone aquela? Esta filosofia economiza reparos. / Na mansão do Jeca a parede dos fundos bojou para fora um ventre empanzinado, ameaçando ruir; os barrotes, cortados pela umidade, oscilam na podriqueira do baldrame. A fim de neutralizar o desaprumo e prevenir suas consequências, ele grudou na parede uma Nossa Senhora enquadrada em moldurinha amarela – santo de mascate. / - “Porque não remenda essa parede, homem de Deus?” / - “Ela não tem coragem de cair. Não vê a escora?” / Não obstante, “por via das dúvidas”, quando ronca a trovoadas, Jeca abandona a toca e vai agachar-se no oco dum velho embiruçu do quintal – para se saborear de longe com a eficácia da escora santa. / Um pedaço de pau dispensaria o milagre; mas entre pendurar o santo e tomar da foice, subir ao morro, cortar a madeira, atorá-la, baldeá-la e especar a parede, o sacerdote da Grande Lei do Menor Esforço não vacila. É coerente. (LOBATO, *Urupês*, 1997: 169)

Mas, em 1919, ao expressar sua ideia sobre a moradia de barro, suprime completamente o tom irônico e sarcástico, passa a vê-la como vetor de doenças e misérias prejudiciais ao homem pobre rural. A casa rural seria a responsável pela sua degradação física e moral e os responsáveis por esse viver precário seriam o fazendeiro empreendedor, explorador do trabalho do homem pobre rural, morador em uma paupérrima casa de sapé e o governo, inativo não criava leis para regulamentar a obrigatoriedade das construções de alvenaria. Neste mesmo ano, Lobato defenderia a regulamentação do Código Rural com normas para a construção das casas de alvenaria, concebidas como saudáveis e higiênicas:

Vejamo-la de perto, porém. / Quatro esteios, paredes de barrotes ripados de taquara com entrevãos atochados de barro, teto de sapé; chão de terra, esburacado, desnivelado; portas, às vezes (grande número se fecham com achas de embaúba); janelas, às vezes ... / E só. / O barro ao secar fendilhou-se de mil rachaduras por onde se cõa o vento e onde os triatomas fazem ninho. / Essas casas, se é possível dar tal nome à arapuca, custam uma miséria. Empreiteiros há que as constroem a 2 mil réis o palmo, fora o sapé. Em média têm de comprido 20 palmos. Com 40 mil réis o fazendeiro aloja uma pobre família. É natural que gritem, e movam campanha contra o Código Rural, já que lhes “dói na fazenda” o ter de construí-las, doravante, telhadas, emboçadas e atijoladas. / O prejuízo deles, entretanto, é aparente. A melhoria do lar melhorará o operário. Ressarcirá o dispêndio a maior eficiência do trabalhador mais bem abrigado. Diminuirão os dias perdidos por doença, por lombeira, por desânimo”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 316 e 317)

Também aqui, além do pensamento sanitarista, as críticas de Rui Barbosa parecem ter surtido efeito no pensamento de Monteiro Lobato. O caipira não é o responsável pela sua própria miséria e nem pela miséria do país. As condições físicas e sociais em que vive – por obra e graça do fazendeiro que não olha para a gente pobre rural brasileira senão como a “caboclada lerdaça e tardonha da família do herói dos Urupês”, para usar a expressão de Rui Barbosa – associadas às condições políticas seriam as razões do seu viver à margem da civilização.

A partir de 1918-19 o Jeca Tatu passa a ser visto por Lobato e por parte da intelectualidade brasileira como o típico homem brasileiro, os caboclos seriam os “verdadeiros patriotas”, o “capital humano” e através deles se construiria o mercado de trabalho em expansão, pois as lavouras de café clamavam por trabalhadores rurais. No artigo denominado “Três milhões de idiotas” e publicado no livro *Problema Vital* (1919) Lobato escreveu: “Braços! Braços! Há fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que produz menos que uma das grandes empresas açucareiras de Cuba” (LOBATO, *A Barca de Gleyre* volume I, 1964: 242).

Nessa nova fase, o Jeca Tatu passa a ser o “verdadeiro patriota no trabalho construtivo da nação rural”. Para a construção da nacionalidade e o ingresso na civilização, Lobato via a necessidade de se recuperar esse homem pobre rural de todas as suas doenças, na sua concepção era o verdadeiro obstáculo ao pleno desenvolvimento econômico brasileiro. Um projeto sanitarista se fazia urgente para transformar o quadro de miséria nacional. Por esse motivo, no texto *Jeca Tatu – A Ressurreição*, através dos

pressupostos científicos, Lobato reivindica para essas populações uma qualidade de vida melhor, com moradia decente, saúde e educação. O pensamento sanitarista impõe uma importante mudança no ponto de vista de Monteiro Lobato a defesa do combate à doença do atraso e do abandono: haveria uma hipótese de vencer a decadência através da intervenção sanitária nas zonas rurais brasileiras. Matados todos os bichos e curado o enfermo, o país teria homens integrados ao capitalismo e à racionalidade do trabalho moderno. Até bem pouco, a decadência do Brasil parecia insuperável.

5. “O Jeca não é assim – está assim”

Logo no início do texto *Jeca Tatu – A Ressurreição*³⁸ (1918), Lobato observa que o Jeca recebeu injustamente adjetivos pejorativos, motivo para uma revisão de seus conceitos. Nesse conto, dividido em 18 partes, no entanto, Lobato retoma nas cinco primeiras os mesmos termos da sua concepção original. O conto inicia com a informação do Jeca Tatu como caboclo muito pobre morador do meio do mato, em uma casa de sapé. Junto com ele morava a mulher “muito magra e feia” e os filhos “pálidos e tristes”. E, como no conto original, o homem pobre rural brasileiro aparece como indolente, analfabeto, preguiçoso e sem força de vontade para o trabalho:

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes. /Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha a idéia de plantar um pé de couve atrás da casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo. / Dava pena ver a

³⁸ Segundo Luzimar Goulart Gouvêa (2001): “O ano de 1923 será um ano de grande importância para o Jeca Tatu. O conto “Jeca Tatu – A ressurreição” é aproveitado como peça publicitária pela Editora Medicamenta Fontoura. Cândido Fontoura faz a publicação do conto, agora chamado “Jecatatzinho”, com pequenas alterações de texto, quais sejam as inserções publicitárias de seus produtos. O “Jecatatzinho” recebe ilustrações e corre o país, distribuído gratuitamente. A título de ilustração, vamos encontrar, na tiragem de 1971, a trigésima quarta edição, a informação de que são oitenta milhões de exemplares até então, em distribuição gratuita, seguida de outra informação: “A obra de maior divulgação em todo o Brasil”. As edições trazem também um rodapé com exercícios de fixação do texto, ganhando um caráter didático-pedagógico de extrema importância. Muitas crianças, no Brasil todo, leram pela cartilha Jeca Tatzinho”. (GOUVÊA, 2001: 63)

miséria do casebre. Nem móveis nem roupas, nem nada que significasse comodidade. Um banquinho de três pernas, umas peneiras furadas, a espingardinha de carregar pela boca, muito ordinária, e só. / Todos que passavam por ali murmuravam: / - Que grandíssimo preguiçoso! (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 329)

Mas, diferentemente de “Velha Praga” e “Urupês”, nesse conto o Jeca tem capacidade para empreendimentos agrícolas, pois possui a terra³⁹ como capital e a força física, em potencial, para o trabalho, segundo Lobato, são os ingredientes fundamentais para o alcance do progresso e prosperidade material. No entanto, há algo impeditivo do nosso herói ser o agente do progresso da nação:

Jeca possuía muitos alqueires de terra, *mas não sabia aproveitá-la*. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão uns de abóbora e mais nada. Criava em redor da casa um ou outro porquinho e meia dúzia de galinhas. Mas o porco e as aves que cavassem a vida, porque Jeca não lhes dava o que comer, por esse motivo o porquinho nunca engordava, e as galinhas punham poucos ovos. / Jeca possuía ainda um cachorro, o Brinquinho, magro e sarnento, mas bom companheiro e leal amigo. / Brinquinho vivia cheio de bernes no lombo e muito sofria com isso. Pois apesar dos ganidos do cachorro, *Jeca não se lembrava* de lhe tirar os bernes. Por que? Desânimo, preguiça ... / As pessoas que viam aquilo, franziam o nariz. / - Que

³⁹Lima Barreto em um artigo escrito no jornal *Bagatelas* em fevereiro de 1918, aponta uma contradição nas propostas modernizantes de Monteiro Lobato, pois ele preserva o latifúndio como estrutura. Para Lima Barreto a única solução para as populações pobres saírem da miséria seria a divisão do latifúndio em pequenas glebas, ele defende a reforma agrária: “Por esse lado, julgo que ele e os seus auxiliares não falsificam o estado de saúde de nossas populações campestres. Têm toda a razão. O que não concordo com eles, é com o remédio que oferecem. Pelo que leio em seus trabalhos, pelo que a minha experiência pessoal pode me ensinar, me parece que há mais nisso uma questão de higiene domiciliar e de regime alimentar. / A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado. / A cabana de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola - a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais a filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse de seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. Deve ter uma parte de matas virgens, outra parte de capoeira, outra de pastagens, tantos alqueires de pés de café, casa de moradia, de colonos, currais, etc. / Para isso, todos aqueles agregados ou coisa que valha, que são admitidos a habitar no latifúndio, têm uma posse precária das terras que usufruem; e, não sei se está isto nas leis, mas nos costumes está, não podem construir casa de telha, para não adquirirem nenhum direito de locação mais estável. / Onde está o remédio, Monteiro Lobato? Creio que procurar meios e modos de fazer desaparecer a “fazenda”. / Construir casas de telhas, para os seus colonos e agregados. Será bom? Examinemos. Os proprietários de latifúndios, tendo mais despesas com os seus miseráveis trabalhadores, esfolarão mais os seus clientes, tirando-lhes ainda mais dos seus míseros salários do que tiravam antigamente. Onde tal coisa irá repercutir? Na alimentação, no vestuário. Estamos, portanto, na mesma. / Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar "a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “Problema Vital””. (BARRETO, 1956)

criatura imprestável! Não serve nem para tirar berne de cachorro ... / Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente; cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 330 e 331, grifos nossos)

Os vícios do caboclo estão, como em “Urupês”, todos lá. Mas, há uma mudança de tom: Jeca não sabia. Jeca não se lembrava. O sujeito em questão não é a “criatura imprestável” tal como dizem as pessoas. De onde adviria o desânimo dos homens pobres rurais? Lobato questiona a ideia de que o povo brasileiro vivia em estado permanente de sonolência, sem criatividade e sem trabalho por motivo da preguiça e de vãos atavismos. Essa ideia, popularizada entre alguns intelectuais e o público brasileiro, seria, segundo Monteiro Lobato, equivocada. Ideia com a qual ele também havia concordado e só poderia mudar quando olhasse para a realidade com os olhos da ciência, a mesma ciência que acabara com o indianismo de Alencar e viria em auxílio para a recuperação do Jeca, como lembra Nísia Trindade Lima (1998): “... a oposição à idealização romântica comparece em vários textos vinculados ao movimento do saneamento dos sertões: em lugar do sertanejo forte, um homem doente e alquebrado pela malária e pelas verminoses” (LIMA, 1999: 138). Sob a perspectiva sanitária, o Jeca Tatu passava a ser “um símbolo de um Brasil a ser modificado pela ação e conhecimentos dos cientistas e técnicos da saúde”, como observa SANTOS (2005).

No conto “Jeca Tatu – A Ressurreição” é a figura do médico quem dará o novo juízo sobre o caboclo: seus vícios atávicos não passam de um problema de saúde pública:

- Amigo Jeca, o que você tem é doença. / - Pode ser. Sinto uma cansaça sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda. / Isso mesmo. Você sofre de ancilostomíase. / - Anci ...o quê? / - Sofre de amarelão, entende? Uma doença que muitos confundem com a maleita. / - Essa tal maleita não é a sezão? / - Isso mesmo. Maleita, sezão, febre palustre ou febre intermitente: tudo é a mesma coisa, está entendendo? A sezão também produz anemia, moleza e esse desânimo do amarelão; mas é diferente. Conhece-se a maleita pelo arrepio, ou calafrio que dá, pois é uma febre que vem sempre em horas certas e com muito suor. O que você tem é outra coisa. É amarelão. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 331 e 332)

Como indica o texto didaticamente construído, Lobato mostra rompimento com as teses da herança racial e se reconcilia com o caipira. Agora, regenerado das doenças e

vícios, Jeca tornava-se um sujeito fundamental para as novas exigências do mercado de trabalho e da economia nacional. Segundo o autor, a ignorância do homem pobre rural o impedia de conhecer o estado patológico em que se encontrava e a ciência tinha a informação e o esclarecimento, com a função de recuperá-lo. E recuperá-lo das doenças seria construir a Nação como mostra a autora Tania Regina de Luca (1999), comentando a expansão do pensamento sanitarista:

Empunhando a bandeira da defesa de uma vida sã, produtiva e útil à nação, as prescrições higiênico-sanitárias iam se infiltrando no cotidiano, normatizando-o sob a batuta da ciência. Seus promotores, numa postura tipicamente iluminista, declaravam-se em luta contra a ignorância, aos preconceitos, a incompreensão para concretizar seus nobres fins, a higiene expandia-se, penetrando em áreas antes intocadas. (LUCA, 1999: 219 e 220)

E é com esta perspectiva iluminista do médico-personagem de “Jeca Tatu – a ressurreição”, ele expõe pedagogicamente ao caboclo, e ao leitor, a origem dos males adquiridos (e não mais herdados):

O doutor receitou-lhe o remédio adequado; depois disse: “E trate de comprar um par de botinas e nunca mais ande descalço nem beba pinga, ouviu?” / - Ouvi, sim, senhor! / - Pois é isso, rematou o doutor, tomando o chapéu. A chuva já passou e vou-me embora. Faça o que mandei, que ficará forte, rijo e rico como o italiano. Na semana que vem estarei de volta. / Jeca ficou cismado. Não acreditava muito nas palavras da Ciência, mas por fim resolveu comprar os remédios, e também um par de botinas ringideiras. / Nos primeiros dias foi um horror. Ele andava pisando em ovos. Mas depois acostumou-se afinal ... (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 334)

Jeca Tatu, apesar da sua desconfiança em relação à ciência, regenera-se e ocupa o lugar do imigrante estrangeiro: somente assim ele passa(ria) a ter importância no cenário nacional, como força de trabalho produtiva e saudável. Quando o doutor retorna, o estado de saúde e ânimo do Jeca é bem melhor. E Jeca vê através de uma lente o que havia saído das suas tripas:

- Veja, seo Jeca, que bicharia tremenda estava criando em sua barriga! São os tais *ancilostomos*, uns bichinhos dos lugares úmidos, que entram pelos pés, vão varando pela carne a dentro até alcançarem os intestinos. Chegando lá, grudam-se nas tripas e escangalham com o freguês. Tomando este remédio você bota pra fora todos os ancilóstomos que tem no corpo. E andando sempre calçado, não deixa que entrem os que estão na terra. Assim fica livre da doença pelo resto da vida. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 333)

Através do laboratório e as suas lentes a visão para os problemas nacionais aumentaria e baseado nesse novo olhar Lobato recupera o rural brasileiro. Dessa forma, os intelectuais e cientistas teriam um papel social fundamental no processo da modernização do país. Para Lobato, com simples atitudes como essas o Brasil alcançaria os resultados almejados para ocupar um lugar justo no “concerto das nações” desenvolvidas:

Tudo o que o doutor disse aconteceu direitinho! Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca. A preguiça desapareceu. Quando ele agarrava no machado, as árvores tremiam de pavor. Era *pan, pan, pan* ...horas seguidas, e os maiores paus não tinham remédio senão cair. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 334)

E desde a regeneração deste homem rural, a derrubada dos paus da mata, antes vista como sacrifício, passa a ser trabalho – exercido, então, sob uma disciplina rígida, contabilizada por “horas seguidas” de atividade racionalizada e produtiva.

Jeca, recuperado das doenças e cheio de coragem, com dedicação ao seu trabalho põe abaixo um matagal e empreende exploração produtiva e intensiva da terra. E as terras, antes consideradas impróprias para a exploração da agricultura, Jeca Tatu planta muitos pés de eucalipto, conserta os buracos da casa, faz chiqueiros para os porcos e galinheiros para as galinhas. Dinamiza com o máximo de racionalidade o sítio, e os seus vizinhos, acostumados com a sua preguiça se espantam: “- Descanse um pouco homem: Assim você arrebenta ... diziam os passantes. / Quero ganhar o tempo perdido, respondia ele sem largar do machado. Quero tirar a prosa do ‘italiano’”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 334) Nessa nova fase, a mão-de-obra disciplinada passa a não ser privilégio somente do imigrante, mas pertence também ao trabalhador rural nacional.

Lobato faz a autocrítica e defende a tese de que a visão da ciência seria um antídoto contra os preconceitos da sociedade para a qual o trabalhador estrangeiro era uma raça superior e tinha melhor disciplina e braço para o trabalho nas lavouras. Com a regeneração do Jeca Tatu, os preconceitos caíam por terra: “quero tirar a prosa do italiano”. E assim: “Dava gosto ver as roças do Jeca. Comprou arados e bois, e não plantava nada sem primeiro afofar a terra. O resultado foi que os milhos vinham lindos e o feijão era uma beleza”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 336). Aliada à disciplina do trabalho, a tecnologia poderia promover um novo período

de progresso material para a nação. Dessa ação prática, baseada em métodos eficientes de organização das lidas na lavoura, surgiria uma nova forma de aproveitamento agrônômico da terra e dos recursos naturais.

O valor trabalho é essencial no pensamento de Lobato na década de 1910, considerado como um princípio econômico e representa força geradora de riquezas. Neste período, Lobato começa a imbuir-se das ideias de Henry Ford, cujo livro “Minha vida, minha obra”, traduziria e publicaria pela Editora do Brasil em 1926. As ideias de Henry Ford parecem estar presentes em Jeca Tatu porque este personagem incorpora a ética burguesa na forma do liberalismo individual – tanto na utilização do tempo de trabalho, fonte de sua riqueza material, quanto na visão empreendedora – passa da produção de uma pequena lavoura para a produção em larga escala de gêneros alimentícios em um latifúndio bem organizado:

E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro. / E se alguém lhe perguntava: / - Mas para que tanta roça, homem? Ele respondia: / - É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel ... (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 336)

De apático e preguiçoso Jeca Tatu torna-se um sujeito ambicioso e cheio de iniciativa e não se contentava mais com pequenas roças, mas tinha pretensões de ser coronel e a partir de uma grande produção agrícola tornar-se rico e poderoso:

E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro. / E se alguém lhe perguntava: / - Mas para que tanta roça, homem? Ele respondia: / - É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel ... / E ninguém duvidava mais. O italiano dizia: / - E forma mesmo! E vira mesmo coronel! *Per La Madonna!* ... (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 336)

Nesse projeto de constituição da nacionalidade a saída para o desenvolvimento da vocação agrária do Brasil seria a grande propriedade rural produtora, em larga escala, de gêneros de primeira necessidade, substituta da cultura do café.

Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos. A porcada aumentou de tal modo, que vinha gente de longe admirar aquilo. Jeca adquiriu um caminhão Ford, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levava-os de auto, num instantinho,

buzinando pela estrada afora, *fon-fon! fon-fon!* ... / As estradas eram péssimas; mas ele consertou-as a sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês. / - Quero falar a língua dos bifos para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 337)

O aumento da produtividade acontece com o trabalho racional e controlado pela tecnologia, na fazenda do Jeca havia de tudo: “Campos de alfafa. Pomares belíssimos com quanta fruta há no mundo. Até criação de bicho da seda; Jeca formou um amoreiral que não tinha fim”. O escoamento da produção para o mercado consumidor se torna possível com a aquisição do caminhão Ford e a melhoria das estradas de rodagem, por obra e graça deste fazendeiro com empenho civil, não esperava tudo do governo como os velhos coronéis. Aí estava a prosperidade capitalista alcançada com base na introdução de tecnologia, racionalidade e princípios industriais aplicados aos processos de trabalho na lavoura. O pensamento fordista reaparece na nova construção do caboclo regenerado e, para melhor aprendê-lo, nosso personagem aprende outra língua, para além daquela do trabalho disciplinado, tornando-se um “‘estranja’ legítimo”:

O seu professor dizia: / - O Jeca só fala inglês agora. Não diz porco; é pig. Não diz galinha, é hen ... Mas de álcool, nada. Antes quer ver o demônio do que um copinho da “branca” .../ Jeca só fumava charutos fabricados especialmente para ele, e só corria as roças montado em cavalos árabes de puro sangue. / - Quem o viu e quem o vê! Nem parece o mesmo. Está um “estranja” legítimo, até na fala. / [...] / - Quero que tudo aqui ande na seda, mas na seda fabricada em casa. Até os sacos aqui da fazenda têm que ser de seda, para moer os invejosos ... / A fazenda do Jeca tornou-se famosa no país inteiro. Tudo ali era por meio do rádio e da eletricidade. Jeca, de dentro do seu escritório, tocava num botão e o cocho do chiqueiro se enchia automaticamente de ração muito bem dosadas. Tocava outro botão, e um repuxo de milho atraía todo galinheiro! ... / Suas roças eram ligadas por telefone. Da cadeira de balanço, na varanda, ele dava ordens aos feitores, lá longe. / Chegou a mandar buscar nos Estados Unidos um telescópio. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 338 e 339)

Tudo o que é bom e moderno para a nação está vinculado a outro estilo de vida, vem do exterior, é estrangeiro. É como se Lobato desconfiasse que falando a velha língua o país nunca sairia do marasmo em que se encontrava. Apesar de se embasar na ciência para a regeneração da essência nacional, Lobato demonstra ter alguma desconfiança dessa regeneração.

E tanto fez, que viu. Jeca instalou os aparelhos, e assim pôde, da sua varanda, com o charutão na boca, não só falar por meio do rádio para

qualquer ponto da fazenda, como ainda ver, por meio do telescópio, o que os camaradas estavam fazendo. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 339)

E Jeca Tatu “ficou rico e estimado” e apesar de sua notoriedade não parou por aí. Instalou vários postos de saúde nas vilas e redondezas da fazenda onde os caipiras poderiam ter assistência contra a malária, opilação e ancilostomíase; atitudes racionais compatíveis às necessidades capitalistas de controle da saúde da força de trabalho nacional:

- Para isso montou nas fazendas e vilas próximas, vários Postos de Maleita, onde tratava os enfermos de sezões; e também Postos de Ancilostomose, onde curava os doentes de amarelão e outras doenças causadas por bichinhos nas tripas. / O seu entusiasmo era enorme. “Hei de empregar toda a minha fortuna nesta obra de saúde geral, dizia ele. O meu patriotismo é este. Minha divisa: Curar gente. Abaixo a bicharia que devora o brasileiro ... (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 339)

Assim, Jeca passou toda a sua vida a curar e a esclarecer a si e as gentes da roça; no fim, ele morre aos 89 anos, “não teve estátua, nem grandes elogios nos jornais”. Morreu tranquilo e satisfeito com o trabalho realizado: “Havia cumprido o seu dever até o fim”. Destacamos o empenho social do fazendeiro e segundo Lobato, ele deveria cumprir um papel iluminista, educativo, no desenvolvimento de ações sociais para a comunidade, um importante agente do processo civilizador, não gastando o seu dinheiro com as prostitutas e champanhas francesas, como se via na região de Ribeirão Preto.

Podemos observar nesse projeto de país ideal, moderno e sintonizado com o progresso, o caráter iluminista do autor ao defender a aplicação da ciência para esclarecimento e regeneração das populações rurais do país. No final do texto, Lobato ministra conselhos pedagógicos às crianças, orienta-as no sentido de não se esquecerem da história, e ao crescerem, deveriam ser iguais ao Jeca Tatu “regenerado”: “Meninos: nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio”. (LOBATO, *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*, 1964: 340) O fazendeiro ganharia com o fruto do trabalho de homens

curados, pois eles produziriam três vezes mais e ganharia a nação também com resultados econômicos formidáveis advindos do trabalho⁴⁰.

⁴⁰ No livro *Zé Brasil* escrito em 1947 e publicado em 1948. Monteiro Lobato retoma a questão rural da década de 1910. Faz a representação do rural como atrasado e ignorante através da vida do caboclo, amargurado, doente e com sérias dificuldades nos trabalhos com a lavoura. No novo contexto, Lobato critica o seu estado de miséria. Atribui responsabilidades aos políticos porque não davam atenção a esse setor da economia nacional e aos latifundiários, pois concentravam grandes propriedades de terras improdutivas, apenas como reserva de valores passados de pais a filhos, sem uma produção rural significativa para a nação. Também denuncia as práticas coronelistas na forma de exploração do trabalho dos homens pobres rurais obrigados a aceitar o regime de meeiro e na hora da colheita metade era do coronel e às vezes, por cobiça, este tocava o lavrador de suas terras a seu bel prazer, para ficar com toda a produção. Pela primeira vez, Lobato toca na questão fundiária, ele se aproxima dos ideais comunistas e propõe uma reforma agrária através da divisão dos latifúndios em pequenas propriedades para os lavradores, defende apoio econômico e união entre eles. Essa seria a saída para o desenvolvimento da economia agrária nacional e a superação do atraso para as populações rurais.

Capítulo III

O BRASIL RURAL DIVIDIDO ENTRE A MODORRA E O PROGRESSO

ESCRITOS DA DÉCADA DE 20

Divididas as glebas em lotes, vendem-nas os grileiros à legião de colonos que os seguem como urubus - pelo cheiro da carniça. E o grilo, se foi bem feito, é inexpugnável e provoca admiração; se foi mal feito fracassa e é apupado pelos embaidos. / Num sertão modorrento, quando a presença de um advogado ou agrimensor esperta os velhos moradores, a uma voz eles murmuram - e se não murmuram sentem-no lá dentro das tripas: / - Nosso tempo acabou ... / E acaba, de feito. Acaba o marasmo da terra porque o grileiro é o precursor da Onda Verde. O seu cri-cri anuncia a aproximação do tanque. Cinco, dez anos depois, a flor do café branqueia a zona e a incorpora ao patrimônio da riqueza nacional. / O peregrino espírito de Assis Chateaubriand já explanou em traços gerais, mais incisivos, esta função social e civilizadora do grilo. Definiu-o a arte de tirar o direito do nada. É isso. É a vitória da gazua do mais forte. / - Mas é uma gazua! Abre as portas do sertão mas é uma chave falsa!... Diz a moral. / Reponde o Café: / - Minha fome está acima da moral, e eu só conheço as leis do meu apetite. / Há fomes simpáticas, não resta dúvida ...

Monteiro Lobato (A Onda Verde O Presidente Negro, 1959: 8)

1. Monteiro Lobato e o patriarcalismo

Lima Barreto (1881 – 1922), no início do século XX, escreve o livro *Os Bruzundangas*, publicado em 1917. Nele ele critica vários aspectos da República Velha brasileira. Com propostas modernizadoras, manifesta um pensamento contrário ao de Monteiro Lobato na crítica feita à economia rural brasileira, principalmente à estrutura agrária respaldada na monocultura cafeeira. Rebate a ideia tão defendida na época: o café como a maior riqueza da nação. Lima Barreto critica “a base da oligarquia política que domina a nação” e seus coronéis latifundiários, que na visão do autor, emperram o processo de modernização brasileira com os pedidos de protecionismos ao governo, manobras de “valorização” do café, absenteísmos, “gastos escandalosos” e descuidos com a exploração das terras, e as consequências de tais atitudes caem sobre o povo em forma de impostos e taxas obrigatórios onerando a vida dos mais pobres. Lima Barreto critica de forma ferrenha o poder oligárquico e a política dos coronéis, eles são os responsáveis pelos problemas sociais econômicos e políticos enfrentados pela nação. Mais adiante, observamos a diferença existente entre a crítica de Monteiro Lobato e de Lima Barreto quanto aos fazendeiros latifundiários. Citamos este autor:

Com o café dá-se uma cousa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto é uma das maiores pobrezaas. Sabem por quê? Porque o café é o maior "mordedor" das finanças da Bruzundanga. / Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de baração e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda, porque, desde séculos, tal cousa é privilégio do Rei. / Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando vida de nababos e com fumaças de aristocratas. Quando o café não lhes dá o bastante para as suas imponências e as da família, começam a clamar que o país vai à garra; que é preciso salvar a lavoura; que o café é a base da vida econômica do país; e — zás — arranjam meios e modos do governo central decretar um empréstimo de milhões para valorizar o produto. / Curiosos economistas que pretendem elevar o valor de uma mercadoria cuja oferta excede às necessidades da procura. Mais sábios, parece, são os donos de armarinho que dizem vender barato para vender muito... / Arranjando o empréstimo, está a cousa acabada. Eles, os oligarcas, nadam em ouro durante cinco anos, todo o país paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos e vexações fiscais. Passam-se os anos, o café não dá o bastante para o luxo dos

doges, dogaresas e dogarinhas da baga rubra, e logo eles tratam de arranjar uma nova valorização. / A manobra da "valorização" consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas, acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes dele, de modo que os interessados fixam para eles mesmos o preço da venda, preço que lhes dê fartos lucros, sem se incomodar que "o café" venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da pobreza da Bruzundanga, com os tais empréstimos para as valorizações. / Além disto, o café esgota as terras, torna-as maninhas, de modo que regiões do país, que foram opulentas pela sua cultura, em menos de meio século ficaram estéreis e sáfaras. / Sobre a cultura do café nas terras da Bruzundanga, eu podia muito dizer e podia também muito epilogar. Não me despeço do assunto totalmente; talvez, mais tarde volte a ele. Há matéria para escrever sobre ela, muito; dá tanto assunto quanto os matadouros de Chicago. (BARRETO, 1956: 70 e 71)

Sobre a política dos coronéis opressora do povo no exercício dos seus poderes, suas atitudes de conservação do latifúndio e as possibilidades de “roubar os tesouros da república”, a riqueza pública, principalmente através do nepotismo, Lima Barreto faz a crítica dessa situação vigente, ao “latifúndio improdutivo e indiviso” como também a da “inércia” do povo, explorado pelos políticos, não luta pela posse da terra e reversão da exploração:

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República. / No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a cousa mais fácil desta vida. / Vive sugada; esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem vai fazer milagres. / Um povo desses nunca fará um *haro*, para obter terras. (BARRETO, 1956: 68)

Lima Barreto denuncia, de forma ferrenha, as características do desenvolvimento nacional feito com todos esses elementos: por um lado a riqueza dos latifundiários privilegiada pelo respaldo da organização política e econômica e, por outro, a exploração dos pobres maltrapilhos, que pagavam as contas altíssimas de tais mandos e desmandos. Um pouco diferente da crítica de Lima Barreto, observamos os dizeres do texto de Hugo de Carvalho Ramos (1895 – 1921) escrito em 1917 “Gente Ordinária”. Nele, o escritor aponta a permanência dos costumes brutais dos tempos da escravidão,

ainda vigentes durante a República Velha. O autor denuncia o mandonismo cruel e sórdido da classe proprietária nas suas características de violência e desprezo pelo homem pobre rural. Crítica próxima da feita por Monteiro Lobato, como veremos logo adiante.

Entardecia quando o coronel, debruçado a espaços, impaciente, ao peitoral da janela, os viu chegar, enxotada a Pelintra à frente sob a sua carga humana. / Um riso surdo, de uma expressão maligna, indefinível, a repuxar-lhe os cantos da boca numa careta horripilante, e que deverá ser o mesmo riso de Pero Botelho às voltas com as almas do Purgatório, alumiou então o rosto do fazendeiro. Passou o dorso sardento da sinistra pelos beiços, prelibando o gozo da vingança, depois comandou: / - Amarrem o homem no curral, tirem-lhe os entraves do corpo, deixem apenas pés e mãos manietados. / Mandou vir da armazenagem um garrafão de restilo, que distribuiu às canecas pela capangagem. João Vaqueiro, cumprida a sua obrigação, retirara-se para o seu rancho e, encostado ao paiol, ficou de longe espiando. / Zé Velho e Generoso, fechado o corpo com o trago de pinga e embolsada a maquia de peita, tinham metido os trabucos ao ombro e já lá iam distantes, batendo a poeira leve da estrada com as suas alpercatas de couro. / Então o fazendeiro despiu o paletó e arregaçando as mangas da camisa, saiu ao terreiro, uma comprida folha de quicé debaixo do braço. Deteve-se a amolar o ferro à piçarra do rego, pachorrentamente, voltando a frente bronzeada e deprimida ora a uma, ora a outra banda, num fáceis de riso alvar e cínico. Depois, mordendo os beiços, zombeteiro quase, rosronou à companhia: / - Que diacho de estupor é esse! Isto é lá coisa do outro mundo? É esta a primeira vez que trazem à porteira um poldro madraço em via de capação? Pois as éguas do meu pasto não foram apuradas para roncolho dessa laia! É pô-lo manso, antes que me desande no campo a descendência de alguma potranca de estima. Uai, nunca viram? Pois o bicho parece mais esperto que a gente, fareja depressa a sorte que o espera no moirão, vejam só, está que nem bezerro desmamado!... / Mas a cólera rugia-lhe dentro demasiadamente violenta para continuar naquele enxurro de chutas. Tremia-lhe a voz a cada palavrão; e, ao aproximar-se, os dedos da destra crispavam-se-lhe no cabo do quicé como cunhas. / Para Benedicto, atado ao poste de tortura qual novo São Sebastião, as palavras do fazendeiro ressoavam-lhe à orelha sem significado, como um vago e longínquo zumbido de maribondos ... / Desde que se sentira atravessado na Pelintra, uma prostração profunda, sequência da excitação em que viera até aquele momento, paralisara no cabra a máquina do pensamento, e dali ao pelourinho do curral, tudo lhe parecera como num sonho, em que a sua personalidade semelhava desdobrar-se, e não era ele que ali estava jugulado pelo laço vaqueano, arroxar-lhe os punhos entumecidos, e sim um outro indivíduo estranho, a quem era indiferente, com o qual não tinha a mínima relação ... / A cabeça pendida sobre o peito, olhos esgazeados, olhava sem compreender, à espera de que aquele pesadelo de chumbo, à maneira do que lhe acontecia nas horas de febre – quando dormitava das soalheiras apanhadas na labuta do campo –, se dissipasse ao vir da noite, nas primeiras frescuras orvalhadas do crepúsculo ... / Que

significava aquela lâmina reluzente cujo fio o patrão experimentava na unha do polegar, fitando-o sinistramente? E a cadeia de ideias, de novo partida, se lhe embaralhava na mente, sem coordenação ...Modorrava ... / Num gesto rápido o coronel desabotoava-lhe de alto a baixo as braguilhas da calça. / a roupa caiu-lhe balofamente aos pés, em papos fofos. E a camisa muito curta, que o estertor desordenado das arcadas do peito soerguia a breves intervalos, mostrou uns flancos robustos, peludos, de Hércules rústico. / A operação foi demorada, cruenta, dolorosa, a julgar pela contração intermitente de seus lábios convulsionados. Mas a boca, os olhos, esses não exprimiram uma só queixa ... Deixou-se amputar em silêncio, sem movimento quase, como uma rês abatida. / Dados os dois talhos longitudinais, o operador espremera os testículos e repuxando os cordões, aos quais deu em cruz a laçada de uso como se faz aos marroás, separou-os de vez, num corte hábil. / Estava consumada a operação ... / Já aquele pastor intrometido não sairia mais pela redondeza a importunar-lhe as potrancas de estima ... / João Vaqueiro, encostado ao paiol, punhos cerrados, olhava aquela cena. Tratos, assistira-os muitos, de formas e maneiras várias, nessa e em outras fazendas do interior. Mas como aquele, pedia castigo divino! / Entrou no seu rancho pobre de sapé, sobre cuja esteira do girão perrengava a mulher numa recaída de resguardo de parto; acordou-a de manso, e baixo, quase choroso, avisou: / - É pôr-se logo de pé, que vamo-nos daqui embora para nunca mais ... A marca de tala deu boa porcentagem este ano; junto aos lavrados que possuiis, dá de sobra para a nossa desobriga ... É pôr-se logo de pé ... / Entretanto, o coronel, finda a tarefa, recolhia os despojos sangrentos de sua vítima num caco de telha, que depôs num moirão do cercado, onde já voejam moscas varejeiras, e foi lavar as unhas sujas no limo do rego. Deu mais uma vez ordem a que atirassem com aquela rês pesteadada ao quarto escuro do tronco, e fechou-se na casa-grande, sem mais palavra. / Aos últimos raios de sol a ferir obliquamente a cumieira da casa, naquela interminável tarde sertaneja de verão, uma alegre cavalgada apontou ao longe, na vargem em sombras, e veio estacar junto à cancela do mangueiro, que abriram, penetrando ruidosamente no pátio onde havia pouco se desenrolara aquela execução sumária. / Era um grupo de representantes do povo, coronéis e fazendeiros pela maioria como o senhor do Quilombo, que eleitos pelos círculos vizinhos, por ali iam de passagem a assumir as suas respectivas funções de deputados e senadores no Congresso estadual. / Iam prazenteiros e satisfeitos, apressados como estavam em chegar ao término da viagem, ali se detendo apenas dois minutos para um aperto de mão ao correligionário político do lugar, uma das mais legítimas influencias e o mais forte esteio do partido do município ... / Enquanto se serviam do café, contou-lhes por alto o fazendeiro o acontecimento do dia. / - Pois não! Coronel, disse um da comitiva, fez muito bem; que essa gente, traste imprestável e traiçoeiro, só serve mesmo para nos dar prejuízos e cabelos brancos. Ainda a semana passada, morreu-me um dos tais, com uma dívida de um conto e quinhentos mil-réis no costado por pagar. E, se não mostramos energia, montam-nos o pêlo de botas e esporas ... Gente ordinária até ali ... (RAMOS, 1999: 182 e 184)

É claro o contraste da vida de misérias e violência vividas pelo homem pobre

rural e a condição de riqueza e poder do coronel e seus protegidos na República defendidos com o respaldo das leis e privilégios eleitorais. No entanto, quem os elegia era o povo, maltratado e espoliado “vivendo sem eira nem beira”. Coelho Neto (1864 – 1934) em “Póvoa Feudal” também lança o olhar para a condição de pobreza, miséria e trabalhos forçados na fazenda de café a que estão submetidos os negros remanescentes da escravidão, apesar de não questionar o escravismo como instituição e nem a estrutura latifundiária, nem o poder do grande fazendeiro nas suas formas de mandonismo e preservação da mentalidade escravocrata:

Da varanda alpendrada a vista abrangia um raio amplo e exuberante de terras lavradas: chãs e relevos, desde a porteira, no alto da estrada íngreme e esbarrondada, entre barrancas, até a serra longínqua, esbatida em nevoa, no azul. / O rio recortava a planície em sulco luminoso – a trechos desaparecia, rebrilhava adiante, sumia de novo em densa massa de bosque, fulgia além, mais largo e ofuscante e perdia-se. / Vizinhas da casa, como uma póvoa feudal, espalhavam-se as construções agrárias: paios e tulhas, o moinho, o engenho d’água, chiqueiros, o aprisco e, ao alto, o curral murado de taipa cuja terra, revolta e vermelha de estravo, parecia encharcada de sangue. Claros cinérios de queimadas, repontados de tocos, abriam cicatrizes entre balças. Palhoças, ranchinhos apareciam em maciços d’árvores, com a roça de cana ou de milho a transbordar das cercas de pau-a-pique. Os terreiros de tijolo sobrepunham-se em socalcos e, amplo como um pátio de presídio, com o reforçado portão de tranca cadeada, o “quadrado” da escravatura tresandava a espurcícia. / Portas apenas desabafavam as moradias. Era imundo e lôbrego. O ândito de terra escura ressumava umidade. As paredes escalavradas mostravam as ripas. Molambos trapejavam em cordas tendidas de muro a muro; tinas guardavam barrelas escuras e, empoçada em regos entupidos de lodo, onde fermentavam fezes, uma água pastosa tinha arrepios de vermina. / Pelos cantos cães morrinhentos dormitavam enrodilhados, galinhas arrufadas cacarejavam passeando ninhadas; leitões grunhiam fossando a putrilagem e crioulinhos tolhiços, avergoados de magreza, iam e vinham banzeiros, coçando perebas; pequeninos, nus, engatinhavam lambuzados, com o ranho a escorrer-lhes das ventas ou em bolo, sevandijados, refocilavam, patejavam na estrumeira borrifados de lama sob o vôo zoante das moscas. / No tempo das águas o pátio alagava-se em atascadeiro e os negrinhos refestelavam no enxurdo espojando-se, trambolhando, patinhando no lameiro nauseante. / Cedo, antes do sol luzir, com a bruma ainda solta, a sineta soava a despertar. Abriam-se as senzalas lufando do interior fuliginoso e morno o acre fortun e a fumarça espessa dos brasídios que ardião à noite fazendo um ambiente de estufa onde, em promiscuidade sórdida, rolavam corpos seminus, lustrosos de suor, adultos e crianças e, por perto, cães cainhando baixinho com o pruir da lepra, galinhas acochadas no choco, sem falar nas enormes ratazanas que chiavam famintas, passando de uma casa a outra pela buraqueira dos muros. / Ao toque de matinas a negrada saía para a forma arremangada, estremunhando, com bocejos de bruma fétida. O feitor passava a revista e o bando trasmalhava grazinando – ia ao café aguado, sorvia-

se gulosamente e, ainda esmoendo restos de broa ou mandioca, cada qual tomava a enxada ou o cesto e lá iam à carpa ou à colheita humílimos, submissos como animais. / E começava o labor na fazenda. A grande roda do moinho ringia rolando no vão sombrio e limoso onde o ribeiro escachoava engasgado; chiavam os carros. No curral os bezerros berravam abarbados com o muro, farejando o cheiro de leite ordenhado. Enchia-se a escura e espaçosa cozinha, onde as negras burburinhavam e, de todos os recantos, saíam animais ao cibo: varas de porcos, aves, sujos carneiros em lotes e grandes bois de carro, d'olhos piscos, morosos, ruminando, jungidos à canga para o serviço. / E Manuel Gandra, de brim, botas de couro cru, chapéu de palha de largas abas, descia vagarosamente as escaleiras do jardim, com olhares de dono, detendo-se aqui, alhures, a examinar uma rosa mais repolhuda, a escutar, enlevado, o gorjeio de um pássaro, ou, chamando negros, mandava varrer as aleias, tosar a grama eriçada, podar um arbusto, fincar um esteio, atar um amarrilho. E assim, distraído, saboreava o café levado por asseada mucama, em bandeja de prata sortida de guloseimas, desde os sequilhos, em forma de amêndoas, até os gordos, abananados bolos de mandioca puba. (COELHO NETO, 1999: 177 a 180)

Na década de 1910 vários pensadores discutem a questão do patriarcalismo no interior do latifúndio. Alguns denunciam os maus tratos da elite dispensados contra os homens pobres rurais, as violências vigentes nas relações entre proprietários de terras e subalternos e também o estado de miséria e abandono desses homens trabalhadores pelas regiões interioranas do Brasil. Lima Barreto e Hugo de Carvalho Ramos aprofundam a crítica para as atitudes políticas dos coronéis viabilizadoras das condições de miséria e exploração dos mais pobres.

Monteiro Lobato retoma algumas das ideias sobre o patriarcalismo e escreve o conto “Negrinha”, publicado pela primeira vez em 1920 no livro de mesmo nome. Lobato já vendeu a fazenda em 1917 e em 1920 é empresário do ramo editorial. Ele retoma o tema do patriarcalismo já debatido na década de 1910. Talvez pudéssemos dizer: ele tira esse conto da gaveta e o publica no contexto dos anos 20. Em “Negrinha”, o autor denuncia os maus tratos de dona Inácia (uma personagem proprietária, escravocrata e paternalista) praticados contra a personagem “Negrinha”, uma criança, filha de mãe escrava, que vive na transição do trabalho escravo para o livre.

No conto, se a menina tem um nome próprio nós não sabemos, porque “Negrinha é como todos a chamam”. A descrição da personagem “Negrinha” é a de “uma mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados” de sete anos. Conforme informação, ela nasceu na senzala e é filha de mãe escrava. Nos seus primeiros anos de vida, vive nos cantos escuros da cozinha, “sobre velha esteira e trapos imundos”. A

tônica da crítica de Monteiro Lobato é feita em tom de denúncia e o cenário da estória é uma fazenda de café onde a menina vive sempre escondida nos lugares escuros da casa, “porque a patroa não gosta de crianças”. Este sentimento não inclui as sobrinhas de dona Inácia. Duas meninas loiras e nas férias elas vêm passar uma temporada com a tia e são tratadas de maneira muito diferente de “Negrinha”. Dona Inácia a mantém sob sua tutela como um objeto para os seus “derivativos”, maus tratos reveladores das suas saudades do tempo da escravidão quando maltratava os escravos. A menina é a sua válvula de escape. Através dessa denúncia, Monteiro Lobato questiona o poder da proprietária Dona Inácia manifestado de forma cruel e inescrupulosa contra uma criança subalterna.

Quando a menina chora, dona Inácia, a patroa (ela não suporta ouvir choro de criança) grita e pergunta irritada: “quem é a peste que está chorando aí?” A mãe da menina desesperada a agarra e a leva para os fundos do quintal, abafa a sua boca e a enche de beliscões doídos. Os maus tratos praticados pela mãe são de repressão e violência às manifestações de dor da criança. As palavras da mãe dirigidas para a filha são de agressão: “Cale a boca, diabo!” Quase sempre o motivo do choro da criança é por ela estar com fome e frio, fato sem importância para ninguém. Nem mesmo sua mãe lhe dá a devida atenção. Lobato denuncia a reprodução da violência e desprezo dos negros entre si.

A menina, depois de ficar órfã aos quatro anos de idade, frequentemente passa a receber vários castigos, sofre com os beliscões e os xingamentos pesados dos da casa. Por sofrer todos esses maus tratos cresceu “magra, atrofiada, com os olhos eternamente assustados”... e por ali ficou feito gato sem dono, levada a pontapés” (LOBATO, 1948: 4) Uma clara denúncia sobre as práticas de uma elite proprietária, geradora de desconforto aos escravistas de outrora, pois eram comuns várias atrocidades praticadas contra os escravos e posteriormente preservadas por alguns senhores mesmo durante a Primeira República.

“Negrinha” “não compreende as ideias dos grandes”, pois estes lhe batiam sempre “por ação ou omissão”. A representação feita por Lobato é de uma sociedade rural onde prevalece o patriarcalismo nas relações sociais entre proprietários e seus subalternos remanescentes da escravidão. Os ex-escravos e seus descendentes sofrem os preconceitos de uma mentalidade patriarcal e ética escravocrata, vivem em condições

subumanas, são considerados pela elite seres sem uma compreensão clara das coisas. A ex-proprietária de escravos, D. Inácia, exerce um poder de vida e morte sobre a pequena “Negrinha”. Ela se posiciona como superior e portadora de privilégios especiais e, por este motivo, se sente no direito de maltratá-la e usá-la como se fosse objeto para os seus próprios caprichos e delírios. Monteiro Lobato denuncia o olhar e o sentimento da classe senhorial. Desvenda inclusive os pensamentos de D. Inácia. Explicita aquilo que ela não confessa nem ao padre, ele põe a nu o segredo de classe.

“Negrinha” vive afastada das pessoas porque é obrigada por dona Inácia. Sua posição social é cumprir a obrigação de permanecer quieta em um canto na sala ao pé da matriarca, “num desvão da porta”, sempre escondida e no escuro. Ela aprendeu a andar, mas caminhava muito pouco por causa das restrições impostas. É proibida de ir ao quintal brincar com o pretexto de estragar as plantas da proprietária. “Negrinha” permanece na condição de escrava, apesar da abolição da escravatura ter acontecido e ela já ter nascido sob o regime da Lei do Ventre Livre. Lembramos que o conto é ambientado na passagem da sociedade escravocrata para a livre, no entanto, em tudo a criança é alijada.

Nos finais do século XIX e início do XX, já sob o regime republicano, o Brasil se pretende uma nação moderna. A república é inaugurada em 1889, com predomínio do pensamento liberal e desejos de modernização. A Abolição é feita sob a égide da igualdade e liberdade civil, mas qual igualdade civil é possível aos ex escravos negros e mestiços remanescentes da escravidão? Monteiro Lobato manifesta ideal liberal ao criticar e denunciar a permanência das atrocidades vigentes sob o regime escravocrata, nos anos da República por parte de uma elite conservadora e que não abre mão da violência e desprezo pelos seus subalternos, uma mentalidade atrasada e fora de sintonia com os novos tempos liberais republicanos.

Apesar de a República ser proclamada sob a égide do liberalismo, este esbarra no poder patriarcal do grande fazendeiro⁴¹. Uma modernização “às avessas” realiza a libertação dos negros africanos, tidos como “agentes de trabalho escravo”, mas estes ficam sem uma participação de fato como libertos. A ética moral escravocrata da aristocracia agrária, relacionada às relações sociais vividas com os ex-escravos e seus descendentes, entendidos como negros e mestiços, permanece nesse Brasil. Lobato

⁴¹ A esse respeito ver Roberto Schwarz (1976) “Ao vencedor, as batatas”.

denuncia uma das facetas do poder de mando do proprietário de terras e lavouras, ele se manifesta através da violência e segregação social contra os negros e seus descendentes. Estes ficam sem uma participação política social e econômica. Esse fato, para Monteiro Lobato, constituía-se em retrocesso para os seus propósitos de progresso.

A única diversão da menina é, com os braços cruzados e o susto estampado nos olhos, observar o tempo correr. Apesar de receber a assistência da dona Inácia, pois tinha casa, comida e “proteção”, recebia castigos severos demais. “E o relógio batia uma, duas, três, quatro, cinco horas - um cuco tão engraçadinho! Era seu divertimento vê-lo abrir a janela e cantar as horas com a bocarra vermelha, arrufando as asas. Sorria-se então por dentro, feliz um instante.” (LOBATO, 1948: 4) A imagem do tempo a correr cronometrado pelo relógio e a menina de braços cruzados paralisada na sua contemplação, com o olhar assustado, talvez quisesse dizer que nos finais do século XIX, o Brasil já convivia com a ética burguesa nas relações de trabalho. Esta nova organização, baseada no trabalhador livre e assalariado, representada pelos imigrantes europeus - relação incentivada e assistida através de garantias e investimentos de responsabilidade do Estado para o trabalho da lavoura e a incipiente industrialização - não permitia espaços para atuação dos ex-escravos carregados do estigma do cativo. Para eles, o trabalho era visto como algo aviltante e degradante, estritamente ligado à escravidão, um ultraje “à dignidade de homem livre”. Talvez Monteiro Lobato quisesse denunciar o olhar preconceituoso da classe proprietária de terras e lavouras, para quem os negros e mestiços estavam numa atitude de ócio frente às novas exigências de disciplina do mercado de trabalho agora livre. A única possibilidade existente era ver o tempo passar sem uma reação laboral produtiva, Monteiro Lobato, em tom de contestação, revela o olhar preconceituoso da elite cafeicultora na preservação da mentalidade escravocrata. A crítica de Monteiro Lobato está voltada para os fazendeiros de café e ex proprietários de escravos da região valparaibana, uns ainda mantinham algum “status” social, mas de certa forma perdedores, principalmente pelas transformações ocorridas com a Abolição da escravatura. Estes perdedores, estacionados no tempo, ainda mantinham a mentalidade patriarcal e escravocrata, crítica presente nos escritos de Monteiro Lobato da década de 1910 e no contexto dos pensadores sociais da mesma década e retomada em 1920.

Podemos destacar o movimento pendular do seu pensamento. Ele volta a pensar

sobre a velha elite cafeeira patriarcal presa à mentalidade escravocrata como os representantes de um rural atrasado e arcaico. A permanência dessa mentalidade não permite à elite a visão dos ex-escravos como seres humanos capazes de produzir a sua própria existência material e econômica. Estes ficam alijados do processo de modernização. A cafeicultura do Vale do Paraíba fora construída sob essa forma de pensamento escravocrata e amargava a decadência com a transição do regime escravista para o livre. Entretanto como forma de superação do atraso, existe o progresso rural representado pela região do Oeste paulista, os novos fazendeiros empreendedores, a dinâmica do mercado de trabalho baseada na mão de obra livre dos colonos europeus⁴². A sua crítica é voltada aos escravistas de outrora. Ao mesmo tempo é direcionada aqueles que ainda detinham o poder com a posse de terras e lavouras de café, porém mantinham resquícios dessa mentalidade escravocrata. O processo de transformação da nação rural se constitui, por um lado, de alguns elementos retrógrados, mas, por outro, de elementos modernos e progressistas.

Ao mesmo tempo, que Lobato denuncia o patriarcalismo na sua característica de permanência da violência nas atitudes do fazendeiro contra os remanescentes da escravidão, ele não questiona a escravidão como instituição e nem a estrutura política econômica vigente no período pós Abolição, que não abre espaços para a participação dos negros libertos na vida econômica da nação.

A partir do conto de Monteiro Lobato, vemos na sociedade pós Abolição da escravatura, os ex escravos serem entendidos pela elite ilustrada e proprietária como indefesos, sem voz e infantilizados. Eles são considerados como seres moralmente incapazes e sem forças para lutar contra os preconceitos e violências vigorantes nessa sociedade rural, senhorial e patriarcal pretendida como moderna e em sintonia com valores humanos, civis e sociais vindos da Europa e América do Norte, valores inválidos para os negros e seus descendentes. Os negros, em tal sociedade, vivem na marginalidade, sem um trabalho realmente importante. Mesmo livres, o negro e o mestiço, eram tidos como “desacreditados e descartados” fora do sistema de trabalho remunerado dos setores em expansão, considerado pela elite proprietária como um ser restante do regime escravocrata e da sociedade colonial e imperial.

⁴² Veremos mais adiante que Monteiro Lobato escreve textos em que são colocadas críticas também aos novos fazendeiros da região Oeste.

As únicas palavras que a menina ouve das pessoas, sobre si mesma são:

... pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata choca, pinto gorado, mosca morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa ruim, lixo - não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim - por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que Negrinha não teria um gosto só na vida, nem o de personalizar a peste... (LOBATO, 1948: 5)

Monteiro Lobato, em tom de aguda ironia, denuncia explicitamente o que passa na dimensão privada da grande casa senhorial, ele desmistifica o “patriarcalismo benevolente”. O corpo de “Negrinha” é todo marcado de sinais, cicatrizes e vergões. Ele critica com ironia a mentalidade senhorial patriarcal, baseada na herança escravista e permanência de alguns desses resquícios na Primeira República. Para ele, a continuação da violência, preconceitos e da opressão logo após a Abolição, subjuga os negros e dessa maneira os mantêm fora da concorrência por trabalhos ou melhores condições sociais e econômicas nessa sociedade rural, uma mentalidade retrógrada que emperra o progresso material da nação. A consciência negativa que “Negrinha” tem de si mesma, incutida pela violência e segregação socialmente construídas dentro do patriarcalismo, a deprecia de tal forma que a mantêm presa a uma estrutura de marginalidade e exclusão social e sem qualquer perspectiva de saída ou superação dessa opressão, pois ela morre no final.

Podemos observar a crítica contumaz de Lobato ao predomínio do patriarcalismo severo e cruel dos senhores nessa sociedade rural nos primórdios do século XX, pois a personagem dona Inácia é descrita da seguinte forma:

Excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu. Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar), ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora em suma - “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o reverendo. / Ótima a dona Inácia. (LOBATO, 1948: 3)

Lobato constrói um tipo de proprietário rural, através da personagem D. Inácia. É com ironia sua descrição como uma “pessoa grada”, “bem quista” de todos, proprietária de terras, rica, fazendeira empreendedora geradora de seus próprios negócios, uma personalidade forte nas relações com a criadagem e com poses de rainha. Talvez admirada pelos membros dos setores de elite, e pela igreja católica também,

afinal uma cidadã acima de qualquer suspeita.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (1990), nos primórdios da República, manifestam-se duas correntes de pensamento para interpretar o Brasil. De um lado um nacionalismo valorizador do passado colonial e imperial, caracterizado pela crença “nas nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica” (p. 23). Os pensadores defensores desta forma de nacionalismo se recusavam a aceitar as influências da “sociedade americana, fruto da colonização inglesa e do protestantismo” (p. 24). A outra corrente nacionalista defende o rompimento “com o passado português corporificado no regime monárquico” (p. 24). Esse era o desejo dos republicanos: a supressão da presença lusa da vida sócio econômico e cultural. Estes intelectuais manifestavam a aspiração do Brasil se integrar ao mundo americano, pois entendiam a identificação da sociedade norte-americana com a brasileira na sua constituição republicana e também com os ideais de progresso e industrialização, defendiam um lugar de destaque e importância para as classes empresariais brasileiras. De certa forma, Monteiro Lobato dialoga com esses pensadores e na sua crítica demonstra oposição ao catolicismo conservador, revela um pensamento afinado com o desejo de americanização da sociedade brasileira. A narrativa lobatiana não deixa de tratar com ironia a relação da dona Inácia com o catolicismo⁴³ e a preservação das atitudes racistas mesmo em tempos da declaração das liberdades individuais e universais, explicita a dissimulação da proprietária nas relações estabelecidas com a menina.

Na sociedade brasileira pós-abolição é comum os padres alertarem os senhores para serem benevolentes com seus ex-escravos. Lobato, de certa forma, desmascara essa “benevolência” e demonstra que, em público, dona Inácia não maltrata a menina, ela dissimula seu preconceito e maldades, mas na sua vida privada, no recesso do lar comete atrocidades absurdas e a discriminação ao negro continua intocada. Isto demonstra uma maneira muito específica de racismo nas palavras de Schwarcz (1998) “um preconceito de não ter preconceito”. A tendência do brasileiro seria continuar discriminando, apesar de considerar tal atitude ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem a pratica). Os “mores cristãos” seriam os responsáveis por uma visão de mundo cindida com uma orientação prática totalmente adversa às obrigações ideais.

⁴³Sobre a conivência do catolicismo com a escravidão Emilia Viotti da Costa (1999) escreve que nem “a Igreja nem o Estado no Brasil exibiram nenhum interesse real na humanidade do escravo ou usaram sua autoridade para melhorar as relações senhor - escravo”. (VIOTTI DA COSTA, 1999: 347)

Nesse conto, Monteiro Lobato desnuda o mito do “senhor benevolente”, e também o “mito da democracia racial”⁴⁴ baseado na ideia de convivência pacífica entre negros e brancos na sociedade brasileira, ainda que não critique a escravidão como instituição, demonstrando certa ambiguidade na forma de pensar. Lobato denuncia que a dona Inácia conserva a menina “Negrinha” como uma válvula de escape para todas as suas angústias geradas pela libertação dos escravos e saudades do tempo da escravidão:

A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar de crianças. Vinha da escravidão, fora senhora de escravos - e daquelas ferozes, amiga de ouvir cantar o bolo e estalar o bacalhau. Nunca se afizera ao regime novo - essa indecência de negro igual ao branco e qualquer coisinha: a polícia! “Qualquer coisinha”: uma mucama assada ao forno porque se engraçou dela o senhor; uma novena de relho porque disse: “Como é ruim, a sinhá!”... (LOBATO, 1948: 5)

Segundo alguns pensadores, os senhores proprietários de terras e escravos contrários à Abolição, conservam ódios e ressentimentos quando esta ocorre. Uma forma de extravasarem esse ódio é a permanência de maus tratos contra ex-escravos e seus descendentes de seu convívio: “O 13 de Maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava Negrinha em casa como remédio para os frenesis. Inocente derivativo.” (LOBATO, 1948: 5) As mudanças ocorridas na organização do trabalho deixam muitos fazendeiros descontentes, são entendidas como uma desorganização com repercussão de resultados negativos. Gera crises na produção agrícola e consequentes perdas financeiras e de patrimônios conquistados ao longo de anos, fato que se mostra insatisfatório para a classe proprietária. Na prosa de Monteiro Lobato, estes descontentamentos aparecem na forma da personagem Dona Inácia tratar a menina:

⁴⁴ Segundo Florestan Fernandes (1965) no livro *O Legado da “Raça Branca”*: “É patente que só depois da Abolição e no contexto jurídico-político do Estado republicano seria possível cogitar-se da situação de contato entre “negros” e “brancos”, imperante em São Paulo, como sendo uma “democracia racial”. Na realidade, porém, as coisas não caminharam nessa direção. De um lado, enquanto a ordem jurídico-política da sociedade inclusiva passou por verdadeira revolução, sua ordem racial permaneceu quase idêntica ao que era no regime de castas. De outro, o “negro” jamais encontrou no “branco” um ponto de apoio efetivo às suas tentativas de tomada de consciência e de melhoria de sua situação histórico-social. Em vez de ser “democrática”, nesta esfera a sociedade paulistana era extremamente rígida, proscrevendo e reprimindo as manifestações autênticas de autonomia social das “pessoas de cor”. Considerada em termos desse contexto histórico, a convicção de que as relações entre “negros” e “brancos” corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito. Como mito, ela se vinculava aos interesses sociais dos círculos dirigentes da “raça dominante”, nada tendo que ver com os interesses do negro e do mulato. Por isso, também, não operava como uma força social construtiva, de democratização dos direitos e garantias sociais na “população de cor”. Inscrevia-se, contrariamente, entre os mecanismos que tendiam a promover a perpetuação, em bloco, de relações e processos de dominação que concentravam o poder nas mãos dos mencionados círculos dirigentes da “raça branca”, como sucedera no recente passado escravista”. (FERNANDES, 1965: 204 e 205)

Tinha de contentar-se com isso, judiaria miúda, os níqueis da crueldade. Cócres: mão fechada com raiva e nós de dedos que cantam no côco do paciente. Puxões de orelha: o torcido, de despegar a concha (Bom! Bom! Bom! Gostoso de dar!) e o a duas mãos, o sacudido. A gama inteira dos beliscões: do miudinho, com a ponta da unha, a torcida do umbigo, equivalente ao puxão de orelha. A esfregadela: roda de tapas, cascudos, pontapés e safanões a uma - divertidíssimo! A vara de marmelo, flexível, cortante: para “doer fino” nada melhor! (LOBATO, 1948: 6)

Todos esses horrores praticados contra uma criança são pouco para a senhora, “mas antes disso do que nada”. De vez em quando vinha um castigo maior “para desobstruir o fígado e matar as saudades do bom tempo”. A história do ovo quente ilustra a sua gana.

Não sabem? Ora! Uma criada nova furtara do prato de Negrinha - coisa de rir - um pedacinho de carne que ela vinha guardando para o fim. A criança não sofreu a revolta - atirou-lhe um dos nomes com que a mimoseavam todos os dias. / - “Peste?” espere aí! Você vai ver quem é peste - e foi contar o caso à patroa. / Dona Inácia estava azeda necessitudíssima de derivativos. Sua cara iluminou-se. / Eu curo ela! Disse - e desentalando do trono as banhas foi para a cozinha, qual perua choca, a rufar as saias. / - Traga um ovo. / Veio o ovo. Dona Inácia mesma pô-lo na água a ferver; e de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, aguardava trêmula alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora chamou: / - Venha cá! / Negrinha aproximou-se. / - Abra a boca! / Negrinha abriu a boca, como o cuco, e fechou os olhos. A patroa, então, com uma colher, tirou da água “pulando” o ovo e zás! Na boca da pequena. E antes que o urro de dor saísse, suas mãos amordaçaram-na até que o ovo arrefecesse. Negrinha urrou surdamente, pelo nariz. Esperneou. Mas só. Nem os vizinhos chegaram a perceber aquilo. Depois: / - Diga nomes feios aos mais velhos outra vez, ouviu, peste? / E a virtuosa dama voltou contente da vida para o trono, afim de receber o vigário que chegava. / - Ah, monsenhor! Não se pode ser boa nesta vida ... Estou criando aquela pobre órfã, filha da Cesária - mas que trabalhadeira me dá! / - A caridade é a mais bela das virtudes cristãs, minha senhora, murmurou o padre. / - Sim, mas cansa ... / - Quem dá aos pobres empresta a Deus. / A boa senhora suspirou resignadamente. / - Inda é o que vale ... (LOBATO, 1948: 6 e 7)

Uma vez, duas sobrinhas “pequenotas” “lindas”, bem nascidas, educadas, louras e vindas da cidade vêm passar as férias com “Santa” Inácia, Na competição com “Negrinha” são colocadas como superiores no que diz respeito à cor da pele, à classe social, à educação e à beleza. Pois, no conto, de forma irônica, “Negrinha” é representada como sendo desprovida de beleza e inteligência e inferior às meninas

brancas. “Negrinha” representa a grande maioria dos brasileiros analfabetos, despreparados e não brancos que viviam no interior das fazendas a serviço de uma elite proprietária. Em uma situação de competitividade⁴⁵ entre as meninas louras e “Negrinha”, quem leva a melhor são as meninas vindas da cidade. Talvez elas até representem os imigrantes aceitos para povoar o território nacional, também a defesa da ideia do desenvolvimento do “branqueamento” da sociedade, o trabalho produtivo e disciplinado tão valorizado pela elite proprietária. De maneira acentuadamente irônica, o ideal de beleza e inteligência é visto nas meninas brancas e “Negrinha” representa seu oposto. No desenvolvimento da narrativa, ela é sempre retratada como um ser inferior. Com essa denúncia, Monteiro Lobato explicita que a discriminação aos negros passaria para todo o século XX.

Do seu canto, na “sala do trono”, “Negrinha” vê as sobrinhas da Dona Inácia irromperem pela casa como dois anjos do céu – “alegres, pulando e rindo com a vivacidade de cachorrinhos novos”. Atitudes e comportamentos contrastantes com os de “Negrinha” que só fica parada no desvão da porta com o olhar assustado e sem poder se locomover pela casa ou brincar pelo quintal. “Negrinha” olha imediatamente para a senhora, “certa de vê-la armada para desferir contra os anjos invasores o raio dum castigo tremendo”.

Observamos que as únicas vezes que é dado voz aos pensamentos e sentimentos da menina são em relação aos brancos e quando ela pensa, revela um sentimento de profunda submissão e inferioridade a eles. Lobato denuncia esses sentimentos como resultados negativos advindos de uma mentalidade patriarcal e escravocrata que através da violência mata as iniciativas e atitudes da pequena menina. Como a situação da criança é estar subjugada ao mando da patroa e de todos que vivem na casa, ela pensa que as meninas, sobrinhas de dona Inácia, também estão impedidas de realizarem as mesmas atividades e brincadeiras que lhe são proibidas. Demonstra certa ingenuidade ao verificar com admiração que às meninas é permitido passear livre para as brincadeiras e correrias pela casa e pelo jardim:

Negrinha ergueu os olhos para a patroa, olhos ainda de susto e terror.

⁴⁵Segundo Skidmore (2003), na sociedade brasileira dos finais do século XIX e início do XX, o Brasil já convivia com as relações de competitividade entre as classes sociais, a hierarquia social é diferente dos tempos coloniais, no qual vigorava o sistema de castas. Nessa nova sociedade, a estratificação social já possui uma classe média que está em franca ascensão e compete com as oportunidades possíveis e prováveis. (SKIDMORE, 2003)

Mas não viu mais a fera antiga. Compreendeu vagamente e sorriu. / Se alguma vez a gratidão sorriu na vida, foi naquela surrada carinha ... (LOBATO, 1948: 10 e 11)

Na denúncia feita por Monteiro Lobato ao olhar preconceituoso da elite proprietária, os brancos considerados superiores trazem influências sobre os negros, pois Negrinha não é mais a mesma, a partir do momento que mantém contato com as sobrinhas brancas de dona Inácia. No período em que é tratada como “gente”, desperta a consciência de ser um ‘ser humano’, porque pode brincar livremente, ir ao quintal, rir com as meninas nas correrias pela casa. Não podemos deixar de notar a verve sarcástica e irônica nos dizeres de Monteiro Lobato. Ele explicita a visão preconceituosa da elite branca e proprietária ao considerar a menina negra uma mendiga e as meninas brancas princesinhas. No conto, a menina “Negrinha” não pode realizar o seu papel de ser mãe, de deixar uma descendência:

Varia a pele, a condição, mas a alma da criança é a mesma – na princesinha e na mendiga. E para ambas é a boneca o supremo enlevo. Dá a natureza dois momentos divinos à vida da mulher: o momento da boneca – preparatório, e o momento dos filhos – definitivo. Depois disso, está extinta a mulher. / Negrinha, coisa humana, percebeu nesse dia da boneca que tinha uma alma. Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que trazia em si e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada a altura de ente humano. Cessara de ser coisa – e d’ora avante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Se sentia! Se vibrava! / Assim foi – e essa consciência a matou. (LOBATO, 1948: 11)

Para a mentalidade da elite proprietária, os imigrantes brancos, na relação com os negros, deixariam sua influência e suplantariam de vez os negros. Apesar das amenidades nos maus tratos da senhora e dos criados da casa, enquanto as meninas estavam na fazenda, depois que essas partiram, “Negrinha” cai em tristeza profunda: “Negrinha, não obstante, caíra numa tristeza infinita. Mal comia e perdera a expressão de susto que tinha nos olhos. Trazia-os nostálgicos, cismarentos”. (LOBATO, 1948: 11)

Aquele dezembro de férias, luminosa rajada de céu trevas a dentro do seu doloroso inferno, envenenara-a. / Brincara ao sol, no jardim. Brincara! ... Acalentara, dias seguidos, a linda boneca loura, tão boa, tão quieta, a dizer mãã, a cerrar os olhos para dormir. Viera realizando sonhos da imaginação. Desabrochara-se de alma. (LOBATO, 1948: 11 e 12)

A morte de “Negrinha” no conto de Lobato pode ser entendida como uma metáfora, uma representação do desejo da menina de exercer a liberdade que ela não tinha na sociedade rural patriarcal. Ou talvez quisesse dizer que Monteiro Lobato não

acredita na convivência pacífica entre proprietários e ex-escravos. O conto, em tom de denúncia, também tem o desejo do autor de contrariar o pensamento patriarcal e ao mesmo tempo dizer os resultados sociais dessa mentalidade retrógrada e desumana do proprietário patriarcal que não possibilitou sua inserção no mercado de trabalho:

Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Jamais, entretanto, ninguém morreu com maior beleza. O delírio rodeou-a de bonecas, todas louras, de olhos azuis. E de anjos ... E bonecas e anjos remoinhavam-lhe em torno, numa farandola do céu. Sentia-se agarrada por aquelas mãozinhas de louça - abraçada, rodopiada. / Veio a tontura; uma nevoa envolveu tudo. E tudo regirou em seguida, confusamente, num disco. Ressoaram vozes apagadas, longe, e pela última vez o cuco lhe apareceu de boca aberta. / Mas, imóvel, sem rufar as asas. / Foi-se apagando. O vermelho da goela desmaiou ... / E tudo se esvaiu em trevas. / Depois, vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira - uma miséria, trinta quilos mal pesados. (LOBATO, 1948: 12)

O que se nota no conto de Monteiro Lobato é a indiferença da sociedade, da elite proprietária de terras diante da tragédia social dos descendentes de escravos. O latifúndio trabalhado e cultivado pelos ascendentes de “Negrinha”, e que possibilitou as relações patriarcais nos seus aspectos de violência e desprezos, recebe o seu corpo morto sem nenhuma alteração, a indiferença da terra seria uma representação do estado de permanência estrutural dessas relações.

E de Negrinha ficaram no mundo apenas duas impressões. Uma cômica, na memória das meninas ricas. / - “Lembras-te daquela bobinha da titia, que nunca vira boneca?” / Outra de saudade, no nó dos dedos de dona Inácia. / - “Como era boa para um cócre”! ... (LOBATO, 1948: 12)

Para a sociedade, a morte da menina não representa nada a não ser uma lembrança cômica para as sobrinhas da dona Inácia que acham engraçado a menina “Negrinha” nunca ter visto uma boneca na vida e para dona Inácia que sente saudades dos cócres dados na pequena. Informações indicadoras de que para os filhos dos escravos livres, nesta sociedade recém liberta do sistema escravocrata, não haveria a mínima chance de participação econômica e social. Para a classe senhorial, o evento do 13 de Maio contribuiu para a desorganização da sociedade, porque toda a produção agrícola e a acumulação de riquezas e capital, antes deste fato, havia sido conquistados com o trabalho dos escravos. As riquezas dessa classe senhorial e do Brasil são assentadas no braço escravo e os ex senhores de escravos, na década de 1920, não perdem a pose, a mentalidade e nem a ética escravocrata, Lobato critica os resquícios da

mentalidade retrógrada desse setor da sociedade. Crítica presente nos escritos de 1910 e retomada em 20, os novos tempos exigem racionalidade nas relações entre os senhores e seus subalternos, um avanço ao progresso seria a superação dessa mentalidade retrógrada e conservadora.

Os tempos são outros, não mais as lavouras de café trabalhadas por escravos africanos. Findo esse sistema de produção escravocrata, os “novos tempos” sinalizam o advento de uma ética capitalista baseada no trabalho dos imigrantes europeus livres e também a ideia de que alguns desses colonos italianos se transformaram em prósperos fazendeiros na região Oeste de São Paulo. A mudança nas relações de trabalho, ocorrida no Brasil tem importância não apenas para a expansão cafeeira nas terras do nascente Oeste paulista, mas também para o setor industrial. Com a mudança do trabalho escravo para o assalariado na recente República Federativa as relações de comércio mudam, ampliam-se, porque o imigrante favorece a acumulação de capital para o setor de produtos manufaturados. Esta modernização industrial na década de 1920 ainda é muito incipiente. E Lobato observa a permanência do rural brasileiro valparaibano de raiz portuguesa paralisado nas relações sociais entre os senhores e os seus “protegidos”.

No conto “O jardineiro Timóteo”, publicado no livro *Negrinha*, o rural é representado a partir da imagem da fazenda com casarão, com varanda e amplos espaços de convívio e sociabilidade, a velha moradia no estilo colonial, cuja arquitetura sólida atesta a grandeza e prosperidade de uma classe senhorial, proprietária de escravos, terras e lavoura. Um mundo rural com predominância do mando patriarcal representado através de uma elite proprietária considerada sólida e imbatível e que perduraria no seu papel social de mandatários da nação. A representação é de um rural estruturado nos tempos coloniais, com ares de antiguidades, o jardim da fazenda e até o casarão é ornamentado de maneira passadista, mas sofre transformações com a chegada de novos proprietários sintonizados com elementos modernos, mudam tudo à sua volta com sua chegada. Ideias muito próximas dos escritos das décadas de 1900 e 1910, aqui são retomadas e predomina a crítica de Monteiro Lobato ao rural colonial. Ele é constituído pela família portuguesa patriarcal e escravocrata no processo de colonização e desenvolvimento do Vale do Paraíba. Isso resultou no seu atraso econômico em contraposição ao rural formado e desenvolvido com racionalidade e planejamento representado pelos novos fazendeiros da região do Oeste Paulista. Sobressai o embate entre dois tempos distintos, o emocional, representado pelo tempo escravocrata visto

como passadista e retrógrado, e o racional, com planejamento dos novos tempos. Há o movimento pendular expresso no diálogo feito por Monteiro Lobato com a ideia de passado e a sua superação através do processo de modernização. Olha para o passado e vê o rural como antiquado e o presente como moderno, devido as transformações ocorridas com a cafeicultura na região Oeste do estado de São Paulo.

O jardim existente na fazenda com ares coloniais é plantado “à moda antiga”, cheio de “flores antigas” que deixam no ar um “perfume d’antanho”. Lobato descreve o jardim com agudo tom de ironia e sentimento passadista e representa um rural colonial que já fora superado da vida nacional.

Lobato fala de maneira irônica do personagem Timóteo, um negro remanescente dos tempos da escravidão. O passado escravocrata, colonial e retrógrado se perpetua na sua forma de ser e ver o mundo à sua volta. Este personagem é representado como alguém fora de lugar com a chegada da nova família de fazendeiros proprietários com símbolos e atitudes sintonizadas com um novo estilo, mentalidade e práticas modernizadoras que ele não estava familiarizado e, portanto, acha tudo muito estranho. O personagem Timóteo é excluído do processo de modernização promovido pelo “novo” fazendeiro e sua família. Ele é quem cuida do jardim com a maior dedicação e são suas tradições e sentimentos que dão o tom e os significados para o rural onde predomina características passadistas.

A fazenda no estilo colonial com seu jardim anacrônico criado pelo jardineiro Timóteo pode ser uma representação do rural brasileiro que Lobato vira ser superado da vida nacional. Um rural ornamental e poético e descrito por Lobato a partir de uma visão decadentista. Este não cabe mais diante dos desafios colocados pela modernização capitalista brasileira, exigente de atitudes racionais voltadas para a lógica do trabalho livre e do mercado agro exportador. Um rural, na sua gênese, criado e cuidado pelo braço do escravo africano e sofre, nos finais do século XIX, um abalo, pois o escravo deixara de ser o agente social primordial na estrutura social e econômica. Nessa transição novas exigências surgiram e o ex-escravo, na visão de Lobato, não tinha condições de atendê-las.

O casarão da fazenda era o jeito das velhas moradias coloniais: - frente com varanda, uma ala e pátio interno. Neste ficava o jardim, também à moda antiga, cheio de plantas antigas cujas flores punham no ar um saudoso perfume d’antanho. Quarenta anos havia que lhe

zelava dos canteiros o bom Timóteo, um preto branco por dentro. Timóteo o plantou quando a fazenda se abria e a casa inda cheirava a reboco fresco e tintas d'óleo recentes, e desd'aí - lá se iam quarenta anos - ninguém mais teve licença de por a mão em "seu jardim". / Verdadeiro poeta, o bom Timóteo. Não desses que fazem versos, mas dos que sentem a poesia sutil das coisas. Compusera, sem o saber, um maravilhoso poema onde cada plantinha era um verso que só ele conhecia, verso vivo, risonho ao reflorir anual da primavera, desmedrado e sofredor quando junho sibilava no ar os látigos do frio. O jardim tornara-se a memória viva da casa. Tudo nele correspondia a uma significação familiar de suave encanto, e assim foi desd'o começo, ao riscarem-se os canteiros na terra virgem ainda rescendente à escavação. (LOBATO, 1948: 41)

Timóteo compunha os anais vivos da família, anotando nos canteiros, um por um, todos os fatos dalgumas significações. Depois, exagerando, fez do jardim um canhenho de notas, o verdadeiro diário da fazenda. Registrava tudo. Incidentes corriqueiros, pequenas rugas de cozinha, um lembrete azedo dos patrões, um namoro de mucama, um hóspede, uma geadá mais forte, um cavalo de estimação que morria - tudo memorava ele, com hieróglifos vegetais, em seu jardim maravilhoso. (LOBATO, 1948: 44)

Timóteo desenvolve aquela cultura com a sua subjetividade: uma estrutura de pensamento baseada não em conhecimentos científicos, mas em conhecimentos práticos vividos ao longo dos anos, percepções e sentimentos se sobressaem. Um rural colonial onde aflora uma tradição cultural criada pelos negros africanos. Eles compõem uma linguagem que fala do Brasil e o interpreta a seu modo, porém, não é compreendido pela elite proprietária moderna e esta não faz o mínimo esforço para buscá-la ou entendê-la. Ela permanece indiferente e à distância. Timóteo tem uma relação de afetividade com os fazendeiros, pois cria o jardim e interpreta com flores diversificadas cada sentimento e fato vivido pelos proprietários, a história da família, a sua memória é cuidada e preservada por ele, mas os proprietários permanecem indiferentes aos seus sinais. Lobato considera a existência de uma cultura negra no Brasil, mas sua importância não é entendida como tal pela nova elite proprietária com aspirações modernizadoras. Evidências do questionamento de Monteiro Lobato, ao patriarcalismo e à sua forma de manutenção do mandonismo que menospreza aos subalternos. Não que Monteiro Lobato questione o escravismo como sistema, mas a forma como são conduzidas as relações entre fazendeiros e ex-escravos. Com as denúncias, Lobato traz à memória nacional o quanto fora nefasto para a sociedade e para os negros remanescentes da escravidão o predomínio da ética paternalista dos proprietários no contexto do liberalismo vigente na República. Dessa forma também sobressai a crítica à história futura da nação cujo sistema capitalista não possibilitou caminhos para a

inserção da grande maioria deles no mercado de trabalho e dos setores da sociedade.

A linguagem poética e floral criada por Timóteo não é compreendida por ninguém da família patriarcal. Seus membros parecem ensimesmados nas suas individualidades e preocupações modernas. Eles não compreendem as finezas de seus avisos, lembretes, conselhos, a não ser a sinhazinha, uma alma ingênua e infantil, ela se deleita, às vezes com fingimentos, com as criações românticas do Timóteo.

E sua linguagem de flores? Suas ironias, nunca percebidas de ninguém? Seus louvores, de ninguém suspeitados? Quantas vezes não depôs na mesa, sobre um prato, um aviso a um hóspede, um lembrete a patroa, uma censura ao senhor, composto sob forma dum ramallete? Ignorantes da língua do jardim, riam-se eles da maluquice do Timóteo, incapazes de lhe alcançar o fino das intenções. / Timóteo era feliz. Raras criaturas realizam na vida mais formoso delírio de poeta. Sem família, criara uma família de flores; pobre, vivia ao pé de um tesouro. / Era feliz, sim. Trabalhava por amor, conversando com a terra e as plantas - embora a copa e a cozinha implicassem com aquilo. (LOBATO, 1948: 45 e 46)

Plantas novas que abrolhavam o primeiro botão punham alvoroço de noivo no peito do poeta, que falava do acontecimento na copa, provocando as risadinhas impertinentes da Cesária. / - Diabo do negro velho, cada vez caducando mais! Conversa com flor como se fosse gente. / Só a moça, com seu fino instinto de mulher, lhe compreendia as delicadezas do coração. / - Está aqui, Sinhá, a primeira rainha margarida deste ano! / Ela fingia extasiada e punha a flor no corpete. / - Que beleza! / E Timóteo ria-se, feliz, feliz ... / Mas um dia ... Ah! Bem sentira-se Timóteo tomado de aversão pela família dos “ora-pro-nobis”! Pressentimento puro ... O “ora-pro-nobis” pai voltou e esteve ali uma semana em conciliábulo com o moço. Ao fim deste tempo, explodiu como bomba a grande notícia: estava negociada a fazenda, devendo a escritura passar-se dentro de poucos dias. / Timóteo recebeu a nova como quem recebe uma sentença de morte. Na sua idade, tal mudança lhe equivalia a um fim de tudo. Correu a agarrar-se à moça, mas desta vez nada puderam contra as armas do dinheiro os seus pobres argumentos de poeta. (LOBATO, 1948: 47 a 49)

O jardim criado pelo “bom Timóteo” não tem valor para o mercado. É apenas ornamental e sentimental, pois toca apenas seus sentidos e sentimentos e os da sinhazinha. As novas transformações modernizadoras, novas relações capitalistas, o “poder do dinheiro”, as novas possibilidades de consumo falam mais alto e solapam a crença e a permanência na tradição e no lado poético da vida rural criada pelos escravos. A ideia é de que o trabalho dos negros africanos e a cultura africana, as formas de pensar do negro e seus sentimentos não cabem mais nessa nova administração da fazenda, nesse Brasil em processo de modernização. A transição capitalista brasileira

ocorrida nos finais do século XIX representada através da venda da fazenda para a nova família de fazendeiros é a sentença de morte para Timóteo, tira o seu lugar de trabalhador e importância social: “Vendeu-se a fazenda. E certa manhã viu Timóteo arrumarem-se no trole os antigos patrões, as mucamas, tudo o que constituía a alma do velho patrimônio”. (LOBATO, 1948: 49)

O velho mundo rural colonial e imperial cuja organização do trabalho é baseada no escravo rui sob o poder da nova organização do trabalho baseada no imigrante e em empreendimentos e negociações capitalistas. O Brasil entra em uma nova era de desenvolvimento econômico. A nova família de fazendeiros, compradores da fazenda, ordena a destruição do jardim existente para colocar outro no lugar, mais sintonizado com a ideia de moderno. O novo fazendeiro representava “gente da moda”, “amigos do luxo e das novidades”, hábitos reveladores da permanência dos gastos, desperdícios criticados por Lobato por tomarem o lugar e a preocupação com os investimentos na lavoura na década de 1910. Aqui são elementos e atitudes modernizadoras. Apesar da modernização preconizada pela nova família de fazendeiros administradores: ela autoriza a destruição de tudo o que representa as velharias e o passado. Inclusive o casarão da fazenda, uma sólida construção, recebe uma reforma sintonizada com o que havia de mais moderno. A estrutura de poder, de mando e de administração continua baseada no poder dos fazendeiros. A ideia principal é a de continuidade do exercício do patriarcalismo pelos coronéis. Eles ditam as regras políticas na estrutura fundiária da velha fazenda colonial. No pensamento de Lobato, a ideia de rural, no processo de formação da nação, é representada através da modernização brasileira com a mudança da organização do trabalho: de escravocrata passa à livre. Esta transição também é acompanhada de atitudes modernizadoras por parte da elite cafeeira “amante do luxo e da moda”, mas com a permanência da velha estrutura fundiária, predomínio da sociedade patriarcal.

Os novos patrões eram gente da moda, amigos do luxo e das novidades. Entraram na casa com franzimentos de nariz para tudo. / - Velharias, velharias ... / E tudo reformaram. Em vez da austera mobília de cabiúna, adotaram móveis pechibequês, com veludinhos e frisos. Determinaram o empapelamento das salas, a abertura de um hall, mil coisas esquisitas ... Diante do jardim, abriram-se as gargalhadas. / - É incrível! Um jardim destes, cheirando a Tomé de Souza, em pleno século das crisandalias! / Timóteo ouvia aquilo com mil mortes n'alma. Não restava dúvida, era o fim de tudo, como pressentira: aqueles bugres da cidade arrasariam a casa, o jardim e o

mais que lembrasse o tempo antigo. Queriam só o moderno. (LOBATO, 1948: 49 e 50)

O próprio Timóteo é chamado pela família para destruir o jardim. Fica horrorizado com tamanha audácia e frieza de sentimentos dos proprietários e se recusa, pois o jardim significa a sua própria vida, cultura, modo de ser, pensamento, linguagem e dedicação durante anos. Ele fica excluído do processo de modernização brasileiro.

- Eu? Pois me acha com cara de criminoso? / Explode em um acesso de cólera e roga pragas à nova família com ideias inovadoras. / Tudo adormecera na terra, em breve pausa de vida para o ressurgir do dia seguinte. / Só não ressurgirá Timóteo. Lá agoniza ao pé da porteira. Lá morre. E lá o encontrará a manhã enrijecido pelo relento, de borco na grama orvalhada, com a mão estendida para a fazenda num derradeiro gesto de ameaças: / - Deixa estar! ... (LOBATO, 1948: 52)

Timóteo, agonizante ao pé da porteira, com a mão estendida para a fazenda com forte apego emocional, representa uma metáfora para a morte da tradição rural colonial relacionada à importância do trabalho dos negros escravos. Uma nova ordem burguesa e racional, baseada na mão de obra livre, ganha força e expressão no desenvolvimento econômico da nação. No entanto, a fazenda permanece a mesma com a velha estrutura fundiária. Os fazendeiros continuam a ditar as regras, com os velhos vícios, gastos, moda e luxo, atentos às novidades do mercado de consumo representadas como força propulsora das mudanças modernizadoras. A casa grande concebida como um casarão sólido, como a moradia senhorial inteiramente reformada com todo tipo de conforto e modernização, talvez represente a metáfora da elite agrária. Ela se considerava imbatível e permanente nesse Brasil rural, amante do moderno, agentes importantes das transformações. Ao contrário desta solidez, o personagem Timóteo com a mão estendida para a fazenda, morto e apegado ao Brasil rural colonial representa o elemento colocado para fora da vida nacional elite proprietária e patriarcal.

Lobato tem uma preocupação modernizadora, entretanto a sua proposta não coloca em questão a velha estrutura fundiária. Ele denuncia o patriarcalismo na forma do mandonismo nos aspectos da violência e indiferença contra os pobres, no entanto não critica o poder político da oligarquia que continua a reger a política na República. A ideia que perpassa seu pensamento é a do processo de modernização brasileira acontecer sem a mudança estrutural. A estrutura fundiária permanece intacta, fato possibilitador da permanência dos fazendeiros com seus hábitos, gastos, mandos e desmandos coronelista e patriarcal. Também a submissão dos menos favorecidos a esse poder e a

exclusão dos ex escravos das transformações efetivas e importantes ocorridas no país.

Uma das facetas do patriarcalismo vigente no Brasil rural no início do século XX, segundo o ponto de vista de Monteiro Lobato, no conto “Negrinha”, é representada pela personagem Dona Inácia. Uma proprietária de terras e cafeicultora no espaço do seu domínio doméstico detém a todos sob o seu mando. Na passagem do trabalho escravo para o livre ela “acolhe” “Negrinha” provendo-lhe casa, comida e proteção, ao mesmo tempo desconta na menina as suas angústias e ressentimentos com a Abolição da escravatura. Mesmo livre, a menina, vive escravizada sob os caprichos maldosos dos mandos e desmandos da velha matriarca. Lobato denuncia a herança escravista ainda predominante nas relações entre os senhores e seus subalternos.

O país passa por um momento importante de modernização das relações de trabalho e logo após a Proclamação da República, sob os auspícios liberais e democráticos, mas na sua estrutura conserva intactos os interesses de uma elite cafeicultora mandatária dos destinos da nação. Segundo Sergio Luiz Bezerra Trindade (2004) “o modelo da Constituição de 1891 é a Constituição dos Estados Unidos da América”, dessa forma o Brasil entra “na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico”. A forma federativa de organização se opõe ao centralismo vigente no período Imperial. Esse fato outorga “aos estados uma grande soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal”. Nessa transformação política os interesses individuais foram colocados acima dos interesses públicos “a virtude política ou cívica que está no cerne da ideia de República, funciona como barreira no processo de construção da cidadania no Brasil”. Para Trindade (2004) o fenômeno do coronelismo⁴⁶ surgido na República tem as suas idiossincrasias e se constitui em um “sistema político”. O autor cita Edgar Carone para dizer que o coronelismo possui leis próprias e “funciona na base da coerção da força e da lei oral, bem como de favores e obrigações”. Esta relação de dependência é essencial: “o coronel é aquele que protege, abriga e sustenta materialmente os seus agregados; por sua vez, exige deles a vida, a obediência

⁴⁶ Segundo Sergio Luiz Bezerra Trindade (2004) “Inaugurado com a República, o coronelismo sobrevive sem percalços até a Revolução de 1930, quando o centralismo de Vargas impõe, pela nomeação de homens de sua confiança para interventores nos estados. A esses, por sua vez, cabe a nomeação dos responsáveis pelas prefeituras de cada município. O coronelismo sofrerá mais um duro golpe com a ultra centralização imposta por Getúlio Vargas, o Estado Novo, em 1937. No entanto o fenômeno irá se reatualizar e sobreviverá em alguns rincões do país”. (TRINDADE, 2004: 179)

e a fidelidade” e a estrutura latifundiária fornecedora da conservação das “diferentes formas de manifestação do poder privado”. (TRINDADE, 2004: 175-78) A crítica de Monteiro Lobato limita-se a denunciar o pensamento e prática de Dona Inácia contra os ex escravos, sem questionar a estrutura de poder oligárquico viabilizadora de tais práticas. Ele não critica a escravidão como instituição.

No conto “O Jardineiro Timóteo”, a face patriarcal do país se mostra através da permanência de uma elite fazendeira e proprietária com aspirações e atitudes modernizadoras, mas conservadora dos seus interesses de classe proprietária latifundiária. A casa grande se sobressai no conto não apenas como uma estrutura de ordem privada, mas como uma forte simbologia do poder patriarcal e controlador do fazendeiro. Ela representa o poder institucionalizado e ampliado, com o respaldo da estrutura latifundiária e a consequente subserviência dos pobres. Lobato vê os fazendeiros latifundiários como uma classe social que exerce um papel importante no processo de modernização brasileiro, contudo, ao mesmo tempo, conservam os seus interesses de classe proprietária através das práticas coronelistas e patriarcais. A crítica de Lobato ao coronelismo não é direcionada ao sistema político mais amplo.

2. Trabalho, mão de obra imigrante e crises para a identidade nacional

Coelho Neto (1864 – 1934) escreveu o livro “A Bico de Penna (Fantasias, contos e perfis) 1902 – 1903” publicado no início do século XX. Neste ele critica a vinda dos imigrantes estrangeiros para os trabalhos nas lavouras brasileiras: eles são considerados “inimigos” da cultura brasileira. A principal recusa do autor é sua visão de que no processo de transformação capitalista, as tradições brasileiras perdem importância e espaço para as manifestações culturais dos imigrantes estrangeiros:

Hoje, porém, posto que reaja com toda a força, com toda a energia do meu instinto patriótico, diviso, através daquela profecia, um fundo de verdade: o Brasil vai sendo transformado, não absorvido. Os inimigos não vêm em esquadras, aparelhadas belicosamente: chegam em grandes levas, que enxameam as proas dos transatlânticos, vêm dos países regorgitantes, saem do aperto das grandes cidades e, como sofreram toda a sorte de torturas, desde o frio, nos lagedos dos cães, até as fomes nas baiúcas em que se cumulavam, as dezenas, confundindo os hálitos e os gemidos; desde a afronta dos poderosos

até o desprezo dos próprios parentes mais aquinhoados pela fortuna, ouvindo o nome do Brasil e, talvez, lendas que ficaram dos venturosos tempos do ouro, demandam ansiosamente a terra do sol e das flores, onde não há invernos que tranzam nem miséria que mate, onde sobram campos aos pastores e ainda existem regiões inteiramente virgens, nem trilhadas nem vistas por homens civilizados, onde só caminham hordas de bugres e feras fremem, ao luar, em manadas sanguinárias. / Chegam, são acolhidos pelo clima tépido, que é uma carícia natural, respiram, a largos pulmões, o puro ar das florestas, dessedentam-se nas límpidas águas dos arroios que murmuram, contemplam os grandes rios, admiram, extasiados, as borbulhantes cachoeiras e, contentes com o que vêm, dão graças a Deus pela redenção e vão imediatamente tratando do estabelecimento, que é o primeiro passo para a conquista. / Fazem-se colonos e, como já conhecem a miséria, trabalham ambiciosamente, acorçoados pela fertilidade. Na casa, o mealheiro é comum, e como a família vive com sobriedade, os lucros crescem, em pouco tempo. / O fazendeiro, ao contrário, habituado ao fausto, à vida pródiga, não soma as despesas e, a medida que a crise aumenta, vai dissipando com mais largueza, como para atordoar-se. O seu dinheiro transfere-se do cofre para as arcas dos colonos, empilhando-se até o dia em que ele se encontra sem vintém e assediado pelos avaros trabalhadores que lhe sugaram a fortuna. / Esse é o dia trágico, o *dies irae*: o senhor abandona a propriedade absorvida pela hipoteca, os colonos tornam-se pequenos proprietários e começa a expansão na terra. / Os berços lá estão ao fundo das casas – são os novos homens. Onde, antigamente, chorava, em farrapos, o crioulinho nu, filho do escravo, vage agora o bambino rosado e louro, abençoado por este sol admirável. Vai-se a língua cruzando – vocábulos exóticos ressoam estranhamente em frases portuguesas, é a lenta invasão da palavra; já se não ouve o ressoo soturno dos tambores nagôs; agora é o estrepidar das castanholas, ou o sonoro adufar nas soalhas dos pandeiros napolitanos. / Nos terreiros de congada dança-se a tarantella e as tradições brasileiras vão desaparecendo. Pouco a pouco uma nova raça surge e a humílima e dessorada geração, enfraquecida pela abastança desordenada, cede aos sadios o terreno, como os romanos da decadência cederam aos robustos bárbaros. (COELHO NETO, 1925: 113 a 115. Grifos nossos)

Coelho Neto observa as atitudes ambiciosas dos imigrantes e a terra acolhedora propicia as suas disposições. Eles trabalham incansavelmente e como são afeiçoados a poupança, logo prosperam. Ele critica as atitudes “dissipadoras” dos fazendeiros em contraste com a vida regrada dos colonos europeus. Aqueles perdem cada vez mais seu status e empobrecem. Essas perdas são vistas como fator negativo para a cultura brasileira, perdedora da sua essência. O autor chega a lamentar o fim da escravidão⁴⁷, os

⁴⁷ Segundo José de Souza Martins (2010) “No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para por no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão. Mais de 1 milhão e 600 mil imigrantes vieram para o país num período de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria dos quais para trabalhar como colonos nas fazendas de café. Devido, justamente, à modalidade das relações aí vigentes, no

novos trabalhadores são vistos como avarentos e “roubam” a arca do proprietário, ao contrário do escravo que trabalha para o enriquecimento do fazendeiro. O tambor nagô é eleito como tradição nacional e a tarantella é criticada porque é vista como um elemento cultural suplantador das tradições brasileiras. Revela explícito saudosismo pelos tempos da escravidão e ojerizas aos imigrantes italianos.

Nos primeiros anos do século XX, Euclides da Cunha (1866 – 1909) escreveu o artigo “Nativismo Provisório”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*. Nele o autor, assim como Monteiro Lobato, demonstra ideias favoráveis à imigração estrangeira. Com ela haverá maior disciplina do trabalho e racionalização da cultura, pois nossas riquezas naturais seriam despertadas com o imigrante mais “ativo e apto”:

O nosso antilocalismo frisa pela parcialidade. Não há aplausos que nos bastem aos forasteiros disciplinados que nos últimos tempos transfiguraram as nossas culturas e se vincularam aos nossos destinos, nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo. Somos adversários do nativismo sentimental e irritante, que é um erro, uma fraqueza e uma velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea. A este pseudo patriotismo, para o qual Spencer, na sua velhice melancólica e desiludida, criou a palavra “diabolismo”, deve antepor-se um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa *gens* complexa, tão vacilantes, ou rarescentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa. E ainda quando nos turbasse um esmaniado jacobinismo, todo ele ruiria ao defrontar o quadro da imigração do Brasil: homens de outros climas que aqui se nacionalizaram consorciados com a terra pelos vínculos fecundos das culturas. / Mesmo sob o aspecto estritamente econômico, pensamos como Louis Couty – este belo espírito a um tempo imaginoso e prático que com tão largo descortino prefigurou o nosso desenvolvimento: não podemos ainda dispensar a energia europeia mais ativa e apta, para que se desencadeiem as nossas energias naturais. O colono, entre nós, é o primeiro, senão o único fator econômico, e, pelo destaque vivíssimo entre a sua perícia infatigável e nossa atividade tateante, ele reponha, transformando a biologia industrial num capítulo interessantíssimo de psicologia social. (CUNHA, 1966: 187 e 188)

Em 18 de dezembro de 1906, Silvio Romero (1851 – 1914) pronunciou um discurso na Academia Brasileira, depois, em 1907, transcrito para o seu livro *O Brasil*

chamado colonato, a imigração constituiu um requisito de importação constante e maciça de trabalhadores em grupos familiares. O colonato, diversamente das relações de produção caracteristicamente capitalistas, que criam a superpopulação relativa na indústria, o excesso de procura de emprego em face da oferta, criou uma subpopulação relativa no campo, que tornou a imigração subvencionada pelo Estado um dos seus ingredientes básicos. (MARTINS, 2010: 38)

Social. No discurso expôs sua ideia a respeito das previsões de Euclides da Cunha sobre o desaparecimento das culturas sertanejas diante da marcha civilizatória e da entrada dos imigrantes europeus, vistos como superiores e etnicamente melhores adaptados às exigências e condições de trabalho das lavouras, exigente de técnicas mais sintonizadas com o progresso. Citamos a crítica feita por Silvio Romero ao posicionamento de Euclides da Cunha:

Noutro lanço de vosso livro, como uma síntese dele, como a lição que brota de vossas meditações, chegastes a este resultado acerca das populações sertanejas do Brasil: “A sua instabilidade de *complexos* de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, *destinadas a próximo desaparecimento*, ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente nossa terra ... Retardatárias hoje, amanhã se extinguirão de todo. Além disso, mal unidos aqueles patrícios pelos solo, em parte desconhecido deles, de todo nos separa uma coordenada histórica – o tempo”. / Mas essa parte das nossas gentes, destinada a seu ver, a apagar-se da vida e da história, é a maior parte da nação e é aquela que fundou as nossas riquezas, e é aquela que tem mantido a nossa independência, porque é aquela que sempre trabalhou e ainda trabalha, sempre se bateu e ainda se bate ... (ROMERO, 2001: 86 e 87)

O autor considera as populações rurais a única força de resistência existente no Brasil, porque elas produziam as riquezas nacionais e as sustentavam, ao contrário do que pensavam alguns intelectuais e ele contesta a crítica feita aos fazendeiros:

Quero falar da singularíssima teima dos nossos intelectuais de toda a casta de dizerem mal das gentes da roça, sertanejas ou não, sem se lembrarem que, há quatro séculos, elas é que trabalham e produzem, elas é que se batem, isto é, sem se lembrarem que elas é que têm sustentado o Brasil, como povo que vive e como nação que se defende. / Aos fazendeiros e senhores de engenho tratam como adversários e maus sujeitos. / *Magnatas, senhores feudais, insaciáveis parasitas* – são as gentilezas com que os brindam. / Aos homens do trabalho no campo consideram uma turba amorfa que vai desaparecer, bandos de sertanejos, de jagunços, caipiras, matutos, tabaréus, caboclos, sem a menor valia. / E não lhes ocorre, repito, que essas gentes é que com os ex-escravos, nelas hoje incorporados, criaram, com todas as falhas, a fortuna, a riqueza existente no país. / O fazendeiro exerceu, e exerce ainda, a natural patronagem, própria do regime agrícola ou pastoril dos países como o nosso; os *sertanejos, e matutos, os tabaréus e caipiras, gaúchos e roceiros de todas as gradações* – são os únicos operários rurais, pastores ou agrícolas, com que temos contado, não metendo em linha alguns milhares de colonos que só recentemente foram introduzidos e em raras zonas do território vastíssimo. / A força de resistência, em que pese aos

fantasistas, da população brasileira está precisamente nessas gentes do interior, nos doze milhões de sertanejos, matutos, tabaréus, caipiras, jagunços, caboclos, gaúchos ... / O problema brasileiro por excelência consiste exatamente em compreender este fato tão simples e tratar de fazer tudo que for possível em prol de tais populações, educando-as, ligando-as ao solo, interessando-as nos destinos desta pátria. (ROMERO, 2001: 89 e 90)

No conto “As fitas da vida” publicado no livro *Negrinha* no ano de 1920, Monteiro Lobato elaborou suas ideias sobre a imigração. Por ele ter vivido o momento de transição da sociedade escravocrata para o trabalho livre, convivido com os imigrantes vindos para o Brasil a fim de trabalhar nas lavouras de café e nas indústrias, na sua visão, estes vieram contribuir com o progresso e desenvolvimento capitalista brasileiro. E essas perspectivas empolgam Monteiro Lobato sempre empenhado pela modernização do Brasil. Para ele, o imigrante se apresentava como trabalhador sintonizado com as exigências da formação de um mercado de trabalho livre no país, ao contrário da mão de obra nacional sintetizada na caricatura do Jeca Tatu. Em 1914, este foi considerado a “quantidade negativa” da vida agrária da nação. Não se adequava à disciplina e organização do trabalho produtivo, considerado uma raça inferior degenerada no sangue e na cultura. Lobato se baseou nas explicações naturalistas, também o olhar do fazendeiro e leitor de Euclides da Cunha.

A ideia surgida dos escritos de Monteiro Lobato da década de 1920 sobre o trabalhador imigrante se aproxima muito da crítica de Euclides da Cunha e é contrária a de Silvio Romero a respeito da incorporação dos homens pobres rurais ao sistema produtivo rural. Romero critica a vinda dos imigrantes estrangeiros e defende a incorporação da mão de obra nacional aos trabalhos das lavouras, enquanto Monteiro Lobato defende a imigração estrangeira por não ter esperanças na reabilitação imediata dessas populações⁴⁸ e as exigências pelo trabalho disciplinado e racional se faziam urgentes na economia nacional.

Na década de 1920, Monteiro Lobato não fala sobre a ideia de políticas públicas em favor da educação, da saúde e da ligação dessa população pobre ao solo e aos trabalhos na lavoura. Lembramos que em 1918, baseado no pensamento sanitarista e “na chamada de atenção” do Rui Barbosa (1849 – 1923), ele faz a defesa da educação e saúde dessa população e a considera os únicos agentes sociais para a constituição e

⁴⁸Monteiro Lobato retoma a questão do homem pobre rural nos aspectos da defesa da sua higiene, saúde e condições econômicas na década de 1930.

preservação das riquezas do país gastas por políticos sanguessugas e inescrupulosos, que não valorizavam o trabalho dos homens pobres rurais. Na década de 1920 os homens pobres rurais são considerados os Jecas nas suas características de inativos, cansados e despreparados para os trabalhos nas lavouras. Evidenciando o movimento pendular do seu pensamento, Monteiro Lobato retoma o debate que parecia findo na década de 1910. Ele não consegue se desvencilhar da figura negativa do Jeca Tatu criada em 1914.

No livro já citado, apesar de Silvio Romero considerar o homem pobre tanto das regiões rurais quanto das urbanas, incansáveis para o trabalho, os responsáveis pelas riquezas da nação e os pagantes da conta dos esbanjamentos sem número de maus políticos do governo, o autor concorda com o olhar do “estrangeiro inteligente e que tem olhos para ver”. Ao analisar o Brasil e os seus problemas sociais, ele o afirma como desprovido de um povo capaz de conduzir os destinos da nação, inútil para a funcionalidade e serventia da pátria. Muitos desses brasileiros eram vistos como desprovidos da vocação para o trabalho disciplinado “seguido e perseverante”:

Eis porque, quando aporta em nossas plagas o estrangeiro inteligente, ilustrado, sabedor, como esse Luiz Couty, cujo livro – *O Brasil em 1884*, deveria andar em todas as mãos e estar traduzido e espalhado por todas as escolas, apenas lança os olhos para a nossa população, não essa que flana na Rua do Ouvidor, julgando-se digna rival da que percorre o *Bois de Boulogne*, ou *UnterdenLinden*, senão a outra a que produz os pesados milhões com que se pagam os encargos e os esbanjamentos da lista civil, do funcionalismo público, das loucuras de uma administração tumultuária e imbecil; senão essa que trabalha, porque é ela que suporta os ásperos afazeres dos seringais, da cana-de-açúcar, do café, da mineração, dos criatórios e pastoreios, das charqueadas e de todos os duros misteres da produção nacional, lá fora nos campos e nos recessos do país, ou nas cidades, nas fábricas e nos mais grosseiros ofícios; essa que trabalha e se bate, porque é também ela que na generalidade enche os quadros do exército e da armada, e, quando chega a hora do perigo, deixa, na frase do poeta, a página da vida dobrada e parte para morrer ... Eis porque o estrangeiro, que tem olhos pra ver, logo que os lança sobre o nosso tão querido e tão mal dirigido Brasil, é para ter frases como estas verdadeiras, que nos fustigam como flamas: “Tomemos a questão do alto, estudemos o conjunto da população. O estado funcional das gentes brasileiras pode-se resumir numa palavra: o Brasil não tem povo! Dos seus doze milhões de habitantes (hoje serão talvez quinze, o que não altera o raciocínio) um milhão é de índios inúteis ou quase, um milhão é de escravos (hoje os ex-escravos e seus descendentes andam quase inúteis, esparsos nos povoados e raros nas antigas fazendas e engenhos). Ficam nove milhões (serão talvez agora doze) mais ou menos. Destes, 500 mil pertencem a famílias proprietárias de

escravos; são fazendeiros, advogados, médicos, engenheiros, empregados, administradores, negociantes. Acontece, porém, que o largo espaço compreendido entre a alta classe dirigente e os escravos (agora criados e empregados de toda ordem) por ela utilizados não se acha suficientemente preenchido. Seis milhões (atualmente mais) de habitantes, pelo menos, nascem, vegetam e morrem sem ter quase servido à sua pátria. No campo serão agregados de fazendas, caipiras, matutos, caboclos; nas cidades serão capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios. / Capazes todos eles muitas vezes de labores pesados, como os da desbravação das matas e arroteamento das terras, ou da criação de gados, não terão nenhuma ideia da economia nem do trabalho. Os mais inteligentes, os mais ativos, dois milhões talvez, serão negociantes, empregados, operários ou criados. Em parte alguma, porém, se encontrarão, nem as massas fortemente organizadas dos livres produtores agrícolas ou industriais, que, nos povos civilizados, são a base da ordem e da riqueza, nem tampouco as massas de eleitores conscientes, sabendo votar e pensar, capazes de imporem aos governos uma direção definida. (ROMERO, 2001: 93 a 95)

Citamos a fala de Olavo Bilac (1865 – 1918), na conferência feita aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo em 09 de outubro de 1915 e publicada no livro *Últimas Conferências e Discursos* em 1924, onde ele enfatiza a supremacia do imigrante considerado o fundador da cultura nacional em detrimento do “elemento nacional”

... as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um dos instrumentos da maroteira política. Quanto à instrução profissional, – essa, na maior parte dos Estados da União, é um mito, uma fábula, uma ficção. Lembrai-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravos apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercício da dignidade cívica ... / Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada. / Os imigrantes europeus mantêm aqui a sua língua e os seus costumes. Outros idiomas e outras tradições deitam raízes, fixam-se na terra, viçam, prosperam. ... (BILAC, 1924: 119)

A mesma ideia de Monteiro Lobato do homem pobre rural não ser o representante da nacionalidade e sim o imigrante estrangeiro aqui aportado e dominador

da cultura em todos os aspectos está presente no pensamento de Olavo Bilac.

No conto “As fitas da vida”, Monteiro Lobato ao comparar o Jeca Tatu⁴⁹ com o imigrante, afirma que este era o oposto do Jeca: “antijeca, antimodorra, industrial, neobandeirante e vencedor da vida à moda americana”. Aqui em 1920, Lobato parece esquecer a reabilitação do homem pobre rural de 1918 e volta à sua antiga concepção da qual não consegue se desvencilhar. Isto porque ainda em 1920 era comum entre a intelectualidade as leituras positivistas, darwinistas, evolucionistas e Lobato fala influenciado pelos aspectos ideológicos do debate nacional.

À sua velha maneira, Monteiro Lobato faz a relação da raça com o desenvolvimento material. A “nova raça”, em especial a italiana, iria compor os elementos raciais para formação do Brasil de amanhã. A ideia de destaque é a construção de um país com a mão de obra imigrante. Há uma exaltação da superioridade das qualidades do estrangeiro na construção da civilização brasileira e descrença no “elemento nacional”: este seria superado pelo estrangeiro. É como se Lobato se referisse ao Brasil como um país atrasado, composto por uma raça degenerada, um povo miscigenado, desencontrado de seu destino, incapaz de traçar diretrizes para o seu próprio futuro⁵⁰. Por esta razão, os imigrantes foram aceitos para cumprir esse papel,

⁴⁹Em 1927, Cornélio Pires publicou um livro sobre os caipiras “Conversas ao Pé do Fogo”. Neste livro o autor desenvolve diferentes ideias sobre o caboclo. No início ele fala do “caipira como ele é”, no primeiro capítulo expõe ideias sobre “o caipira branco”, no segundo capítulo sobre o “caipira caboclo” e no terceiro sobre “o caipira preto”. As ideias que mais se aproximam da criação de Monteiro Lobato é em relação ao “caipira preto” que nos seus dizeres: “Que é o negro velho? / Um farrapo de gente ... é um bagaço da vida! É um hospital de doenças! Tem os pés inchados e rachados pelas frieiras, pelos espinhos, pela erisipela, pela elephantíasis ... O seu peito ronca e rinje cheio de asma! ...”. (PIRES, 1927: 24 e 25)

⁵⁰ Outro exemplo no pensamento social brasileiro que considera o povo inadequado, despreparado para a dinâmica civilizatória e responsável pelo atraso da nação, “homens incertos e humildes” que ficam em atitudes embaçadas diante da grandeza da natureza, é de Paulo Prado (1869 – 1943), no livro *Retrato do Brasil* publicado em novembro de 1928, nessa obra, o autor escreve: “Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge, se transforma e desaparece num relance, como na corrida de um automóvel a paisagem que passa. / Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território — que a lenda mais que a verdade — considera imenso torrão de inigualáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. Dos agrupamentos humanos de mediana importância, o nosso país é talvez o mais atrasado. O Brasil, de fato, não progride; vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado. Se esta terra fosse anglo-saxônica, em 30 anos teria 50 milhões de habitantes, afirmou Bryce com o seu desdém britânico. Ao contrário, espalham-se pelo nosso território grupos humanos incertos, humildes, salvo um ou outro foco de expressão nativista, abafados e paralisados em geral por uma natureza estonteadora de pujança, ou terrivelmente implacável. Aí vivem à solta numa terra comum. A população aumenta por uma proliferação que o clima favorece; éramos 3 milhões ao começar o século XIX; já chegamos a 35 milhões, ou mais, com um crescimento animal, nestes últimos tempos, de perto de um milhão. Atingiremos com relativa facilidade os Algarismos astronômicos das imensas aglomerações asiáticas, mas em quase toda a extensão das costas longuíssimas os velhos caranguejos de frei Vicente se limitam a arrancar as areias do litoral. O sertão todo, o grande sonho dos pioneiros, segregado na sua longínqua independência, é a mesma terra que palmilharam Spix e Martius, Saint-Hilaire, Neuwied, Mawe e tantos outros. Como no tempo dos

primordialmente como mão de obra para alimentar as exigências do progresso da economia rural na região Oeste do estado. Os imigrantes estrangeiros, principalmente os italianos, eram a esperança de um futuro melhor por seu trabalho disciplinado, racional e produtivo. Essas ideias voltam a ser defendidas depois de ter aberto mão das teorias raciais para explicar o atraso da nação. Lobato oscila de maneira pendular, retoma o debate, que parecia esquecido, e que fora o cerne das preocupações nas duas décadas anteriores.

Para fazer um contraponto com o pensamento de Monteiro Lobato, apresentamos a crítica de Alberto Torres (1865 – 1917) a respeito da imigração italiana. Esse autor é considerado um precursor do pensamento agrarista brasileiro e escreveu o livro *O Problema Nacional Brasileiro* em 1914. Nele ele demonstra ser a favor da incorporação dos homens pobres nacionais no trabalho rural, apesar de serem considerados por ele “homens rústicos e com olhar ingênuo”. Para Alberto Torres, o apelo à imigração era obra dos interesses de uma elite, que vivia nas capitais e às voltas com os governantes considerados incapazes de resolver os problemas da nossa economia, cheios de “aspirações idealistas” porque defendiam a colonização estrangeira:

A necessidade de capitais e de braços estrangeiros era um dos abrigos a que se tinham acolhido a nossa indolência e o nosso despreparo, em face dos problemas da nossa economia, que, não sabendo solver, iludíamos por essa forma. Esse apelo não tem por si o apoio de nenhuma teoria. Ninguém concebeu jamais o crédito como meio de solução as crises da prodigalidade e da desorganização econômica, nem a importação de gente, as da desorganização do trabalho: é um simples recurso proletário, explorado por intermediários que vivem nas capitais e cercam os governos, e implorado pela necessidade sequiosa da produção, em eterna falência, enquanto os dirigentes, sem capacidade para dar soluções práticas, continuam a comprometer os povos nos riscos de suas concepções fantasistas. / Nossa história é toda feita dessas sucessivas peregrinações em prol de ideias arbitrariamente concebidas – para as quais caminhamos às cegas, pensando realizá-las de improviso e objetivando-as com o mesmo olhar ingênuo do homem rústico que fosse colocado diante da tela, onde tivesse de pintar uma paisagem. E nem são sempre as aspirações idealísticas que assim nos distraem. (TORRES, 1914: 29)

“valentões” de que falava Southey, o cangaço domina o âmago do país: é uma tradição do mandonismo. Nas povoações crestadas do Nordeste reinam como nas épocas primitivas as crendices e o fanatismo das “santidades”. O paludismo, a cachaça, a sífilis, o amarelão, a indolência desanimada completam o quadro. E assim vegetam no nosso grande Planalto Central, mais de 5 milhões dos nossos 8.500.000 quilômetros quadrados”. (PRADO, 1998: 199 e 200)

Ao contrário do que pensou Alberto Torres, Monteiro Lobato vê perspectivas para o desenvolvimento agrário da região do Oeste paulista baseado no braço e na garra do trabalho dos imigrantes e não do homem pobre rural brasileiro. Nos dizeres de Lobato, a nova região está a pleno vapor na fertilidade das terras roxas, conseqüente produtividade das lavouras de café e no nascimento das indústrias e desenvolvimento urbano, tudo obra dos braços e mãos diligentes do imigrante italiano.

Lima Barreto em 1917 escreveu o livro *Os Bruzundangas* uma crítica às espoliações sofridas pelo homem pobre rural. O “imigrante incauto” aportava no Brasil, seduzido pelas “propagandas enganosas”, também sofre uma vida de explorações e necessidades. Citamos o que escreveu Lima Barreto:

O pária agrícola (chamam lá colono ou caboclo), quando se estabelece nas suas propriedades, tem todas as promessas e todas as garantias verbais. Constrói o seu rancho, que é uma cabana de taipa coberta com o que nós chamamos sapê, e começa a trabalhar para o barão, desta ou daquela maneira. Não me alongo mais sobre a vida deles, porque pouco vivi na roça da Bruzundanga; mas posso asseverar que o trabalhador agrícola daquele país — esteja o café em alta, esteja em baixa, suba o açúcar, desça o açúcar — há trinta anos ganha o mesmo salário, isto é, dez tónios por dia, a seco, o que quer dizer, na nossa moeda, mil quinhentos e dous mil-réis, sem alimentação. / Todos os salários têm subido na Bruzundanga, menos os dos trabalhadores agrícolas. A parte povoada e cultivada do país tem já uma razoável população e talvez suficiente para as suas necessidades, mas, à vista do pouco lucro que os trabalhadores agrícolas tiram do seu suor, em breve deixam-se cair em marasmo, em desânimo, ou vêm a morrer de miséria nas cidades, onde se sentem mais garantidos contra o arbítrio dos fazendeiros e seus prepostos. / Como os grandes agricultores e seus parentes são políticos, e deputados, e senadores, e ministros, logo que sentem o êxodo dos naturais, começam a berrar que há falta de braços. / Publicam uns fascículos desonestamente otimistas, onde há as maiores hipérboles laudatórias ao clima e à fertilidade da Bruzundanga e atraem emigrantes incautos. / Os primeiros que chegam com aquele fervor de quem “queimou os seus navios”, trabalham vigorosamente e abarrotam de dinheiro os régulos das feitorias; mas já seus filhos não são assim. Logo se enchem do mesmo desânimo que os seus patrícios mais antigos, na terra, e começam a cair naquele marasmo, naquela apatia, naquela tristeza, que se evolva, com um grande apelo à embriaguez sexual, das cantigas populares do país e cobre a roça da Bruzundanga de um sudário impalpável. / A manobra dos fazendeiros e outros agricultores é mudar, de quando em quando, a nacionalidade dos emigrantes que vão buscar. Assim, eles conseguem manter o fogo sagrado e ter trabalhadores abnegados. / Tudo isto se dá porque o fazendeiro ou grande agricultor da Bruzundanga quer ter da sua cultura lucros imensos que lhe proporcionem uma vida de fausto, a ele, aos filhos que estudam para doutor, às filhas para casarem com a nobreza do país. O crédito

agrícola é, por isso, até prejudicial à lavoura da paradoxal república.
(BARRETO, 1956: 98 e 99)

Para Alberto Torres, as elites brasileiras, por pensarem erroneamente que o país possui um povo indolente e despreparado para conduzir os destinos da nação recorre ao braço do estrangeiro. Segundo o autor, não há nenhuma teoria de embasamento para essa concepção, vista por ele como uma mera ilusão. Uma medida proteladora do problema da desorganização do mundo do trabalho foi a elite recorrer ao braço estrangeiro. Torres é favor da incorporação do elemento nacional nos trabalhos com a lavoura.

Lima Barreto também sai em defesa do homem pobre rural brasileiro. Ele critica as condições precárias da sua relação de trabalho com o fazendeiro. Baseada em um acordo verbal possível de ser mudado a qualquer momento, sem aviso prévio, a troca de um salário irrisório, há trinta anos o mesmo valor, sem aumento. Por esse motivo o homem pobre rural brasileiro vivia uma vida de miséria. Com tão pouco para suprir suas necessidades, logo caía em marasmo e desânimo. Segundo Barreto, a elite dirigente se utilizava de um discurso desonesto para atrair imigrantes incautos, logo seduzidos. Quando chegam ao Brasil, a primeira geração trabalha bem e produz, mas a segunda geração logo desanima pelas relações precárias de trabalho e já não produz tanto como os pais.

Em 1920, Monteiro Lobato tem um pensamento diferente dos dois autores. Para ele o elemento nacional não tinha condições de desenvolver o trabalho racional e disciplinado para o progresso material da nação. Por isso defende de maneira enfática a vida dos imigrantes para os trabalhos nas lavouras.

Para Lobato, a hospedaria dos imigrantes localizada na cidade de São Paulo é porta de entrada para o Brasil rural em construção. No seu escrito se sobressai um sentimento de fantasia e esperança em um porvir: um novo Brasil seria construído, com promessas de nova forma de exploração capitalista e desenvolvimento das lavouras, diferente do ocorrido com a região do Vale do Paraíba, estruturado na mão de obra escrava. A arquitetura da hospedaria dos imigrantes na sua estrutura é construída de tijolo feito de terra roxa e apesar de não ter uma aparência atrativa, dentro das suas portas se hospedam os representantes das expectativas de um Brasil melhor com o trabalho disciplinado, livre e racionalizado: o imigrante europeu:

Perambulávamos ao sabor da fantasia, noite adentro, pelas ruas feias

do Braz, quando nos empolgou a silhueta escura duma pesada mole tijolacea, com aparência de usina vazia de maquinismos. / - Hospedaria dos Imigrantes, informa o meu amigo. / - É aqui, então ... / Paramos a contemplá-la. Era ali a porta do Oeste Paulista, essa Canaã em que o ouro espirra do solo; era ali a antessala da Terra Roxa - essa Califórnia do rubídio, oásis cor de sangue coalhado onde nasce a árvore do Brasil de amanhã, uma coisa um pouco diferente do Brasil de ontem, luso e perro; era ali o ninho da nova raça, liga, amalgama, justaposição de elementos étnicos que temperam o neo-bandeirante industrial, anti-jéca, anti-modorra, vencedor da vida à moda americana. (LOBATO, 1948: 13)

Os imigrantes vindos ao Brasil para compor a nova raça brasileira vencedora são tidos como heróis à espera de oportunidades melhores. O caminho aberto aos trabalhadores estrangeiros pelo progresso material do Oeste paulista representa um “oásis” em meio ao grande deserto estéril das outras regiões brasileiras menos desenvolvidas, segundo pensa o autor. A região do Oeste é a oportunidade, pois a grande obra de construir o Brasil do futuro começa ali e é destinada aos imigrantes e não aos portugueses e seus descendentes. Uma herança rural de matriz colonial e Monteiro Lobato quer vê-la superada da vida nacional. Lobato revela em seu pensamento certo ressentimento em relação ao legado luso na sociedade brasileira, assim como alguns de seus contemporâneos, mas elogia os neo bandeirantes, estes seriam os italianos vindos para trazer o trabalho racional à agricultura brasileira. Eles eram dignos de serem reconhecidos pelas características empreendedoras, por sua ambição e investimentos audaciosos de conquistadores do espaço geográfico inóspito, alguns se transformaram no “novo fazendeiro” da região Oeste.

Lobato quer ver superada da vida nacional a estagnação do progresso advinda de certa indolência e mentalidade retrógrada, parasitária, para ele, heranças portuguesas nefastas para o seu desejo de progresso. O português, tido como retrógrado e não afeito às atividades industriais, tem a sua parcela de responsabilidade pelos retrocessos e atraso da economia agrária brasileira. Ao contrário dessa representação do atraso, os imigrantes italianos são vistos como vencedores por terem chegado ao Brasil depois de uma longa e penosa viagem. Para Monteiro Lobato, os imigrantes, com a força dos seus músculos, a inteligência do seu cérebro cultivado na civilização europeia e sua sintonia com os valores modernos, como a disciplina do trabalho, constroem a prosperidade e o progresso do Novo Mundo.

Na busca de Lobato por atualização da sociedade brasileira em relação ao estilo

de vida característico dos países ditos civilizados, ele defende a modernização da economia agrária da nação, o estímulo ao progresso material e cultural, a reforma social do país através do trabalho do imigrante. Haveria possibilidades para o progresso da nação através do desenvolvimento da economia rural baseada na ação transformadora de homens destemidos e trabalhadores.

O autor não deixa de observar as dificuldades tidas pelos imigrantes estrangeiros em terras brasileiras e os entende como uma raça forte, capaz de superar todos os desafios e impasses. São vistos como vencedores pela resistência física em relação à fome, às privações de todas as espécies, às doenças, subjugadas pela persistência e pelo sonho de construção da América. Lobato expressa o desejo de ver essa bravura cantada em poemas e versos pelos literatos nacionalistas sempre ávidos por assuntos candentes e que representassem a nacionalidade brasileira:

Onde pairam os nossos Walt Whitmans, que não vêm estes aspectos do país e os não põem em cantos? Que crônica, que poema não daria aquela casa da Esperança e do Sonho! Por ela passaram milhares de criaturas humanas, de todos os países e de todas as raças, miseráveis, sujas, com o estigma das privações impresso nas faces - mas re floridas de esperança ao calor do grande sonho da América. No fundo, heróis, porque só os heróis esperam e sonham. / Emigrar: não pode existir fortaleza maior. Só os fortes atrevem-se a tanto. A miséria do torrão natal cansa-os e eles se atiram a aventura do desconhecido, fiando na paciência dos músculos a vitória da vida. E vencem. / Ninguém ao vê-los na Hospedaria, promíscuos, humildes, quase muçulmanos na surpresa da terra estranha, imagina o potencial da força neles acumulado, a espera de ambiente propício para explosões magníficas. / Cérebro e braço do progresso americano, gritam o Sésamo as nossas riquezas adormecidas. Estados Unidos, Argentina, São Paulo devem dois terços do que são a essa varredura humana, trazida a granel para aterrar os vazios demográficos das regiões novas. Mal cai no solo novo, transforma-se, floresce, dá de si a apojadura farta com que se aleita a Civilização. (LOBATO, 1948: 13 e 14)

Monteiro Lobato entende a entrada dos Imigrantes como positiva para o Brasil, representa a crônica do desenvolvimento capitalista nacional. Eles, com a sua racionalidade e força de trabalho, haviam construído as riquezas da América do Norte. O Brasil, por sua vez, é um país adormecido no seu potencial de riquezas naturais, mas poderia ser desperto através da força e pujança do trabalhador imigrante que dominaria essa natureza através da racionalização do trabalho.

Lobato observa nações como os Estados Unidos e a Argentina e também a cidade de São Paulo. Elas possuíam um desenvolvimento capitalista e riquezas, e

entendia essas localidades devedoras de parte de sua prosperidade econômica às levadas de imigrantes destemidos vindos da Europa para as várias frentes de trabalho. O Brasil possui regiões novas, inexploradas, terras prontas e fecundas para receber as sementes férteis da imigração, sementes que germinariam como árvores e frutificariam, contribuiriam para o seu desenvolvimento presente e futuro. As riquezas naturais eram necessárias para o progresso material da nação, somadas ao trabalho disciplinado e contínuo do imigrante.

3. O café no Oeste paulista

Já dissemos que na década de 1920, Lobato vê uma nova trajetória para o Brasil rural com os olhos voltados para o progresso propiciado pelas terras roxas e férteis da região Oeste com o braço do imigrante livre, no artigo “As fitas da vida” publicado em 1920.

Lobato fala da prosperidade do café no Oeste paulista, Califórnia do rubídio, com braços livres e imigrantes, ao mesmo tempo, ele faz a crítica ao Brasil colônia e português de outrora. Está aqui nos anos 20 uma questão importante: o rural racionalizado com base no trabalho livre contra o rural de matriz portuguesa gerador do Vale do Paraíba, o modelo escravocrata-patriarcal de outrora.

No conto “A Onda Verde”, publicado no livro de mesmo nome em 1920, o autor fala sobre o desenvolvimento da agricultura cafeeira no Oeste Paulista. Esta região é um paradigma do Brasil rural e, sob seu ponto de vista se apresenta como uma região de terra roxa fértil, bem acolhedora da cultura cafeeira e no caminho certo do progresso. Em 1920, a riqueza do Brasil ainda seria o café⁵¹, visto por Lobato como o ouro escorrido da terra e atrai o movimento dos novos bandeirantes entendidos como os novos fazendeiros. O cenário da agricultura brasileira passa por profundas transformações com os desbravadores, vindos para penetrar na terra virgem e hostil ao homem, dominaram essa hostilidade e fizeram crescer as árvores das bagas vermelhas,

⁵¹Lembramos que nos seus escritos de 1900 a 1910 há uma crítica contundente aos fazendeiros defensores do café, porque a monocultura era considerada um fator de risco para o desenvolvimento da economia agrária brasileira.

plantaçõesanunciadoras do futuro de riquezas para a nação. Lobato louva os empreendedores audazes e destemidos, pois nada os detém e os vê como construtores do novo Brasil, bem diferente do passado, fala da forte atração exercida pela nova região cafeeira sobre a ambição desses agentes civilizatórios.

A quem viaja pelos sertões do chamado Oeste de São Paulo empolga o espetáculo maravilhoso da preamar do café. Aquela onda verde nasceu humilde em terras fluminenses. Tomou vulto, desdobrou para São Paulo e, fraldejando a Mantiqueira, veio morrer, detida pela frialdade do clima, a beira da Paulicéia. / Mas não parou. Transpôs o baixadão geento e foi espriar-se em Campinas. / Ali começou mestre Café a perceber que estava em casa. Corredor de mundo, viajante exótico vindo d' Arábia ou d'Africa, provara pelo caminho todos os massapés e sondara todos os climas. / Franzia o nariz, porem. Veio sorrir ali, ao pisar esse Oásis da Rubídio que é o Oeste paulista. E arranchou de vez, para sempre em sua casa. / Repete-se, então, o movimento bandeirante de outrora. Atrai o homem aventureiro não mais o ouro dissimulado em pepitas no seio da terra, mas o ouro anual das bagas vermelhas que se derriçam em balaios. / A região era todo um mataréu virgem de majestosa beleza. / Rasgara-o a facão o bandeirante antigo, por meio de picadas; o bandeirante moderno, machado ao ombro e facho incendiário na mão, vinha agora não penetrá-lo, mas destruí-lo. (LOBATO, 1959: 3 e 4)

Lobato observa a transformação ocorrida na região do Oeste⁵². Ele a vê como uma aventura do “bandeirante moderno” personificado no paulista desbravador com atitudes afinadas com a sua ideia de modernização da sociedade e é representada pelo “machado ao ombro” e o “facho incendiário na mão” para destruição do “mataréu virgem de majestosa beleza”. Curiosos os elementos eleitos por Lobato, será que esse empreendimento de destruição e queimada das matas não teria sido o mesmo na exploração do Vale do Paraíba e causador da sua decadência tão criticada por ele nos

⁵²Paulo Prado em *Retrato do Brasil* de 1928, também fez sua crítica à marcha para o Oeste brasileiro, um empreendimento baseado na iniciativa privada e a participação do governo fora a criação de impostos e taxas, uma herança portuguesa: “Pelas costas do oceano, e em manchas de civilização material, nos planaltos da serra do Mar, da Mantiqueira e nos campos do Sul, o progresso é uma indústria que, como na China, é explorada, numa rápida absorção, pelos capitais estrangeiros e os poucos grupos financeiros nacionais que só cogitam — como é natural — dos próprios interesses. Nesses oásis, e revivendo o tempo das bandeiras, tudo se deve à iniciativa privada. Foi o particular que desbravou a mata, que ergueu as plantações, que estendeu pela terra virgem os trilhos dos caminhos de ferro, que fundou cidades, abriu fábricas, organizou companhias e importou o conforto da vida material. O poder público, pacientemente, esperou os frutos da riqueza semeada. E logo em seguida criou o imposto, como os governadores do século XVIII e a metrópole estúpida, na loucura do ouro, criaram os quintos, os dízimos, as dízimas, a capitação e a derrama. Nesse afã, porém, a administração pública faliu, não podendo acompanhar o movimento progressista, ora lento, ora impetuoso. E assoberbado, num afobamento tonto, ficou atrás: é quase um empecilho e um trambolho. No resto do país o caso se agrava: os homens, de incapazes, tornaram-se desonestos e pela cumplicidade dos apaniguamentos eleitorais, aceitaram com pequena relutância o consórcio das funções administrativas com os interesses mercantis. (PRADO, 1998: 200 a 202)

escritos de 1900 e 1910?

Ele acredita na ação prática de homens destemidos e comprometidos com a produtividade. Deixar a floresta em pé não traria nenhum valor econômico a ser agregado no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. “Almas fechadas ao contemplativismo, nunca lhes amolentou o pulso a beleza augusta dos jequitibás de frondes sussurrantes como o oceano, nem o vulto grave das perobeiras milenárias”. (LOBATO, 1959: 4)

Os “bandeirantes modernos” de “machado ao ombro e facho incendiário nas mãos” não vivem na inércia da contemplação das belezas naturais. São considerados agentes civilizadores porque estão sintonizados com as práticas capitalistas de dominação técnica da natureza através do trabalho racional e contínuo.

Lembramos que em 1914 nos textos “Velha Praga” e “Urupês”, as queimadas feitas pelos homens pobres rurais na mesma atitude de limpeza do matagal para o preparo da lavoura são vistas como uma forma de destruição das camadas de húmus, de diminuição da fertilidade da terra e responsáveis pela morte dos animais e aves silvestres, causadoras de destruição e desequilíbrios irreversíveis, como a diminuição dos pastos para o gado e uma das causas principais da decadência das lavouras cafeeiras.

Agora, em 1920, nas terras prósperas do Oeste paulista, as queimadas são elementos primordiais para a modernização e desenvolvimento da agricultura cafeeira:

Sua ambição feroz preferia a beleza da desordem natural à beleza alinhada da árvore que dá ouro. Só esta forma de beleza tem amavios capazes de enlevar a alma fria do paulista. Para ver estadeada ante os olhos a sua beleza - coisa nova no mundo e criação genuinamente local - derrubou, roçou e queimou a maravilhosa vestimenta verde do oásis. Desfez em decênios a obra prima que a natureza vinha compondo desde a infância da terra. / Confessemos: um espetáculo vale o outro. (LOBATO, 1959: 4)

Para Lobato, a beleza dos cafezais formados poderia ser comparada com a beleza das matas virgens, os cafezais seriam a nova vestimenta verde e cheia de riquezas das terras roxas do Oeste. A “onda verde” dos cafezais enfileirados compensava a destruição da mata nativa porque trariam frutos para o desenvolvimento

econômico agrário da nação. O orgulho do paulista é olhar para a “imagem soberba” de um imenso cafezal, que não acaba mais e nas suas circunvizinhanças, a casa da fazenda e os vários postos construídos para atender as demandas da economia rural. Para ele, nascido e criado entre os cafezais nas terras do Vale do Paraíba, essa imagem revigora a alma de qualquer desanimado. Essa é a imagem da modernização da nação cuja essência é a economia rural. O grande cafezal, a perder de vista, é “uma criação genuinamente nacional”.

A estrutura agrária cafeicultora baseada no latifúndio com seus agentes sociais destemidos, principalmente o fazendeiro cafeicultor, seriam os responsáveis pelo progresso da nação. No pensamento de Monteiro Lobato, os interesses do grande cafeicultor estão preservados. Aponta para uma modernização preconizada com o predomínio da estrutura social e política patriarcal, com os coronéis no mando da República do café, pois “os postos circunjacentes” possibilitadores da dinâmica rural, representam o prestígio social e a riqueza do coronel viabilizador de tudo nos arredores da fazenda, inclusive da malha ferroviária, para a preservação e ostentação do seu poder político e econômico. Para o autor essa seria a modernização possível para as regiões do Sul do Brasil.

Nada mais soberbo - e nada desculpa tanto o orgulho paulista - do que o mar de cafeeiros em linha, postos em substituição da floresta nativa. / É de enfiar o peito a impressão de quem pela primeira vez navega sobre o oceano verde-escuro. Horas a fio, num *pullman* da Paulista ou num carro da Mogiana, a cortar um cafezal só - milhões e milhões de pés que ondulam por morro e vale até se perderem no horizonte confundidos com o céu ... Um cafezal só, que não acaba mais, sem outras soluções de continuidade além do casario das fazendas e dos postos circunjacentes ... Para quem necessita revitalizar as energias murchas e esmaltar-se de indestrutível fé no futuro destas regiões do sul, nada melhor do que um raid pelo mar interno da Rubiácea. / Mas a árvore do ouro só o produz a custa do sangue da terra. É exuberante na produção da baga vermelha, mas insaciável de húmus. (LOBATO, 1959: 4)

Lobato fala com entusiasmo do movimento de conquista das terras roxas do Oeste paulista até o Paraná e também das terras do estado do Mato Grosso. Há um raciocínio progressista na argumentação de Monteiro Lobato. Ele vê a dinâmica da produção agrária como insaciável por terras férteis e por encontrá-las avança mais e mais. Apesar do progresso, Lobato não deixa de observar as fragilidades de tal empreendimento nas atitudes inescrupulosas dos fazendeiros desperdiçadores das

riquezas e sem atenção às perdas da fertilidade da terra: “Mas a árvore do ouro só o produz a custa do sangue da terra. É exuberante na produção da baga vermelha, mas insaciável de húmus”. (LOBATO, 1959: 4) Apesar das imagens “soberbas” de prosperidade, o “novo fazendeiro” empreendedor negligencia nos cuidados com a preservação do húmus garantidor dos resultados promissores, por essas atitudes inconsequentes, no futuro a terra se esgotaria e deixaria de produzir. Ele também direciona a crítica contra as taxas governamentais e os impostos, medidas dispendiosas para as grandes lavouras.

Lembramos sua crítica em *Cidades Mortas* ela é dirigida aos fazendeiros valparaibanos dependentes dos protecionismos governamentais para dinamizar os negócios cafeeiros. Ele os considera um entrave ao progresso e também esbanjam as riquezas sem investi-las na recuperação da fertilidade das terras. Em 1920, essa crítica é voltada para o “novo fazendeiro”. Lobato acredita nos resultados da economia cafeeira da região Oeste de São Paulo. Para ele, no presente, os obstáculos e as restrições não são suficientes para deter a marcha do desenvolvimento rural na próspera região:

Polvo com milhões de tentáculos, o Café rola sobre a mata e a soverte.
/ Nada o sacia. Já comeu as zonas ubérrimas de Ribeirão Preto, Jaú,
São Manoel, Araraquara, os pedaços de ouro de São Paulo, e agora
afunda os dentes na carne virgem, tressuaste de seiva, do Paraná e de
Mato Grosso. / Nada lhe detém a ofensiva irresistível. Não a paralisam
geadas monstruosas como a de 1918; nem a inépcia dos governos -
que chegou a barrar-lhe o caminho com a cerquinha de taquara de uma
proibição de plantio; nem as taxas e sobretaxas excessivas; nem os
impostos de saída; nem a jogatina de Santos; nem a mentalidade
altista, loucamente esbanjadora, do fazendeiro. (LOBATO, 1959: 5)

Na visão de Monteiro Lobato, o Oeste paulista evolui. Deixa de ser um matagal com a “floresta virgem deslumbrante”, mas “imprestável para o progresso”. Com o desenvolvimento da exploração capitalista, o Oeste passa a ser uma monumental plantação de café rendosa de valores altos aos seus proprietários “Caminha sempre. Tanque monstruoso, vivo, mas inconsciente, cego, mas instintivo, lá rola hoje rumo noroeste, para diante, sempre para diante ...”. (LOBATO, 1959: 5) Ao mesmo tempo, Monteiro Lobato não deixa de observar e criticar as deficiências do desenvolvimento capitalista brasileiro, pois a marcha do café seguia cega, sem os olhos abertos para as fragilidades do empreendimento, mas sempre adiante com fome inesgotável da fertilidade das terras roxas. Apesar dos entraves observados nas atitudes irracionais de fazendeiros inescrupulosos e taxas governamentais exorbitantes, o café caminha sem

manifestar as consequências dessas atitudes e fragilidades.

Lobato critica a mentalidade dos literatos com olhos cegos para a marcha da civilização agrária nas terras do Oeste. Ele entende que a economia cafeeira paulista deve ser cantada em versos pelos poetas nacionalistas porque esse rural próspero é sinônimo da nacionalidade e da alma brasileira. Mas a elite letrada está entretida com assuntos fúteis e ele considera esse comportamento distraído, melhor do que se essa elite estragasse com as próprias mãos, obra tão grandiosa como o fato heroico das grandezas do café. Ironicamente, Lobato considera o café como a epopeia brasileira, e simultaneamente, a sua tragédia, drama e comédia.

O café é uma epopeia. Quando nossa literatura largar o chãozinho que beberica no Alvear e compreender a sua verdadeira missão, a epopeia, a tragédia, o drama e a comédia do café serão os grandes temas de quantos sentirem em si a fagulha divina. Hoje, coitadinha, anda ela tão entretida com o seu chá das cinco, com rodopios em torno de meninas históricas, com a cintura dos almofadinhas, com as escorrecias mercuriais que o francês nos exporta, que é bom, mesmo, não se meta a estragar com mãos de mico o nobre tema. / Que fôlego é mister! / Que amplitude de visão, que dureza d'alma, que sobre humana coragem, para ver, sentir e contar a história da Onda Verde que digere as florestas virgens! (LOBATO, 1959: 5)

Monteiro Lobato reclama uma literatura com os pés na terra, e não os olhos na Europa e na imitação tão corriqueira. Ao mesmo tempo observa a necessidade do empreendimento cafeeiro de atitude desbravadora do paulista fazendeiro empreendedor. Essa “dureza de alma” é afeita ao progresso, pois não se intimida com as agruras e a hostilidade das matas virgens, nem com a mentalidade distraída da elite, nem com os problemas da agricultura. Vê uma nova trajetória para esses novos tempos. Ao contrário do Brasil do passado, com os velhos fazendeiros perdedores valparaibanos com muitos vícios, desperdícios e suas lavouras trabalhadas pelos negros africanos.

Na esperança de novos tempos e um futuro promissor para o país, Lobato observa a bravura dos italianos e as levas de sertanejos, retirantes da seca em busca de trabalho na construção do Oeste paulista e isso o empolga sobremaneira. Ao mesmo tempo, aponta para certa fragilidade desse processo civilizatório, ao observar o elemento que o constituía, o fogo utilizado para a limpeza do matagal. Observamos a ambiguidade do seu texto, pois ele aponta o “facho incendiário” como elemento civilizador porque limpa o terreno para o preparo da lavoura, todavia vê que tal prática, ao longo dos anos, queima a fertilidade das terras roxas, deixando-as improdutivas,

gerando a decadência da lavoura. As práticas incendiárias não vinham acompanhadas de investimentos na recomposição da fertilidade da terra:

Os aspectos antigos - o eito de negros tocado a bacalhau, e os aspectos modernos - a bravura do italiano, encardido de óxido de ferro. As hostes de sertanejos, os mais rijos do Brasil, que descem pelo inverno dos socavões da Baía, de machado as costas e uma fúria de destruição nos músculos. O duelo entre esses heróis de dentes apontados a faca e a seiva bruta. O machado que canta no róseo das perobas. A foice que risca a miuçalha vegetal. A queimada, depois ... E depois o sertanejo que volta a querência com o dinheiro no lenço - pago e repago da faina com o espetáculo fulgurante da queimada que leva impresso na retina. (LOBATO, 1959: 6)

A figura do bravo sertanejo é importante para a destruição das matas virgens e a do italiano para a construção da grande “onda verde” dos cafezais, o papel social de ambos concorre para o processo civilizatório da nação.

Eles destroem, mas não sabem construir. Entra em cena, para construir; o colono europeu e começa o drama da formação; quatro anos de enxada no pulso, de corrida paciente atrás de um mato que “corre atrás da gente”. A vitória, afinal, a floresta nívea - quando não, como em 1918, uma prematura florada de neve... / (...) (LOBATO, 1959: 6)

Lobato fala também sobre o antes da formação dos cafezais, como se dá a posse da terra. Ironicamente uma curiosidade oscilante para ele entre o trágico e o cômico da vida nacional. A tragédia e a comicidade da vida rural brasileira passam pela propriedade de título líquido da terra forjada de maneira ilegal e espoliativa para o surgimento das fazendas que exigem uma quantidade exorbitante de capital. Lobato explicita em tom de denúncia essa característica da vida nacional. A posse da terra feita com o predomínio do “mais forte, mais audacioso e sem escrúpulos”. Chama a atenção para a característica “trágica” do progresso capitalista brasileiro composto por esses elementos:

A penetração do café nas terras novas escreve capítulos curiosíssimos, oscilantes entre o trágico e o cômico. / Faz-se por bem ou por mal - quase sempre por mal. O primeiro passo é a criação da propriedade de título líquido. Sem esta base não pode surgir a fazenda, que é uma empresa de vulto, exigidora de capitais. A propriedade, cria-se hoje, como outrora, pela conquista do mais forte, pela espoliação levada a cabo pelo mais audacioso, pelo mais despido de escrúpulos. (LOBATO, 1959: 6 e 7)

Ao contrário dos homens rurais tímidos vindos ao sertão sem coragem para a

posse ilegal da terra, “com uma moral falando mais alto”, voltam espoliados sem nada conseguirem. Lobato denuncia a espoliação dos homens pobres rurais da propriedade da terra, em contrapartida, o latifúndio improdutivo é preservado pelas famílias dos latifundiários apenas como “posse tradicional”, uma reserva de capital passada de pais a filhos, sem uma contribuição efetiva para o desenvolvimento da economia rural.

Um homem tímido e perfeitamente moral chega ao sertão e não topa brecha onde por o pé. Encontra-o deserto - mas apossado. Não vê gente - mas sente donos. Se quer comprar, ninguém lhe vende. Ninguém lhe arrenda nem lhe aluga. Os detentores, zelosos de uma posse tradicional de pais a filhos, não querem vizinhos que lhes perturbem a paz do latifúndio. E o homem moral volta para trás desanimado. (LOBATO, 1959: 7)

Lobato denuncia a atividade dos grileiros⁵³ transformadores da paisagem do latifúndio parado e improdutivo. Critica a posse da terra pelos homens pobres porque produziam apenas para o consumo, timidamente produziam um prato de feijão e alguns porcos de ceva, ao mesmo tempo, denuncia a atitude de espoliação praticada pelos grileiros. Quer dizer, o progresso capitalista brasileiro continua como fruto de espoliação, falcaturas e práticas inescrupulosas. Os grileiros deixam os escrúpulos para trás e partem em busca da apropriação ilegal das riquezas naturais, despojam os homens pobres rurais da posse da terra e os deixam sem um meio de produção e sobrevivência. O autor não perde a chance de criticar os caipiras e nos seus dizeres “vivem parasitariamente” sem uma produção significativa para o mercado e critica também a forma de capitalismo arremedado, no sentido que o capitalismo norte-americano se valia de métodos racionais e legais para o seu desenvolvimento.

Mas surge o grileiro e tudo se transforma. Terras paradas, terras inexpugnáveis a cultura, que velhos barbaças detém aos milheiros de alqueires para delas tirar um prato de feijão e uns porquinhos de ceva, e que vem vindo assim de avós a netos, e que permaneceriam assim

⁵³Sobre a prática do grilo Lobato escreve no artigo “O grilo”: “O grileiro é um alquimista. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães - e, novo Jeová, tira a terra do nada. Seu laboratório lembra as espeluncas dos Faustos medievais; mais prático, porém, não procura ali a pedra filosofal ou o elixir da longa vida. Fausto virou rábula: manipula a propriedade. / Envelhecer um título falso, “enverdadeirá-lo”, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-no muitas vezes mais autêntico do que os reais. Expõem-no ao fumeiro, a taldistância da fumaça conforme o grau de ancianidade requerido, e conseguem assim a gama dos amarelidos, segredo até aqui do Tempo. / Enquanto o papel se defuma, fazem-lhe aspersões sábias, que lhe dêem a rugosidade peculiar as celulosas d’antanho. / Finalmente, para impregná-lo do cheirinho, do *bouquet* dos decênios, passeiam-no a cavalo, metido entre o baixeiro e a carona ... / E mais coisas fazem que os leigos não pescam, e constituem o segredo do “ponto de bala”. / Mas tudo isso as vezes é pouco. Veste o lobo a pele da velhice e fica com o rabo da mocidade de fora ...” (LOBATO, 1959: 11)

toda a vida; terras devolutas, que a inércia do Estado conserva a monte, sem saber por que nem para que; terras legitimamente, legalmente “apropriariadas” - nada disso é obstáculo a solércia do grileiro. Ao partir para o sertão ele deixou em casa, na gaveta, os escrúpulos da consciência. Vem firme, vem “feito” como um gavião. Opera as maiores falcatuas; falsifica firmas, papeis, selos; falsifica rios e montanhas; falsifica árvores e marcos; falsifica juízes e cartórios; falsifica o fiel da balança de Temis; falsifica o céu, a terra e as águas; falsifica Deus e o Diabo. Mas vence. E por arte dessa obra-prima de malabarismo, espoliando posseiros ou donos, sempre firmados na gazua da lei, os grileiros expelem das terras, num parigato, todos os “barbas ralas” que ali vivem parasitariamente, tentando resistir ao arranque da civilização. (LOBATO, 1959: 7 e 8)

Depois da formação do grilo há a divisão das glebas e a venda dessas terras para os colonos e o “sertão modorrento” se transforma em lavoura próspera de café. Tal prosperidade concorre para a riqueza nacional e desenvolvimento econômico. Lobato denuncia e mostra a divisão do país entre a modorra e o progresso violento, construído sobre a grilagem e a violência. Ele chama de simpática a formação das lavouras de café porque transforma a paisagem natural e com isso mostra o caminho a ser seguido para a superação do atraso. Certa ambiguidade é percebida, e a seu modo, questiona nossa própria história futura ao colocar a nação construída sob tais características fraudulentas e espoliativas. Quando ele afirma “nosso tempo acabou” antecipa o fim da república Velha, a chegada dos novos tempos. Ressalta a ideia da necessidade de mudança na política à medida que mudava a economia. Mas observa, não mudava por completo e nem por caminhos legais. De um lado o progresso com as lavouras de café transformadoras da paisagem e por outro as espoliações e explorações inescrupulosas. Elas não permitem a inserção dos homens pobres na produtividade agrícola, eles permanecem na modorra e nos mínimos vitais.

Divididas as glebas em lotes, vendem-nas os grileiros à legião de colonos que os seguem como urubus - pelo cheiro da carniça. E o grilo, se foi bem feito, é inexpugnável e provoca admiração; se foi mal feito fracassa e é apupado pelos embaidos. / Num sertão modorrento, quando a presença de um advogado ou agrimensor esperta os velhos moradores, a uma voz eles murmuram - e se não murmuram sentem-no lá dentro das tripas: / - Nosso tempo acabou ... / E acaba, de feito. Acaba o marasmo da terra porque o grileiro é o precursor da Onda Verde. O seu *cri-cri* anuncia a aproximação do tanque. Cinco, dez anos depois, a flor do café branqueia a zona e a incorpora ao patrimônio da riqueza nacional. / O peregrino espírito de Assis Chateaubriand já explanou em traços gerais, mais incisivos, esta função social e civilizadora do grilo. Definiu-o a arte de tirar o direito do nada. É isso. É a vitória da gazua do mais forte. / - Mas é uma gazua! Abre as portas do sertão, mas é uma chave falsa!... Diz a

moral. / Reponde o Café: / - Minha fome está acima da moral, e eu só conheço as leis do meu apetite. / Há fomes simpáticas, não resta dúvida ... (LOBATO, 1959: 8)

No artigo “O drama da geada” publicado em 1920 no livro *Negrinha*, Lobato demonstra as atitudes empreendedoras do grande fazendeiro na obra de formação de uma grande fazenda de café. Uma característica relevante é a força e a disciplina para o trabalho árduo do empreendedor transformador de tudo a sua volta:

Saímos cedo a ver cafezais, e ali paramos, no viso do espigão, ponto mais alto da fazenda. Dobrando o joelho sobre a cabeça do socado, o major voltou o corpo para o mar de café aberto ante nossos olhos e disse num gesto amplo: / - Tudo obra minha, veja! / Vi. Vi e compreendi-lhe o orgulho, sentindo-me orgulhoso também de tal patricio. Aquele desbravador de sertões era uma força criadora, dessas que enobrecem a raça humana. / - Quando adquiri esta gleba, disse ele, tudo era mata virgem, de ponta a ponta. Rocei, derrubei, queimei, abri caminhos, rasguei valos, estiquei arame, construí pontes, ergui casas, arrumei pastos, plantei café - fiz tudo. Trabalhei como negro cativo durante quatro anos. Mas venci. A fazenda está formada, veja. / Vi. Vi o mar de café ondulado pelos seios da terra, disciplinado em fileiras de absoluta regularidade. Nem uma falha! Era um exército de pé de guerra. Mas bisonha ainda. Só no ano vindouro entraria em campanha. (LOBATO, *Negrinha*, 1948: 21 e 22)

“Trabalhei como negro cativo durante quatro anos”, o ditado como referência de atribuição do ônus do trabalho ao negro escravo é destinado ao fazendeiro. Apesar de observar a atitude desbravadora dos fortes fazendeiros nas suas “batalhas sem tréguas, sem fim” Lobato critica a atitude dos credores, pois adiantavam o capital para o empreendimento, porém cobravam altos juros e correções monetárias do empréstimo devido. Lobato os chama de “parasitas do trabalho do agricultor”. Nessas transações financeiras, o fazendeiro, às vezes perde tudo porque toma emprestado o capital e o aplica sem a certeza ou garantia de um retorno financeiro com a lavoura cafeeira. Essa atitude revela as fragilidades do empreendimento, certo amadorismo, uma falta de racionalidade impossibilita o ganho efetivo e a consolidação dos negócios, e se constitui em uma ação empreendedora rural com riscos muito grande de fracasso⁵⁴ no futuro.

⁵⁴ A respeito das crises agrícolas no setor cafeeiro na década de 1920 ocasionadas pelos baixos preços no mercado mundial e os vários pedidos de ajuda dos fazendeiros ao governo Warren Dean (s/d) escreve: “..., a dificuldade não residia na sua incapacidade de diminuir os custos da produção, nem na sua relutância em permitir que produtos marginais fossem eliminados do mercado, senão o declínio geral dos preços mundiais das mercadorias. Em 1921, tentou-se novamente a valorização no meio de súbita queda das vendas de café. enfrentando preços que eram apenas uma quarta parte dos de 1919, os fazendeiros persuadiram o governo federal a comprar quase um terço da safra. Felizmente, por volta de 1925, esses estoques haviam sido liquidados graças às safras menores dos anos seguintes. Mas o governo federal, sob

No final desse texto denominado “O drama da geada” publicado no livro *A Onda Verde*, o fazendeiro perde tudo porque além da fazenda estar hipotecada nos bancos com dívidas altíssimas, a má sorte dele foi uma geada, ela queimou todos os belíssimos pés de café. Uma tragédia angustiante traduzida pela imagem do fazendeiro “Roupa em tiras, cabelos sujos de terra, olhos vítreos e desvairados. Tinha nas mãos uma lata de tinta e uma brocha – brocha do pintor que andava a olear as venezianas/ [...] continuou a pintar, uma a uma, do risonho verde esmeraldino das venezianas, as folhas requeimadas do cafezal morto ...” (LOBATO, *Negrinha*, 1948: 30) Lobato na ficção, apesar do tom sempre entusiasta, tem mesmo desconfiança do novo empreendimento nas terras do Oeste. Lá nos anos 10, ele dizia a Rangel sobre o novo futuro próspero da rubiácea. Já nos anos 20, parece desconfiar, e ainda desconfia das causas naturais, das relações pouco racionais e sem planejamentos dos fazendeiros com os negócios cafeeiros.

um presidente mineiro, já se cansara de sustentar os fazendeiros, e a valorização seguinte teve de ser levada a cabo sob a direção de um organismo semi particular, o Instituto do Café, financiada por empréstimos estrangeiros e pelo Banco do Estado de São Paulo, de propriedade do Estado. A compra dos estoques se converteu em operação contínua, que encorajou plantios subsequentes de novos cafeeiros. Em 1928, uma safra pesada obrigou à aquisição de 16 000 000 de sacas, financiada com quase 100 000 000 de dólares de banqueiros de Londres e Nova Iorque. Em 1930, o governo revolucionário achou necessário reassumir a responsabilidade federal pelo problema do café. Os estoques que se encontravam em mãos de governos estaduais foram comprados e destruídos. Em 1937, mais de 70% haviam sido queimados ou atirados ao mar. Como o assinalou Celso Furtado, esse drástico programa, nascido do desespero, era até certo ponto um programa de *pump-priming* em escala sem precedentes. Mas era também uma resposta profundamente política. O governo revolucionário não poderia sobreviver se abandonasse os fazendeiros; efetivamente, o mais provocativo dos últimos atos do regime deposto fora a sua recusa em reembolsar a valorização”. (DEAN: s/d: 141 e 142)

Capítulo IV

O LUGAR DO RURAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Nisto, como em muitas outras coisas, o americano mostra a sua capacidade de criar, sem atenção às sugestões do passado europeu. Criticam-no, metem-no a riso os outros povos. Por fim acostumam-se à ideia e acabam fazendo o mesmo. É desse modo que o progresso se processa. / Nem todos os povos possuem instinto criador. Muitos apenas imitam, e copiam quando imaginam criar. Nada fazem sem preliminarmente verificar se existem precedentes. E alguns de tal modo se aferram a esta subalternidade, que erigem em argumento [...] uma frase interrogativa desta laia: 'Mas se é assim, por que os outros povos já não fizeram isso?' / Não pode haver prova mais perfeita de insuficiência mental, de pobreza criadora ou, para falar língua mais positiva, de imbecilidade congênita. [...] Tudo quanto existe foi um dia criado. Um dia nasceu. Alguém abriu caminho. Admitir que os outros possam abrir caminho e a gente não, não é reconhecer-se visceralmente incapaz?

Monteiro Lobato (América, 1962: 240/241)

No início da década de 1930, Monteiro Lobato está nos Estados Unidos desde 1927⁵⁵. Ele fora trabalhar como adido comercial enviado pelo governo brasileiro e lá viveu até 1931. Na década de 30, a leitura feita por ele sobre o Brasil é a de um país pobre e analfabeto com graves problemas sociais. Lobato compara o atraso brasileiro com o desenvolvimento industrial norte americano⁵⁶ e nas suas reflexões passa a exigir uma condição industrializada para o Brasil. Segundo Campos (1986) Monteiro Lobato “tradutor e divulgador dos livros de Henry Ford no Brasil, passou a ver na proposta fordista a solução para o atraso material do país”. (CAMPOS, 1986: 86)

Na sua estadia nos EUA, ele visita as fábricas de Henry Ford e fica deslumbrando com a organização e racionalidade do trabalho vigente nessas indústrias e passa a defendê-las para a superação do atraso brasileiro. Segundo Campos (1986):

Lobato confirmou, nos Estados Unidos, algumas ideias que já vinha desenvolvendo no Brasil a respeito do atraso brasileiro e da estratégia para vencê-lo, mas adquiriu também outras ideias. Produziu a partir daí um discurso acentuadamente industrialista onde as riquezas naturais, o trabalho eficiente e disciplinado, a siderurgia, o petróleo, o transporte e a criação de um mercado interno, são os elementos norteadores de um projeto de progresso. O autor iria começar, a partir destas conclusões, sua última e maior batalha: a luta pela industrialização do país. (CAMPOS, 1986: 90)

Monteiro Lobato não reclama apenas uma industrialização para o país, mas também uma mudança de mentalidade do brasileiro que deveria ser industrial, produtiva e racional, advinda de conhecimentos técnicos e científicos. Essa discussão está no livro

⁵⁵ Monteiro Lobato escreveu uma carta a Godofredo Rangel de Nova York em 17 de agosto de 1927. Nos seus dizeres: “Rangel: eu sou um peixe que esteve fora d’água desde 1882, quando nasci, e só agora caiu nela. Isto aqui é o mar do peixe Lobato. Tudo como quero, como sempre sonhei. E a pátria aí me custeia com 700 dólares por mês. Hei de devolver esse dinheiro com juros fabulosos. Meu plano agora é um só: dar ferro e petróleo ao Brasil. Estou em carteação com Mr. W. H. Smith, de Detroit, sobre um novo processo siderúrgico, perfeitamente *fitas* condições carbônicas do Brasil. Terei de ir lá estudar o processo e então visitarei a Ford e o Ford. Como você sabe, fui o tradutor do Ford no Brasil, e ao chegar a New York, quem encontro no cais de Hoboken? O agente geral da Ford em New York. Abordou-me, deu cartão e disse que tinha ordem de Mr. Ford para receber-me e facilitar-me tudo. Foi ótimo, porque vim com bagagem enorme (todos os meus livros, imagine) e onde guardar aquilo? O agente encarregou-se de tudo. Levou-me para o hotel numa Lincoln e guardou meus caixões no depósito da companhia até que eu alugasse este apartamento. ... / Vê que gente gentil? Eu diante do Ford sou pulga magra diante do Everest. Pois o Everest desce das alturas, põe o microscópio no olho, enxerga a pulga magra e, em vez de esmagá-la entre as unhas, acolhe-a como se fosse gente! Será que pulga também é gente aqui? (LOBATO: *A Barca de Gleyre*, 1964: 302 e 303)

⁵⁶ Segundo Regina Aída Crespo (1997) “É interessante notar como o culto aos elementos associados ao progresso técnico e à modernização sócio-econômica – máquinas em quantidade, um rio ruidoso e ininterrupto de automóveis, os sons em profusão das estações de rádio, a selva de arranha-céus e a difusão subterrânea das metrópoles, todos apontando para um caminho linear e radiante de expansão – tinham presença cativa nos textos de Lobato. Eram estes os elementos que mais o encantavam em sua rotina pessoal no seio da sociedade norte-americana. (CRESPO, 1997: 195)

Problema Vital (1918) no qual defende uma racionalidade na organização do trabalho e a recuperação das populações pobres através da higiene e da educação e a modernização das relações de trabalho através de métodos disciplinares. Em *Mrs. Slang e o Brasil* (1927) ele verifica que a mudança de mentalidade só ocorreria através da educação.

Nos escritos de 1930, Monteiro Lobato volta a trazer à tona, a ideia de que o grande problema social brasileiro é a falta de investimentos no homem pobre rural. Ele sofre às mínguas pelas regiões rurais interioranas, doente e abandonado à sua própria sorte e sem atenção do poder público. Escreve o artigo “País de Tavolagem” publicado no livro *Na Antevéspera*⁵⁷ (1959). Em sua concepção a proposta de saída para tal atraso seria uma “solução indireta”: a realização de investimentos na saúde e educação⁵⁸ dessa população, a instrução como possibilidade de mudança de mentalidade retoma o seu lugar de agente civilizatório da nação. Para Lobato, o melhoramento das condições de vida do homem pobre rural é fundamental para a melhoria da sua renda e esse fato possibilitaria o desenvolvimento industrial através da criação de mercados.

Tomai um analfabeto do interior, doente de opilação. Instrui-o e curai-o. Depois largai dele, deixando entregue a si mesmo. Esse homem, vítima da pobreza, recairá em estado de doença: seus filhos, por falta

⁵⁷ Conforme informação do Editor a primeira edição trazia o seguinte título: “reações mentais dum ingênuo”. 1933 é o lançamento do livro *Na Antevéspera*, de acordo com AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 1997: 353.

⁵⁸ Lembramos que Manuel Bomfim (1868 – 1932), no livro já citado nessa pesquisa, *América Latina Males de Origem* de 1905, aludira ao tema da instrução e a “prática da ciência” para as populações mais pobres como uma maneira adequada de tirar a nação do marasmo e da inércia econômica, citamos o seu pensamento: “Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de curar os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, se não a importância que ela teve e tem na história da civilização. Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos *fins* e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. A primeira condição para conquistar a civilização é *conhecê-la*, conhecer a vida, as suas necessidades, os recursos possíveis; e nenhum outro processo existe de trazer os indivíduos ao nível do século, de os pôr de acordo com o momento. / Quem diz difusão de instrução, diz progresso intelectual, porque é o meio social que estimula e provoca a alta cultura científica, que alimenta os pensadores originais, os criadores, em arte ou em filosofia. A época, as condições propícias fazem florescer os gênios e os talentos, que, num mundo de ignorantes, morrem abafados, sem inspiração, ou não compreendidos. / O progresso material, esse deriva diretamente da ciência, das suas descobertas e aplicações. É certo que a riqueza e a prosperidade material exigem atividade, trabalho; isto até os políticos o percebem; é mesmo sintomático das classes dirigentes, na América do Sul, o clamar contra a “inatividade das populações”. Calemos queixas e condenações vãs; na hora atual, só há um meio seguro de convidar os indivíduos à atividade – é instruí-los; não se compreende, hoje, trabalho que não seja inteligente. É mister fazer-lhes a educação, adaptá-los à atividade; e temos que principiar por ativar-lhes a inteligência. Instruir é fazer pensar. Pensar já é atividade. *Pensar é criar*, agitar o mundo das imagens, alargá-lo. Levar os homens a ter ideias novas é fazê-los ativos, de uma atividade superior, porque a ideia é o ato pelo qual o espírito, mercê de impressões várias e diferentes, cria uma entidade nova – o elemento mental, que representa uma síntese: a harmonia última que, no seu espírito, se faz com o resíduo de sensações passadas, observações e ensinamentos. (BOMFIM, 1993: 333 e 334)

de recursos, recairão no analfabetismo. A solução do seu caso falhou porque foi uma solução direta - e só as soluções indiretas resultam eficazes. / Aplicai a solução indireta. Enriquecei-o. Que acontece? Automaticamente esse homem tratará de curar-se e, como tem meios, não se reinfectará jamais. Seus filhos ele os educará, porque o primeiro pensamento de um pai, quando resolve o problema econômico, é dar aos filhos uma instrução mais alta do que a que teve. E de quantidade negativa passa esse homem à quantidade positiva, na economia social. (LOBATO, “País de Tavolagem”, *Na Antevéspera*, 1959: 37 e 38)

“Estradas” é um dos artigos escrito e publicado no livro *Na Antevéspera* no ano de 1933, Lobato reconhece que São Paulo foi o território que recebeu muito bem a cultura cafeeira em um pacto de progresso econômico com as terras roxas e férteis da região Oeste sob o regime de trabalho livre. Através dos grandes investimentos capitalistas ocorridos, essa região próspera se destaca das outras regiões brasileiras mais atrasadas e pobres.

Há mais de um século aportou no Brasil um imigrante predestinado - o café. Vinha de remoto continente, humílimo, oculto no saco de viagem de um desses homens “diferentes dos outros” que a honrada bronquidão dos medíocres acoima de “exquisitezes”. / Lançado a terra o café germinou, cresceu e deu de si excelentes contas. / Mas para isso exigia uma condição cruel: negro no eito movimentado a chicote. Ora, o café procedia de terras africanas e não se conformava com uma prosperidade embebida no sangue dos seus co-continentais. Queria regime livre, e para consegui-lo mudou de clima. Tateou o caminho rumo a São Paulo, e aqui arranchou-se de vez, na sua Canaã prometida. Só então, nessa maravilhosa Mesopotâmia da terra-roxa, ao contacto de um solo que leva a fertilidade ao furor, pode expandir-se desassombadamente, e exsolver-se num Pactolo inesgotável. (LOBATO, “Estradas”, *Na Antevéspera*, 1959: 297)

O café fora o grande agente “civilizatório” responsável pela modernização, pois criara o sistema agrícola do estado de São Paulo. Reconhece que a acumulação de capitais auferida com o plantio do rico grão contribui para o desenvolvimento da indústria, da aviação e da organização econômica e financeira. As terras roxas e férteis da região Oeste exerce atração para imigrantes trabalhadores cheios de ambições e audácias e tudo o que o estado de São Paulo tem de civilização e desenvolvimento, ele o deve às ricas lavouras de café transformadoras da paisagem do país em ricas cidades por isso São Paulo é visto como supremacia, o centro gravitacional do Brasil:

Tudo em São Paulo mudou desde aí e tudo ainda hoje sofre a ação plasmadora do café. O regime agrícola, a indústria, a aviação, a ordem

econômica, a vida bancária, o sistema de crédito, a mentalidade individual e coletiva, a formação étnica - tudo que é atividade humana e biomorfismo norteou-se, moldou-se, modificou-se, determinou-se pela diretriz imposta pelo café. / É ele o sol que arde luminoso no centro de um especialíssimo sistema de gravitação. E, como sol, é um criador. / Criou a rede ganglionar das cidades oestinas, prepostas a tarefa de vivandeiras da sua expansão. / Criou o único sistema ferroviário do Brasil que não cultiva a cicuta do *déficit*. / Criou a Paulicéia cidadezinha perrengue, como as há inúmeras por aí, erigida de chofre, a um golpe de vara mágica, em metrópole sul-americana, a terceira do continente. / Criou um tipo novo de raça, mesclando os vários sangues europeus que melhor se adaptavam ao ambiente novo - tipo mais audaz e mais capaz que o preexistente. / Criou, em suma, o fenômeno global a que chamamos São Paulo - núcleo de organização suscetível de progresso, enxerto de carne viva operando na carne atônica da grande baleia. / São Paulo, em essência, não passa disto: vida na meia-morte, broto em tronco escasqueado, brasa em meio de cinzas. E também disto: rodas redondas, mancais de bolinhas, lubrificante fino na terra clássica das rodas quadradas, do pedregulho e do visgo. (LOBATO, “Estradas”, *Na Antevéspera*, 1959: 297 e 298)

A vertente separatista de Monteiro Lobato acende os ânimos do movimento de 32⁵⁹ e se posiciona contra o governo nascido da revolução de 30⁶⁰. Lobato vê a

⁵⁹ Segundo Warren Dean (s/d) “Os chefes da revolução paulista de 9 de julho de 1932 expressaram seus motivos de queixa em termos que eram sobretudo políticos e nacionalistas. Insistiam em que buscavam compelir Vargas a reconhecer as metas liberais da revolução de 1930: governo constitucional e autonomia local. As justificações que apresentavam para a revolta, porém, tendem a mostrar que os paulistas desejavam a restauração da sua autonomia principalmente em razão do controle que assim recobriam da economia do Estado. Embora o programa das compras de café de Vargas houvesse salvo os fazendeiros da ruína, quase todas as suas medidas econômicas subsequentes lhes desagradaram profundamente. Os impostos decretados com o propósito de equilibrar o orçamento do país afiguravam-se-lhes uma espécie de confisco. Era manifesto para os fazendeiros paulistas que o governo federal seria capaz de fazer novas exigências aos seus rendimentos. O levantamento da terra promovido pelos jovens tenentes do exército era uma medida preparatória do aumento da tributação sobre as terras do Estado, a fim de estimular-lhes o uso mais intensivo. Antes de demitir-se, João Alberto elevou as taxas *ad valorem* de 0,5 para 1%. Mas o que provavelmente mais desgostou os fazendeiros foi talvez a imposição, feita por Vargas em setembro de 1931, do controle das divisas. Intimidados a vender suas divisas estrangeiras ao Banco do Brasil a uma taxa de confisco, acreditaram eles que o propósito da medida era sustentar uma horda de burocratas que viviam ociosos no Rio de Janeiro. Na realidade, o governo estava utilizando o dinheiro para saldar empréstimos estrangeiros contraídos, em grande parte, por presidentes paulistas”. (DEAN: s/d: 205 e 206)

⁶⁰ Segundo Ricardo Maranhão (1981) “As forças sociais, culturais e políticas colocaram em cheque o regime da República Velha (1889 / 1930). Incapazes de dar conta das novidades, os políticos da velha oligarquia cindiram o regime de alto a baixo, parte deles se juntando à pressão revolucionária e levando Vargas a um novo tipo de mando ao poder em outubro de 1930. A Revolução abriu uma profunda crise em todas as instituições brasileiras; os anos que se lhe seguiriam seriam extremamente férteis em movimentos políticos, levantes armados, agitações, debates ideológicos acirrados. Havia que dar conta do grande fenômeno novo do pós- 1930: a presença das grandes massas urbanas no cenário político, cobrando seus direitos. A isso se associava a necessidade de superar a crise e as feridas da Revolução através de uma saída política nova e nacional, não sendo mais viáveis as propostas de conteúdo local, regionalista ou exclusivista. (ROCHA, MARANHÃO & LAJOLO, 1981: 98)

autonomia econômica do estado de São Paulo fora criada com as riquezas do café, ele o elogia como plantio e civilização, diferente do restante do país⁶¹.

Apesar dos elogios feitos à economia cafeeira, no artigo “O grande problema” demonstra não confiar no seu progresso porque vê que ela não possui uma estrutura agrária consolidada para a sua permanência e futuro desenvolvimento. Para o autor, o café não contribui para a estabilidade da economia nacional porque não cria o que chama de “cultura”, a sua estrutura é frágil, por um acaso sobreviveu apesar da geada, mas faltam os alicerces sólidos para edificação de uma economia rural sustentável.

Em São Paulo também será assim, se debaixo da riqueza cafeeira não se construírem os alicerces que lhe darão fixidez e estabilidade. / Corre-nos hoje tudo a feição. O café continua, mágico, a borbotar do nobre metal. Veio a Geada Grande, e parecia o fim de tudo. Saiu-nos, entretanto, um *royal streep flush*: a parada ganha foi de um milhão de contos. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 216 e 217)

Por falta de condições adequadas para a continuidade progressiva da economia cafeeira, ele prevê que, no momento de crise mais severa, não haverá meio dela se recuperar, por causa da “falta de educação”. Esta considerada uma “árvore de frutos inesgotáveis”, pode ser entendida como um saber técnico e científico aplicado às rotinas do trabalho com as lavouras e na administração dos negócios cafeeiros:

Mas no dia da crise? Quando o Azar substituir-se a Sorte, como na Amazônia, como em Portugal, com que contaremos para contra batê-lo? Onde o dique, o remédio, o para-choque, a árvore que se não esgota - a cultura? Onde esse recurso de que a Alemanha, mais pobre que Job, forçada a entregar a “civilização”, suas vacas, seus aeroplanos, suas locomotivas, seus navios, seu carvão, sua potassa e seus marcos até o derradeiro vintém, vai lançar mão para ressurgir?

⁶¹ Observamos uma entrevista dada ao jornal “Radical” denominada “Insultos ao Brasil” posteriormente publicada no livro *Prefácios e Entrevistas*, na década de 1940, na qual Monteiro Lobato afirma uma geografia econômica nacional cuja referência primordial é a cidade de São Paulo e nas suas palavras: “O quintal matogrossense tem a sua saída natural através da casa paulista. Os negócios de Mato Grosso são com São Paulo. O desenvolvimento de Mato Grosso está condicionado ao desenvolvimento de São Paulo. O mesmo acontece com o Triângulo Mineiro, que embora politicamente faça parte de Minas, geográfica e economicamente faz parte de São Paulo. Qualquer bom compêndio de geografia observa o fenômeno. / Onde o separatismo? / “Não é só, continua o articulista cada vez mais alarmado. Leiam e pasmem: “O verdadeiro São Paulo compõe-se de São Paulo, Paraná e Mato Grosso”. / O pasmo aqui deve ser apenas o erro cometido por dona Benta, não incluindo na lista também o Triângulo Mineiro e o estado de Goiás. O verdadeiro São Paulo geográfico compreende o território de todos esses estados. O complexo econômico é o mesmo, a norma de desenvolvimento é a mesma, a capital natural de toda a imensa região é a mesma: - a cidade de São Paulo. O número de negócios que na cidade de São Paulo se realizam para toda essa zona é enorme. As sobras do capital paulista é por toda essa zona que se derramam. E no dia em que Mato Grosso tirar petróleo do pantanal, a capital do petróleo matogrossense será fatalmente São Paulo – e não Recife, Rio de Janeiro ou Manaus. (LOBATO, *Prefácios e Entrevistas*, 1964: 230 e 231)

(LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 217)

Utiliza as condições do pós I Guerra Mundial que deixa a Alemanha arrasada, contudo ela ressurgiu por motivo da sua cultura. Assim também o Brasil poderia ressurgir do atraso. Afirma a importância do Brasil se despertar para investir na aquisição de conhecimentos científicos e suas aplicações para transformação da natureza e recursos técnicos desenvolvidos para a melhoria da vida, somente essa atitude poderia levar o país a uma mudança social significativa:

Vale o cérebro. Dum simples químico sai uma descoberta que revoluciona o mundo e enriquece um país. Por artes de Edison e Marconi criam-se formidáveis indústrias. Liebig deu mais lucro a sua terra do que a vitória de 1870. As guerras, a política, o mexerico dos homens de estado, o palavreado dos Lloyd Georges, dos Millerends, dos Eberts, tudo isso nada vale, que é agitação apenas: quem neste momento está criando os novos rumos da Europa é algum humilde sábio desconhecido, lá no fundo do seu laboratório. Quando Bonaparte se dava a ilusão de dirigir os destinos do mundo, quem de fato os dirigia era o obscuro Fulton. A obra do primeiro fica na história como um jorro de sangue; a do segundo, como a dominação dos mares. / Ora, pois, só vence, só cria, só constitui riqueza a cultura, e em S. Paulo o que temos tido é uma série de “boladas”. (LOBATO, “O grande Problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 217)

Lobato reclama de forma férrea a transformação da mentalidade nacional, retoma o tema do bacharelismo, aspecto que perseguira desde a década de 10 para dizer da falta de interesse dos jovens pela ciência e sua aplicabilidade e é claro esse desinteresse traria consequências sérias para o desenvolvimento capitalista da nação. A superação da mentalidade “bacharelesca” só poderia acontecer com investimentos no ensino técnico:

É preciso frisar este ponto, porque só daremos passo decisivo para a frente depois de bem nos convenceremos disto. / Infelizmente bem longe estamos de nos convenceremos disto. No século da química, onde a nossa escola de química? No século da técnica, qual a nossa educação técnica? / Persiste a lagarta rosada do bacharelismo. O estudante não estuda, “cava” a carta, o funesto diploma. Senhor dele, toca depois a “cavar” a vida. Em matéria de ensino superior, além do megatério fóssil do “sagrado mosteiro” onde Lobão emperra os espíritos e onde, numa modorra de cinco anos, se gestam promotores públicos, requiere dores de habeas-corpus e mais a parasitalha inteira de Temis, existe uma escola de engenharia com mais lentes do que alunos; uma de medicina em incícios, e outras menores. Todas, porém, com a preocupação de diplomar, anelar de pedras várias os furabolos matriculados. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 218)

Monteiro Lobato, na sua crítica, reclama a falta de conhecimentos científicos, o Brasil rural ou urbano, agrário ou industrial precisa adquiri-los para transformar sua mentalidade antiga e retrógrada. Ele reclama algo que S. Paulo faz logo depois de perder a “revolução de 32” quando inaugura a USP e escreve na entrada da sua Universidade: “pelo saber, venceremos”. Isso significa que ele não abandona os seus velhos temas, ele os retoma e complementa-os, reelabora-os no contexto da industrialização e racionalidade técnico científica. Nesse momento, o Brasil passa por longa transição de uma economia com característica agro exportadora. Advém uma economia industrial dependente. As riquezas auferidas com as lavouras de café possibilitam as transformações: o comércio com o café dinamiza a vida econômica, o desenvolvimento de um mercado interno, a indústria, uma rede urbana, diversificadas atividades econômicas e financeiras. Para Lobato o novo contexto demanda atitudes racionais e planejadas e sem educação adequada para o atendimento dessas demandas o país não prosperará.

Em 30, Monteiro Lobato investe contra o coronelismo – antes citado, mas não explicitado – reclama da presença destes no governo e nos postos de mando da nação. No novo contexto das transformações eles representam a mentalidade retrógrada e insuficiente para as mudanças industriais tão almejadas:

O domínio eterno do coronel ao analfabeto, por quê? Incultura. / Se a honestidade e a incompetência inopinadamente assumem o governo, obra é isso de mero acaso, e logo a pirataria coligada, que cobreja em torno, minando-as, alcança-lhes a sucessão. Por que isso? Incultura. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 219)

Lobato comenta a ideia de que nada prospera no Brasil devido à falta de investimentos corretos. Ele vê com grande pesar a ausência de conhecimentos técnicos adequados e direcionados para uma prática exequível e por isso a lavoura do estado de São Paulo é tão penalizada. “Na lavoura, após a geada, o desespero do agricultor põ-lo em caminho novo: o algodão. Vem a lagarta rosada e come-lhe o melhor do hercúleo esforço. Por quê? Incultura”. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 219) Já dissera isso lá em 1910, agora em tom mais dramático, pois comparado aos EUA, o Brasil parece com o que ele chama em outro texto de “sertão mal roçado”. Era necessário criar condições para a expansão capitalista no Brasil, entravada pelas péssimas condições da educação:

Inútil prosseguir. O nosso problema capital, magno por excelência, é criar a cultura. Escolas profissionais para o povo, não cinco, ou dez, mas cem, mil, uma em cada cidade. / A escola primária ensina a ler. A profissional ensina tirar partido da leitura. Uma sem a outra é cartucho sem espingarda, ou espingarda sem cartucho. - Depois, em cima, escolas técnicas, escolas superiores, escolas que não dêem nem diplomas nem anéis, mas ciência fecunda: - isso fará de São Paulo uma verdadeira nação moderna, tirando-lhe o caráter de Fenícia ítalo-brasileira encravada numa Índia contemplativa, em modorra à beira do mar e dos rios. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 219 e 220)

Monteiro Lobato, como um estudioso da nossa cultura, compreende que sem uma modificação na mentalidade nacional, não haveria uma real transformação da estrutura social. Para ele, a cultura é uma maneira de ser e de viver que origina, em aspectos fundamentais: a consciência nacional e dela surgem as práticas modernizadoras. O país precisa urgente se transformar e modernizar para superar seu atraso econômico. Daí a sua ênfase na necessidade premente de organização da cultura através de escolas primárias, profissionalizantes e também as de nível superior⁶², “não burocráticas nem de fachadas”, mas eficientes na resolução do problema educacional como as escolas alemãs e norte-americanas.

O nosso magno problema é, pois, o homem, o cérebro. E como a escola é o que faz e o refaz, o nosso magno problema se reduz a escolas. Não burocráticas, não decorativas, de fachada apenas, pau-de-sebo com um anel no topo; mas efficientíssimas, ao molde alemão ou norte-americano. Os demais problemas se solvem por si, quando o problema capital encontra solução. Em caso contrário tudo é instabilidade, perigo, caos, indecisão - jogo. (LOBATO, “O grande problema”, *Na Antevéspera*, 1959: 220)

É necessário investir na educação de São Paulo para o estado não perder a civilização conquistada com os pioneiros desbravadores. Ele vê que o caminho da modernização poderia continuar a ser a economia rural, o caminho do progresso é um só: “cultivar a terra roxa do cérebro paulista” com ciência, técnica e racionalidade. Lobato afirma que a marcha da economia rural para a região Oeste do estado não se perpetuaria sem um sistema educacional de qualidade.

O progresso de São Paulo é, por enquanto, jogo feliz. Tem ganho contra tudo, governos apiratados e pulgão branco, coronelões e lagarta

⁶² No livro *América* publicado em 1933 Monteiro Lobato fala com admiração das universidades americanas que teve oportunidade de conhecer: “Que maravilha de ambiente o em que vi a Universidade de Princeton! Deveras lamentei comigo mesmo não estar começando a vida para vir estudar, formar o espírito ali em tal paraíso. Aqueles maravilhosos grupos de edifícios, todos do mesmo estilo, recobertos de hera, tudo harmonizado de acordo com um plano ... Que repouso!” (LOBATO, *América*, 1962: 81)

rosada. Abriu seu caminho econômico apesar da União, apesar da República, apesar dos seus grandes estadistas do Micomicão. Mas pode perder, porque nada vira tanto como a sorte no jogo. Diga-o a Amazônia. Para que não perca, para que sua bandeira penetre vitoriosa como a de Pais Leme no seio da civilização, o caminho é um só: cultivar a terra roxa do cérebro paulista - esse Oeste virgem onde até agora só se semearam pergaminhos vistosos e aros de ouro com cristais coloridos no engaste. (LOBATO, "O grande problema", *Na Antevéspera*, 1959: 220)

Lobato reclama, de maneira enfática, o progresso para a nação. A saída seria a economia cafeeira, pois a acumulação de capital desse setor econômico expandiria a indústria, o comércio, o sistema financeiro, os transportes. Ao mesmo tempo faz séria advertência quanto as suas fragilidades. Ele utiliza o exemplo do ciclo da borracha para dizer que a produção exclusivamente baseada da exploração extrativista e primária (não industrial) poderia ruir a qualquer momento. A economia cafeeira poderia se consolidar como riqueza se houvesse interesse em investimentos científicos e técnicos, uma modernização industrial, mas ele não via acontecer. Reclama racionalidade originada do ensino e da educação para transformação da mentalidade parasitária e amadora do brasileiro. A partir de sua experiência nos EUA, ele vê o rural brasileiro como atrasado e com graves problemas a serem resolvidos.

Na década de 1930, não perde a chance de falar do Jeca Tatu da região valparaibana, agora como adjetivo de modorra, não mais do velho caboclo, já reabilitado, mas como mentalidade atrasada e paralisada no tempo, não acompanhou o progresso rural ocorrido na região Oeste do estado.

Mas esta ação transformadora do café restringiu-se às zonas do solo amigo do café. As de solo hostil o café excomungou cruelmente: - Permanecerás baleia. / E por tal forma é assim que até em redor da Paulicéia vemos persistir uma cinta samambaienta de Brasil semi-morto, de cócoras, rezando, de anzol na mão, a negacear a traíra das poças, o padre nosso de São Jeca. / A zona que a nova estrada de rodagem recém-aberta nos revelou é bem deste tipo desalentado. / Forma um bloco de morretes e mamelões, degraus da serra dos Cristais - desertos, áridos, encarapinhados de samambaia, sem uma árvore sequer a lhes quebrar a dolorosa monotonia. Até Jundiaí uma única árvore rompe a unidade da desnudez - uma paineira marginal ... Ela só! / Esse bloco é baleia pura. E é depois de transpô-lo, perto de Jundiaí, que reentramos em São Paulo. / Começam a aparecer pelos espigões uns tufos de carapinha cafeeira e já o pulsar da vida se denuncia. / Esta zona, porém, recebeu um *ultimatum* sério, escrito numa faixa de dezenas de quilômetros de chão: incorporar-se a São Paulo, desbalear-se; e dentro de poucos anos a impressão de quem por ali passar será bem diversa da de hoje. Surgirão, a beira da via,

sitiocas, chácaras, pastagens; a terra valorizar-se-á pela procura; a zona povoar-se-á e a mancha de azeite do paulistalianismo conquistará para as utilidades da vida mais essa posta do cetáceo. (LOBATO, “Estadas”, *Na Antevéspera*, 1959: 299)

No livro *América*, publicado pela primeira vez em 1932, Lobato louva o progresso americano conquistado com o domínio do homem sobre a natureza através do trabalho e da energia mecânica, principalmente o setor agrário é próspero, com crises de superprodução e a máquina é a grande responsável por tal prosperidade, bem o contrário do ocorrido no Brasil.

- Muitas vezes no Brasil ouvi da boca de seus patrícios que Deus é brasileiro, disse Mr. Slang, como se estivesse adivinhando os meus pensamentos. Ao americano jamais ocorreu inventar coisa parecida; no entanto, a verdade me parece ser Deus escandalosamente americano - se não de nascimento, pelo menos naturalizado. Não existe território no mundo mais rico que este - e esta é a razão do surto prodigioso da América. As mais extensas e férteis planícies de cultura, tão bem ajeitadas para o trabalho mecânico que o serviço não mais necessita ser feito a unha humana ou casco de boi, como é clássico em matéria de agricultura. Tudo à máquina. Daí uma agricultura sempre em crise por excesso de produção. Trigo demais, algodão demais, batatas demais, frutas demais. A eterna crise agrícola, entretanto, não evita que os lavradores mantenham o padrão de vida que você está vendo. Lá vai aquele freguês de charuto na boca, conduzindo o seu trator. Ganhará quanto? Cinco, seis dólares por dia. Não está contente, é claro. Como não o estará quando seu salário subir a dez ou vinte. É da natureza humana, e condição do progresso, a dessatisfação do presente, com ânsia de mais para o futuro. Compare, porém, a vida desse homem com as dos seus irmãos nos outros países ... (LOBATO, *América*, 1962: 64 e 65 Grifos nossos).

A prosperidade industrial, do setor rural da sociedade norte americana, é exemplo para o Brasil rural. Ele compara o *farmer* ao Jeca Tatu e a mentalidade americana à brasileira e reclama a transformação da mentalidade para ocorrer uma transformação na produção. Lobato enfatiza a necessidade dos fazendeiros brasileiros seguirem a risca os ensinamentos técnicos, científicos e industriais dos norte americanos para melhoria das lavouras e conseqüente condições de vida dos trabalhadores.

Passávamos pelos arredores de Washington, região onde uma intensa indústria nas cidades não trouxe abandono dos campos. As lavouras são lá as mais belas do trecho de Washington a New York. Plantações de milho perfeitas, como as das estações experimentais. Científicas. Pela simples inspeção visual percebe-se que já não subsiste nada que seja rotina. Tudo, desde a escolha da semente até a ceifa, está se fazendo de acordo com o que preceitua a experimentação científica. / - Onde o clássico ilota agrícola, continuou Mr. Slang depois de breve

pausa, o homem dobrado nos cabos do arado, em tudo acorde a famosa pintura de La Bruyere? O trabalho bruto foi transferido para a máquina. Ao homem ficou dirigir a máquina. Aquele charuto, veja! As roupas que traz, as polainas ... Como não haveriam de chocar ao bom La Bruyere, se ressuscitasse! E em casa, concluídas as suas oito horas de trabalho, juro como vai ouvir “songs” pelo rádio. (LOBATO, *América*, 1962: 65 e 66)

Através da comparação, Monteiro Lobato passa a pensar a vida nacional a partir do estilo de vida norte americano e arrisca vários palpites sobre as causas da nossa paralisia e atraso. Uma dessas causas é a falta de experimentos científicos. As práticas com as lavouras são feitas de maneira rotineira, ainda baseada em tradições do passado, sem o devido cuidado para a preservação da fertilidade das terras. Ele defende, de maneira enfática, a superação do atraso do Brasil e para isso o país deveria seguir a risca os ensinamentos da técnica e da industrialização vistos na sociedade norte americana. Essa crítica está presente nos escritos de 1910 e 1920 e é retomada aqui no contexto das novas exigências capitalistas.

No texto abaixo compara o Brasil aos demais povos atrasados do mundo: China e Índia, o que, neste caso, tem um efeito importante, pois somos parte da América, a irmã paupérrima diante da rica e racional América do Norte.

- Não é preciso ir tão longe com essa França de La Bruyere, acrescentei suspirando com alma. Em todo o mundo, em todo o resto da America, no Brasil - que é o homem do campo? Já fui fazendeiro, sei. O “camarada” ocupa o último degrau da escala social. Ainda no estágio do homem de pé-no-chão, a receber por ele todas as infecções parasitárias. Roupas de riscado toda remendos, chapéu de palha a indígena. Nada de cultura e nem sombra de esperança de poder dá-la aos filhos. Morador de casebre de palha, sem mobília, sem conforto, sem assoalho, sem teto. Um ilota que não tem nada além de dívidas na venda - eternas dívidas, consequências do eterno *déficit* a que o força o salário mínimo que percebe. Salário irrisório, de chinês, de indú ... (LOBATO, *América*, 1962: 66)

Ao contrário do Jeca Tatu brasileiro, o *farmer* americano tem tudo para possibilitar conforto e uma vida cheia de regalos. A causa do seu bem estar é a organização estrutural da economia rural bem planejada e organizada nos moldes industriais com resultados produtivos.

Aquele patife lá, de charuto na boca e perneiras, com rádio em casa e certamente um Ford no fundo do quintal, ganhará quanto? No mínimo cinco dólares por oito horas de trabalho. O nosso Jeca, por um trabalho muito mais penoso e de sol a sol, apanha, em média, 2.000 réis, que no câmbio de 10\$000 por dólar correspondem a 20 centavos

- a vigésima quinta parte do jéca americano! E ainda por cima insultam-no, acusam-no de não ter “poder aquisitivo”, de não comprar livros, de não ser sócio da Liga da Defesa Nacional ... (LOBATO, *América*, 1962: 66 e 67)

É importante observarmos o quanto Monteiro Lobato valoriza a técnica científica aplicada ao domínio da natureza porque esta possibilitaria inúmeros confortos e alto padrão de vida para o homem rural e riquezas para a nação

- Outro aspecto totalmente novo para quem chega da América do Sul, continuei eu, é este das habitações rurais. Em nada diferem das urbanas. Sempre o bangalô de agradável aspecto exterior e todo comodidades modernas por dentro. O rádio para a captação da voz do mundo e supressão do isolamento antigo, a máquina de lavar, a máquina de passar, a máquina de aspirar pó, a máquina de lustrar, a máquina de descascar laranjas, a máquina de matar mosquitos ... E, fora, a máquina de devorar milhas - e esse Ford, inconcebível, cabrito de aço mais abundante nesta terra de Tio Sam do que besouros num país tropical. / - O grande orgulho do americano está nisto, neste alto padrão de vida jamais alcançado em país nenhum e sempre julgado sonho inatingível, comentou Mr. Slang parando para acender no meu o seu cigarro. Que é coisa inédita, não me resta dúvida. Cri porque vi e estou vendo. E duvido que sem ver alguém o creia. A América é a terra do ver para crer. / - Por que é assim? Perguntei. / - Tudo consequência lógica do aumento da eficiência do homem graças ao uso progressivo da máquina. Segundo os cálculos, está o americano com um índice de eficiência igual a 42, quando o do europeu é igual a 13 e o do homem natural é igual a 1. Cada americano produz tanto quanto 42 homens naturais, isto é, 42 homens desmaquinados, que só usam os músculos que Deus lhes deu. (LOBATO, *América*, 1962: 67 e 68)

As considerações do senso comum, rebatidas por Lobato, têm relação com a ideia de que a máquina tomaria o lugar dos trabalhadores. Ele defende que ela proporcionaria eficiência e quantidades significativas de produção de bens e mercadorias e esse fato provocaria o deslocamento do trabalhador braçal para outros setores da economia também considerados importantes para o progresso da nação. Podemos observar o pragmatismo de Lobato quando diz que a máquina desemprega uns e emprega mais que os anteriores desempregados, demonstrando que seu humanismo não é maior que o pragmatismo alla Henry Ford.

- Acho isso excessivo, Mr. Slang. A crise geral que já se acentua e vai ser tremenda, provem deste uso crescente da máquina. Ouço toda gente prever isso. / - Cada vez que aparece alguma nova máquina, ou nova invenção - e progredir é isso, maquinar, inventar - criam-se condições novas de vida, que provocam deslocamentos de homens. Quando apareceu o automóvel, milhares de cocheiros foram deslocados das suas boleias, milhares de tratadores de cavalos foram

para o olho da rua. Crise? Deslocamento apenas. A máquina nova não veio diminuir o trabalho, sim aumentá-lo, como os fatos o provam. Apenas criou trabalho novo. Surgiu a tarefa nova do chauffeur, e as dos reparadores de carros, lavadores, vendedores de gasolina e todo esse mundo da indústria automotora. E aqui temos o ponto. Os cocheiros e mais homens postos a margem pelo auto foram em número tremendamente inferior ao dos homens chamados a desempenhar as tarefas novas que o automobilismo criou. (LOBATO, *América*, 1962: 68 e 69)

Monteiro Lobato se posiciona como um sujeito encantado pelo mundo da técnica e do aço porque vê através da experiência da sociedade americana que ele revoluciona o mundo industrial e produtivo, promove o desenvolvimento capitalista. Defende para o Brasil o desenvolvimento da máquina, tão importante nos processos de trabalho para maior produtividade rural. O novo caminho a ser explorado pelo Brasil seria a exploração do ferro e do aço, investimentos ainda ausentes por aqui e eram a base da industrialização. Citamos um trecho de uma carta escrita a Rangel em novembro de 1928 de Nova York, na qual: o aço vale mais que a escrita de Machado de Assis por possibilitar transformações civilizatórias sem precedentes na história.

O ferro esponja, Rangel! Eis a beleza suprema. Perto do “spongeiron”, todos os livros de Camilo e Machado de Assis só valem materialmente pelo papel, porque o papel contém carbono e o carbono é necessário à Reação diante da qual todos devemos nos ajoelhar porque á a mãe da Civilização: $FeO - O + C = FeC$. (LOBATO, *A Barca de Gleyre II*, 1964: 311 e 312)

Na década de 1930 o país passa por profundas e radicais transformações. Segundo alguns historiadores, é notório o desenvolvimento do progresso no âmbito social e econômico. O amplo processo de mudança compreende desenvolvimento urbano, legislação trabalhista regulamentadora das relações de trabalho⁶³, urbanização e industrialização. Segundo Schwartzman (1975), a Revolução de 1930⁶⁴ foi um marco

⁶³ Segundo Boris Fausto (1987), a década de 30 foi marcada por muitas manifestações grevistas de trabalhadores de vários setores da indústria em São Paulo e Rio de Janeiro e é importante notar: “O governo Vargas instituiu, pouco a pouco, uma série de medidas tendentes a dar tratamento específico à questão – a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (novembro de 1930) – e a proteger a força de trabalho, promover sua limitada organização econômica, incentivar o aproveitamento do operariado nacional. O anacrônico padrão de relações, sintetizado na frase tantas vezes citada, “a questão social é uma questão de polícia”, começou a ser substituído por outro que implicava o reconhecimento da existência da classe e visava a controlá-la com os instrumentos da representação profissional, dos sindicatos oficiais, apolíticos e numericamente restritos”. (FAUSTO, 1987: 108)

⁶⁴ Para Octavio Ianni (1963), a Revolução de 1930 é um marco importante na conquista da “civilização urbano-industrial”: “A revolução de 30 é um evento produzido pelo capitalismo industrial que ela vai ajudar a constituir. Esse acontecimento histórico pode ser tomado como um produto antecipado de um sistema econômico-social em formação, porquanto liquida os principais obstáculos contidos na estrutura

importante na fundação do Brasil moderno, a principal intenção foi esfacelar a tradicional política “café com leite”. Uma revolução surgida no contexto da crise econômica da ordem mundial, principalmente a crise de 1929, afetou a produção cafeeira, principal setor da economia brasileira.

Esses textos de Monteiro Lobato são posteriores a 1929⁶⁵. Ele não fala sobre o fim da República Velha, a conjuntura mudou e aqui ele começa a defender outras questões com base na nova mentalidade, na educação e na técnica admirada por ele a partir da industrialização da sociedade norte americana. Quando embarca para a América está disposto a apreciar tudo, a aclamar e proclamar o desenvolvimento capitalista norte americano. Quando volta arrebatado com o desenvolvimento da técnica e da ciência, vê a possibilidade da materialização do seu sonho, construir um Brasil melhor e desenvolvido, na era do progresso material e das riquezas industriais. Segundo Campos (1986) para Monteiro Lobato:

Foi o surto do petróleo que permitiu aos Estados Unidos tornarem-se “o mais rico e poderoso país do mundo”, porque, com a energia do petróleo e com as máquinas que produziram com o ferro, conseguiram multiplicar o poder do trabalho do seu povo. O Brasil, país dotado de todas as condições naturais para seguir o mesmo caminho, ainda não se havia convencido “de que sua fraqueza decorre da falta de eficiência do homem que o habita”, e que a tarefa a ser realizada para suprimir a miséria é a do estabelecimento da sociedade industrial. (CAMPOS, 1986: 100)

Apesar da sua empolgação, quando volta o país lhe parece em pior condição de quando o deixara, o atraso é o maior incômodo. Mesmo descontente⁶⁶, passa a defender

anterior, que já não podia mais renovar-se, e propicia a criação de condições sociais novas, essenciais à ordem industrial em emergência. Nesse sentido, essa revolução é um fenômeno produzido pelas contradições insuperáveis da estrutura agrário-comercial em sua última crise, em conexão com os pré-requisitos do sistema capitalista em constituição. Essas duas ordens de fatores e condições geraram a revolução, que marca o início efetivo da civilização urbano-industrial no Brasil. (IANNI, 1963: 19)

⁶⁵ No livro *América* lançado pela primeira vez em 1932, Lobato fala sobre o “crack” da Bolsa de Valores: “E afinal a crise veio. Tivera razão Mr. Slang em ver maus sintomas na ânsia com que os capitães da indústria insistiam na nota de “prosperity” permanente e na extinção das crises cíclicas. Procelarias ... / A crise veio sim. A 23 de outubro desse funesto ano de 1929 o arranha céu especulativo da bolsa, que vinha desde a guerra a erguer-se num ímpeto jamais observado, desabou. A baixa nesse dia foi ultra violenta e indicativa não das oscilações comuns dos tempos normais mas de terremoto em perspectiva, de tromba d’água trazida nas asas de um ciclone”. (LOBATO, 1962: 265)

⁶⁶ Logo após a sua chegada dos Estados Unidos em 1931, segundo Maria Antonia de Abreu Sampaio Leme (2000): “Uma série de desencontros começa a acontecer entre Lobato e Getúlio, em fatos registrados e documentados através de entrevistas e correspondência. Essa história de desacertos começa logo em 1931, e inaugura uma relação que a princípio foi amistosa, cordial e de admiração mútua. Porém, nunca assumida publicamente, sempre em guarda, desenrolando-se através de episódios de aproximação e repulsa, ora de apoio ora de estranhamento, ora de admiração ora de rejeição. / As aproximações sempre se davam no plano privado, com intermediação de amigos que articulavam entrevistas; o rompimento foi

um projeto de desenvolvimento baseado na industrialização e aplicação da ciência e da técnica na lavoura brasileira, numa defesa prévia da futura agroindústria.

Quando Monteiro Lobato reabilita o homem pobre rural no ano de 1918, através do texto “Jeca Tatu – A Ressurreição” ele o transforma em fazendeiro norte americano incansável para o trabalho, proprietário de muitos alqueires de terra, portador de um caminhão Ford e muitas outras máquinas auxiliaadoras nos trabalhos com as lavouras e a produção em escala industrial.

público, através de cartas desaforadas distribuídas à imprensa por Lobato, ou tornadas públicas por Getúlio que as distribuía aos seus ministros, mesmo quando tinham caráter particular. Esse total descompasso culmina com a prisão de Lobato, episódio que teve como fundamento uma carta particular dirigida a Getúlio, e que encaminhada ao General Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, fez com que este se sentisse pessoalmente atingido e desencadeasse o processo de 1941. Data daí o rompimento final e definitivo entre essas duas figuras emblemáticas da história do Brasil, que desejaram desesperadamente, cada um a seu modo, dar o melhor de si para a Pátria”. (LEME, 2000: 254)

V. Considerações Finais

-- Loucura ? Sonho? Tudo é loucura ou sonho no começo. Nada do que o homem fez no mundo teve início de outra maneira -- mas já tantos sonhos se realizaram que não temos o direito de duvidar de nenhum.

Monteiro Lobato (Miscelâneas, 1956: 178)

O Brasil rural pensado por Monteiro Lobato nas décadas de 1900 a 1930 é composto por muitas particularidades apreendidas na nossa pesquisa. Lobato nasceu no Vale do Paraíba na cidade de Taubaté no ano de 1882, em uma família de plantadores de café, neto do Visconde de Tremembé, a sua família nessa época já amarga uma situação de decadência econômica. Lobato lança um olhar sobre a história do país marcada pela decadência da lavoura cafeeira na região do Vale do Paraíba nos finais do século XIX e início do XX, concomitantemente à ascensão da cafeicultura nas terras do Oeste Paulista. Ele elabora a sua interpretação desse momento histórico, propõe reformas e a construção de uma nação moderna.

O saldo da década de 1900 é a ideia de Brasil rural formada a partir da contraposição entre rural e urbano. Rural se sobressai não apenas como agrário, embora também o fosse, mas como um estilo de vida pautado no viver acanhado característico da aldeia, pacato, com falta de individualismo e individuação das “cidades mortas” onde predominam os velhos sons coloniais na região do Vale do Paraíba, em relação ao estilo de vida urbanizado e próspero da cidade de São Paulo transparecido nos sons dos autos pelas ruas, na dinâmica da vida de trabalho, nas “cornetas de bicicletas”, nos “pregões de italianos”, nos “tem-tens de sorveteiros”. Nesse embate entre tradição e modernização, Lobato critica o rural valparaibano entendido por ele como letargia e modorra e elogia o urbano como exemplo de moderno e próspero, o lugar das luzes e da civilização.

A característica de pensar de Monteiro Lobato é pendular e como perspectiva de superação da decadência rural do Vale, Lobato aponta para a nascente região do Oeste do estado e a vislumbra, nesse momento, como a outra perspectiva possível para a civilização do café. Um novo lugar surgia e parecia ser a contrapartida através da fração viva da elite cafeeira. Lobato elogia os fazendeiros empreendedores de tal obra de civilização possibilitando o surgimento de novos hábitos e lucros espantosos. Como demonstrarão outros autores, o café apenas parecia fazer uma nova trajetória. A exploração da cafeicultura na sua forma de manutenção da grande propriedade e nos velhos hábitos e desperdícios da velha classe cafeeira parecia não mudar muito.

Em 1914, Monteiro Lobato como um fazendeiro decadente e com esforços hercúleos por manter uma grande propriedade, herdada do avô em 1911, com mais de cinco mil pés de café, critica o caboclo nas suas práticas com as lavouras. Lobato,

baseado em teorias racistas e evolucionistas em voga entre a intelectualidade nacional, o denomina de Jeca Tatu, “revelando-o” para o país. Ao dar um nome para este ser inominado e ao colocá-lo na ordem do dia entre a intelectualidade brasileira, Lobato dá visibilidade ao caboclo, durante séculos esquecido pela historiografia brasileira. Em tempos do “progresso cigano” provocador de “paralisias súbitas” ao desenvolvimento capitalista brasileiro, com o proprietário explorador do solo através da monocultura cafeeira, a mão-de-obra cigana, esporádica e nômade do caboclo não preocupava o país. A mudança, imposta pela entrada do braço estrangeiro e disciplinado, contribuía para colocar o caipira em evidência no cenário econômico e político nacional: diante das novas exigências ele surgia como a “quantidade negativa” da vida agrária, um ser indesejado, cheio de atavismos, uma raça inferior a ser extirpada porque não se adequava aos chamados modernizadores.

O Jeca Tatu caracterizado como preguiçoso, nômade, incapaz de evolução, dos contos “Urupês” e “Velha Praga”, ocupa o imaginário nacional e dele Lobato não consegue mais se desvencilhar. Quando o retoma em 1918, com o artigo “Jeca Tatu – a Ressurreição”, ele muda suas considerações racistas sobre o caipira nacional e passa a defender outra proposição. Baseado em teorias sanitaristas ele vê o Jeca Tatu como um brasileiro autêntico e doente, cheio de vícios, perdido no interior do Brasil, sem assistência sanitária necessária à sua inserção no mercado de trabalho, ocupado essencialmente pela mão-de-obra imigrante. Nesse momento ele critica o governo pela falta de investimentos na recuperação da saúde, higiene e educação das populações pobres rurais.

Lobato escreve em um contexto específico da República Velha, nos seus primórdios, se caracterizou como uma economia predominantemente agrária, dirigida por mentalidades conservadoras, cujo poder político estava concentrado nas mãos das oligarquias cafeeicultoras. Simultaneamente, era possível ver e sentir as transformações advindas com o processo de urbanização e industrialização. As exigências de racionalização da vida social a partir do “mundo do trabalho” alimentavam o ideário intelectual e novas ideias invadiam o país. Segundo Werneck Vianna (1985), as ideias do liberalismo americano já circulavam no âmbito da oligarquia cafeeicultora e lhe detinha o monopólio, e se manifestavam “na sua redefinição do urbano e em seu modo de operar a intervenção do Estado sobre a economia.” (VIANA: 1985, 38) O

pensamento de Lobato da década de 1910 dialoga com esse momento de grandes transformações na sociedade brasileira, demonstra um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização, observado na sua preocupação em querer reformar o rural brasileiro através dos conhecimentos científicos; a recuperação do caipira das péssimas condições de higiene e saúde; a recomposição da ordem ameaçada através da defesa da disciplina do trabalho para se alcançar o desenvolvimento econômico, compatível com nações como os Estados Unidos e a Inglaterra. A propriedade da terra, o trabalho, a saúde, a educação e a tecnologia são considerados como elementos fundamentais para o alcance do progresso; a retomada das lavouras para o plantio de gêneros alimentícios diversificados nos moldes industriais e em larga escala, como por exemplo, aproveitamento da energia mecânica, a defesa do cultivo de pastos para a pecuária; o fazendeiro latifundiário no papel social do empreendedor empresarial.

Em “Jeca Tatu – A Ressurreição” vemos um discurso direcionado aos governantes, eles têm um papel social fundamental na construção de uma nação viável, através de investimentos em políticas públicas e atenção as populações mais pobres no sentido de resgate de sua força de trabalho para elas atenderem as exigências do mercado, por meio das campanhas sanitárias e educacionais. A educação da população rural ficaria a cargo das elites intelectuais, como indica a figura do médico, ele entra na casa do homem pobre rural e o esclarece através dos princípios científicos a respeito do que deve ser feito para preservar a saúde e se manter forte e disposto para uma vida de trabalho. Monteiro Lobato diz o que espera da população pobre rural, qual o seu papel social, depois de curada das enfermidades desenvolveria uma conduta racional e afeita às exigências capitalistas de disciplina e produção para o mercado em expansão e não apenas a produção para o consumo. Ao recuperar o Jeca Tatu, o integra à nova ordem burguesa brasileira. Outro destino para as suas ideias progressistas são os fazendeiros empreendedores, que nesse projeto de Brasil rural, têm uma missão especial e primordial no alcance das riquezas materiais, na organização do trabalho rural, na promoção do bem-estar da classe trabalhadora, na produção rural e em benfeitorias que diminuiriam a distância entre as zonas rurais e urbanas, como a utilização do caminhão *Ford*, empreendimentos na melhoria das estradas de rodagem. Nesse sentido ele não faz a defesa dos interesses dos “velhos e atrasados cafeicultores do Vale do Paraíba” os quais ele responsabiliza pela decadência do rural, aliás, nesse conto não existe uma

referência sequer de Lobato ao produto café. Esses fazendeiros empresariais também possuiriam o poder ampliado de mandatários políticos da República do café. No discurso iluminista de Monteiro Lobato, sobre a recuperação do Jeca Tatu, ressoam os interesses da classe dominante agrária, ela buscava a “modernização da agricultura” para garantir seus interesses de classe. A modernização proposta por Monteiro Lobato não coloca em questão a velha estrutura fundiária e as relações sociais de trabalho, mas sim a melhoria da mão-de-obra rural, os mecanismos de produção em larga escala e controle da disciplina do trabalhador, uma clara assimilação da ética fordista para a prosperidade do latifúndio agroexportador. Podemos dizer que naquele momento a preocupação nacionalista de superação do atraso e modernização do país passava pela busca do ajustamento do trabalhador brasileiro as novas formas de dominação e controle mais compatíveis com um país que se pretendia moderno. Outros importantes interlocutores dessas ideias modernizadoras são as crianças. Vale lembrar o tom pedagógico que transparece no conto como se um mestre ministrasse as lições a um aluno, supondo que desde muito pequenas as crianças poderiam aprender lições dadas pelos adultos no que diz respeito à dedicação ao trabalho e os cuidados higiênicos com a saúde; lições, que quando crescessem, colocariam em prática. Assim, o Brasil teria um futuro promissor garantido por essa conduta prática e racional e passaria de geração a geração. Todas as especificidades das suas diretrizes modernizantes nos fazem pensá-lo como um intelectual multifacetado, pois dialoga com vários setores da sociedade atribuindo a cada um deles a sua função social de conduta organizacional e isso nos coloca a questão de que Monteiro Lobato não desempenha o papel do intelectual orgânico de nenhum setor social em específico, mas de um setor futuro, o do empreendedor do agronegócio.

O texto *Jeca Tatu – A Ressurreição* foi o famoso conto publicado no almanaque do Laboratório Fontoura adaptado e distribuído 33 milhões de exemplares por todo o país até o ano de 1960. Isso nos faz reafirmar a estreita ligação de Lobato com o grande público leitor e contribuía para a disseminação das suas ideias Brasil afora.

Estamos diante de um pensamento complexo e dinâmico, não só pela abrangência social e política das ideias trabalhadas, pelos intensos debates suscitados entre a intelectualidade e o público leitor dos jornais, livros e revistas, mas também pelo contexto ideológico compreensivo dos finais do século XIX e início do XX, e é o pano de fundo ao seu pensamento. Por isso, as ideias de Monteiro Lobato não são estáticas e

o seu desenvolvimento pendular comporta muitas e intensas revisões realizadas através de vários caminhos ideológicos. Lobato não se constrange em mudar de opinião ou retomar velhas ideias debatidas em novos contextos. Ele foi um intelectual de uma longa época de transição marcada pelas dificuldades da nossa realidade em mudança como a decadência da cafeicultura nas terras do Vale do Paraíba e ascensão cafeeira na região do Oeste Paulista, a abolição da escravatura, nova organização e formação do mundo do trabalho baseado na mão de obra livre, a vinda de imigrantes europeus para os trabalhos nas lavouras e indústrias, a proclamação da República, a industrialização, o desenvolvimento urbano e do comércio, as campanhas para a conquista do ferro, aço e petróleo, as buscas intensas pelo entendimento da nossa gente e a formação da nação. Monteiro Lobato procurou refletir, ao longo de sua vida, e durante épocas conturbadas, sobre todos os problemas pelos quais o país passou, elaborou projetos civilizatórios para a nação nos quais o rural ocupa um lugar de destaque.

Na década de 1920, Monteiro Lobato denuncia um rural de exclusão e sofrimentos para os ex escravos na sociedade patriarcal. Ele retoma velhos temas e a prosperidade da economia rural se sobressai, representada pela produtividade da monocultura cafeeira nas terras roxas da região Oeste. Elogia a vinda dos imigrantes europeus e os responsabiliza por tal progresso. Essa “nova raça” comporia o Brasil do amanhã, pois eles trariam consigo a ética do trabalho disciplinado tão necessária à construção do progresso material de uma nação em formação.

Lobato se mostra empolgado pelas imagens de prosperidade material do rural nas terras do Oeste Paulista, mas os entraves estão presentes e transparecem na grande propriedade que marginaliza e exclui, manda para fora dos seus domínios os homens pobres rurais, estes são ridicularizados pela pouca produção ou pela produção apenas familiar, a reclamação do Lobato é pela produção em larga escala para o mercado agroexportador.

Na década de 1930, Monteiro Lobato fala muito pouco sobre as características do rural brasileiro, sua preocupação a partir desse momento são as campanhas do petróleo e ferro, as bases para a industrialização da nação. A partir da década de 1930, ele está nos EUA onde fora trabalhar como adido comercial e a sua leitura, sobre os problemas do país, é permeada pelo desenvolvimento técnico científico norte americano. Ele passa a defender um desenvolvimento industrial para o Brasil, inclusive

do setor agrário e também uma mudança da mentalidade que deveria se basear em conhecimentos científicos e técnicos para aplicação nas rotinas de trabalho.

Portanto, as questões ressaltadas sobre o rural brasileiro servem apenas de contraponto para a defesa ferrenha da industrialização. Em 1930, apesar de Lobato reconhecer a monocultura do café em São Paulo como a responsável pela civilização do estado, ele demonstra desconfiar da permanência dessa economia porque vê a ausência de uma estrutura agrária consolidada nos aspectos científicos, tecnológicos e racionais. Os altos impostos cobrados pelo governo corroem a produção, não há investimentos financeiros concretos. Muitos fazendeiros adquirem dívidas absurdas e não conseguem pagá-las. Os métodos de trabalho nas lavouras são rudimentares e precários. Em suma, ela continuava sendo maltratada como nos velhos tempos. Lobato, como um ferrenho defensor do progresso, afirma que sem uma mudança de mentalidade do brasileiro não haverá uma mudança efetiva da estrutura social. A “solução indireta” para isso acontecer seria o país investir em educação. Propõe a criação de escolas técnicas e universidades “não burocráticas nem de fachada”, mas sim eficientes na construção de um saber que se transformaria em consciência nacional e dela surgiriam as práticas modernizadoras. Lobato louva o progresso norte americano conquistado com o domínio do homem sobre a natureza através da energia mecânica, principalmente o setor agrário é próspero, com crises de superprodução e a máquina é a grande responsável por tal prosperidade, bem ao contrário do ocorrido no Brasil. Ele compara a pobreza do Jeca Tatu com a prosperidade do *farmer* norte americano e lamenta profundamente o estado de miséria das regiões interioranas brasileiras.

BIBLIOGRAFIA

Textos de Monteiro Lobato

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 4ª edição. Edição da Revista do Brasil, 1919.

LOBATO, Monteiro. *Miscelâneas*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1956.

LOBATO, Monteiro. A Onda Verde O Presidente Negro. 9ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 5. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. *Conferências, artigos e crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. Literatura do Minarete. 1ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 14. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. Na Antevéspera. 9ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 2ª série, Literatura Geral, volume 6. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOBATO, Monteiro. América. 11ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 9. São Paulo: Brasiliense, 1962.

LOBATO, Monteiro. A Barca de Gleyre I. 1ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 11. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. A Barca de Gleyre II. 11ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 12. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital. 11ª edição publicada na 1ª série das *Obras Completas de Monteiro Lobato*, São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*, 8ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1995.

LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. 13ª edição, *Obras Completas de Monteiro Lobato*, 1ª série, Literatura Geral, volume 4. São Paulo: Brasiliense,

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 1ª edição revisada, 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1997.

Bibliografia geral

ASSIS, Machado de. *Literatura Brasileira Instinto de nacionalidade*. Obras Completas de Machado de Assis Crítica Literária. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Editora, 1955.

ATAYDE, Tristão de. “Monteiro Lobato – I”. in: *Vozes do tempo de Lobato – depoimento – Edição comemorativa do centenário de nascimento de Monteiro Lobato*. Organizador: Paulo Dantas. São Paulo: Traço Editora, 1982.

AZEVEDO, Carmen Lucia de. CAMARGOS, Márcia. SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora Senac, 1997.

BARBOSA: Rui. “A questão social e política no Brasil”. In: *Revista do Brasil*, volume 10, ano IV, janeiro/abril de 1919.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARROS & MACHADO. “A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa”, In: *Maringá*, vol. 8, no. 1, p. 81, 2006.

BEDÊ, Ana Luiza Reis. *Monteiro Lobato e a presença francesa em a barca de Gleyre*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2007.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 4ª edição, 9ª impressão, 2006.

BIGNOTTO, Cilza Carla. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918 – 1925)*. Tese de doutorado apresentada ao curso de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos de Linguagem da UNICAMP, 2007.

BILAC, Olavo. *Últimas Conferências e Discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CAMPOS, André Luiz. *A República do Picapau Amarelo*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARONE, Edgar. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CASTRO, Therezinha de. *História da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: CAPEMI Editora, Edição Revista e Aumentada, 1982.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato vida e obra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1955.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. *A Bico de Pena: Fantasias, contos e perfis 1902 – 1903*. Porto: Chardron, 1925.

COELHO NETO, Henrique Maximiano. “Póvoa Feudal” In: *Com palmos medidas Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. Organização: AGUIAR, Flávio. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Boitempo, 1999.

- COSTA, Ângela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890 – 1914 No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1985.
- CRESPO, Regina Aída Crespo. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. Tese de doutorado, USP, 1997.
- CUNHA, Euclides. *Contrastes e Confrontos*. In: *Obras Completas volume I*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1966.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões Campanha de Canudos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 27ª edição, 1963.
- DANTAS, Paulo. (org) *Vozes do Tempo de Lobato– depoimento – Edição comemorativa do centenário de nascimento de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço Editora, 1982.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Editorial, s/d.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 30 Historiografia e História*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *O Legado da “Raça Branca” A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus: EDUSP, 1965.
- FORD, Henry. *Os Princípios da Prosperidade Minha vida e minha obra*, 2ª. Edição, tradução de Monteiro Lobato, Editora Freitas Bastos, 1964.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1977.
- FREDERICO, Enid Yatsuda. “Monteiro Lobato: rumo à superação”. In: *Idéias*. Ano 4, m ½, janeiro/dezembro 1997, IFCH, UNICAMP, p. 227 e 228.
- FREYRE, Gilberto. Monteiro Lobato revisitado. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 9, n. 2, p. 155-167, jul./dez., 1981.
- GOUVÊA, Luzimar Goulart. *O homem caipira nas obras de Lobato e de Mazzaropi: A construção de um imaginário*. Dissertação de Mestrado IEL UNICAMP, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* Temas de cultura, ação católica. Americanismo e fordismo, volume 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.
- GRIECO, Agrippino. “Um Maupassant Brasileiro”. *Ciências & Trópico*, Recife, v. 9, n. 2, p. 187 – 188, jul./dez., 1981.
- HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Tradução: Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, 1998.
- IANNI, Octavio. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1963.
- IANNI, Octávio. “Estilos de Pensamento”. In: *O pensamento de Oliveira Viana*. João Quartim de Moraes e Élide Rugai Bastos (organizadores), Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1ª edição, 1993.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2006.
- LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato A Modernidade do Contra*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LEME, Maria Antonia de Abreu Sampaio. *Projeto Brasil: 1914 – 1941 Os 12 Trabalhos de Lobato*. Tese de doutorado em Ciências Sociais PUC São Paulo, 2000.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.
- LUCA. Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, Vozes, 1983.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas/SP: Pontes, 4ª edição (revista), 1990.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “O ruralismo brasileiro na Primeira República: um debate de idéias”. In: *À Margem*, Revista de Ciências Humanas, ano I, janeiro de 1993, quadrimestral, pág. 25 a 40.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e Exclusão Social no Brasil Agrário (1909 – 1930)”. In: *À Margem* Revista de Ciências Humanas, ano I, número 3, novembro 1993, quadrimestral, pág. 16 a 25.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888 – 1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E. P. U. Editora Pedagógica e Universitária Ltda; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1ª reimpressão, 1976.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 – 1990)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PASSIANI, Enio. *Na trilha do Jeca – Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- PIRES, Cornélio. *Conversas ao Pé do Fogo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.
- PRADO, Paulo da Silva. *Paulística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.
- PRADO, Paulo da Silva. *Retrato do Brasil* ensaio sobre a tristeza brasileira. 9ª edição. Organização: Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. “Gente Ordinária”. In: *Com Palmas Medidas Terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. (Organizador) AGUIAR, Flávio. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Boitempo, 1999.
- ROCHA, Ruth, MARANHÃO, Ricardo & LAJOLO, Marisa. *Monteiro Lobato Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1981.
- ROMERO, Silvio. *O Brasil Social*. Brasília Editora do Senado Federal, 2001.
- SANTANA, J. C. B. de. “Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento) 901 – 917, Setembro, 2000. Pág. 904.
- SANTOS, Luiz A. Castro. *O pensamento sanitário no Brasil (1889 – 1920)* in: *Dados Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Editora Campus, v. 31, n.1, 1998.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. “Quem é bom, já nasce feito? Uma leitura do Eugênio de Renato Kehl (1917 - 37)”. In: *Revista Intellectus / Ano 04 Vol. II - 2005* ISSN 1676 – 7640, www2.uerj.br/~intellectus.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade” In: *História da vida privada no Brasil contrastes da intimidade contemporânea; 4*. Sob a direção de Fernando A. Novais volume organizado por Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Editora Schwarcz, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 5ª edição, 1981.

SIMÕES FILHO & MENDONÇA. “Representações do homem do campo em Monteiro Lobato: de Jeca Tatu a Zé Brasil” in: *Miscelânea* Revista de Pós-Graduação em Letras UNESP de Assis/SP, vol.6, jul./nov.2009, p. 58 - 74. www.assis.unesp.br/miscelanea

SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. “Introdução” in: *Os Sertões*. 27ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963, p. xix.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*: com referência especial ao município de Vassouras. Tradução: Edgar Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TORRES, Alberto. *O Problema nacional brasileiro – Introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

TRINDADE, Sergio Luiz Bezerra. “Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha” in: *Revista da FARN*, Natal, v.3, n.1/2, jul. 2003/jun. 2004 p. 175 – 189.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1973.

VIANNA, Luiz Werneck. “O moderno na política brasileira”. In: *Presença* Revista de Política e Cultura, número 5, janeiro de 1985.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República - Momentos Decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.